

SANDRA NIVIA SOARES DE OLIVEIRA

**Um modelar estabelecimento de ensino: o Colégio Santanópolis na
cidade de Feira de Santana
(1934-1959)**

Salvador
2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

SANDRA NIVIA SOARES DE OLIVEIRA

**Um modelar estabelecimento de ensino: o Colégio Santanópolis na
cidade de Feira de Santana
(1934-1959)**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Educação - Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação

Orientadora: Profa. Dra. Sara Martha Dick

Salvador
2014

**Um modelar estabelecimento de ensino: o Colégio Santanópolis na
cidade de Feira de Santana
(1934-1959)**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Educação - Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Coodenadora: Maria Helena Silveira Bonilla

Aprovada em _____ de fevereiro de 2014

Banca Examinadora

Profa. Dra. Sara Martha Dick
Orientadora – UFBA

Prof. Dr. Marcus Albino Lewy Bencostta
UFPR

Prof. Dr. Clóvis Frederico Ramaiana M. de Oliveira
UNEB/UEFS

Profa. Dra. Ione Celeste Jesus de Sousa
UEFS

Profa. Dra. Maria Antonieta Tourinho
UFBA

DEDICATÓRIA

À minha mãe (*in memoriam*). Se estivesse aqui seria a primeira da fila.

Aos ex-alunos do Colégio Santanópolis pela incansável tarefa de manter viva a memória da escola querida.

AGRADECIMENTOS

[...] Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só: meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias. E nem todas posso contar [...]. (Clarice Lispector).

Academicamente, uma tese de doutorado pode ser ligeiramente definida como um trabalho através do qual o autor defende uma ideia com argumentos sustentados a partir de uma pesquisa exaustiva em torno do objeto. Para fortalecer seus argumentos, ele se utiliza, principalmente, das fontes e das referências bibliográficas. Entretanto, a tessitura de uma tese traz em sua história mais do que o referencial acadêmico para tomar corpo – e para tomar nosso corpo. Na perspectiva de Clarice Lispector, é um enleio constituído de muitos fios que se entrecruzam entre o acadêmico e o pessoal, entre a investigação científica e a emoção, o medo e a coragem, o desespero e a fé, a solidão e os (as) companheiros (as). Com a certeza de que foram muitas as contribuições para que fosse possível concluir esta jornada, quero registrar e agradecer o apoio de muitos que, mais academicamente ou mais afetivamente, se encontram presentes nessa produção.

À minha orientadora Profa. Dra. Sara Marta Dick que com sua presença suave e poderosa acreditou em mim por duas vezes: primeiro, no projeto que me classificou para o doutorado e, depois, pelo projeto que deu corpo a essa tese. Obrigada pela disponibilidade constante em contribuir e pelo jeito cuidadoso que acolhe e orienta.

Aos meus professores do Programa de Pós-graduação em Educação da FACED – UFBA, especialmente às professoras Celi Taffarel e Meire Arapiraca pelas discussões cujas visões contribuíram para que eu construísse meu próprio caminho.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação da FACED-UFBA e a todos os funcionários da coordenação pelo apoio na resolução de questões burocráticas.

À Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS e ao Departamento de educação pela liberação – sem a qual seria muito difícil a realização desse trabalho – pela bolsa e apoio institucional.

Ao CEDE/UEFS pela acolhida e cuidado com o acervo adquirido na trajetória deste estudo.

Ao Museu da Casa do Sertão-UEFS, especialmente a Cristiana Ramos pela disponibilidade.

À DIREC 02, na pessoa da senhora Nívea Maria Oliveira da Silva, pela disponibilização do arquivo do Santanópolis para a pesquisa e, posteriormente, pela doação deste ao Centro de Documentação em Educação – CEDE/UEFS, numa clara demonstração de preocupação com a preservação de fontes sobre a história da educação de Feira de Santana. Às funcionárias do arquivo da DIREC, em especial a Benedita pela contribuição valiosíssima na divisão do próprio espaço de trabalho e na remoção do arquivo para a UEFS. À jucimara, bolsista do CEDE-UEFS, pela colaboração na organização das pastas.

Aos meus colegas e amigos e amigas do doutorado pelas discussões em sala de aula, especialmente a Raquel, Jorgeval, Fábio Dantas e Antonilma pelos encontros sempre agradáveis.

A Marco Lacerda pela disposição, companheirismo e amizade.

A Bebel, Iuri e Carla Patrícia cujas casas em Salvador foram portos seguros e, principalmente, pela amizade e acolhida.

Aos amigos e amigas, Marco Barzano, Francisco de Assis, Nora de Cássia, Luciana Teixeira, Lore Haywanon, Ludmila Hollanda, Arlindo Washington, Rita Carneiro, Luciana Nascimento, Rita Brêda, Bete Barbosa, Fani Rehen pela disposição para ajudar, pelas palavras tranquilizadoras nos momentos de cansaço e desespero, pela amizade.

Aos colegas do Departamento de Educação-DEDU, os quais se mostraram preocupados e interessados no processo, valeu a torcida.

A Janivam pelo cuidado com meus escritos.

Aos ex-alunos e ex-alunas do Santanópolis pela disposição em contribuir com entrevistas, em especial aos Senhores Evandro Sampaio de Oliveira, Helnando Simões, Joselito Amorim, Hudson do Amaury, Babyque, os quais disponibilizaram seus acervos particulares.

A Ione e Clóvis pela leitura atenta, indicações, críticas, exigências... Valeu!

Aos membros da banca pela disposição de participar deste momento tão importante da minha formação.

A meu pai.

Aos meus irmãos e sobrinhos pelo apoio, confiança e orgulho que têm de mim. Em especial a Matteus pelas orientações no campo da geografia; a vitória é nossa!!!

A Daiane e Carmélia, que se revezaram nos cuidados à minha filha.

À minha filha Bárbara pelas vezes que compreendeu e suportou a minha ausência – nem sempre física – numa paciência traduzida na frase: “Mãe, quando a tese acabar, você vai ficar mais comigo, não é?” E, ao meu companheiro Adriano por tudo. Não há palavras que traduzam o que vivemos, sentimos e construímos. Parafraseando Vanessa da Matta: ainda bem que vocês estão comigo, porque senão como seria esta vida? Sei lá, sei lá. Amo vocês!

A todos vocês porque uma tese também se faz com afeto.

RESUMO

O presente trabalho estuda o Colégio Santanópolis no período de 1934 a 1959 e sua relação com a cidade de Feira de Santana na condição de mais um equipamento social e educacional importante no processo de modernização da cidade, proporcionando sociabilidades e construindo-se como referência de educação em Feira e Região num período em que a educação secundária era um privilégio para as elites dirigentes. Inicialmente, sua atuação se deu através do ensino secundário e, gradativamente, formou, em nível médio, bacharéis e licenciandos em ciências e letras, contadores, professores, além de atingir outra parcela da população através de seus cursos não seriados em várias áreas do conhecimento. Para conhecer a escola, nesse contexto, foram utilizadas fontes documentais e iconográficas bem como entrevistas realizadas com alguns sujeitos que vivenciaram o período em análise. Discutiu-se sua relação com a cidade desde sua construção, passando por uma análise da escola, em sua estrutura física, e dos sujeitos que ocuparam seu espaço e construíram uma cultura escolar na relação desta com a cidade de Feira de Santana e vice-versa.

Palavras-chave: Colégio Santanópolis. Instituição escolar. Feira de Santana.

ABSTRACT

This paper studies Santanópolis School from 1934 to 1959 and its relationship with Feira de Santana city as another important social and educational tool along the process of modernization of this city, providing sociability and building up as an educational reference in Feira de Santana and the surrounding regions during a period in which secondary education was a privilege for the elites. At the very beginning, its focus was in secondary education and, gradually formed, in a mid-level, *bacharéis*, graduates able to teach science and letters, accountants, teachers and other segments of the population through their no series courses in many areas of knowledge. For a better understanding of the school in that context it was used in the research documentary and iconographic sources as well as interviews with people who studied in Santanópolis in the period of this analysis. We discussed its relationship with the city since the inauguration of the school, through an analysis in its physical structure and with those ones who occupied the spaces and built a school culture in the relationship with the city of Feira de Santana and vice versa .

Keywords: Santanópolis School. Educational Institution. Feira de Santana.

LISTA DE ABREVIATURAS

DIREC – Diretoria Regional de Educação e Cultura

CEDE – Centro de Documentação em Educação

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

FTC – Feira Tênis Clube

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 1** Título de propriedade do Colégio Santanópolis. P.31
Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS
- Imagem 2** Ficha de identificação de Áureo Oliveira Filho. P.31
Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS
- Imagem 3** Fotografia de Edição do Jornal Folha do Norte do Ano de 1934. P.34
Arquivo do Museu Regional Casa do Sertão-UEFS
- Imagem 4** Escola Normal de Feira de Santana – vista frontal. P.44
Disponível em: <<http://goo.gl/1WvCQe>>
- Imagem 5** Vista lateral do Gymnásio Santanópolis - 1934. P.45
Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira
- Imagem 6** Prédio da Escola Municipal João Florêncio. P.51
Disponível em: < http://www.feiradesantanna.com.br/imagens/memorias/escola_normal>
- Imagem 7** Planta de Situação do Colégio Santanópolis. P.59
Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS
- Imagem 8** Colégio Santanópolis em Feira de Santana-vista da parte externa -1934. P.60
Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira
- Imagem 9** Planta de projeção do Colégio do Santanópolis - 1940. P.63
Jornal Folha do Norte nº1603 de 30/ 03/ 1940, p.1
- Imagem 10** Vista do terceiro pavilhão do Santanópolis. À direita, edifício da Prefeitura Municipal. Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira P.64
- Imagem 11** Ginásium de Esporte do Colégio Santanópolis. P.65
Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS
- Imagem 12** Vista interna lateral do Colégio Santanópolis. P.66
Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS
- Imagem 13** Instalações higiênicas: serviço sanitário (bebedouros-pias-bidet-mictórios-
“water closet”). P.67
Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS
- Imagem 14** Bebedouro Higiênico do Gynásio Santanópolis. P.68
Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira
- Imagem 15** Recorte da planta situacional do Colégio Santanópolis P.76
Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS

Imagem 16 Planta do pavilhão administrativo do Colégio Santanópolis. Acervo pessoal da autora da tese.	P.77
Imagem 17 Fotografia ao lado do quadro de formatura em forma de águia – s/d. Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.	P.80
Imagem 18 Gabinete do diretor do Gynasio Santanópolis. Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS	P.83
Imagem 19 Secretaria do Santanópolis. Relatório de Inspeção 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS	P.85
Imagem 20 Notícias sobre roubo no Gynásio Santanópolis. Arquivo do Museu da Casa do Sertão-UEFS	P.86
Imagem 21 Relógio tipo carrilhão, semelhante ao que ficava no Santanópolis. Disponível em: < http://goo.gl/qGQoy6 >	P.87
Imagem 22 Recorte da planta do pavilhão da administração do Gynásio Santanópolis Pavilhão da Administração do Santanópolis. Acervo digital da autora da tese.	P.89
Imagem 23 Sala dos professores do Gynásio Santanópolis. Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS	P.92
Imagem 24 Prédio da biblioteca Municipal de Feira de Santana. Disponível em: < http://goo.gl/1WvCQe >	P.96
Imagem 25 Ilustrações da biblioteca Disponível em: < http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br >	P.98
Imagem 26 Salão nobre do Colégio Santanópolis. Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.	P.99
Imagem 27 Sala de Química, Física, Biologia e Merceologia. Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS	P.102
Imagem 28 Aula prática de química com Dr. Àureo Filho, 1934. Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.	P.103
Imagem 29 Sala ou Laboratório de História e Geografia. Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.	P.104
Imagem 30 Sala de Desenho do Colégio Santanópolis. Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.	P.105
Imagem 31 Sala de ensino de línguas estrangeiras. Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS	P.106

Imagem 32 Sala de aula mobiliada com carteiras conjugadas. Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS	P.107
Imagem 33 Planta de salas de aula do Gymnasio Santanópolis Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS	P.108
Imagem 34 Sala de aula com carteiras individuais e piso elevado para o professor. Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS	P.108
Imagem 35 Alunos e alunas do Santanópolis em aula de Educação Física. Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.	P.111
Imagem 36 Área livre do Colégio Santanópolis. Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS	P.112
Imagem 37 Roda de Capoeira no Colégio Santanópolis. Acervo particular de Hudson do Amaury.	P.112
Imagem 38 Quadra de esporte do Colégio Santanópolis – vista interna. Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo Santanópolis-CEDE/UEFS	P.113
Imagem 39 Quadra de esportes de chão batido do Colégio Santanópolis. Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS	P.114
Imagem 40 Peça propagandística do Colégio Santanópolis. Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.	P.117
Imagem 41 Sala de datilografia do Colégio Santanópolis. Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS	P.146
Imagem 42 Sala de Mecanografia e Escritório Modelo do Colégio Santanópolis. Relatório de Inspeção de 1957. Arquivo Santanópolis-CEDE/UEFS	P.146
Imagem 43 Panfleto de admissão de alunos do Santanópolis. Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.	P.156
Imagem 44 Certificado de habilitação do Ensino primário-Escola João Florêncio-1938. Pasta individual de aluno. Arquivo do Colégio Santanópolis-CEDE/UEFS	P.163
Imagem 45 Certificado de habilitação do Ensino Primário da Escola Maria Quitéria-1938. Pasta Individual de aluno. Arquivo do Colégio Santanópolis-CEDE/UEFS	P.163
Imagem 46 Pasta individual de aluno do Santanópolis. Arquivo do Colégio Santanópolis-CEDE/UEFS	P.165
Imagem 47 Realização do Exame Biométrico no Gymnasio Santanópolis no gabinete de Biometria. Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo Santanópolis-CEDE/UEFS	P.168
Imagem 48 Aluno em atividade física no Colégio Santanópolis. Relatório de Inspeção de 1957. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS	P.169

Imagem 49 Internato do Ginásio Santanópolis. Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.	P.184
Imagem 50 Flâmula do Colégio Santanópolis. Disponível em: < http://santanopolis.zip.net/arch2009-10-01_2009-10-31.html >	P.197
Imagem 51 Desfile de 7 de setembro da década de 1930. Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.	P.199
Imagem 52 Desfile de Sete de Setembro do Santanópolis. À frente do Pelotão, Dr. Àureo Filho. Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.	P.201
Imagem 53 Desfile de Sete de Setembro na década de 1930 – Pelotão de alunas. Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.	P.202
Imagem 54 Alunas fardadas - Colégio Santanópolis. Disponível em: < http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/ >	P.203
Imagem 55 Vista parcial da área livre do Santanópolis. Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.	P.205
Imagem 56 Estatuto do Colégio Santanópolis - 1956. Relatório de Inspeção. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS	P.206
Imagem 57 Recorte do Estatuto do Colégio Santanópolis. Relatório de Inspeção de 1956. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS	P.208
Imagem 58 Fotografia de professores do Santanópolis. Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS	P.213
Imagem 59 Registro do professor George Malcon Cadogan. Livro nº 01 de Registro de Empregados do Santanópolis 1934-1941.	P.234
Imagem 60 Medalhas do aluno Joselito Falcão de Amorim. Acervo particular de Joselito Falcão de Amorim	P.252
Imagem 61 Os diplomandos de 1939 do Santanópolis em Feira de Santana. Jornal Folha do Norte nº 1587 de 9/12/ 1930, p.1	P.254
Imagem 62 Festa de Formatura na quadra de esportes do Santanópolis. Disponível em: < http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/ >	P.257
Imagem 63 Feira Tênis Clube (FTC) - Feira de Santana. Disponível em: < https://www.google.com.br/foto+do+feira+tenis+clube+feira+santana >	P.259
Imagem 64 Parada de Sete de Setembro do Gymnasio Santanópolis. Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo Santanópolis-CEDE/UEFS	P.269

- Imagem 65** Alunas enfileiradas em frente ao Santanópolis. P.270
Relatório de Inspeção, 1945-1945. Arquivo do Colégio Santanópolis-CEDE/UEFS
- Imagem 66** Pelotão de Bicicleta no Desfile de Sete de Setembro-Santanópolis nos anos 1930. P.271
Disponível em: < <http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br>>
- Imagem 67** Desfile de Sete de Setembro – Rua Conselheiro Franco. P.271
Disponível em:<<http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/search/label/Atividade>>
- Imagem 68** Desfile de Sete de Setembro nos anos 1940 – Avenida Senhor dos Passos. P.272
Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo Santanópolis-CEDE/UEFS
- Imagem 69** Desfile de Sete de Setembro – Avenida Senhor dos Passos. P.272
Disponível em: < <http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/search/label/Atividade>>
- Imagem 70** Embaixada esportiva no Santanópolis nos anos 1940. P.277
Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS
- Imagem 71** Partida de voleibol no colégio Santanópolis nos anos 1940. P.278
Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis-CEDE/UEFS
- Imagem 72** Foto da Equipe de Voleibol Feminino – 1956. P.278
Disponível em:< <http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/search/label/Atividade>>
- Imagem 73** Peça de divulgação do IV Encontro dos Santanopolitanos - 2014. P.289
Disponível em: <<http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/2013/06/anuncio-do-1v-encontro>>

Lista de Mapas

- Mapa 1** Alunos internos do Colégio Santanópolis. P. 176
Acervo digital da autora da tese.
- Mapa 2** Fluxo de alunos transferidos para o Colégio Santanópolis. P.181
Acervo digital da Autora da tese.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Acervo da Biblioteca do Colégio Santanópolis, 1956.	P.98
Quadro 2 – Matrícula por Nível de Ensino no Município de Feira de Santana-Ba-1957.	P.109
Quadro 3 – Cursos seriados em funcionamento no Colégio Santanópolis, 1957.	P.119
Quadro 4 – Rol de disciplinas do Curso Fundamental do Ensino Secundário em 1934.	P.123
Quadro 5 – Organização de disciplinas dos Cursos Complementares.	P. 124
Quadro 6 – Rol de Disciplinas por série do Curso Ginasial.	P. 126
Quadro 7 – Disciplinas constitutivas do Curso Clássico na Reforma Capanema,1942.	P.126
Quadro 8 – Disciplinas constitutivas do Curso Científico na Reforma Capanema.	P.127
Quadro 9 – Relação de escolas e professores (as) do curso primário em Feira de Santana na década de 1995.	P. 131
Quadro 10 – Rol de disciplinas do 2º Ciclo do Curso Normal.	P. 138
Quadro 11 – Rol de disciplinas do Curso Pedagógico – 1956-1959.	P. 139
Quadro 12 – Disciplinas do Curso Técnico em Contabilidade do Santanópolis.	P. 144
Quadro 13 – Alunos Internos do Santanópolis.	P.172
Quadro 14 – Alunos hospedados na Rua Senhor dos Passos, nº 112.	P.174
Quadro 15 - Escolas de Alunos Transferidos.	P.177
Quadro 16 – Faixa etária dos alunos internos do Santanópolis.	P.187
Quadro 17 – Professores do Colégio Santanópolis – 1934 a 1945.	P.216
Quadro 18 – Formação Acadêmica dos professores do Colégio Santanópolis-1934/1941.	P.219
Quadro 19 – Lista de professores do Gymnasio Santanópolis – 1942-1959.	P.225
Quadro 20 – Formação dos professores do Colégio Santanópolis - 1942 - 1959.	P.230
Quadros 21 – Estagiários no corpo docente do Colégio Santanópolis – 1956.	P.231
Quadro 22 – Festas realizadas pelo Colégio Santanópolis.	P.251
Quadro 23 – Semana de Arte de 1935 do Colégio Santanópolis.	P.262

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
1.1 ESTUDOS SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES: APORTE TEÓRICO METODOLÓGICO PARA O ESTUDO DO COLÉGIO SANTANÓPOLIS	23
1.1.1 As fontes	27
1.1.1.1 Da localização e seleção das fontes.....	28
2 “FEIRA VAE TER UM GYMNASIO”: A CONSTRUÇÃO DO SANTANÓPOLIS ...	38
2.1 A CIDADE E A AVENIDA COMO LUGAR DO GYMNASIO	40
2.1.1 O local da construção	45
2.1.2 O prédio	58
3 A VISTA POR DENTRO: ESPAÇOS DE APRENDER, ADMINISTRAR E BRINCAR	74
3.1 OS ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS DA ESCOLA	76
3.1.1 O gabinete da direção e sua sala de espera	78
3.1.2 A Secretaria, inspetoria e o arquivo	85
3.1.3 A sala dos professores	91
3.2 OS ESPAÇOS DE APRENDER NO SANTANÓPOLIS	94
3.2.1 A biblioteca	95
3.2.2 Salão Nobre: o lugar do espetáculo	99
3.2.3 As Salas especiais	100
3.2.4 As salas de aulas	106
3.2.5 As áreas de exercícios físicos, recreação e esporte	111
4 RESTRITOS A ALUNOS OU ABERTOS À COMUNIDADE: OS CURSOS DO SANTANÓPOLIS	117
4.1 O CURSO SECUNDÁRIO	120
4.2 O CURSO PRIMÁRIO E O CURSO FUNDAMENTAL	128
4.3 O CURSO PEDAGÓGICO	136
4.4 A ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO	141
4.5. CURSOS E ATIVIDADES LIVRES	147
5 BACHARÉIS EM CIÊNCIAS E LETRAS, CONTADORES E PROFESSORES: OS ALUNOS DO COLÉGIO SANTANÓPOLIS	155
5.1 DOS REQUISITOS PARA SER ADMITIDO.....	155

5.2 DENTRO DA ESCOLA.....	164
5.2.1. A primeira turma	170
5.2.2 De que lugares vieram os alunos?	172
5.2.3 O internato	182
5.2.3.1 A Idade dos internos.....	189
5.3 BOLSAS E BOLSISTAS NO SANTANÓPOLIS	192
5.4 UNIFORMES E REGIMENTO: O ALUNO DO O COLÉGIO SANTANÓPOLIS.....	196
5.4.1 Com que roupa, com que roupa eu vou pra escola que você me matriculou: A farda do Colégio Santanópolis	197
5.4.2 Regime e Disciplina	204
5.4.3 O Estatuto.....	206
6 LENTES, CATEDRÁTICOS, DOUTORES, TENENTES OU SIMPLEMENTE PROFESSORES: OS DOCENTES DO COLÉGIO SANTANÓPOLIS NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA	212
6.1 OS PRIMEIROS PROFESSORES DE GYMNÁSIO SANTANÓPOLIS 1934 – 1941 ..	215
6.2. OS PROFESSORES DO SANTANÓPOLIS - 1942 A 1959.....	224
6.2.1 Estagiários do Colégio Santanópolis.....	230
6.2.2 Regime de trabalho e remuneração	233
6.2.3 A Remuneração	239
6.2.4 O discurso teórico-metodológico do Santanópolis.....	243
7 AS FESTAS MAGNIFICAS DO COLÉGIO SANTANÓPOLIS: SOLENES, CULTURAIS, ESPORTIVAS OU CÍVICAS	249
7.1 AS FESTAS SOLENES: FORMATURAS E A NOITE ESPLENDOROSA	253
7.2 A SEMANA DE ARTE, LITERATURA E EDUCAÇÃO.....	261
7.3 FESTAS CÍVICAS.....	264
7.3.1 A Semana da Pátria e o Desfile de Sete de Setembro	265
7.4 AS FESTAS DO GRÊMIO ESCOLAR.....	274
7.4.1 Embaixadas e torneios: as festas esportivas do Grêmio	275
7.4.2 As Tertúlias e Semana de Artes para os artistas do Santanópolis.....	279
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA E O SANTANÓPOLIS	283
FONTES	290
SITES	292
REFERÊNCIAS	293
ANEXOS	311

1 INTRODUÇÃO

“O Santanópolis, pioneiro e bandeirante da civilização e educação ginásial nordestina, qual oásis abençoado refletindo pelo seu escopo suas miragens confortadoras e amenas pelo nordeste afora... suas influências vão despertando as energias adormecidas e latentes da Pátria grande. Saliento e assinalo, com gaudio, a expressão de surpresa que tive sabendo que essa grandiosa obra é o resultado do sonho, da concepção, zêlo e interesse de um homem, o Dr., Áureo de Oliveira Filho, moralista, patriota e educador que na rude lida do dever diário, ensina, pela palavra e pelo exemplo, não só aos seus alunos, mas também a nós docentes, o amor ao Brasil e à instrução, a loucura sublime que empolga a sua mocidade útil, para a glória de nossa Pátria. (BASÍLIO CATHALÁ, CASTRO¹)².

O texto de Cathalá descreve o que representava o Santanópolis em 1942 quando era a única instituição de ensino secundário na Região de Feira de Santana³. Em várias referências sobre o Santanópolis, veiculadas na imprensa da época, nota-se um ar de encantamento pela instituição a qual foi considerada como um equipamento social e educacional importante num momento em que a cidade buscava ser reconhecida como um centro urbano moderno, contrariando, assim, os olhares de outrora que a consideravam uma “cidade-sanatório, de ruas descomunais varridas pelo ar puro do sertão, esterilizada pelo sol chamejante dos trópicos”. (FOLHA DO NORTE nº1712 de 02/05/1942, p.4). O que, para Nelson Oliveira – professor do Ginásio da Bahia –, não se configurava empecilho, profetizando que Feira de Santana seria uma cidade de estabelecimento de instrução.

Nesses textos, como em outros encontrados sobre a instituição, é muito forte a relação entre a construção da escola e o progresso da cidade. Assim, o Santanópolis era visto como o bandeirante da “civilização”, enquanto que Feira de Santana era vista como a cidade moderna cuja implementação de um estabelecimento de grande porte ratificava o seu *status*. Segundo o signatário da nota, “Áureo Filho compreendeu perfeitamente essa verdade e criou, com denodo, um estabelecimento a altura do progresso da terra de Felinto Bastos”. (FOLHA DO NORTE nº1712 de 02/05/1942, p.4). E completa: “àquelas ruas naturalmente higienizadas

¹Estudou no Colégio Ponte Nova, na Chapada Diamantina. Foi professor e diretor do Instituto 02 de Julho da Bahia e do Instituto Sofia Costa Pinto da Bahia.

² Folha do Norte nº 1710 de 18/04/1942, p. 4.

³ Além dos Colégios públicos e particulares da capital do Estado, a instituição de ensino secundário mais próximo de Feira de Santana era o Ginásio Santamarense (1928) em Santo Amaro, no Recôncavo baiano.

pelo ar puro e o sol chamejante combinavam perfeitamente a ordem, o asseio, a distribuição de suas salas de aula em pavilhões, a situação em rua principal, mas sossegada da urbe”.

Por todas as razões acima e outras que espero ter apresentado competentemente no corpo deste trabalho, justifica-se escrever uma tese de doutorado sobre a Instituição de Ensino Santanópolis, que a princípio se estabelece como uma instituição ginásial, dedicando-se ao que era próprio dos ginásios, o ensino secundário; mas que, no decorrer dos anos – acompanhando o desenvolvimento da cidade e suas demandas –, foi se constituindo Colégio, Escola Técnica de Comércio, Escola de Formação de Professores, Escola Primária, além de oferecer uma gama de cursos não seriados, abertos à comunidade.

O meu primeiro contato com o colégio Santanópolis se deu por meio de um blog organizado por ex-professores, ex-alunos e ex-funcionários. As informações contidas me levaram a questionar não apenas sobre a existência desta instituição, mas também sobre a sua escassa propagação, pondo-me a refletir que o lugar onde muitas vezes fui ao cinema, estacionei o carro, comprei algum remédio, fiz operações bancárias, comprei eletrodomésticos e outras tantas coisas numa loja de departamento, durante décadas, abrigou a primeira escola de ensino secundário de Feira de Santana e Região. A falta de conhecimento, de minha parte, da existência dessa instituição de ensino poderia, a princípio, ser justificada pelo simples fato de que não sou natural de Feira de Santana, mas logo a justificativa se fragiliza considerando que vivo nesta cidade desde 1987; estudei Pedagogia na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), instituição da qual sou professora desde 2009, no Departamento de Educação.

O que se revela em meio a essas reflexões é a necessidade premente de ampliação dos estudos sobre a história da educação e das instituições educativas, escolares ou não, desta cidade. Dentre os estudos que abordam estes aspectos, sublinhei a dissertação de mestrado intitulada *Garotas Tricolores, Deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945*, pesquisa realizada por Ione Celeste de Sousa⁴; *Mestras no sertão: reconstituindo caminhos*, título da dissertação de autoria de Antonio Roberto Seixas Cruz⁵; a Escola Normal e o Instituto de Educação Gastão Guimarães também foram abordados na dissertação de

⁴ Doutora em História Social. PEPGHS-PUC-SP, 2006, professora na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) DCHF, Curso de História e no PPGH, atualmente exercendo o cargo de Vice-Coordenadora.

⁵ Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor Adjunto do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), é vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Pedagogia Universitária (NEPPU). Atua nas linhas de pesquisa em Docência em ensino superior e escolas normais na Bahia e formação de professores: província e república.

mestrado de Mayra Paniago Spínola Cardoso⁶, sob o título: *De normalistas a professoras, um estudo sobre trajetória profissional feminina em Feira de Santana (1950-1960)*, e na dissertação de Rita de Cássia Oliveira Carneiro⁷, *Histórias de mestras: o sentido de ser professora do Instituto de Educação Gastão Guimarães (1968-2000)*, respectivamente. Nesse conjunto de produções, temos conhecimento de outros trabalhos no formato de artigos, mas optei por não elencá-los. Abordando o ensino secundário, temos a dissertação de mestrado da professora Ana Maria Fontes⁸, sob o título: *A gênese do Ginásio Municipal em Feira de Santana (1963 – 1964): História e memória*.

Dessa forma, impulsionada, inicialmente, pelo mundo virtual que abriga o Santanópolis e, posteriormente, pelas fontes que foram localizadas a partir da necessidade de maiores informações, decidi por realizar uma pesquisa historiográfica, tomando como referência teórico-metodológica os estudos acumulados sobre instituições escolares, buscando compreender de que forma o Santanópolis se constituiu como equipamento social e educacional modernizador em Feira de Santana no período de 1934 a 1959, analisando as relações entre a escola e a cidade, seu espaço físico, os cursos ali ministrados, os sujeitos do processo educativo (professores e alunos), atentando para o movimento político, social e cultural que se originou nessa relação entre a escola e a cidade, levando em consideração que quando um pesquisador se dedica ao estudo das instituições escolares, ele deve partir do princípio de que, assim como qualquer instituição educativa, elas surgem motivadas por interesses e carregam em si uma historicidade que não poderá ser desconsiderada durante o trabalho de pesquisa. Sobre essa questão Saviani alerta que:

[...] as instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinada pelas necessidades postas pelas relações entre homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a qual servem. (SAVIANI, 2007, p.5).

Com a clareza de que a história do Santanópolis está imbricada com a história de Feira de Santana, compreendo que investigar esta instituição significa estudar uma parte da história da educação desta cidade por sua importância histórica para o sistema educacional e pela responsabilidade que teve esse educandário em formar, durante décadas, as elites intelectuais feirenses e circunvizinhas.

⁶ Mestra em história pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

⁷ Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

⁸ Doutora em educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

1.1 ESTUDOS SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES: APORTE TEÓRICO METODOLÓGICO PARA O ESTUDO DO COLÉGIO SANTANÓPOLIS

Ainda que não tenha ocorrido de forma imediata, podemos afirmar que a instituição escolar como tema da pesquisa histórica torna-se possível a partir da movimentação teórico-metodológica inaugurada pelos *Annales*, que proporcionou desdobramentos para História da Educação, possibilitando a constituição desta como um campo autônomo independente da filosofia, com objeto próprio, ocupando-se do fenômeno educativo e sua transformação, (CASTANHO, 2010).

Segundo Burke (1997), as diretrizes dos *Annales* consistiam em substituir a tradicional narrativa dos acontecimentos por uma história problema, dedicar-se à história de todas as atividades humanas e não apenas à história política, na disposição para dialogar com as diferentes áreas do conhecimento, especialmente a geografia, a sociologia e a antropologia cultural, possibilitando à história da educação como campo e, nesse campo, a história das instituições escolares como tema.

No Brasil, preocupada com e como deveria ser a educação escolar, antes das décadas de 70 e 80 do século passado, a história da educação estava mais voltada para o estudo de sua normatividade e das ideias dos grandes pensadores da educação; era mais uma história da pedagogia. A partir das últimas décadas do século XX, há uma preocupação em se estudar a relação entre educação e sociedade, e novos temas também emergem no campo da história da educação, dentre eles o das instituições escolares.

São os anos 90 do século passado que vão demarcar o desenvolvimento dos estudos sobre instituição escolar no Brasil⁹. A partir de então, o estudo sobre instituições escolares vai se tornar um tema prestigiado dentro da História da Educação.

Buffa e Nosella (2005), para situar o campo de estudos sobre instituições escolares no Brasil, reportam-se a três períodos da história da educação, assim organizados: o primeiro período corresponde aos anos de 1950 a 1960, anterior à criação dos Programas de Pós-graduação cuja problemática principal girava em torno da democratização do ensino, tendo como tema principal a relação entre educação e sociedade.

O segundo período, que envolve os anos de 1970 e 1980, perpassados pelos governos militares – realidade esta que vai influenciar significativamente as discussões em

⁹Embora haja registro na história da educação de alguns trabalhos que trataram do tema antes desse período como, por exemplo, o trabalho de Carrato (1961) sobre o Colégio do Caraça em Minas Gerais e o trabalho de Bauab em 1968 sobre a Escola Normal Paulista criada durante o Império.

torno da educação –, de acordo com Buffa e Nosella (2005), é marcado por duas características fundamentais, qualificando a pesquisa em educação nesse momento: a escolarização da produção da pesquisa e a reação à política dos governos militares.

O terceiro período, marcado pela consolidação da pós-graduação, inicia-se nos anos 90 do século passado, também considerado como o período em que se desenvolvem os estudos históricos da educação.

Os anos 1990 se configuraram em um momento fecundo para os estudos históricos da educação, caracterizado como um período de crise de paradigmas (BUFFA; NOSELLA, 2005) gerando mudanças no campo historiográfico da educação, propondo um alargamento nas possibilidades de pesquisa nesta área, privilegiando temáticas desprezadas pela historiografia tradicional; dentre elas, o estudo das instituições. Entretanto, a pluralidade epistemológica que desponta nos anos 1990 vai encontrar resistência entre os pesquisadores que temem que a fragmentação no tratamento do objeto de pesquisa possa se configurar em prejuízo para construção do conhecimento científico.

Buffa e Nosella (2005) dão uma contribuição ímpar para a compreensão do debate teórico metodológico no campo da historiografia da educação, particularmente nos anos 90, explicitando a oposição entre as posições generalistas e particularistas que, a rigor, traduzia um debate sobre a consequência ou não do método dialético. No debate entre essas visões, estava posta a discussão sobre a possibilidade ou não de se conhecer a realidade em sua totalidade. Para os marxistas conservadores, as abordagens sistêmicas estariam mais autorizadas a oferecer as possibilidades para a construção de um conhecimento seguro e total; entretanto, no campo marxista, outros pesquisadores compreendiam que o estudo a partir de um recorte da realidade não significaria, necessariamente, um estudo fragmentado. O que não se pode perder de vista são as articulações entre a parte e o todo e vice-versa. Essas posições foram assim traduzidas pelos autores:

Nos últimos anos intensificou-se o debate sobre as questões teóricas e metodológicas sobre esse tipo de pesquisa envolvendo os que: 1) em defesa da lógica dialética, consideravam que o estudo das particularidades escolares poderiam se tornar um beco sem saída que, dificilmente, permitiria a compreensão da totalidade histórica e, por isso julgavam esses trabalhos como desperdício de tempo e de energia; 2) Aqueles para os quais a razão humana havia fracassado no entendimento da totalidade do real, e que defendem a necessidade de estudos mais aprofundados das particularidades escolares; 3) Os que como nós ancorados no marxismo investigativo têm insistido na importância de explicitar a relação dialética entre o particular e o geral. (BUFFA; NOSELLA, 2005, p. 356-357).

No que se refere aos estudos em história da educação e, por consequência, também aos estudos das instituições escolares, duas perspectivas metodológicas dominam o campo. Por um lado, há uma discussão em torno de se adotar abordagens mais sistêmicas ou mais localizadas, como se essas abordagens fossem, a priori, excludentes. Essa interpretação leva à compreensão de que, ao se preocupar em conhecer questões mais específicas de uma determinada instituição escolar, não se pudesse articulá-la com o contexto em que a referida instituição está inserida ou, ainda, que uma visão sistêmica não pudesse levar em consideração uma instituição em particular como elemento a se considerar no processo de conhecimento da totalidade social.

A oposição simplista entre o geral e o particular, no debate acadêmico científico, faz com que os pesquisadores, que se definem como adeptos de abordagens sistêmicas – justificando com isso a necessidade de não se perder a totalidade social no trato científico do objeto em estudo –, apresentem apenas posições generalistas que em nada contribuem para o avanço teórico do campo em questão. Por outro lado, os que adotam as discussões particularistas, os quais justificam sua posição, fazendo uma crítica às metanarrativas que trabalham na perspectiva da micro história, correm o risco de se preocupar de forma exacerbada com um aspecto da realidade, deslocando-a do contexto no qual está inserido o objeto de estudo. Dessa forma, os estudos generalizantes se tornam distantes da realidade por desconsiderar a particularidade de cada objeto, e os estudos particularistas não se articulam com a realidade que envolve o objeto, produzindo uma descrição inócua que também em nada contribui para o desenvolvimento do campo.

A constituição de uma base sólida para a história da escola como objeto histórico, resultado de múltiplas determinações, estaria no encontro de dois paradigmas classificados como sendo tendencialmente relacional e outro como tendencialmente interno, mas não fechado, (MAGALHÃES, 2004). Uma perspectiva teórico-metodológica apontada para a superação geral/particular, macro/micro, proposta por Magalhães, é a abordagem do tipo meso, por considerar que:

A renovação historiográfica com base em um paradigma relacional, focalizado numa mesoabordagem, assinala a compreensão do processo de escolarização e da construção da escola como lugar de educação, possibilita uma análise e uma construção historiográfica dos modelos pedagógicos que a modelam como instituição. É de igual modo uma historiografia que permite uma reificação dos contextos, dos significados e dos produtos, produzindo por essa via uma história social e cultural (R. Chartier, A. Prost), como ainda uma história pedagógica e antropológica. (MAGALHÃES, 2004, p.123-124).

Desse modo, se considerarmos que avançamos no conhecimento de um objeto, quanto mais nos aprofundarmos no estudo sobre esse objeto, ou seja, quanto mais nos aproximarmos dele de forma qualitativa e quantitativa, esse conhecimento não será possível se desconsiderarmos quaisquer dimensões.

Assim sendo, pensei o estudo de uma instituição escolar, em particular – o Colégio Santanópolis –, na compreensão de que esta se constituiu única na relação que estabeleceu com seus agentes internos e externos.

Portanto, um primeiro cuidado ao tomar uma instituição escolar como objeto de pesquisa é não perder de vista que esta está inserida num contexto; da mesma forma, não se pode deixar de observar que cada instituição terá um modo particular de estabelecer relações com seu entorno, o que a fará singular e com uma identidade própria. São essas particularidades construídas num dado contexto que vão justificar o estudo de uma instituição. De outra maneira, não haveria razão para que o estudo de instituições escolares se constituísse como um tema fértil para o estudo no campo da história da educação.

Embora a escrita sobre o Santanópolis seja uma escrita apenas do passado, não é possível desconsiderar o fato de que esta instituição sobrevive na condição de lugar memorável no mundo virtual, precisamente no seguinte endereço: (<http://ginasiosantanopolis.blogspot.com>). É nesse universo que se encontram ex-alunos do colégio, os quais trocam informações sobre o que viveram na instituição e sobre si mesmos. O blog é mais uma possibilidade de adentrar a esse passado que se quer conhecer. Pois,

(...) Os caminhos para adentrar-se numa instituição são inúmeros. Há como em edifícios, subterrâneos, alicerces, porões, portas, janelas, sótãos, telhados, chaminés... O desafio é entrar na instituição. É pouco relevante, parece-me, o caminho a ser escolhido. Posso chegar à instituição pela legislação educacional, pelo currículo, pelo seu quadro de alunos, pela sua proposta pedagógica, pela sua cultura manifestada pelos trabalhos escolares, pela arquitetura do prédio, pelos professores que delas participaram, pelos ex-alunos, pelo mobiliário, pelas memórias, pela historiografia preexistente ou por arquivos e fontes múltiplas (escritas, orais, imagens som e outras). (SANFELICE, 2007, p.77).

Através do blog é possível acessar pistas sobre o idealizador, sobre o prédio, sobre a legislação, sobre o currículo, os professores, os alunos, os funcionários, a relação professor aluno, as relações entre a escola e a cidade, dentre outras possibilidades.

Para Magalhães (1998), categorias como: tempo, espaço, currículo, modelo pedagógico, professores, manuais escolares, públicos – por serem elementos que conferem identidade à instituição – são de grande relevância no estudo. No caso do trabalho em questão,

sem perder de vista os elementos propostos pelo autor, elegeu-se, como já foi dito anteriormente, o espaço físico, os professores, os alunos, as festas escolares como elementos principais dessa análise, buscando dialogar com a Feira de Santana da época.

Vale lembrar que a história do Santanópolis só poderá ser estudada como uma história do passado pelas razões outrora apresentadas; portanto, há que se considerar todo e qualquer vestígio que possibilite a montagem desse quebra-cabeça. Nesse contexto, o levantamento de fontes e o tratamento dispensado a elas são de fundamental importância para o êxito do trabalho.

1.1.1 As fontes

As fontes, elementos de fundamental importância, se configuram nos meios pelos quais o pesquisador adquire fundamentos para formalizar a pesquisa. As contribuições de Blank Miguel (2007), Lopes e Galvão (2001), entre outros, são de grande valia para desmistificar algumas “verdades”, especialmente em torno dos documentos escritos como uma fonte mais confiável, como se estivesse destituída de intencionalidades simplesmente porque está escrito, muitas vezes nos levando a esquecer que a escrita é sempre a escrita de uma pessoa, portanto, dotada de uma personalidade que por sua vez carrega uma parcialidade porque “as pessoas que produzem esses documentos sabem que, de uma ou outra maneira, serão lidos, quer para serem obedecidos, quer para serem divulgados, discutidos, aprovados ou contestados”. (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 81). Assim também são as falas, imagens e gestos; e o trabalho do pesquisador é ir além do manifestado ou pelo menos pensar estas manifestações. Nessa direção,

não importa se os fatos que se tornam conhecidos são verdades ou mentiras; o que importa é que eles estão ali registrados por algum motivo. Cabe ao pesquisador questionar e descobrir qual é esse motivo. Certamente, o trabalho com as fontes em um arquivo inspira tais sentimentos, mas também impulsiona a descoberta dos porquês das informações ali contidas. (LA FARGE, 2007, apud BLANK-MIGUEL 2004, p. 32).

Faz-se necessário a clareza de que as fontes são produções humanas e, por isso mesmo, são marcadas pela história e intenções do homem que a produziu; portanto, a fonte não está pronta e acabada esperando para ser utilizada, “o historiador deve como qualquer outro investigador social construir suas fontes; [...] investigar a história não é de modo algum

transcrever o que as fontes existentes dizem”. (ARÓSTEGUI, 2001, apud NORONHA, 2007, p.171).

Uma das especificidades do método historiográfico é a natureza de suas fontes de informação. “A “matéria” sobre a qual o historiador trabalha é de caráter muito peculiar: restos materiais de atividades humanas, relatos escritos, relatos orais, textos de qualquer gênero, vestígios de todo tipo, documentos administrativos, etc.” (AROSTÉGUI, 2006, p. 94). Outra determinação importante do método trata-se da temporalidade como natureza do histórico. Assim, o método historiográfico correto “é o que entende que investigar e representar a história não é meramente descobrir coisas ocorridas no passado cuja memória se havia perdido, mas dar conta de como as sociedades se comportam e evoluem no tempo”. (AROSTÉGUI, 2006, p. 95).

1.1.1.1 Da localização e seleção das fontes

As mudanças na concepção do tempo histórico, provocada pela Escola dos Annales, vão condicionar outros deslocamentos historiográficos no que se refere às técnicas e métodos. A emergência de novos objetos vai impor uma renovação no conceito de fonte histórica e demonstrar muita engenhosidade na invenção, reinvenção e reciclagem de fontes históricas, (REIS, 1998). A partir daí, o arquivo do historiador tornou-se mais diverso, apontando para novas possibilidades: “agora a história poderá ser feita com todos os documentos que são vestígios da passagem do homem”. (REIS, 1998, p.37).

Se até um passado recente, esses vestígios eram buscados no mundo material, hoje, com o surgimento e desenvolvimento da internet, os arquivos podem ser construídos, inclusive, nas “nuvens”, por pessoas, grupos de pessoas ou instituições de qualquer parte, e em tempo real. O mundo virtual torna-se uma realidade complexa cada vez mais utilizada para hospedar informações que podem se constituir em fontes para diversas pesquisas, como é o caso do Blog do Santanópolis que pode ser pensado, mal comparando a um livro que se refaz e se renova “todos os dias”, como um livro escrito por várias mãos, múltiplos toques que vivenciaram tempos, espaços e relações diferentes na mesma instituição.

Num passeio pelo Blog do Santanópolis é possível encontrar históricos escolares, carteiras de estudantes, relatos desses alunos sobre a escola, reclames para propaganda do Colégio, além de um interessante acervo fotográfico de propriedade dos mesmos, os quais registram atividades escolares como desfiles cívicos, momentos de estudos, prática esportiva,

bailes de formatura, inclusive um momento de avaliação física de alunos, depoimentos de alunos sobre a escola, professores, colegas e funcionários. Nesse passeio, observei o quão fecundo poderia ser um trabalho sobre aquela instituição.

Por outra parte, instalou-se a preocupação com o fato de que o blog fosse o hospedeiro das fontes, uma vez que, sendo ele memorialístico e construído por pessoas apaixonadas pela escola, as informações ali postadas requerem certo cuidado e perícia por parte do pesquisador, porque ali estão postas informações inundadas de afeto com a intenção de visibilizar a escola de suas lembranças. Nesse sentido, compreendo que ali não está a história do Santanópolis, mas parte de sua memória, entendendo que:

A história é a recuperação, representação e reconstrução incompleta do passado, enquanto a memória é vida, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. O tempo da história é o das mudanças, das transformações, da destruição ao passo que o tempo da memória coletiva é o da permanência e da continuidade. (ZAMBONI, 2005, p.83).

Mas foi a partir do blog que surgiu a necessidade de investigar se existiam outras fontes sobre o Santanópolis e onde elas estariam. Dessa forma, o primeiro passo dado para iniciar esta pesquisa foi localizar as fontes, buscando arquivos nos quais havia a possibilidade de encontrá-las.

As consultas aos arquivos foram orientadas a partir do problema de pesquisa – a importância do Colégio Santanópolis na cidade de Feira de Santana no período de 1934 a 1959 – mas isso não implica em dizer que se configurou em único condicionamento de descoberta de fontes que contribuíssem para a resposta ao questionamento. Para estudar o Colégio Santanópolis, em sua condição de escola extinta desde 1985, lancei-me a uma peregrinação em busca de seus arquivos ou o que sobrou dele, na compreensão de que:

Os arquivos escolares constituem o repositório das fontes de informação directamente relacionadas com o funcionamento das instituições educativas, o que lhes confere uma importância acrescida nos novos caminhos da investigação em educação, que colocam estas instituições numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenómenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens. (MOGARRO, 2005, p.75).

No que tange o conceito de fonte histórica, adotei a seguinte definição: fonte histórica seria, em princípio, “todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso

intelectual que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo”. (ARÓSTEGUI, 2006, p.491).

De posse dessa convicção, lancei-me na tarefa de buscar as fontes para meu estudo no Arquivo Público de Feira de Santana, na Diretoria Regional de educação (DIREC 02), no Museu Regional da Casa do Sertão – situado na UEFS –, além de visitar o Arquivo da Câmara de Vereadores de Feira de Santana. O percurso realizado com o objetivo de localizar as fontes proporcionou-me uma compreensão das condições de armazenamento e disponibilização das mesmas em Feira de Santana e a dimensão do trabalho a se realizar na organização e conservação dos arquivos.

Na Câmara de vereadores, busquei os discursos do Dr. Áureo Filho, idealizador, proprietário, professor e diretor do Colégio nos anos em que exerceu mandato de vereador: (1948/1951; 1951/1955; 1959/1962 e 1962/1963); entretanto, não foi possível o acesso às fontes em função de seu estado precário de conservação. A direção do arquivo afirma que no momento é inviável manuseá-las por conta da fragilidade das mesmas, adquiridas em anos de falta de cuidados específicos e de condições de armazenamento. Os discursos do vereador Áureo Filho seriam fontes privilegiadas para compreender a relação política entre o dono do Santanópolis e a política local a partir dos argumentos utilizados pelo mesmo na defesa das subvenções recebidas da prefeitura pelo Santanópolis, quer seja em forma de doação em dinheiro, quer seja por intermédio das bolsas de estudo. Talvez ali encontrássemos um debate interessante sobre a educação em Feira de Santana e sobre o Santanópolis; sem acesso às fontes, restou-me a curiosidade.

Na DIREC 02, foram encontrados um conjunto de documentos que tudo indica ser peças de processos de solicitação de inspeção e de relatórios de inspeção da Escola Técnica do Comércio, datados dos anos de (1944; 1945; 1948; 1957; 1960 e 1961). O conjunto de documentos de 1944 é parte do relatório de inspeção para fins de autorização de funcionamento da Escola Técnica de Comércio; os demais, para cumprir exigências legais para a continuidade do funcionamento. Constam nesse bloco de documentos, plantas da escola, fotografias e uma série de correspondências trocadas entre o estabelecimento e o Departamento de Ensino Comercial, as quais tratam desde o pagamento de taxas e solicitação de documentação à comunicação de mudança de inspetor em 1956 e orientações sobre a realização da inspeção. No conjunto dessa documentação, nada foi encontrado sobre o ensino secundário mencionado nos relatórios, uma vez que dividem o mesmo espaço institucional. Datados de 1947, encontrei contratos de serviço de professores; de 1957 e 1958 termos de posse; vários livros de registro de diplomas da Escola Técnica e do Curso de Formação de

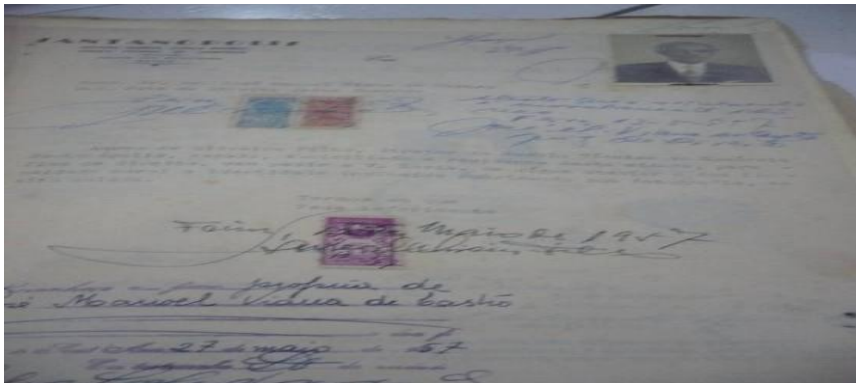
Professores até a década de 1980; livro de ocorrências, entre outros documentos – como os ilustrados baixo – estavam nos arquivos da DIREC 02:

Figura 1- Título de propriedade do Colégio Santanópolis



Fonte: Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis - CEDE/UEFS

Figura 2- Ficha de identificação de Áureo Oliveira Filho



Fonte: Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis - CEDE/UEFS

Além dos documentos mencionados, também estavam de posse da Diretoria Regional de Ensino pastas individuais de alunos de 1935 a 1985. Depois de mais de um ano em negociação com o órgão e em diálogo com três gestores diferentes, finalmente – em outubro de 2012 – parte desse arquivo foi doado ao Centro de Documentação em Educação (CEDE/UEFS). Foram doados todos os relatórios de inspeção, livros de diplomas da Escola Técnica de Comércio e do Curso de Formação de professores até 1959, livros de ocorrência e as pastas individuais de alunos de 1934 a 1959, milhares pastas. A documentação da década de 1960 até 1985 encontra-se na DIREC 02, pois ainda há demanda de ex-alunos desse período em busca de documentação sobre sua vida escolar.

Nas pastas de alunos, existe uma gama de documentos que foram elencados e alguns deles analisados nesse trabalho, os quais permitem conhecer aspectos da realidade educacional do período estudado. Infelizmente, o estado de conservação dessas fontes não é das melhores, considerando que os documentos não estavam em local adequado. Embora estejam abrigadas em melhores condições no CEDE-UEFS, necessitam de tratamento e local adequado para que possam ser conservadas¹⁰. A digitalização é uma opção que garantirá o acesso de pesquisadores sem comprometer a sobrevivência das mesmas. Alguns desses documentos estão em franco processo de deterioração, como a planta baixa do colégio, por exemplo, que foi toda construída em papel vegetal, que ressecou com o tempo, podendo, literalmente, se quebrar nas mãos dos pesquisadores. São fontes valiosas para o conhecimento dessa escola que esteve em funcionamento em Feira de Santana por 51 anos, mais de meio século de existência – 1932/1985 – cuja memória poderá ser ainda mais prejudicada em função das precárias condições de armazenamento de fontes existentes nos arquivos em Feira de Santana.

Na Fundação Senhor dos Passos encontra-se uma coletânea de jornais do Grêmio da escola, do período de 1954 a 1957, documento de grande importância para compreender a relação entre a escola e a sociedade feirense da época em questão; são edições impressas, comercializadas do *O Santanópolis*” e do *O Coruja*, nomes recebidos pelo jornal. Em que pese terem sido Órgãos do Grêmio Cultural Áureo Filho – do Colégio Santanópolis – eles não se restringem a tratar das questões ligadas ao cotidiano da escola. Aliás, os periódicos em suas duas fases – *O Santanópolis* e *O Coruja* – muito pouco apresentam questões que dizem respeito ao cotidiano do colégio, mostrando maior preocupação em manter comunicação com a sociedade de Feira de Santana, interferindo nas suas questões políticas, econômicas, culturais e sociais. A partir dessa fonte é possível analisar a importância do Colégio para Feira, bem como o valor que estes alunos davam à participação política nos problemas da cidade.

A fonte de grande importância para o trabalho em questão são os exemplares do Jornal *Folha do Norte*. Trata-se de um Jornal com mais de um século de existência, o qual, no período, se configurava na principal fonte de informações sobre Feira e Região. Nesse jornal é possível encontrar informações desde a concepção até o funcionamento do Colégio. Uma série de notícias e notas foi publicada, mantendo a população informada sobre o andamento

¹⁰ Algumas dessas fontes já estão sendo tratadas pela equipe do Museu Casa do Sertão - UEFS.

do Colégio; no dia 20 de janeiro de 1934, uma pequena nota dava conta de informar sobre o processo de oficialização da instituição, dizendo:

A necessidade evidente de um estabelecimento de ensino secundário nesta urbe, servindo não somente à colectividade, mas também à população da vasta zona de que Feira se tem constituído centro de irradiação de progresso, assim material como intelectual, grangeou para o Gymnasio Santabnopolis francas sympatias, adhesões de competentes e o apoio valioso de dirigentes da políticas e da alta administração.

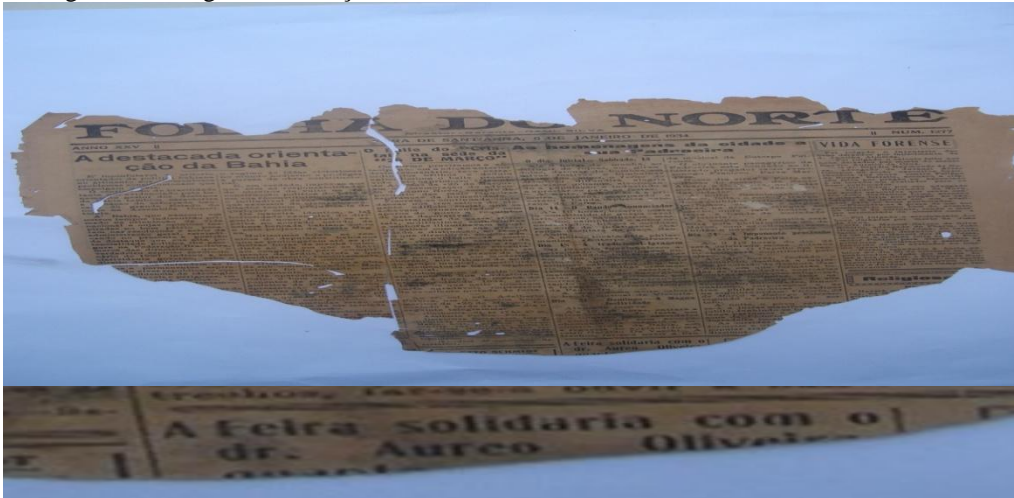
Desse concurso de circunstâncias favoráveis resultarão, sem dúvida, a concorrência aos próximos exames de admissão, a freqüência crescente das aulas preliminares e a consequente equiparação do gymnasio feirense ao instituto modelar da União – o Colégio D. Pedro II. (FOLHA DO NORTE, nº1279 de 20/01/1934, p. 1).

Tendo como redator chefe Tito Ruy Bacellar¹¹, redator João Vital e o secretário Arnold Silva – ambos, irmãos – o exemplar de número 01 do Jornal *Folha do Norte* foi publicado no dia 17 de setembro de 1909 e ainda hoje se configura num importante veículo de comunicação em Feira de Santana e é amplamente utilizado por pesquisadores de várias áreas, especialmente nos estudos sobre a cidade. O fato de reconhecer a importância do periódico citado como fonte para os estudos realizados nesse trabalho, conciliada com Araújo (2002, p.95), “recusa-se terminantemente a idéia de que a imprensa seja apenas veiculadora de informações, imbuída de imparcialidade e de neutralidade diante dos acontecimentos, como se essa imprensa pudesse constituir uma ilha diante da realidade histórica na qual se insere”.

No Museu Regional, as fontes estão digitalizadas e podem ser consultadas publicamente. Digno de nota foi o trabalho dessa instituição em digitalizar essas fontes que, em grande medida, estão prejudicadas pelo tempo e pela falta de cuidados necessários ao longo dos anos; alguns exemplares não devem ser manuseados sob pena de sua extinção. Para que se tenha uma ideia das condições das fontes impressas, digitalizadas pelo museu, basta observar a imagem abaixo:

¹¹ Coronel Tito Ruy Bacelar foi intendente Municipal de Feira de Santana no período de Janeiro de 1904 a abril de 1906.

Figura 3 - Fotografia de Edição do Jornal *Folha do Norte* do Ano de 1934.



Fonte: Arquivo do Museu Regional Casa do Sertão-UEFS.

No final da imagem temos uma nota com o título parcial “A Feira solidaria com o dr. Aureo Oliveira quanto...” Infelizmente não é possível saber o conteúdo da notícia ou sequer o restante do título, pois a página está rasgada, suja e amarrotada. Podemos especular que a solidariedade seja em função da instalação do ginásio, contudo não é possível fazer qualquer afirmação. Dispor das edições em formato digitalizado é um presente aos pesquisadores e à memória de Feira de Santana.

Outras documentações importantes nessa análise são as Leis que regeram o ensino nesse período, por exemplo, as da Reforma Francisco Campos e Capanema, entre outros decretos relacionados ao ensino; só pra citar, o Anuário Estatístico, entre outros listados.

Lancei mão de algumas entrevistas visando colher informações que não foram encontradas nas fontes disponíveis, como por exemplo, informações sobre a vida no internato, sobre o qual não há como recuperar aspectos de seu cotidiano sem acessar a memória dos que passaram por ali. Durante a pesquisa, localizei dois ex-alunos internos, sendo um residente em Itaberaba – BA e outro em São Paulo. Vale destacar que não há uma hierarquia entre as fontes, ressalta-se, antes, a ampliação das informações.

É de suma importância enfatizar que, ao longo do trabalho, torna-se imprescindível a revisão bibliográfica sobre o tema para fundamentar o trabalho produzido dando-lhe consistência, uma vez que não é possível realizar um trabalho de pesquisa com rigor e seriedade se não se considera o conhecimento historicamente produzido acerca do mesmo, quer seja para afirmá-lo ou negá-lo no todo ou em parte ou ainda acrescentar-lhe novas reflexões.

No diálogo com as fontes e o referencial teórico metodológico, foi construído este texto com o objetivo de investigar a importância do estabelecimento de ensino como

equipamento social e educacional para a cidade de Feira de Santana no período de 1934-1959. A partir da escolha das categorias investigativas e da disponibilidade das fontes, a produção foi organizada em sete capítulos. No primeiro, *Introdução*, encontram-se as informações gerais em relação ao trabalho; no segundo capítulo, *Feira vai ter um Gymnasio: a construção do Santanópolis*, busquei compreender o movimento que a construção do prédio da escola imprimiu na vida da cidade e como esta construção dialogava com as orientações e concepções de escola vigentes, além das normas gerais sobre construções modernas e modernização da cidade. A edificação do Santonópolis movimentou a cidade de Feira de Santana tanto pela expectativa da presença de um ginásio e o significado dessa conquista na vida da cidade, de seus moradores quanto pela presença do edifício na paisagem urbana que, ao lado da prefeitura, se configurou como uma das mais importantes construções na avenida e na cidade.

Após esse diálogo entre o prédio e a cidade, o leitor é convidado a observar *A vista por dentro: espaços de aprender, administrar e brincar* cuja intenção foi a de analisar como esse espaço escolar foi organizado e como essa organização nos dão pistas das intenções pedagógicas da escola a partir da geometria de seus espaços (RICOUER, 2007). Na certeza de que os espaços-lugares (ESCOLANO, 2005) de uma escola são organizados com a intenção de formar indivíduos para uma determinada sociedade, e no Santonópolis a regra é confirmada, a disposição interna do edifício dá pistas das concepções educacionais que circulavam naquele espaço. Os conteúdos da educação, constituída no Santanópolis, serão abordados no quarto capítulo, que tem como título, *Restrito a alunos ou abertos à comunidade: os cursos do Santanópolis*, no qual são elencados os cursos seriados ou não que foram ministrados na escola, e como o Santanópolis, através deles, se capilarizou na sociedade feirense.

Após conhecer o edifício e suas relações com a cidade, sua organização interna e o conteúdo da educação ali ministrada, interessaram-me por conhecer os sujeitos dessa educação. *Bacharéis em ciências e letras, contadores e professores: os alunos do colégio santanópolis* é o capítulo no qual busquei conhecer quem foram os alunos do colégio Santanópolis, de onde vieram, em quais condições estudaram, os rituais cumpridos por estes para se tornarem e ao se tornarem alunos daquele “conceituado” estabelecimento de ensino, e o envolvimento dos discentes com o grêmio esportivo. Como a relação ensino aprendizagem na escola não se faz sem o professor, também eles foram tema dessa investigação. O capítulo *Lentes, catedráticos, doutores, tenentes ou simplesmente professores: os docentes do Colégio Santanópolis na cidade de Feira de Santana* foi construído com a tarefa de pesquisar esses

professores – sua formação, os discursos sobre eles, regime de trabalho e remuneração – em diálogo com o debate e a legislação sobre ser professor no período.

Por último, resolvi colocar a escola mais uma vez na rua, através das *Festas magnificas do Colégio Santanópolis: solenes, culturais, esportivas ou cívicas*. Neste capítulo, o diálogo não é mais do edifício com a cidade e seu movimento em direção à modernidade da paisagem urbana, a intenção é mostrar a escola na rua como um espetáculo pedagógico andante com seus desfiles e festas que educavam não apenas seus alunos, mas a sociedade feirense, impactando a vida desta e conformando-se como um equipamento social e educacional no processo de modernização da cidade de Feira de Santana no período de 1934 a 1959.

CAPÍTULO 2

**“FEIRA VAE TER UM GYMNASIO”¹²: A CONSTRUÇÃO DO
SANTANÓPOLIS**

¹² Título mantido como está escrito na reportagem do Jornal *Folha do Norte* de 1933.

2 “FEIRA VAE TER UM GYMNASIO”: A CONSTRUÇÃO DO SANTANÓPOLIS

Uma premissa que guia este trabalho é a de que a história da educação de um lugar pode ser lida, também, na arquitetura de suas escolas; sua estrutura física é um texto e conta uma história que se inicia, antes mesmo do prédio erguido, já nas intenções que, criteriosamente, escolhe uma cidade, uma rua ou avenida e, nesta rua ou avenida, uma determinada posição que revela uma intenção educativa que tradicionalmente é percebida como uma tarefa do prédio para dentro, mas que se concretiza, também, do prédio para fora, dialogando com seu entorno.

Sendo assim, proponho, neste capítulo, nos aproximarmos o quanto seja possível do que foi o prédio do Gymnasio e depois Colégio Santanópolis, acreditando com Ricouer (2007, p.159) “que cada novo edifício inscreve-se no espaço urbano como uma narrativa em um meio de intertextualidade”. Os relatórios de inspeção, as fotografias, o blog do colégio e edições do Jornal *Folha do Norte* são as fontes privilegiadas na tarefa de pesquisar essa escola que não mais existe fisicamente.

Várias pesquisas sobre instituições escolares trazem o espaço físico como categoria de estudo. Buffa e Nosella (2002), ao estudarem a escola Normal de São Carlos, analisam o prédio da escola em seu projeto arquitetônico e seu significado para a sociedade São Carlense. Andrade (2000), ao estudar o Colégio do Caraça, no item *Salas e salões*, apresenta-nos esses espaços, ora descrevendo-os, ora analisando as atividades que se desenvolviam neles. Na obra, *O imperial Collégio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*, Cunha Júnior (2008) dedica um capítulo ao espaço físico da escola: *A dimensão educativa dos espaços do Imperial Collegio de Pedro II*, no qual apresenta o entorno e os espaços internos do Colégio.

Na Bahia, Lima (2003), em *O Banquete Espiritual da Instrução: O Ginásio da Bahia, Salvador: 1895-1942*, também trata do prédio do ginásio, enfocando, inclusive, o impacto que a construção causou na cidade do Salvador do Século XIX, quando erguido para ser sede do ensino secundário oficial, no Estado. Todos esses autores problematizam a relação entre o espaço urbano, o prédio e a educação escolar que nele existiu.

Estas investigações partem do pressuposto de que todo modelo educativo envolve aspectos econômicos, sociais e culturais. Além disso, a partir das escolhas e decisões tomadas pelos integrantes da ação educativa, é definido o tipo de sociedade, profissional de educação e de sujeito social (homem e mulher) que a escola pretende formar. Por meio da ação educativa,

a escola concretiza – ou pelo menos tenta – um ideal educacional através dos conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos que ali circulam.

Esse modo de educar pode ser observado de várias formas em vários espaços e momentos da escola: nos documentos; na aula; nas relações entre professores, alunos e gestão da escola; nas práticas de ensino e aprendizagem, assim como também em seu projeto arquitetônico. Ao se referirem ao prédio da Escola Normal de São Carlos, Ester Buffa e Paolo Nosella (2002, p.46) concluem que “as linhas gerais do projeto pedagógico da Escola Normal estão inscritas até na arquitetura do prédio”.

O espaço físico da escola pode nos oferecer informações sobre o momento histórico, as relações de poder, a estética e seu significado no contexto; apresenta elementos que dão pistas sobre a sua concepção de educação que, por sua vez, evidencia uma concepção de homem, de mundo e de sociedade num determinado contexto. Nesse sentido, entendo que conhecer o espaço físico da instituição em questão é mais um elemento que possibilita compreender o Santanópolis e a sua relação com a cidade de Feira de Santana no período escolhido. Nessa perspectiva, concordo que:

[...] a arquitetura enquanto expressão humana nunca é arbitrária, causal e sim uma linguagem orgânica aos valores e potencialidades de uma determinada sociedade. À primeira vista, é possível não se perceber o significado dos elementos da composição arquitetônica de um edifício, mas na verdade, cada elemento materializa concepções, opções, valores, preocupações humanas. (BUFFA; NOSELLA, 2002, p.42).

As reflexões dos autores permitem problematizar a construção do prédio do Santanópolis e investigar as relações da morfologia física do colégio com os aspectos político, econômico e social, não apenas na esfera local, mas também em torno da construção dos prédios escolares, em nível nacional, que se iniciou no século XIX com a construção dos grupos escolares. Nesse contexto, questiono quais modelos arquitetônicos estavam postos naquele momento para a construção de escolas? Que valores eles expressavam? Que princípios regiam essas edificações? E o prédio do Colégio Santanópolis, que significado ele teve na sociedade feirense?

Num dos reclames com fotografia produzidos por Áureo Filho, para fazer a propaganda do colégio em Feira e região em 1934, temos o seguinte texto sobre o prédio: “Vista de frente do Gymnásio Santanópolis, construído especificamente para essa finalidade, vendo-se os três pavilhões centraes isolados, como exige a mais rigorosa thecnica pedagogica moderna”. Compreender o sentido das informações contidas no texto, naquele momento histórico, é uma tarefa a ser elaborada nos rastros deixados pelo colégio ao longo desses anos.

Rastros, porque se trata de uma escola extinta desde 1985 cujo prédio foi demolido. Para tanto, a planta baixa da escola; uma série de fotografias da parte externa da escola sob vários ângulos – anexa a um relatório destinado à inspetoria de educação, o qual oferece dados minuciosos sobre a escola e suas instalações –; fotografias do interior do prédio; a descrição da dimensão de cada espaço educativo do Santanópolis (salas de aula, laboratórios, biblioteca, quadra de esporte, sala do grêmio, salas ambientes, entre outros) e a memória de ex-alunos e professores. Juntam-se a isto, as edições dos Jornais *Folha do Norte*, do período em estudo, se caracterizando como fontes que subsidiaram a investigação.

Na década de 1930, período em que foi construído o Gymnasio Santanópolis, Vidal e Faria Filho (2000) apontam que Fernando Azevedo chamava a atenção para a necessidade de se desenvolver um plano coordenado de edificações escolares. No projeto azevediano

as plantas davam visibilidade a vários aspectos dos ideais escolanovistas. Incorporavam ambientes como gabinetes dentários e médicos e laboratórios, requisitos das construções escolares desde os anos 1910. A entrada única para alunos e alunas consolidava os princípios da co-educação defendidos pelos escolanovistas nos anos 1920. As bibliotecas e os museus escolares eram revalorizados. À mera observação indicada pelo ensino intuitivo, a escola ativa preceituava a atividade constante do aluno. Assim, em vez de lugares de freqüentação, museus e bibliotecas passavam também a espaços de experimentação. (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.29).

No que se refere ao contexto local naquele momento, o que chamamos hoje de centro da cidade, em Feira de Santana, estava se organizando. O então Gymnasio Santanópolis estava situado ao lado do prédio da prefeitura municipal e nas proximidades da Escola Normal Rural, dois prédios suntuosos, de estilo neoclássico, marcos arquitetônicos na cidade. A própria localização do colégio queria dizer alguma coisa.

O desafio é descrever o Santanópolis sem perder de vista o local onde ele foi construído. Esse local, tanto é a rua, o bairro como o é também a cidade, com suas múltiplas possibilidades interpretativas, seus projetos e aspirações, considerando que, “continuamente, a cidade se inscreve na escola”. (FARIA FILHO, 2005, p.35). Por essa razão, inicio essa incursão dando passos pela cidade.

2. 1 A CIDADE E A AVENIDA COMO LUGAR DO GYMNASIO

Duas teses explicam a origem de Feira de Santana. Em parte da produção historiográfica sobre esta cidade, principalmente na memória do lugar, sua origem é explicada

a partir da Fazenda Olhos D'água, de propriedade do casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa, que construíram uma Capela em homenagem a Nossa Senhora Santana e a São Domingos. Entretanto, para Lima (1990), a origem de Feira se dá a partir do povoamento da Região de São José das Itaporocas.

Historicamente, alguns elementos são considerados como marcos identitários de Feira de Santana, seja pela literatura sobre o município e/ou pelo imaginário local: o vaqueiro, a feira e o comércio. Desde a primeira metade do século XIX, a então Vila de Feira de Santana se constituiu em grande referência para a criação e o mercado de gado, não apenas para o Estado da Bahia, mas para todo o norte e nordeste do Brasil, configurando-se num grande entreposto comercial para a região. A força dessas atividades na constituição de Feira de Santana se configurava em:

Antigo pouso obrigatório de boiadas e tropas que conduziam o gado para o comércio na feira de Capuame nos anos iniciais do século XIX, o Arraial de Santana da Feira já em 1873 recebeu o nome de Comercial Cidade de Feira de Santana. A dependência do fornecimento de carne, couro e sebo por Salvador e cidades do Recôncavo motivaram o estabelecimento de um ativo comércio de bovinos, viabilizou a formação de núcleos habitacionais à margem das vias de circulação de animais. Deste modo, a marcha das boiadas constituiu elemento fundamental na formação de inúmeros centros habitacionais que se estabeleceriam como pontos estratégicos no trânsito entre o interior e a região costeira, assim como definiu a atividade econômica predominante na maioria das cidades do sertão baiano. (SIMÕES, 2007, p.23).

As atividades econômicas que sustentaram a formação de Feira de Santana vão marcar os lugares sociais e de poder no município. Defendemos que a natureza da atividade econômica influencia o lugar da educação, escolarizada em cada sociedade. Segundo Lima (1990), no Século XIX, os grupos sociais de maior influência em Feira de Santana eram formados por fazendeiros, comerciantes, representantes da Igreja e o Estado, além dos militares; sendo, os primeiros, o grupo social de maior poder:

Os fazendeiros formavam a aristocracia dominante da sociedade feirense, à época. O Governo Municipal funcionava em consonância com a “convivência” dos poderosos proprietários rurais. O poder do fazendeiro se manifestava como marca de prestígio, através de títulos fornecidos pela Guarda Nacional que assegurava a proteção à propriedade e à família, calcada no prestígio da estrutura militar – uma orientação que era regra no Brasil. (LIMA, 1990, p. 40).

Analisando a estrutura social da cidade no século XIX, a autora aponta, ainda, outros grupos: os vaqueiros, lavradores e roceiros, e escravos completavam a paisagem social. Na

análise desses grupos sociais é importante destacar a relação poder, cor, raça na composição da elite feirense da época, marcando sua complexidade. Santos (2007), ao realizar uma leitura problematizadora dos trabalhos de Poppino e Boaventura – quanto às questões étnico-raciais – ele afirma que:

Os fazendeiros e os comerciantes [...] “passavam pelo crivo racial”, isto é, mesmo sendo elementos de origem indígena ou mesmo negra eram considerados como brancos na sociedade escravocrata, o que configuraria Feira de Santana como uma cidade de “elite de cor”. Mesmo sendo homens cor, gozavam de plena aceitação (status), além das altas fortunas com o comércio de gado. Os fazendeiros estariam no topo das estruturas de hierarquia e de prestígio na Vila de Feira de Santana. (2007, p.37).

Analisar essa formação social, marcada pelas atividades econômicas desenvolvidas e pelas relações de poder estabelecidas, torna-se importante para compreendermos a constituição histórica da sociedade feirense e, posteriormente, sua perspectiva de modernização que remete ao contexto de criação do Gymnasio Santanópolis como um equipamento social modernizante, favorecido, dentre outros elementos, pela inexistência do ensino secundário no município que há muito se configurava numa referência no comércio e na agropecuária, em nível estadual e regional.

A Historiografia sobre Feira de Santana também analisou a perspectiva cultivada pelos moradores desta urbe durante finais do Século XIX, que construiu o imaginário da cidade sã (SILVA, 2000), uma espécie de Petrópolis do Sertão, lugar de bons ares, recomendada pelos possuidores de uma saúde frágil, como discutiu Silva.

Contudo, segundo Oliveira, em tese de doutorado intitulada, *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)*,

[...] nas primeiras décadas dos anos de mil e noventa, a identidade de cidade sã foi abandonada, em decorrência da instauração de uma nova visão da cidade. Esta, a partir de então, passou a ser idealizada como espaço civilizado e progressista tendo como expressão mais concreta a maximização de suas potencialidades comerciais. (OLIVEIRA, 2008, p.17).

Potencialidades essas aguçadas pela presença dos “autocaminhões carregados”, ainda que as tradicionais carroças não tenham sido abandonadas. No entanto, esse tipo de transporte requer uma nova urbe com vias de escoamentos de outras dimensões, aspectos e materialidade.

No início do Século XX, o debate dominante nos periódicos em circulação local girava em torno da modernização da cidade. Trabalhos como o de Sousa (1999); Oliveira (2000); Silva (2000); Simões (2007); Carvalho (2008) discute essa perspectiva. Sobre a

construção de Feira como uma cidade moderna, mudanças significativas ocorreram nos anos finais do século XIX e nas três décadas iniciais do século seguinte.

Estas transformações, articuladas entre si, produziram novidades em termos de modelos de sociabilidade, gerando um novo padrão de comportamento público e uma nova “urbe”. A nova cidade deveria ser aprazível aos olhos dos visitantes que vinham de diferentes lugares mercadejar ou em busca de bons ares para tratamento de saúde, duas das famas mais importantes de Feira de Santana. (OLIVEIRA, 2000, p.17-18).

O autor ressalta que a construção de novas sociabilidades em Feira de Santana não se dá de forma harmônica, consensual – longe disso, conflitos estavam postos –, e destaca como alvos dos ataques da elite feirense as heranças da cultura negra e os vaqueiros, entre outros ligados ao passado pastoril.

O processo de transformação de determinados comportamentos em anti-sociais, principalmente aqueles que um dia foram legitimados socialmente, refletem na verdade uma disputa pela memória do espaço em questão, uma demarcação dos espaços simbólicos entre diferentes grupos sociais. É assim que é possível visualizar as disputas do poder público e dos jornais feirenses com os vaqueiros, como um procedimento de construir áreas livres, “civilizadas” na cidade de Santana. (OLIVEIRA 2000, p.51).

Seguindo a tradição da formação dos centros urbanos no Brasil, de acordo com Oliveira (2000), Feira também se originou a partir do comércio, o comércio de gado com fortes ligações com o espaço rural. No início do século XX, a cidade apresentou um crescimento vertiginoso; em 30 anos, a população quase dobrou – tendência nacional nos centros urbanos da época. Em 1900, a população do município de Feira era de, aproximadamente, 63.000 habitantes; em 1920, eram 77.600, sendo ultrapassado apenas pelos municípios da cidade do Salvador e Santo Amaro, (POPPINO, 1968). Em 1930, o município já apresentava uma população que beirava os 100.000 habitantes. Na década de 1940, a cidade figurava entre as mais populosas do Estado, ficando atrás apenas de Salvador, Itabuna e Ilhéus. Entretanto, em 1950, Feira já era a cidade mais populosa do interior da Bahia.

Nesse contexto, entre a necessidade de se adequar politicamente aos tempos republicanos e à vida propriamente dita da cidade, duas características de Feira de Santana entram em choque: “de um lado, o passado rural e do outro fortíssimo incremento do comércio e o conseqüente desenvolvimento urbano”. (OLIVEIRA, 2000, p. 25).

Nesse debate, a contribuição de Simões (2000) é de grande valia para compreendermos os conflitos instalados e os desejos almejados na invenção – citando De Certeau (2009) – da Feira de Santana moderna:

O percurso realizado pela comunidade local na construção de uma identidade comercial, antes de constituir num processo pacífico, figura como um campo aberto de conflitos que se desdobraram durante este período de sua formação identitária. Neste percurso a imagem que acomodou uma identidade específica à cidade de Feira de Santana efetuou uma diferenciação em relação a outros objetos, elaborando o seu reconhecimento enquanto entidade separável, como unidade singular. Deste modo, seria necessário suplantar a tradicional imagem da Feira sertaneja pela nova figura da cidade comercial e moderna, que devido à demonstração de exemplos inequívocos de seu progresso, iria projetá-la como uma segunda capital do Estado. Neste sentido, coube às autoridades feirenses substituir outras tantas imagens que eram elaboradas por certos grupos reacionários a este “projeto” no intuito de transformá-la, de fato, numa “Princesa”, não mais do sertão, mas da modernidade, do progresso, da civilidade. Para tanto, fazia-se necessário que a futura rainha acompanhasse os passos de sua “majestade”, deixando para traz os vícios e os costumes de seu passado. (SIMÕES, 2007, p.41).

Nesse contexto de modernização, um prédio escolar é simbologia indiscutível para atestar o progresso de um lugar. A mais importante referência arquitetônica e educacional de uma modernidade pedagógica, em Feira de Santana, ocorre com a construção do Grupo Escolar JJ Seabra, no ano de 1916, em “estilo eclético, misturando *art-nouveau* e neoclássico em consonância com outros prédios destinados à educação da época, representando essa vontade de modernidade, de poder”. (SOUSA, 2001, p.64).

Figura 4 - Escola Normal de Feira de Santana – vista frontal



Fonte: Página do blog de Feira de Santana¹³.

Em 1927, o prédio abrigou a Escola Normal Rural de Feira de Santana; segundo Sousa

[...] sua localização tomando Ricoeur (1996) , trazia um certo significado de disputa de temporalidades, de sucessão, pois foi instalada no prédio JJ

¹³ Disponível em < http://www.feiradesantanna.com.br/imagens/memorias/escola_normal> Acesso em ago.2012.

Seabra, que assim deveria desaparecer da memória como instituição, como derrotado foi o chefe político que lhe deu o nome. (SOUSA, 2001, p.64).

É nesse contexto efervescente da urbe feirense que, no ano de 1933, começa a tomar corpo aquela que seria a primeira escola de ensino secundário oficializada de Feira de Santana e região, a qual começa a funcionar em 1934, o “Gymnásio Santanópolis”, abaixo ilustrado.

Figura 5-Vista lateral do Gymnásio Santanópolis -1934.



Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira¹⁴

Compreender o sentido das informações existentes no texto contido no reclame, sem perder de vista o interesse de compreender o sentido dessa escola na paisagem urbana de Feira de Santana – como elemento constituinte de uma nova sociabilidade, que se constituía na cidade no período em estudo –, é uma tarefa a ser elaborada nos rastros deixados pelo colégio por todos esses anos ao longo da sua existência. Por hora, a fotografia cumpre, tão somente, a função de familiarizar o leitor com a imagem da escola analisada. Assim, enquanto teço o enredo sobre o Santanópolis, torna-se possível, desde já, guardá-lo como imagem.

2.1.1 O local da construção

Em 1933, mais precisamente no dia 30 de dezembro, sob a edição de número 1276, encontra-se, no Jornal *Folha do Norte*, referência ao Gymnasio Santanópolis. Na primeira página, junto com outras notícias importantes para a cidade, tais como a chegada de um novo vigário, a nova bancada administrativa da Santa Casa de Misericórdia e informações sobre a

¹⁴ Ex-aluno, professor e diretor do colégio Santanópolis; Filho de Dr. Aureo Filho.

bancada política baiana, aparece uma nota considerável que anuncia que Feira vai ter um ginásio.

Em tom efusivo, estava escrito que esta é “uma antiga aspiração da Feira, quiçá a maior dellas que será em breve traduzida para a realidade”. (FOLHA DO NORTE nº 1272 de 30/12/1933, p. 1). A nota, ainda, trata o feito não como uma questão local, mas como uma questão regional de grande importância, que facilitaria a inserção de estudantes do interior baiano no ensino secundário. Exaltando a iniciativa de seu fundador, o cirurgião dentista Áureo Filho, a nota também anuncia as articulações políticas em torno desse projeto; informando o apoio do senhor interventor capitão Juracy Magalhães,¹⁵ destaca: “Sua Exa. avaliando devidamente dos benefícios à nossa terra defluentes da posituação dessa encomiavel idéia promptificou-se (*sic*) a auxiliar dr. Áureo Filho no que fosse possível”. (FOLHA DO NORTE nº 1273 de 30/12/1933, p.1). A relação política que o Dr. Áureo filho mantinha com o capitão Juracy Magalhães foi, sem sombra de dúvida, um elemento de peso para a concretização do Santanópolis. Pertencentes ao mesmo partido, no ano de 1935, Dr. Áureo Filho figura entre os candidatos a vereador por Feira de Santana, tendo logrado êxito, assim como todos os seus companheiros de legenda¹⁶, (SILVA, 2012).

Minuciosa, a nota ressaltava o fato de o colégio está sendo construído na Avenida Maria Quitéria¹⁷, especificamente para abrigar uma escola; portanto, o primeiro prédio da rede privada na região a fazê-lo, e pautado nas mais modernas orientações para as construções escolares da época, além de, em tudo obedecer “as prescrições da hygiene escolar”. (FOLHA DO NORTE nº 1276 de 30/12/1933, p.1). Aqui está explícita a influência do discurso higienista no campo escolar, o qual influenciou o currículo e, também, o aparelho escolar desde a sua edificação.

Condenando os espaços insalubres, a localização do prédio escolar, os problemas de iluminação, ventilação, os espaços construídos e as áreas livres, a inadequação dos mobiliários, e dos equipamentos disponíveis, dos bebedouros aos sanitários, avaliando os prejuízos físicos ocasionados às crianças – problemas de visão, focos contagiosos, distúrbios posturais e danos à coluna entre outros. (STEPHANOU, 2000, p. 153).

¹⁵ Juracy Magalhães e Áureo Filho pertenciam ao mesmo partido político, o PSD.

¹⁶ Os outros candidatos a vereador do PSD foram: Américo de Almeida Pedra, Adalberto Constâncio Pereira, Álvaro Simões Ferreira, Eduardo F. da Motta, Filinto Marques de Cerqueira, Gonçalo Alves Boaventura, João Barbosa de Carvalho, João Martins da Silva, José Pinto dos Santos, Valentin José de Souza e João Marinho Falcão. Para prefeito, o candidato foi Heráclito Dias de Carvalho, que governou Feira de Santana em dois períodos. O primeiro, de 22 de fevereiro de 1935 a 28 de novembro de 1937 e o segundo, de 06 de julho de 1938 a 11 de março de 1943. (SILVA, 2012, p.09)

¹⁷ A Avenida Maria Quitéria, hoje – Getúlio Vargas –, era a principal avenida da cidade.

A ênfase na especificidade do prédio tinha o objetivo de fazer a diferença na tradição de surgimento de escolas da época, considerando que quase sempre se iniciavam em uma casa que virava escola, como foi o caso do *Gymnasio Donato de Souza*, situado à Rua Barão de Cotegipe, 22.

Essa escola foi o primeiro estabelecimento de ensino intitulado de ginásio, em Feira. O referido estabelecimento funcionava em regime de internato e externato e destinava-se à educação de meninos e meninas, de acordo com um reclame publicado no dia 09 de abril de 1932, na edição de número 1.186. Segundo a propaganda, os cursos oferecidos seriam o curso primário e admissão ao primeiro ano ginasial.

Na edição de 16 de abril do mesmo ano, o diretor desse estabelecimento informa ao *Folha do Norte* sua intenção em “fundar um curso secundário equiparado ao Colégio Pedro II cujo corpo docente se comporá de experientes profissionais”. (FOLHA DO NORTE nº 1187, ano XXIII. 16 /04/ 1932, p 01). Mas, o desejo do senhor Manoel Donato de Souza não se concretizou, e o ensino secundário não foi implantado porque “não teve sustentação político-partidária para levá-lo adiante com o reconhecimento dos cursos pelo Ministério da Educação”. (QUEIROZ, 2002, p.34).

Segundo Poppino (1968), de 1889 a 1930, não há registros de escolas secundárias em Feira de Santana. Há notícias de duas escolas de ensino secundárias anteriores a 1889: uma em 1865 e outra ligada à Sociedade Propagadora Feirense em 1895, que fechou suas portas no ano seguinte, “quando a sociedade foi desfeita”. (CRUZ E SILVA, 1977, p.1).

Apesar da demanda por escolas de ensino secundário em Feira de Santana que atendesse a população escolarizada em nível primário, a primeira escola de grau médio registrada na cidade foi a Escola Normal cujo decreto é de 1925, instalada em 1927, o que levou a transformação das duas escolas complementares existentes na cidade em um único colégio. “Planejou-se, então, um curso fundamental de dois anos para o ensino de Português, Francês, Matemática, Ciências e Higiene, aberto a todos os estudantes que haviam completado o curso primário”. (POPPINO, 1968, p.295). Esse curso foi anexado à Escola Normal em 1927, ano de seu funcionamento.

Até então, as famílias que julgassem importante o prosseguimento dos estudos de seus filhos teriam que enviá-los a Salvador. Em geral, os rapazes destinavam-se ao Colégio da Bahia, ao Ypiranga, entre outros, para cursar o ensino secundário que lhes possibilitaria adentrar ao ensino superior, pois como aponta Sousa, “aos rapazes das elites a educação era propedêutica a uma das três faculdades existentes – Medicina, Engenharia e Direito – e, se a

profissão nunca fosse exercida, o grau de Bacharel era um elemento a mais de poder social na então *cultura bacharelesca baiana*”. (SOUSA, 2001, p.37).

Para as moças de Feira de Santana o destino era uma das escolas de formação de professores, também na capital, “[...] fosse na Escola Normal da Bahia, fosse no educandário dos Perdões ou no educandário Sagrado Coração de Jesus, conforme ficou evidente nas notícias sociais dos jornais da época”. (SOUSA, 2001, p.37). Por essas razões, a criação da Escola Normal foi um ganho significativo para Feira e Região, mas aqueles e aquelas que tivessem interesse no ensino propedêutico, ainda teriam que ir a Salvador para cursar o secundário.

A inexistência do ensino secundário público – mesmo com a presença da Escola Normal em Feira de Santana – favorece a rede particular de ensino preencher a lacuna, sendo possível observar a iniciativa e a prevalência da rede particular na preparação dos alunos para a continuação de seus estudos. A pioneira dessas entidades trata-se da “Escola Paroquial, Internato Nossa Senhora do Rosário, aberta em Março de 1930 para o preparo de candidatas à Escola Normal. Entretanto, ainda não podemos falar da existência de uma instituição de ensino secundário, propriamente dita, na cidade, o que só ocorre em 1934, com o funcionamento do Gymnásio Santanópolis, de propriedade do senhor Áureo de Oliveira Filho.

Com a disposição de informar a comunidade esse grande feito, que foi a construção do Santanópolis, o Jornal *Folha do Norte* avisa, inclusive, o calendário do colégio, que ainda estava finalizando sua edificação:

Os exames de admissão ao curso secundário do Gymnasio Santanópolis, efectuar-se a 15 de fevereiro do ano próximo vindouro, devendo o curso gymnasial ter início em o mês de março, consoante será oportunamente anunciado pelo fundador. São nossos votos pelo completo êxito desse empreendimento que revela decidida vontade de concorrer para o engrandecimento intellectual de Feira. (FOLHA DO NORTE nº1276 de 30/12/1933. p.1).

A importância do Santanópolis extrapola os limites da cidade e da região; prova disso, é a nota veiculada no *Diário de Notícias*, um conceituado jornal baiano, do período pertencente ao grupo *Diários e Emissoras Associadas*¹⁸, o qual na edição do dia 17 de março de 1934 publicou a seguinte nota que, em que pese ser longa, merece ser transcrita na íntegra:

¹⁸ Do qual fariam parte, mais tarde, a TV Itapoan (emissora local da Rede Tupi de Televisão), a Rádio Sociedade da Bahia e a Itapoan FM. Circulou até o final dos anos 1970.

GYMNASIO SANTANÓPOLIS – eu não posso deixar de registrar, aqui, os meus aplausos sinceríssimos aos dr. Áureo Oliveira Filho, que acaba de abrir, na Feira, o “Gymnasio Santanópolis”, já oficializado pelo Governo Federal. Estabelecimento fundado por iniciativa sua, instalado em prédio próprio, especialmente para este fim construído, com o dispêndio de não pequena quantia, o “Gymnasio Santanópolis” propõe-se a disseminar, pelo sertão baiano, o ensino secundário modernamente ministrado e o mais economicamente remunerado, por isso que, atendendo-se, mesmo, aos meios de vida local, os cursos ali, devem custar menos do que os de aqui, quer se trate do curso primário ou secundário, quer se trate até do externato ou pensionato. Ora, para a população sertaneja, é desnecessário apontarem-se as vantagens, inúmeras, decorrentes de tão bela iniciativa, que vem proporcionar aos menos ricos, ou aos mais pobres uma oportunidade excelente para a obtenção dos elementos essenciaes, de que carecem, para a Victoria na vida. E, como o próprio doutor Áureo Filho disse: na luta das competições se qual for a profissão que o indivíduo abraça necessita de conhecimentos primordiaes base da ampliação de sua capacidade intellectual e como consequência da sua capacidade de produção, tornando-se, destarte, um factor econômico para o progresso de seus país. Votado pelo êxito completo que “Gymnasio Santanópolis” está fadado a alcançar, eu envio daqui o meu abraço a seu fundador e diretor, dr. Áureo Oliveira Filho, pelo relevantíssimo serviço que presta à causa do ensino e aos nosso irmãos sertanejos. Oxalá que estes saibam corresponder... (PEÇA PROPAGANDÍSTICA DO COLÉGIO SANTANÓPOLIS, 1934).

Esse conjunto de informações auxilia na composição do cenário e nos permite imaginar – com alguma substância – toda expectativa gerada em torno de sua chegada. O Gymnasio Santanópolis, naquele contexto, seria mais um equipamento social a compor o enredo da cidade, que se modernizava.

Na década de 1930, Feira vivia o movimento que integrava as grandes cidades brasileiras cujas transformações visavam atender aos desejos de civilidade, modernização e progresso, assim como Salvador que apresentava, no início do século XX, características de modernidade, principalmente em função das intervenções realizadas por dois dos seus governantes – José Joaquim Seabra e Antonio Moniz – sob a influência das reformas urbanas realizadas em Paris (século XIX) e Rio de Janeiro (primeiros anos do século XX), (ANDRADE e BRANDÃO, 2009, p.73-74). Por aqui, cobrava-se, já em 1929, “medidas que permitissem acompanhar o ritmo do progressismo soteropolitano”. (OLIVEIRA, 2011, p. 34).

Nesse período e desde o século XIX, os ideários higienistas e sanitaristas, bem como os modelos de organização das cidades, visando melhor utilização e organização do espaço, marcam o modelo da nova urbe.

A partir dos elementos simbólicos de modernidade (as avenidas, os serviços de abastecimentos de água, o sistema de iluminação pública, a construção de espaços de consumo) a cidade adquire uma nova fisionomia, segundo os

discursos dos habitantes da cidade e seus visitantes. (ARAÚJO; BURITI; MARTINS, 2009, p. 30).

Acrescenta-se, a tudo isso, a escola como espaço de sociabilidade e a educação como um serviço importante na formação do homem moderno e civilizado que irá construir e habitar a cidade. Não por acaso, em Feira de Santana, a instrução pública era pensada e discutida na mesma comissão de higiene e justiça que tiveram na década de 1920: a tarefa de discutir a construção da Escola Normal e da Cadeia Pública, dois equipamentos urbanos importantes na construção da cidade moderna.

O “Gymnásio Santanópolis, enquanto equipamento urbano, assim como a Escola Normal – sem dúvida – ajuda a compor o quadro das novas relações sociais criadas em Feira de Santana ao tempo em que, também, está inserido nesse processo de modernidade tecnológica desde a fabricação do prédio até a organização dos espaços pedagógicos da escola. Isto porque, ao pensar o Santanópolis, não pensamos apenas a escola que está sendo construída, mas também a cidade, uma vez que esta construção

apresenta e disponibiliza uma infinidade de equipamentos e instituições organizadas e estruturadas com meios para diferentes fins que funcionam e exigem normas, parâmetros e condutas diferenciadas para os variados espectadores e público. Isso implica em formas variadas de inter-relação e interação entre os sujeitos, promoção de sociabilidades e socializações, entre o que está disponibilizado para consumo e para desfrute, entre o que exige participação e produção mais ou menos ativa e dinâmica, em uma infinidade de estímulos e motivações. (FERNANDES, 2009, p.59).

Por ocasião da construção do Colégio Santanópolis, o prédio escolar mais imponente da cidade era o da Escola Normal de Feira, datado de 1916, para abrigar o grupo escolar Dr. JJ Seabara, como já abordado anteriormente, e que mais tarde abrigou a Escola Normal. Além desse prédio, dois outros compunham o quadro de escolas construídas estritamente para esse fim: a escola Maria Quitéria, localizada na Praça Fróes da Mota – antiga Praça General Argolo – e a Escola João Florêncio¹⁹ onde hoje está localizado o Arquivo Público Municipal, na Avenida Senhor dos Passos, anteriormente nomeada de Barão do Cotegipe

¹⁹Esse dois prédios escolares são protagonistas de uma história digna de nota: foram postos à venda pelo governo municipal cuja renda seria destinada à construção do matadouro. Em correspondência enviada ao Diretor Geral do Departamento Central das Municipalidades da Baía, em 21 de outubro de 1941, o então prefeito Heráclito Dias de Carvalho justifica a venda dos dois prédios escolares ao Estado: “O produto seria aplicado na construção de um matadouro, dotados de requisitos higiênicos e modernas instalações” (...) esses dois prédios não trazem benefícios diretos aos interesses econômicos da comuna, uma vez que estão sob imediato controle do Governo do Estado, ocupados, como estão, por escolas estaduais. Por outro lado, o produto de sua venda será empregado criteriosamente na construção de um imóvel que além de preencher uma grande necessidade representa uma

Figura 6-Prédio da Escola Municipal João Florêncio



Fonte: Página da cidade de Feira de Santana²⁰.

Esses prédios, localizados no centro da cidade de Feira de Santana, compunham uma paisagem urbana que torna ainda mais forte a “representação da cidade de Feira de Santana como polo irradiador da intelectualidade”. (SOUSA, 2001, p.66).

A Avenida onde o Santanópolis se edificou foi aberta seguindo o ritmo de modernização da cidade, de acordo com que seria regulamentado quatro anos mais tarde pelo *Código de Posturas* (1937) que dava as coordenadas para a abertura de ruas avenidas e praças:

[...] Art. 6º - As novas ruas, avenidas e praças que se abrirem em qualquer perímetro da zona urbana obedecerão às seguintes disposições:
a) – as ruas e avenidas serão rectas, sempre que possível, e não terão menos de 11 metros e 20 de largura respectivamente.

Nesse contexto, o discurso higienista ambicionava influenciar todos os aspectos da vida em sociedade, tanto no espaço público quanto no espaço privado. Ao pensar o espaço

importante fonte de receita para a municipalidade [...], preferia passá-los ao Estado pelo preço já estipulado, uma vez que essa alienação é de maior vantagem para os seus interesses econômicos e um conseqüente prolongamento das grandiosas obras dos Currais Modelos.” Os referidos prédios foram construídos no ano de 1917, no valor de trinta contos de reis cada um e, há muito, era ocupada com classes custeadas pelo governo estadual – situação bastante comum até o final do século XX quando o ensino fundamental começa a ser municipalizado gradativamente.

²⁰ Disponível em < http://www.feiradesantanna.com.br/imagens/memorias/escola_normal> Acesso em ago. 2012.

urbano, a cidade era vista como organismo vivo (POSSAMAI, 2007) desde o século XIX. Nessa perspectiva, estava posto que:

os danos dos ares mefíticos, viciados pelas grandes densidades populacionais e que contribuía para a propagação de doenças através do contágio. Como forma de evitar a proliferação destas moléstias, os higienistas recomendavam os benefícios do ar livre. Transpassados estes preceitos para as cidades, estes viram nas ruelas estreitas e escuras, bem como nas aglomerações dos cortiços, focos propícios para a proliferação de epidemias. Assim, muitos projetos urbanos no século XIX apontaram a abertura de amplas vias de circulação, a extinção destas moradias e a criação de amplos espaços verdes, parques, praças e jardins como formas capazes de propiciar a circulação do ar, evitando a propagação de doenças. (POSSAMAI, 2007, p.2).

As orientações prescritas no século XIX ainda estavam muito presentes no início do século XX em Feira de Santana, influenciando os pensares sobre a cidade. É nesse cenário que se dá a construção do *Gymnásio Santanópolis*, edificado no ano de 1933, num terreno situado na então Avenida Maria Quitéria, número 03, no centro da cidade, hoje, Avenida Getúlio Vargas.

À época, a Avenida Maria Quitéria se configurava como marca do processo de modernização de Feira: avenida larga, no centro da cidade – bem de acordo com a condição de uma cidade que crescia – por onde circulavam automóveis e até ônibus, como dá conta o Relatório de Inspeção de 1945 sobre o transporte no entorno da escola: “o transporte na cidade é precário, servido apenas por dois ônibus; tendo, porém, mais de 50 automóveis”. Dessa forma, a avenida é uma espécie de vitrine que permitiria que a escola fosse vista e se tornasse referência. Até hoje, na memória dos mais antigos moradores de Feira, a Rua Leonardo Borges – lugar que outrora fora o fundo da escola – é conhecida como o “beco do ginásio”.

A sobrevivência dessa memória, de uma escola que foi extinta há 28 anos, nos remete à reflexão de que as construções frias, do ponto de vista das técnicas e dos materiais, são aquecidas pelas vivências e experiências dos indivíduos que mantiveram algum contato com ela e que transmite essas experiências e vivências a outras pessoas. O beco do Ginásio sobrevive até hoje porque

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos dos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. (HALBWACHS, 1990, p.26).

A concessão de licença para funcionar como Escola de Ensino Secundário dependia da aprovação do Departamento Nacional de Ensino, que estabelecia as condições para este pleito, de acordo com o Decreto Lei 19.890 de 18 de abril de 1931, que dispunha sobre a organização do ensino secundário, conhecida como Reforma Francisco Campos, prescreve:

Art. 45. A concessão, de que trata o artigo anterior²¹, será requerida ao Ministro da Educação e Saúde Pública, que fará verificar pelo Departamento Nacional do Ensino se o estabelecimento satisfaz as condições essenciais de: I, dispor de instalações, de edifícios e material didático, que preencham os requisitos mínimos prescritos pelo Departamento Nacional do Ensino. (BRASIL, 1931).

Atender a técnica pedagógica moderna preconizada, como anunciava o reclame citado anteriormente, previa preencher alguns requisitos a fim de que uma área apresentasse condições para a construção de um edifício escolar. As condições geográficas da escola estavam assim descritas:

[...] está localizado na Avenida Maria Quitéria uma das principais vias do centro urbano; livre, porém, de movimento comercial. Não há nas proximidades quaisquer vias férreas ou rodoviárias. Calmo e silencioso é o ambiente que circunda esta escola. (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, 1944).

O que não consta no relatório, por razões óbvias, é que o colégio foi construído numa área que, na época, funcionava como local de descarte do lixo da cidade, como informou, em depoimento, o senhor Joselito Amorim, aluno da primeira turma do Gymnásio, formada em 1934.

O terreno pertencia ao senhor Armando Oliveira, cunhado de Áureo Filho – fundador do colégio –, o qual doou o terreno para a construção da escola. Considero importante situar o espaço onde foi construída a escola, pois assim como Escolano, compreendo que:

Não apenas o espaço-escola, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinadas como um elemento curricular. A produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da escola como centro de um

²¹ Art. 44. “Serão oficialmente equiparados para o efeito de expedir certificados de habilitação, válidos para os fins legais, aos alunos nele regularmente matriculados, os estabelecimentos de ensino secundário mantidos por governo estadual, municipalidade, associação ou particular, observadas as condições abaixo prescritas [...]”. (Decreto Lei 19.890 de 18 de abril de 1931. Art.44. Brasil, 1931).

urbanismo racionalmente planejado ou como uma instituição marginal excrescente. (2001, p. 28).

Isto porque,

a cidade moderna é, na maior parte dos casos, um constructo gestado entre interesses e conflitos, apesar do qual o entremeado de racionalidades e irracionalidades em que ela se materializa constitui uma parte importante, decisiva, do currículo não cursado, uma fonte silenciosa de ensinamentos. (ESCOLANO, 2001, p.30).

O espaço onde foi erigido o prédio era de propriedade do Senhor Áureo de Oliveira Filho, mentor e diretor técnico da escola. Tinha uma área total de 5.639 m², e o empreendimento, como aparece em citação anterior, foi realizado “com o dispêndio de não pequena quantia. Vale ressaltar que não faltaram incentivos para que este projeto educacional fosse adiante. Além do apoio da sociedade local e o entusiasmo da imprensa, o Dr. Áureo recebeu apoio financeiro da prefeitura de Feira, como noticiado no *Folha do Norte* pelo próprio Áureo Filho em visita à redação:

em amistosa palestra relativa à última edição desse semanário, informou-nos o digno visitante do gesto encomiável o senhor prefeito municipal, concorrendo com o donativo de dois contos e quatrocentos mil réis para o Gymnasio Santanópolis, por não comportarem as forças do erário communal, no momento mais vultuoso donativo, o qual ainda não se efetivou por depender essa assistência de fórmula jurídica que a justifique. (FOLHA DO NORTE, n° 1291, 14/04/1934, p. 02).

No discurso da inauguração solene do curso secundário, ele exalta a importância dos auxílios que recebeu para a realização do empreendimento referindo-se à “solidariedade advinda de seus conterrâneos”. (FOLHA DO NORTE, n° 1287, Ano XXV de 24/03/1934, p. 04.). Na época da doação dos dois contos de réis, o prefeito da comuna era o senhor Elpídio Raimundo da Nova (FOLHA DO NORTE n°1292 de 21/04/1934, p. 4) também filiado ao PSD, o qual – eleito deputado por este partido em 1935 –, renunciou, assumindo, interinamente a prefeitura, o Senhor Heráclito Dias de Carvalho, do mesmo partido. Orgânico do PSD, Áureo Filho participa ativamente do processo eleitoral em 1935, no momento em que

o PSD lança a candidatura de Carvalho para prefeito de Feira (FOLHA DO NORTE, 28 dez. 1935, p. 1), e para os cargos de vereadores, os nomes de Áureo de Oliveira Filho, Américo de Almeida Pedra, Adalberto Constâncio Pereira, Álvaro Simões Ferreira, Eduardo F. da Motta, Filinto Marques de Cerqueira, Gonçalo Alves Boaventura, João Barbosa de Carvalho, João Martins da Silva, José Pinto dos Santos, Valentin José de Souza e João Marinho Falcão. (SILVA, 2012, p.9).

Em 1944, o patrimônio do Santanópolis estava avaliado em quinhentos e cinquenta mil cruzeiros²². O Santanópolis, através das relações políticas de seu mentor, recebeu, ao longo de sua existência, subsídio da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, inclusive na concessão de bolsa de estudos²³ e auxílio para as embaixadas culturais das últimas séries, como consta no Jornal *Folha do Norte* em espaço reservado à Câmara Municipal. A concessão do auxílio foi regulamentada pela Lei nº 9 de 27 de maio de 1958 e, no artigo primeiro, estabelece o valor de Cr\$ 50.000,00 destinado ao financiamento das embaixadas culturais do “Colégio Santanópolis – Escola Técnica do Comércio e do Ginásio Estadual-Escola Normal de Feira de Sant’Ana”. (FOLHA DO NORTE nº 2551 de 31/05/1958, p.4). Na nota, consta ainda que, de acordo com parágrafo único, a distribuição do recurso “as duas embaixadas dos dois tradicionais estabelecimentos de ensino receberão partes iguais, ou seja, Cr 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) cada.

Toda essa articulação política da qual participava ativamente Áureo Filho, sem dúvida, tornou mais fácil a construção, a autorização e a designação do *Gymnasio* como estabelecimento livre de ensino²⁴ cujo prédio foi erigido em uma das avenidas que marcaram a modernização da urbe, e se configurou em um local perfeito para a construção da escola. Articulação esta que é levada em consideração no Relatório de Inspeção de 1945.

Avaliando as condições locais da escola, o relatório apresenta itens que tratam da salubridade, da ausência de ruídos, ausência de perigos, causas perturbadoras da atenção, natureza e permeabilidade do terreno, regularidade do terreno, área livre, disposição interna, locação, número de pavimentos, material e conservação, entradas, escadas e corredores, forma das salas de aula, isolamento, quadros negros, pintura, disposição das janelas, acústica, carteiras, móveis diversos, sistema de esgoto, sistema de abastecimento de água, rede elétrica e canalização de gás.

É um trabalho minuciosamente descritivo, o qual nos permite entrar no Santanópolis por seu relatório. Entretanto, é preciso atentar para o que essas informações querem dizer

²²Se tomássemos o salário mínimo como referência, o patrimônio do Santanópolis estaria avaliado em aproximadamente R\$ 981.744. Entretanto, para se calcular o valor real seria necessário considerar outras variáveis como a localização do prédio e valor imobiliário em Feira de Santana, hoje.

²³ Não foi possível, neste trabalho, determinar quantas bolsas, para quais cursos e o valor destas no período. No entanto, Santos (2000) diz haver fortes indicações de que o Santanópolis, no início dos anos 1960, foi o principal beneficiário dos recursos atribuídos à escola secundária particular.

²⁴ De acordo com o Decreto nº 21.241 de 04 de abril de 1932, os estabelecimentos que preenchessem os requisitos para a concessão da inspeção permanente previstos nos artigos 51 e 53 recebiam denominações diferentes de acordo com a sua mantenedora. Os Estaduais ou mantidos pelo Município Federal seriam equiparados ao Colégio Pedro II. Os mantidos por outros municípios, associações ou pela iniciativa privada seriam denominados estabelecimentos livres de ensino secundário. Esse foi o caso do Santanópolis.

naquele contexto. Como questiona Escolano (2011) em relação ao tipo de currículo que estava posto e/ou proposto nas linhas da cidade e, por conseguinte, *nas paredes da escola com seus equipamentos*.

Estes itens serão explorados ao longo do trabalho de acordo com a tessitura do enredo. A minha primeira tentativa é caracterizar o ambiente da cidade do Gymnasio na ambição de compreender como era a urbe em que ele foi edificado e o lugar dessa urbe escolhido para esse feito. O relatório nos possibilita essa viagem.

A *Carta de Atenas*, de 1933, aprovada no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, coloca a higiene como um requisito na construção de habitações, afirmando que:

o primeiro dever do urbanismo é colocar-se de acordo com as necessidades fundamentais dos homens. A saúde de cada um depende, em grande parte, de sua submissão às “condições naturais”. O sol, que comanda todo o crescimento, deveria penetrar no interior de cada moradia para espalhar seus raios sem os quais a vida se estiola. O ar cuja qualidade é assegurada pela presença da vegetação deveria ser puro, livre de poeira em suspensão e dos gases nocivos. (*CARTA DE ATENAS*, 1933).

As preocupações do Congresso, realizado no mesmo ano de construção do Colégio, podem ser encontradas nas informações do relatório. Sobre o ambiente em torno da escola, o Relatório de Inspeção de 1945 assim se refere: “ambiente saudável, isento de poeiras, de emanções mal cheirosas, de águas estagnadas, de lixo acumulado e satisfaz às condições gerais exigidas pela saúde pública para a localização de estabelecimentos de ensino”.

O terreno da escola também foi analisado com preocupações higienistas no item que trata da natureza e permeabilidade do terreno, sendo descrito como natural não suscetível de fácil contaminação, permite rápido escoamento das águas pela declividade do solo, é – em parte – revestido de cimento, plano e cercado por meio de muros protegendo-o de erosões. Informou que o gymnasio dispõe de sistema de esgotamento sanitário próprio, canalizado para fossas internas; ressaltou que a existência de fossas se dá em função de, apenas em 1944 – quando da feitura desse relatório –, a cidade está cuidando de sistema público de esgotamento. O abastecimento de água estava devidamente ligado ao Serviço Autônomo Municipal de Águas através de rede interna.

Além do diálogo com as discussões dos arquitetos do período, a descrição também está marcada pelos valores higienistas que poderão ser caracterizado como um projeto de intervenção social ambicioso no âmbito da modernidade ocidental, com prevenções que intencionavam, além da definição de novos padrões de saúde e higiene, a construção de novos modelos de comportamentos ditos higiênicos e saudáveis, uma das suas principais ambições.

As preocupações higienistas estavam presentes no Código de Posturas de Feira de Santana, de 29 de dezembro de 1937, quando foi instituída a Polícia Sanitária e determinado no Artigo 22 da Secção I Da Habitação em geral que

[...] nenhum prédio vago ou recentemente construído, reconstruído ou remodelado, será habitado ou ocupado por qualquer estabelecimento commercial ou industrial, sem que o médico do Município o visite e ateste as suas condições sanitárias [...]. (FEIRA DE SANTANA - CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO, 1937).

Ainda na tentativa de reconstruir esse espaço, analisei o relatório a fim de encontrar evidências e, em sua redação, ao fazer análise dos ruídos que circundam o prédio, afirma que “o estabelecimento acha-se numa situação sossegada longe de barulho” e que este está em “local afastado de passagem de sinal de ruas férreas ou rodoviárias” (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1945), o que evidencia ser este um lugar que apresenta ausência de perigos para seu acesso. Em minúcias, segue apresentando as condições do estabelecimento no que se refere à sua adequação como local propício a um bom desenvolvimento de atividades pedagógicas uma vez que este “gosa de uma localização livre de influências que desviem a atenção do aluno, tais como pregões de anúncios, casas de diversões ou casas próximas com o interior devassado pelo estabelecimento”. (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1945). Vale ressaltar que essa é uma preocupação do período em relação à construção da própria cidade de Feira de Santana quando há toda uma preocupação com a disciplinarização dos espaços públicos que poderíamos chamar de *uma pedagogia da cidade moderna*, cotejada nas linhas do trabalho de Oliveira ao afirmar que:

as construções, seja no aspecto funcional ou no simbolismo que deixam emanar de suas paredes, possuem um valor candente na organização da história urbana. Funcionam como instrumento de organização da vida social, coibindo práticas, desarticulando vivências, ao passo que estimulam novos comportamentos no viver urbano, outras maneiras de convívio em sociedade. Prédios, avenidas, centros de comércio são reveladores de sonhos, desejos, atos repressivos, construções culturais. (OLIVEIRA, 2011 p.22).

Em Feira de Santana, as mudanças que estavam sendo operadas na urbe eram noticiadas nos jornais da cidade. No mesmo ano de inauguração do Santanópolis, algumas notas documentam esse desejo de modernização que tem os princípios higienistas em sua gênese, algumas delas em primeira página, como é o caso de uma nota publicada no dia 24 de fevereiro de 1934 sob o título, *Com a fiscalização municipal*, que trata de denunciar a livre

existência de animais soltos nas ruas e o descumprimento de horário de fechamento do comércio; o que, segundo a nota, “não impressiona bem aos que se interessam pelo bom nome de Feira.” (FOLHA DO NORTE, nº 1284 de 24/02/1934, p.01). Nesta mesma página do jornal “[...] escandaliza também, especialmente os visitantes da urbe, ver os lagradouros públicos transformados em pasto por falta de fiscalização eficiente.” Há ainda reportagens que tratam da ordem pública, especialmente em relação à vadiagem e às atividades das “mulheres de vida fácil” da Rua de Cima, as quais foram notícia da “ação amoralizador da Delegacia de Polícia, visando o saneamento moral da Rua de Cima e a repressão rigorosa dos perturbadores nocturnos do silêncio público”. (FOLHA DO NORTE, nº 1305, 21/07/1934, p.1). Torna-se evidente a preocupação com a imagem de uma cidade moderna civilizada e ordeira. É nesse contexto de mudanças, no qual a cidade era pensada em função da construção de uma imagem de modernização e civilidade, que se constrói o Santanópolis.

2.1.2 O prédio

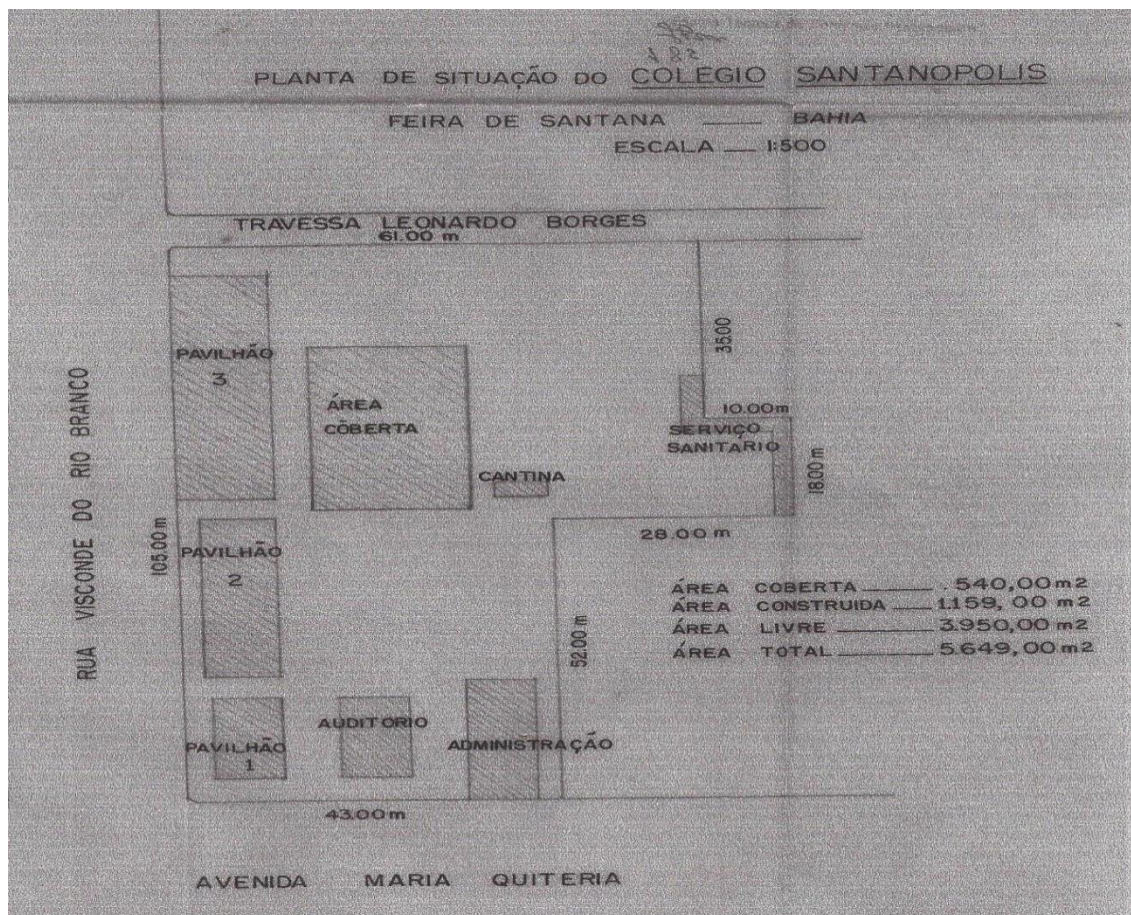
Se o currículo já começa a ser escrito desde o momento em que se pensa em construir uma escola, como se tentou abordar nos parágrafos anteriores, o prédio da escola por si só é currículo. Com essa perspectiva, a partir de agora, proponho a análise do edifício do Santanópolis, sua planta, o material atualizado, num diálogo com as transformações da própria cidade. A fonte principal das informações aqui analisadas são dois relatórios de inspeção escritos nos anos de 1945 e 1956.

Antes de mergulhar na descrição e análise do prédio do Santanópolis – em busca de evidências de um modelo educativo, inscrito e escrito nas linhas de seu prédio – julguei importante transcrever a ressalva feita em relação aos relatórios como um tipo de documento. Assim, é preciso salientar os limites do uso de uma documentação dessa natureza. “Os relatórios, enquanto exigência legal, expressam uma visão “autorizada! Senão “contaminada”, tendo em vista os motivos pelos quais foram produzidas as circunstâncias dessa produção e a relação dos atores com os órgãos da administração do ensino. (SOUZA, 1998, p.21).

Entretanto, ele não pode ser desprezado e se configura numa fonte rica e importante para este trabalho. O relatório traz registros que lhe confere credibilidade tais como as fotografias, que permitem confrontar os relatos feitos pelo Padre Fenelon Costa, inspetor do Ginásio Santamarense, em 1945 e outro de 1956, assinado por Joselito Amorim, aluno da primeira turma do curso secundário, tornando-se professor e funcionário do Santanópolis.

Construído numa área total de 6.862 metros quadrados estava o Santanópolis. Desse total, 1.676,75 m² é área edificada e 5.185,25 m² área livre. Essas dimensões da ocupação do espaço escolar já nos propõem alguns diálogos, pois não podemos perder de vista a “consideração do espaço escolar como um espaço segmentado no qual se distinguem, em primeiro lugar, as zonas edificadas das não edificadas”. (VIÑAO FRAGO, 2005, p.17).

Figura 7 – Planta de Situação do Colégio Santanópolis



Fonte: Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do colégio Santanópolis - CEDE/UEFS.

A planta situacional do Santanópolis revela o privilégio de sua localização de frente para a avenida mais importante da cidade, na época – a maior, a mais larga –, símbolo de modernização. Na paisagem urbana, o prédio do estabelecimento era uma comprovação de que “a mais “moderna arquitetura” era praticada em ruas e avenidas, impondo-se como único caminho para o fazer da cidade, (OLIVEIRA, 2011,p. 91). Nenhum lugar seria melhor, naquele contexto, para exibir o moderno empreendimento com seus três pavilhões de belas fachadas.

Figura 8-Colégio Santanópolis - Feira de Santana-vista da parte externa-1934



Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.

Principal elemento de comunicação com o ambiente externo, a fachada do colégio merece uma atenção especial, atentando para o fato de que:

[...] a fotografia de fachada de prédios não possui função de transmitir a essência espacial do edifício, entretanto, ela cumpre a importante missão de reproduzir tudo aquilo que, no olhar do fotógrafo, foi possível enquadrar da natureza bidimensional e tridimensional da edificação. Evidentemente por maior que seja a série de imagens sobre uma construção arquitetônica, não é possível esgotar suas dimensões simbólicas. (BENCOSTA, 2005, p.110).

Os três pavilhões construídos entre 1933 e 1934 estão separados entre si, permitindo circulação e ventilação entre eles. Dois desses pavilhões são exatamente iguais em seu exterior; de fachadas idênticas, eram esses dois pavilhões que abrigavam salas de aula. De estilo eclético, com traços do neoclássico os quais podem ser observados na rigorosa simetria entre os elementos que compõem os citados pavilhões, na cornija abaixo da platibanda e na imitação das pilastras que limitam as fachadas, linhas geométricas simples marcam as construções. A platibanda de linhas retas traz decoração central em forma de cartela, ladeada por folhagens, já as janelas são encimadas por elementos decorativos que lembram guirlandas.

Os muros, em balaustrada, reforçam o caráter eclético da construção e separam a escola da rua, revelando uma distância relativa da mesma. Também delimitava a relação entre o espaço público e o espaço privado, mas ao mesmo tempo permitia alguma visão de dentro de seus muros para a rua e da rua para dentro da escola. Isto porque, decerto, o movimento da cidade, naquele momento, não era considerado ameaçador ao desenvolvimento das atividades escolares, como se apresentava em 1944, de acordo com o relatório citado anteriormente. Também devemos considerar que para as construções escolares do período não estava posto a construção de muros e muito menos de muros altos. O Grupo Escolar JJ Seabra, citado anteriormente, é um exemplo dessas edificações.

O terceiro pavilhão, à direita da fotografia, abrigava os espaços administrativos da escola e se diferenciava dos demais por possuir uma forma arredondada em um de seus lados, além de janelas diferentes em sua largura e disposição. Nos dois primeiros prédios, havia duas janelas largas com uma estreita ao centro, ao passo que no pavilhão administrativo encontravam-se uma janela mais larga e duas janelas mais estreitas. Essa diferenciação colocava em destaque a administração da escola, reforçando as suspeitas de um modelo de gestão, sobre o qual mais adiante abordarei neste trabalho.

Em primeiro lugar, a área livre da escola, que inclui jardins e árvores que já se encontravam no local, é significativa; permitindo a assertiva de que estava posta a preocupação com um ambiente agradável que permitisse a livre circulação de seus frequentadores, além da possibilidade de construções futuras e de melhor planejamento do espaço. A área livre do Santanópolis, em 1956, ultrapassa um perímetro três vezes maior do que a área edificada.

Outra questão a ser pensada é o que foi construído na escola; que espaços-lugares (VIÑAO FRAGO, 2005) foram pensados para aquela instituição, implicando na reflexão de que:

como território, o espaço-lugar escolar implica uma tripla dialética entre o interno e o externo – o que é escola e o que fica fora dela, o que está na sala de aula ou em outro espaço escolar e o que está fora dele, o fechado e o aberto – estruturas cortantes ou herméticas frente a estruturas de transição ou porosas –, e o próprio, o comum e o alheio – “minha” ou “nossa” sala de aula, “minha” carteira etc. (VIÑAO FRAGO, 2005, p.18).

A planta do Gymnasio Santanópolis encontrada na DIREC 02 – Feira de Santana – é parte do conjunto de documentos que compõem o Relatório de Inspeção, escrito quando da autorização de funcionamento da Escola Técnica do Comércio em 1944 e está assinada pelo engenheiro civil, José Joaquim Lopes de Brito, com registro no Conselho de Engenharia da 3ª Região, sob a carteira de nº 310.

Com uma tarefa dessa monta, acredito ser importante fornecer algumas informações sobre este engenheiro. Dr. Brito, como ficou conhecido, nasceu em 22 de maio de 1915, filho de Pedro Brito Sobrinho e Amélia Ribeiro Lopes de Brito. Coursou Engenharia Civil na Escola Politécnica da Bahia, em Salvador, tendo concluído em 1938. Em 1939, dedicou-se ao magistério em Salvador quando foi professor de matemática nos Colégios Ipiranga, 2 de Julho e Ginásio da Bahia. Em 1940, foi nomeado Engenheiro Civil de Feira de Santana pelo então

prefeito Heráclito Dias de Carvalho e teve como primeira e principal incumbência a construção da primeira planta da cidade de Feira de Santana.²⁵

Além disso, foi responsável pela continuidade da abertura da atual Avenida Getúlio Vargas, antiga Avenida Maria Quitéria – onde foi edificado o Santanópolis –, que foi traçada na melhor parte da planície, em direção ao leste. Outra obra importante, realizada por este engenheiro, foi a construção do prédio da Biblioteca Municipal de Feira de Santana²⁶, inaugurada em oito de abril do ano de 1962, a qual sofreu reforma geral, sendo reinaugurada no dia 18 de setembro de 2003, data do aniversário de Emancipação Política do Município.

Apesar de se dedicar à engenharia, o Dr. Brito nunca deixou de lecionar matemática no Colégio Santanópolis e na Escola Normal de Feira de Santana, o que era bastante comum no período.

No Relatório de Inspeção do Santanópolis, do ano de 1945, consta que o prédio foi construído em três etapas. Na data do relatório, a construção era composta por 06 pavilhões, sendo que os três primeiros foram construídos em 1934, o quarto em 1940, o quinto em 1943 e o sexto em 1945. Não foi encontrada documentação que indicasse quem foi o autor da planta dos três primeiros pavilhões. No relatório de 1945, a planta anexa é assinada pelo Engenheiro Joaquim Lopes de Brito, que pode ter sido o projetista dos demais pavilhões. Lembremos que, em 1940, ele foi nomeado engenheiro da prefeitura pelo prefeito Heráclito Dias de Carvalho, um correligionário e amigo do Dr. Áureo Filho.

Em 1940, o Jornal *folha do Norte* publicou, em reportagem que noticiava as comemorações do dia da criança, a abertura dos Cursos do Santanópolis e o lançamento da pedra fundamental de seu novo edifício, que contou com a presença de autoridades locais, sendo a primeira pá de argamassa lançada pelo prefeito municipal.

²⁵ Disponível em <http://feiraantiga.blogspot.com.br/2010/10/jose-joaquim-lopes-de-brito-ligeira.html>Acesso em jan.2012.

²⁶ A primeira Biblioteca Municipal da cidade de Feira de Santana foi inaugurada em 1890 e localizava-se na Praça João Pedreira, funcionou até o ano de 1960.

Figura 9 - Planta de projeção do Colégio do Santanópolis.



Fonte: Jornal Folha do Norte nº1603 de 30/03/1940, p.1.

O projeto arrojado é de autoria do Dr. Brito, prevendo dois andares e uma estrutura bastante diferente daquela inicial, No entanto, as informações encontradas no relatório apontam que esse projeto não foi concretizado, pelo menos em sua totalidade. O Colégio Santanópolis nunca teve andares.

Acompanhando a modernização da cidade, o Santanópolis estava inserido nesse processo. Basta que retornemos ao texto do reclame citado anteriormente para percebermos que aquele, ao menos para os idealizadores, não é um prédio qualquer, é um edifício escolar erigido dentro dos ditames da mais moderna técnica pedagógica do momento. Não se trata de uma casa que virou escola ou de uma sala de aula que foi aos poucos ganhando ares de escola, ele se inicia com três pavilhões, construídos numa área central em pleno desenvolvimento, numa avenida que, assim como o prédio, foi planejada para inserir a cidade nos moldes da ordem e do progresso dos grandes centros.

O local da construção foi cuidadosamente escolhido não apenas por estar em uma avenida planejada, que seria um dos marcos de desenvolvimento da cidade, mas por estar ao lado ou próximo a edifícios importantes, marcos arquitetônicos. Ao lado direito do edifício, como mostra a fotografia abaixo, temos o prédio da prefeitura municipal, um dos mais importantes edifícios antigos de Feira de Santana cuja construção foi concluída no ano de

1926²⁷; em estilo neoclássico, é uma referência importante na construção da Feira de Santana do início do século XX.

Figura 10 - Vista do terceiro pavilhão do Santanópolis. À direita, edifício da Prefeitura Municipal.



Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.

Observando atentamente a fotografia, é possível perceber, em alguns detalhes, como o Gymnasio se colocava naquela paisagem. Em estilo eclético, com elementos do neoclássico, o prédio concorria com seu vizinho – o da Prefeitura Municipal – sendo os dois principais edifícios da avenida, com o diferencial de que o Santanópolis ocupava uma área muito maior do que o mais importante edifício político da cidade, o “Paço Municipal”.

Não seria um devaneio afirmar que aquele prédio estava ali para ser visualizado; era desejo de seus mentores que ele fosse visto com seus três pavilhões separados entre si, dentro dos ditames higienistas que marcaram a arquitetura do período, não sendo diferente para os edifícios escolares, como já abordados, mas também no estilo suntuoso que marcou a construção dos grupos escolares desde o século XIX, reificando o lugar como “um dos elementos que compõem e produzem a cidade moderna”. (FARIA FILHO, 2000, p.38).

O letreiro estrategicamente colocado entre os dois primeiros pavilhões, em frente ao portão de acesso de alunos, professores e público em geral, dava ao prédio um “quê” da *broadway*, no sentido do espetáculo de quem quer impressionar, impactar e até disputar a paisagem, tendo em vista que estas são “formas de significação dos espaços, são lugares investidos de vivências, de memórias, de desejos e sonhos”. (SOARES, 2010, p.53)

²⁷ A construção foi iniciada em 1921 no governo de Bernardino da Silva Bahia e concluída no governo de Arnold Silva.

No relatório, é exaltada a estrutura do colégio pelo inspetor ao registrar que a instituição

possue um “*Ginásium*” todo taqueado para educação física e jogos, único em todo o estado da Bahia. O estado de conservação dos pavilhões que constituem o edifício e do serviço sanitário é ótimo. Sendo todos os pavilhões térreos e isolados, não existem corredores nem lances de escadas. (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1945).

O Inspetor ficou surpreso com a estrutura do colégio e talvez não esperasse encontrar estrutura como essa no sertão baiano, naquela época. A ousadia do projeto incluía “um ginásium! Único em todo o Estado da Bahia”. (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1945).

Figura 11 – Ginásium de esporte do Colégio Santanópolis.



Fonte: Relatório de inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis - CEDE/UEFS.

O inspetor referiu-se a esse prédio, construído em 1943, como sendo destinado às atividades físicas esportivas e culturais da escola; nota-se um diferencial arquitetônico em relação aos três pavilhões originais.

Seguindo com a descrição desse prédio moderno para uma Feira moderna, o relatório não economiza nas informações e nos detalhes para descrever sua disposição interna e condições para o funcionamento.

O edifício da Escola Técnica de Comércio Santanópolis que foi construído primeiramente para o Curso ginásial e, ampliado para o Curso de Colégio e, finalmente para o Curso de Comércio é constituído de salas isoladas, arrodadas de janelas, com área de iluminação e aerificação, cientificamente calculadas por engenheiros especializados no assunto. Suas paredes de tijolos ocós e argamassa de cimento abafam perfeitamente os ruídos vizinhos; pintadas de cores claras não brilhantes, permitem a difusão da luz de maneira uniforme e agradável. Exceção das salas especiais e laboratórios, cujos pisos são de mosaico, todas as demais são forradas e assoalhadas. Quase não se pode considerar escadas, as que dão acessos aos pavilhões do

colégio. Quatro delas por não serem ao rés do chão possuem escadinhas de quatro degraus, medindo do primeiro que é mais largo 3ms de comprimento pó 24 cms de largura e 17 cms de altura. As outras têm um degrau cada uma, medindo 1m e 70 cms de largura e 33 cms de altura. (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1945, p. 206).

A fotografia abaixo nos dá uma ideia do significado dessa descrição ao apresentar uma vista interna do prédio.

Figura 12 – Vista interna lateral do Colégio Santanópolis



Fonte: Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE/UEFS.

Com suas janelas e escadas de um degrau descritas no relatório, suas platibandas de linhas retas no limite da necessidade – proteger janelas e portas – a construção vai revelando influências arquitetônicas variadas. Também é possível constatar a natureza da construção e sua possibilidade de arejamento e iluminação sugerida no texto.

Ao se referir ao material e à sua conservação, está registrado que o edifício é “de sólida construção com paredes incombustíveis; janelas no estilo Copacabana, com venesianas, e caixilhos (*sic*) de vidro; nas paredes, pintura de cor clara”. (SANTANÒPOLIS, RELATÓRIO E INSPEÇÃO, 1945). Concluindo assim, que o prédio é de aspecto agradável, próprio a um estabelecimento de ensino.

A influência dos preceitos higienistas na organização escolar segue por todo o relatório a ponto de as instalações higiênicas se tornarem um item deste. Referindo-se a número e estado de conservação das instalações higiênicas, é analisada a caixa d’água, a instalação para limpeza geral do prédio, os bebedouros, lavatório e até os gabinetes sanitários. A riqueza de detalhes não deixa passar sequer a capacidade de armazenamento das caixas d’água que era de 7.000 metros. Dá conta, ainda, de informar a quantidade de material e de

peçoal adequado para manter o ambiente higienizado. Segue informando o número de lavatórios e presta-se a descrever, em minúcias, os gabinetes sanitários:

Os gabinetes sanitários possuem (8) oito mictórios, (5) bidês e sete (7) water-closets todos de cerâmica vidrada, de tipos modernos. Piso de ladrilho com paredes revestidas de azulejos. Não incluímos os privativos do Corpo Docente e administrativo que figuram na planta. (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1945).

Figura 13 – Instalações higiênicas – serviço sanitário (bebedouros-pias-bidet-mictórios-water closet)



Fonte: Santanópolis-Relatório de inspeção, 1944-1945. Arquivo do Colégio Santanópolis CEDE/UEFS.

A minúcia das informações para além da vaidade de dizer o que possuía a escola dialoga com a necessidade de dizer o quanto a instituição estava preparada dentro dos ditames de uma pedagogia higienista e de controle dos corpos; *bidets*, bebedouros, pias e *water closets* são os instrumentos que afastariam a possibilidade de contaminação.

Os bebedouros são um equipamento à parte nesse cenário; escolhido aqui como a ilustração dessa modernidade e dessa civilidade que entrelaça a cidade e a escola. Mais tarde, a escola vai contar com bebedouros automáticos, industrializados. Mas o que parece nessa fotografia é uma invenção feirense; seu projeto é de autoria de Drancy Amorim, médico e primo de Dr. Áureo filho.

Figura 14- Bebedouro higienico do Gymnasio Santanopolis



Flagrante de um dos bebedouros higienicos do Gymnasio Santanopolis, que dispensam completamente os inconvenientes copos e moringues.

Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.

Não bastasse a fotografia ser ela mesma um texto, as frases que compõem o reclame é um reforço na demonstração das preocupações higienistas referentes não apenas ao projeto de escola, mas também ao da cidade.

No âmbito da cidade, Oliveira (2011) destaca dois importantes atos do poder executivo de Feira, com os quais acredito poder dialogar para pensar a cidade e a escola. Esses referidos atos estão registrados em um edital que tinha como objetivo disciplinar o tráfego na cidade e proibia a passagem de certo tipo de carroça e carros de boi nas ruas calçadas a paralelepípedos e, em um ofício do prefeito solicitando, ao conselho municipal, suplementação de verbas para pagamento de caminhões contratados para agilizar a limpeza pública, visto que as carroças desenvolviam um trabalho a um ritmo que não mais dava conta da demanda. Oliveira (2011, p.35) utiliza-se desses dois documentos para concluir que a regulação, no caso do edital, e a substituição, no caso do ofício, seguiam o mesmo caminho, o de disciplinar e, quando possível, eliminar das ruas da urbe um conjunto de práticas e sociabilidades que remetiam, visualmente, ao passado agrário/rural.

A imagem e o texto sobre o bebedouro registram as intenções da mesma substituição e disciplinarização acima descrita, neste caso, dentro da escola. O bebedouro chegava à escola para substituir o nada higiênico e tampouco civilizado hábito de usar copos e moringues, que podiam por em risco a saúde dos alunos. Segundo o reclame, as condições higiênicas e sanitárias do novo equipamento dispensavam por completo os antigos utensílios não condizentes com o modelo de escola a ser implantado. O uso de bebedouros se torna uma prática na escola; sobre eles, o Inspetor Joselito Amorim destaca, em 1956, que formam um total 12 bebedouros automáticos. Nesse contexto, a fotografia serve de intermediária entre a vontade de consumir e o vendedor de uma ideia de consumo – nesse caso, o produto à venda não é o novo aparelho e sim, o Gynásio – ao mesmo tempo em que serve de orientação à utilização do bebedouro e demonstração de eficácia e facilidade do seu uso por estudantes de qualquer idade.

Neste cenário, movimentado, em busca de uma Feira moderna e civilizada que necessitava de equipamentos transformadores de paisagem, condicionadores de construção de estradas, escolas de segundo grau e modernos prédios, o professor/pesquisador se reporta ao Santanópolis como um dos equipamentos urbanos de grande importância na composição do cenário da nova urbe:

A imagem construída sob um ângulo que permitia, em primeiro lugar, a observação dos pavilhões afastados entre si, dentro dos rigores daquilo que o autor dos textos chamava “pedagogia moderna”, fornecia aos possíveis consumidores do serviço que seria ofertado, um padrão idealizado de construção. Nesse, os afastamentos da rua e dos demais prédios garantiam privacidade, isolamento e, ao mesmo tempo, visibilidade externa, a possibilidade de controlar os alunos em cada um dos construtos e nas amplas áreas de lazer. Como complemento, o muro, garantia da seletividade daqueles que deveriam ingressar, do controle sobre quem poderia pelos limites da escola que surgia. A escolha do ângulo fotográfico possibilitava ver, suspensa entre duas construções, a placa com o nome do estabelecimento escolar, indicando o gesto de propaganda e o apuro da técnica que permitia a elaboração daquele aparelho. As noções de construções seletivas, o afastamento casa/rua e a especialização das operações de produção de moradias, também eram flagrados em outros documentos que circularam pela urbe. (OLIVEIRA, 2011, p.90).

Sem dúvida, ali estava um prédio moderno, inserido nesta paisagem movimentada pelo desejo de tornar-se referência no sertão baiano, não apenas como a cidade da Feira, do vaqueiro e do comércio, mas, também, como espaço educado/educador, polido/polidor, organizado/organizador. O Santanópolis, junto com outros espaços de sociabilidades, a exemplo da Escola Normal e da Biblioteca Municipal – produtores e transmissores de saberes,

comportamentos e atitudes, construídos na cidade nesse início de século XX –, “eram coisas que faziam outras, provocavam mudanças na paisagem, alteravam os ritmos e sons sertanejos” (OLIVEIRA, 2011, p.19).

Uma importante transformação na urbe, condicionada pela chegada do Santanópolis, alterando seu ritmo, é marcada pelo tempo escolar. Ao ser entrevistado, no dia 26 de junho de 2012, o senhor Joselito Amorim revela que, com a implementação do Santanópolis, as escolas de Feira reorganizam seu tempo. “Esse tempo artificial, apropriado e ordenado pela razão humana, que os regulamentos de ensino vão buscar impor às professoras, às diretoras, aos alunos e, mesmo, às famílias”. (FARIA FLIHO, 2000, p.71). Antes da existência do Gymnasio não havia aula nas segundas-feiras, dia de feira na cidade. Como o Gymnasio tinha a obrigação de cumprir um programa e uma carga horária exigida, para o ensino secundário, pelo governo federal e, sob os olhos da inspeção federal, não seria possível o cumprimento dessa tarefa sem a inclusão desse dia da semana como dia letivo. A partir de então, as escolas de Feira passam a seguir essa nova ordenação do tempo escolar.

O Colégio Santanópolis enquanto equipamento social que conferia prestígio à urbe feirense foi evidenciado no relatório apresentado ao Interventor Estadual, Landulpho Alves de Almeida, pelo prefeito municipal, Heráclito Dias de Carvalho, em 1940. Na sua redação, aparece descrita a instrução pública em Feira de Santana, referindo-se a um ginásio oficializado:

É unânime o conceito que gosa o nosso Município em todos os sentidos do bem público. A respeito da instrução, se bem que ainda não tenhamos atingido o grau que almejamos, possuímos uma Escola Normal Rural e um ginásio oficializado, os quais têm prestado relevantes benefícios, nem só a este Município como também a uma imensa região. Além desses dois importantes estabelecimentos de ensino e das escolas custeadas pelo Estado, o Município mantém cinco escolas primárias, cuja frequência é cada dia maior. Dessas escolas, duas funcionam na cidade e três nos distritos. (FEIRA DE SANTANA, 1940, p.9).

O ginásio ao qual o relatório se refere trata-se do Gymnasio Santanópolis, posto que o Colégio Estadual da Escola Normal, criado em 1946, só irá funcionar em 1949. Os dados contidos no relatório apresentam pistas acerca da situação da educação em Feira de Santana que se encontra em acordo com a situação da educação em níveis estadual e nacional, pois não possuía um projeto de educação que atendesse a demanda. A existência de um único colégio de ensino secundário demonstra ao mesmo tempo a necessidade de escolas e a importância do estabelecimento em questão.

Analisando esse encontro entre a escola e a cidade, evidenciado em documentos que evocam ou produzem imagens, Faria Filho (2000, p.38), em estudo sobre os grupos escolares mineiros, escreve que “os textos oficiais ou relatórios analisados denotam um esforço no sentido de mostrar a relação entre, por exemplo, a arquitetura dos grupos e a arquitetura da cidade”. O mesmo esforço é possível observar nos relatórios assim como também em jornal – *Folha do Norte* – quando se trata do Santanópolis.

Esta instituição, vista como empreendimento vitorioso na Feira dos anos 1930, parece ter causado, inclusive, disputas para a sua direção. Na busca de informações sobre o estabelecimento, me chamou atenção, no Jornal *Folha do Norte*, uma nota assinada pelo senhor Targino Amorim, intitulada *Ginásio Santanópolis*, cujo texto revela disputas sobre as quais não encontrei nenhuma outra informação. No entanto, julguei procedente inseri-la nessa investigação porque é indicativo das questões políticas envolvendo o empreendimento:

[...] para evitar constantes explicações faço público que nenhuma ingerência tenho nos destinos desse novel e quase vitorioso estabelecimento de ensino. Apenas, quando se teve a idéia de sua fundação houve *démarches*²⁸ para a minha inclusão em sua diretoria, coisa que muito cedo saiu das cogitações e do meu interesse. (FOLHA DO NORTE, n.1283, Ano XXV. 17/02/1934, p.1).

Em que pese a ausência de maiores informações em torno da contenda que motivou a nota explicativa, pude, a partir da mesma, me aventurar em algumas especulações. A publicação da contenda, por si só, já revela a relevância do fato, visto que o autor a publica para evitar as constantes explicações, o que nos dá a entender que este foi um tema que povoou determinados círculos de conversas na cidade, causando algum burburinho e nos oferecendo elementos para imaginar a movimentação causada pela fundação do Santanópolis naquele espaço, afirmando sua influência não apenas na paisagem urbana, mas também na cultura daquele ambiente.

O coroamento da finalização da construção do edifício se dá por ocasião da inspeção preliminar que lhe atestaria as condições de funcionamento de acordo com as orientações oficiais. Talvez, por isso mesmo, em sua nota, o senhor Targino se refira ao Santanópolis como “quase vitorioso”. A vitória completa só viria após a aprovação dos órgãos competentes. Para essa missão, foi designado o senhor Jayme Abreu, acompanhado do senhor Arnaldo Silveira, Inspetor do Ginásio São Salvador, da capital do Estado. Diz a nota que o inspetor

²⁸Diligências.

[...] examinou detidamente as edificações do novel estabelecimento de ensino da urbe, manifestando-se ambos encantados com as instalações materiais, pelas respectivas condições de salubridades, adaptação pedagógica, condições de higiene e outros atributos constatados. (FOLHA DO NORTE, n.1282 de 10/02/1934, p.1).

Dessa forma, a nota do jornal condiciona a curiosidade de conhecer as instalações desse “novel” estabelecimento destinado aos jovens que “revelam decidido pendor para o estudo das línguas e ciências que constituem a educação básica no atual momento de cultura e civilização”. (FOLHA DO NORTE, nº 1282 de 10/02/1934, p.1). Essa é a incursão que faço no capítulo que se segue.

CAPÍTULO 3

A VISTA POR DENTRO: ESPAÇOS DE APRENDER, ADMINISTRAR E BRINCAR



3 A VISTA POR DENTRO: ESPAÇOS DE APRENDER, ADMINISTRAR E BRINCAR

Mergulhar no projeto arquitetônico do Santanópolis – buscando apreender a disposição de seu espaço interno, sem perder de vista de como essa disposição se articula com um projeto educacional e com os valores para a educação da sociedade feirense no período de 1934 a 1959, considerando as peculiaridades daquela sociedade – é uma tarefa delicada que requer muito cuidado, atenção e sensibilidade, o que leva a refletir que:

[...] se é fato que a educação cumpre finalidades determinadas pela sociedade, não é menos verdade que os projetos, os discursos, as teorias pedagógicas materializam-se no cotidiano da escola; é nesse âmbito que a intercessão de subjetividades e práticas cadencia ritmos, ritualiza comportamentos, intercambia experiências, configura formas de agir, pensar e sentir e possibilita a identidade/diferenciação da escola no conjunto das instituições sociais. (SOUZA, 1998, p.19).

Rememorar esses espaços no conjunto desse trabalho significa que, além de descrevê-los, busco articulá-los, inicialmente, com uma discussão sobre o ensino secundário que proferia, no bojo das reformas educacionais do momento, o contexto em que essa escola é gestada em Feira de Santana, para observar como esse espaço foi se modificando ao longo do período à medida que se modificava o projeto da escola e, mais, que “o espaço construído é também espaço geométrico, mensurável e calculável; sua mensuração como lugar de vida superpõe-se e se entremeia sua propriedades geométricas [...]”. (RICOEUR, 2007, p.159).

A primeira tarefa na análise desse espaço foi verificar como se deu a sua ampliação e a sua modificação ao longo desses anos para, então, verificar como essas modificações se relacionaram com os interesses da escola e com as mudanças no nível legal, às quais foi submetido o ensino secundário no período, além da incorporação de outros cursos oficiais e não oficiais, os quais foram criados na escola na observância de que “o espaço construído consiste num sistema de sítios para as interações mais importantes da vida”; nesse caso, da vida da escola”. (RICOEUR, 2007, p.159).

Note-se que do seu funcionamento, em 1934 até abril de 1942, a normatização do ensino secundário no Brasil se deu através da Reforma Francisco Campos – Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931 – depois o Decreto 21.241 de 1932, passando, a partir daí, a se orientar pela Lei Orgânica do Ensino Secundário – Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 – a Reforma Capanema.

Entretanto, ao me debruçar na análise dessa escola, em seu espaço interno, em especial pelo fato de não mais existir fisicamente, intenciono, além de descrever esse espaço – na

medida em que as fontes permitiram – compreender nuances da educação que ali se realizou. Dessa forma, acredito que:

No interior das instituições há um quebra-cabeça a ser decifrado. Uma vez dentro da instituição, trata-se de fazer o jogo das peças em busca de seus respectivos lugares. Legislações, padrões disciplinares, conteúdos escolares, relações de poder, ordenamento do cotidiano, uso dos espaços, docentes, alunos, infinitas outras coisas ali se cruzam. Pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica etc) que agem e interagem entre si, “acomodando-se” dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade. (SANFELICE, 2007. p.77).

Em 1934, ao iniciar o ano letivo com o Curso Secundário, o Curso Propedêutico²⁹ e o Curso Primário, a escola dispunha de três pavilhões independentes entre si. Em um destes prédios, denominado na planta de pavilhão da administração, funcionava o gabinete do diretor, antecedido por uma sala de espera, a secretaria, o arquivo, a sala dos professores, a biblioteca, a inspetoria, a biometria e o gabinete de merceologia.

Torna-se importante ousar a fim de analisar, de forma mais aprofundada e individualmente, estes pavilhões, objetivando verificar a disposição e ocupação de seus espaços e o lugar deles na instituição. No caso do pavilhão da administração, a própria denominação indica que de lá saíam as orientações administrativas assim como também as orientações pedagógicas do trabalho que se realizava naquela escola. Ali estava o gabinete da direção, a secretaria e o arquivo, também se localizava a sala do professor e a biblioteca. A concentração destas em um local, a disposição delas e o espaço dedicado a cada uma possibilitaram uma série de interpretações acerca do trabalho realizado e das relações ali estabelecidas.

O pavilhão administrativo, diferentemente dos outros pavilhões, não guardava qualquer distância da rua, construído rente à calçada. Certamente porque ali não estava localizada nenhuma sala de aula que deveria guardar distância de qualquer movimento que perturbasse o silêncio tão necessário à aprendizagem; esta, baseada na perspectiva das concepções educacionais em vigor, como pode ser observado no detalhe da planta situacional do Santanópolis:

²⁹Curso preparatório pra acesso ao ensino superior. Naquele período, não era necessária a conclusão do ensino secundário para o acesso às faculdades, bastava que os alunos obtivessem êxito no exame de acesso.

Figura 15 – Recorte da planta situacional do Santanópolis



Fonte: Santanópolis-Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE/UEFS.

Nesta análise nem sempre me debrucei em cada espaço desses individualmente, às vezes a abordagem se deu em bloco, considerando a relação entre eles.

Foram informados, de acordo com as fontes encontradas, os cursos que funcionaram no Santanópolis de 1934 a 1959, uma vez que, embora fundada como escola de ensino secundário, muitos outros cursos foram implantados, a exemplo da Escola primária, a Escola Técnica do Comércio e Pedagógico, além de outros cursos que vão desde o profissionalizante até atividades artísticas e culturais.

3.1 OS ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS DA ESCOLA

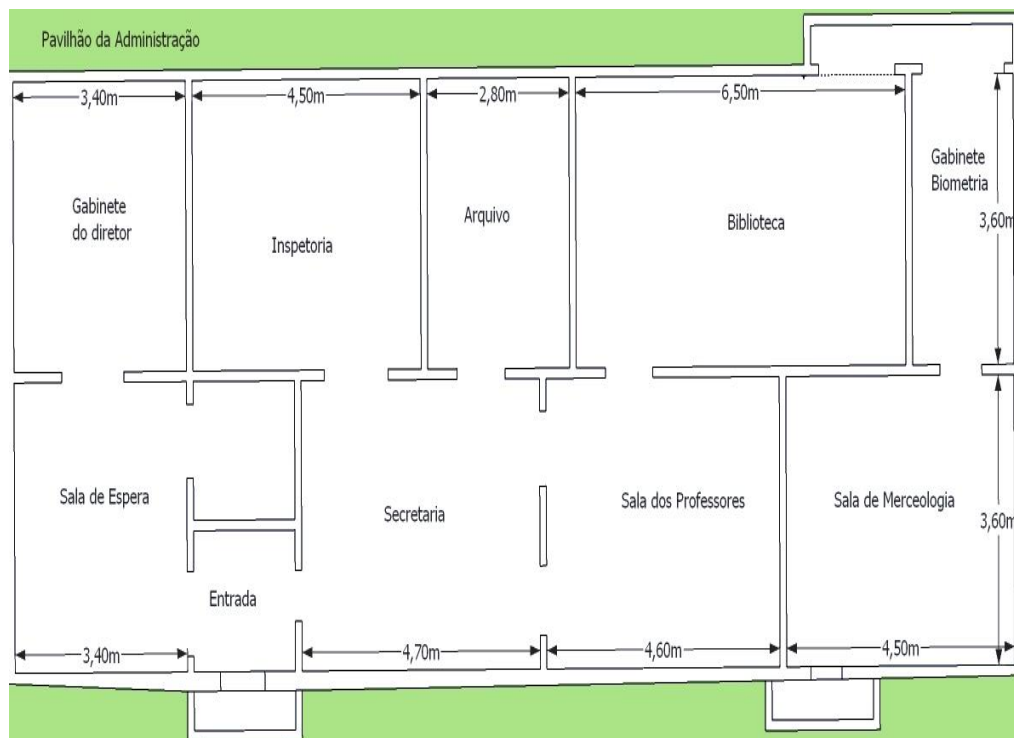
A instituição escolar, com as características que conhecemos hoje – dentro de um espaço determinado e planejado para que ocorra a transmissão de saberes com uma pedagogia minuciosamente planejada, que envolve a formação de valores, atitudes e comportamentos, diretamente articulada com interesses de classe –, é uma invenção moderna estimulada pela revolução cultural do humanismo, pela crise da tradição escolástica, pelas tensões provocadas pela Reforma e Contra-Reforma, pela revolução burguesa e pelo fortalecimento do Estado centralizado e burocratizado com um enorme desejo de controle.

Foi pensada para ser um espaço laboratorial, disciplinarizador difusor de práticas higiênicas e também moralizantes, afirma Marques (1994) [...]. Essa visão de escola modeladora, continua Marques, “não só aperfeiçoava o espírito, como também, conformava o corpo, fazia ver como indispensável a

presença de novos saberes a compor o universo da escola”. (BENCOSTTA, 2005, p.110).

Nesse contexto, a destinação de espaço para a administração com todo seu aparato de controle muito nos informa sobre a escola. Entretanto, antes de iniciar, individualmente, uma investida mais direcionada aos espaços internos do Santanópolis, julguei imprescindível pensar mais um pouco o significado do conjunto arquitetônico denominado de pavilhão administrativo, que apresenta a organização abaixo:

Figura 16 – Planta do pavilhão administrativo do Santanopolis.



Fonte: Acervo pessoal da autora da tese.

O conjunto de salas que dão vida a esse pavilhão anuncia um modo de organizar a escola que define hierarquias e lugares. Neste prédio, foram criados espaços em que a presença do estudante não é frequente e, quase sempre, só estariam ali se solicitados ou permitidos. Atentei para o fato de que este é o lugar onde estão guardados ou resguardados valores importantes para a escola, o que será mais profundamente revelado quando da análise particular desses espaços, descobrindo pertences, pertencimentos e relações que se estabeleceram com o pensamento da sociedade da época e a própria função da escola.

Nesse pavilhão encontravam-se o cofre, os livros, os documentos, aparelhagem de alto custo: microscópio, amostras de minérios, entre outros valores. Esta disposição apresenta

um modelo (VIÑAO FRAGO, 2005) de administração com grande preocupação patrimonialista como apresenta a análise a seguir.

A abordagem dos espaços se inicia com esse conjunto de salas que considere como concentradoras das atividades administrativas: o gabinete da direção com sua sala de espera, o arquivo, a secretaria e a inspetoria. A perspectiva de análise se baseia na convicção de que o contexto em que elas estão inseridas nos emite um texto, pois

a análise do espaço escolar (seja a partir de uma macro perspectiva geral ou a partir de uma outra, concreta, centrada em alguns dos espaços em que se divide) implica considerar de forma conjunta os três aspectos indicados: sua morfologia ou estrutura, seus diferentes usos e funções e sua organização ou relações existentes em seus diferentes espaços e funções. Tudo isso com a finalidade de mostrar como essa morfologia e essa organização refletem idéias ou concepções determinadas sobre a natureza, a importância e o papel das funções ou usos atribuídos a cada espaço concreto. (ESCOLANO, 2005, p.44).

A partir dessa compreensão, a minha intenção foi de descrever e dialogar com esses espaços, fazendo uma leitura das relações pedagógicas, inclusive, disciplinrriizantes que foram possíveis de se realizar naquele espaço e naquele tempo, compreendendo que:

na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é, portanto, nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de residência), mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. (FOUCAULT, 1987, p. 125).

Neste caso, interessa o lugar que cada espaço educativo ocupa na classificação e ordenação da instituição em questão: a sala de espera, o gabinete da direção, a secretaria, a sala do professor, a inspetoria, entre outros que ocupam, no ordenamento dos e da escola, um lugar que contribui na formação da mesma se configurando num corpo educador.

3.1.1 O gabinete da direção e sua sala de espera

Esta é a primeira e relevante constatação na ordenação espacial do Santanópolis: a existência de um espaço destinado especificamente para compor a direção. A presença deste denota sua importância como indicador social na escola, (ESCOLANO, 2005). Neste caso, sua relevância está ratificada na área destinada ao gabinete da direção e sua localização.

Como apontado em parágrafo anterior, vizinha ao gabinete temos a sala de espera. As duas salas dispõem das mesmas medidas: são amplas, considerando sua destinação – 3,60 x 4,20m² - perfazendo uma área total de 15.12 metros quadrados cada uma. Segundo relatório, a área de iluminação da sala é de 9,78m², apresentando uma boa condição acústica.

Da sala de espera não temos muito material para sua descrição. Entretanto, se utilizássemos de um julgamento aligeirado, baseados no significado literal do nome da sala, isso poderia nos levar a imaginar ser este um lugar com um móvel destinado à atendente e outro destinado a quem espera atendimento; mas para compreender esse lugar, no conjunto do pavilhão – considerando a organização e ocupação do espaço do mesmo –, é preciso ficar atento aos detalhes.

O primeiro cômodo, após a entrada do pavilhão, era exatamente a sala de espera que se antecipava o acesso ao diretor e isso nos diz algo importante sobre a escola. O relatório quando apresenta a relação completa de todos os compartimentos e dependência não se refere à sala de espera, talvez porque esta já esteja culturalmente atrelada, integrada ao gabinete da direção, não passando, geralmente, de apêndice deste. No entanto, ela exerce uma função pedagógica, disciplinadora, mediadora entre a direção e o público, além de evidenciar certa divisão social do trabalho em que a sala de espera seria um local de triagem. Sua presença denota uma especialização do trabalho nos moldes do Taylorismo/Fordismo. A sala de espera funciona como uma espécie de seleção do que chegaria à direção. Aquilo que não pudesse ser resolvido na antessala seria encaminhado ao setor competente, dando mais agilidade aos trabalhos. Mais que isso, a sala de espera pode ser utilizada como espaço da propaganda da escola e, no Santanópolis, ficavam expostos elementos de sua cultura material escolar (SOUZA; FISCARELLI, 2007) a exemplo dos quadros de formatura, painéis de madeira ricamente entalhados como os que aparecem na fotografia abaixo:

Figura 17 - Fotografia ao lado do quadro de formatura em forma de águia



Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.

Enquanto se esperava o atendimento por parte do diretor, era possível observar o resultado do trabalho ali desenvolvido. A águia tem lugar especial nessa espera porque esse símbolo por si só já diz muita coisa: esta ave está sempre atrelada à sagacidade e à sabedoria. Ruy Barbosa, brilhante escritor e competente jurista de seu tempo, recebeu, em 1907, na Holanda, o apelido de Águia de Haia por sua brilhante atuação. Eram “águias” que o Santanópolis desejava formar.

A águia representa um emblema supremo. Como senhora do ar, é um dos símbolos mais ambíguos e universais, simbolizando a majestade, a dominação, a vitória. Sua acuidade de visão e capacidade de vôo denotam onipotência e superioridade, poder, velocidade e uma grande percepção do mundo. (FISCARELLI; SOUZA, 2007, p.111).

Na escultura da águia, encontra-se centralizada a fotografia do Dr. Áureo Oliveira Filho, diretor do Ginásio. O lugar de destaque evidencia seu poder na condução dos trabalhos na escola, pelo menos simbolicamente, já que não podemos desconsiderar o trabalho realizado

cotidianamente por suas irmãs Edelvira D'Oliveira – que foi diretora do estabelecimento durante longo período, principalmente depois que o Dr. Áureo Filho assumiu cargos eletivos na política – e Hermengarda Oliveira³⁰. Na base estavam as fotografias dos professores como um sustentáculo e, nas asas, as dos alunos, posicionamento este que remete ao ilimitado, à capacidade em alçar vôos, à ousadia de pensar que o “céu era o limite”. Diferentemente dos convites das normalistas da Escola Normal, sua rival/parceira³¹, que privilegiava imagens sagradas que remetiam ao magistério – “como um dom e uma missão divina” (SOUSA, 2001, p.88) e o livro como símbolo de saber –, os quadros do Santanópolis privilegiavam animais para representar poder e sabedoria. Decerto, além dos quadros, outros símbolos poderiam estar expostos na sala de espera, como, por exemplo, os troféus dos torneios de basquetes, as medalhas das embaixadas culturais das quais muitas vezes o colégio foi vitorioso. Esses elementos da cultura material da escola têm lugar privilegiado na construção da cultura das instituições de ensino, pois

permitem que toda a comunidade escolar partilhe representações simbólicas das quais são vetores. Troféus³² são símbolos de vitórias, conquista, sucessos, honra e mérito. A exposição é incapaz de revelar todo o enredo das experiências vividas (o sabor das conquistas e a frustração das derrotas, as emoções e decepções de alunos, professores e outros envolvidos), mas presta-se à evocação de um passado memorável, atrelado, muitas vezes, a representações de excelência e qualidade do ensino. (FISCARELLI; SOUZA, 2007, p.98).

Os chamados quadros de formatura tinham tanta repercussão na cidade, movimentando o imaginário social, que ficavam expostos, nos anos 1940, num importante espaço comercial da cidade, a “Casa Armando”³³ – onde eram confeccionados os ternos dos homens da elite feirense – para a visita pública. Essa exposição alimentava também a disputa social e cultural entre os alunos da Escola Normal e os do Santanópolis,

³⁰ Consciente da importância das irmãs na condução do Santanópolis, foram procurados documentos que aprofundassem informações sobre o trabalho das mesmas, mas infelizmente não foram encontradas maiores informações nem com as suas filhas.

³¹ Embora houvesse uma rivalidade explícita entre a “Escola” e o “Colégio”, as duas instituições desenvolviam atividades conjuntas como, por exemplo, as atividades ligadas aos torreanos, partidas de basketball, entre outras atividades lúdicas e pedagógicas, dividindo, inclusive, o salão da prefeitura para realização de formatura de ginásianos e normalistas noticiada em 12 de dezembro de 1942.

³² Também o quadro de formatura não deixa de ser um troféu.

³³ A Casa Armando era uma alfaiataria que estava localizada na esquina da Rua Direita, hoje Rua Conselheiro Franco, com a Praça da Bandeira e foi inaugurada em 1942 com direito à presença de autoridades religiosas e civis, proferindo discursos, Filarmônica, doces finos e champagne. (FOLHA DO NORTE nº 1744 de 12/12/1942, p.1).

movimentando as colunas sociais da cidade. Era nessa rua (Rua do Meio, hoje, Conselheiro Franco) que se encontrava a Escola Normal.

A grandiosidade desses quadros e sua importância social estão registradas nas páginas do Jornal *Folha do Norte* que dedica um item da reportagem sobre a formatura de bacharelados do ano de 1939 ao quadro de madeira. Apesar de longa a descrição, creio ser de suma importância sua transcrição neste trabalho, uma vez que esses quadros não foram preservados e não existe um sequer para que possamos apreciá-lo, restando-nos a descrição como condição para uma aproximação do mesmo.

Trabalhado a primor em cedro *odarala* pelo reputado artista Feirense, Alcides Fadigas esse belo e original quadro de acentuada feição moderna representa ramadas floridas de roseiras destacando-se no matiz rubente sombrio e fosco do fundo da peça indo envolver à direita seis retratos dos diplomados de forma elíptica como todas as demais nítidas efígies que figuraram no quadro devido à proficiência do hábil operado fothográfico Naphitalino Vieira.

Outra dessas hastes providas de folhas e rosas de coloração algo mais forte e luzente e em alto relevo cingem à esquerda a fotografia dos professores homenageados [...] todas emolduradas em madeira de tonalidades claras com os nomes e títulos em recorte contrastando com a cor generalista do fundo da peça. Ao centro avulta uma cercadura e os dísticos “Ginásio Santanópolis – Feira, o retrato do paraninfo em formato maior ladeando as iniciais G. S. circunscritas na referida faixa circular. (FOLHA DO NORTE nº 1587, de 09/12/1939, p. 1).

Para se ter uma dimensão da importância desses quadros para a sociedade feirense da época, basta informar que o Jornal *Folha do Norte* (nº 1586, de 02/12/1939, p1) anunciou que esse quadro de original e extraordinário efeito que faz honra a arte feirense esteve em exposição por muitos dias nas montras do edifício da Companhia de Energia Elétrica à rua Conselheiro Franco, nesta cidade.

Outro elemento que merece atenção na análise é a porta de entrada do pavilhão, a qual não é a mesma para entrada de alunos. Uma conclusão possível a partir desse fato é que diferentemente de outros estabelecimentos de ensino³⁴ não havia uma preocupação com a vigilância direta sobre os alunos por parte da direção, ou seja, o gabinete do diretor não estava localizado de forma que este pudesse, diretamente de seu gabinete, ter uma vigilância constante do que ocorria em outros pavilhões e na área livre da escola, ainda que esta dispusesse de outros mecanismos de controle da disciplina, a exemplo da existência de censora ou censor. Entretanto, sendo toda a construção horizontal, com pavilhões lado a lado,

³⁴Os estabelecimentos em forma de rotunda ou ainda aqueles cujo gabinete da direção está localizado com acesso direto à porta de entrada de alunos possibilitam maior vigilância da direção sobre estes.

não tornava esse distanciamento muito grande a ponto de “evidenciar uma direção escassamente implicada na vida cotidiana do centro docente, distante das famílias, professores e alunos”. (VIÑAO FRAGO, 2005, p.23).

O acesso ao gabinete estava mediado por uma sala de espera, como já salientado. O contato com o diretor não se dava de maneira direta e, certamente, o interessado em conversar devia se identificar previamente com a secretária para ser anunciado. Se por um lado essa metodologia evidencia certa distância entre a direção e o público (alunos, pais, professores, funcionários) por outro, ela garante vigilância suficiente sobre outros agentes importantes no trabalho pedagógico; professores, funcionários e até pais de alunos estariam sob os olhos atentos da direção, o necessário para controlar a vida da escola, especialmente se considerarmos que o controle direto sobre os alunos estava sob a responsabilidade dos professores e seus instrumentos que têm na caderneta um ícone. Ainda podemos deduzir que, se por um lado, aparentemente, não houve uma necessidade extrema de controle sobre os alunos, tampouco demonstra proximidade a eles.

Para a descrição do gabinete, eu dispus de algumas fotografias que apresentam diferentes ângulos, permitindo, assim, a entrada na sala, inclusive, com algumas minúcias.

Figura 18 – Gabinete do diretor do Gynasio Santnopilis



Fonte: Santonópolis-Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE-UEFS.

O escritor do relatório, o qual em muitos momentos apresenta uma riqueza de detalhes impressionante é econômico quando trata de descrever a sala da direção. “A sala da diretoria mede 3,60x 4,20, possui duas janelas e três portas. O mobiliário existente compõe-se uma

carteira, três cadeiras, uma máquina de escrever e um tinteiro”. (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1945). A escrita não foi suficiente para descrever o lugar, talvez pelo caráter técnico do documento. É a fotografia que nos permite conhecer os detalhes e estabelecer relações mais ousadas de caráter histórico e pedagógico porque “cada fotografia é uma frase separada de um poema sinfônico ou de um discurso poético cujo valor essencial é o valor sintético do conjunto”. (ZEVI, 2000, apud BENCOSTA, 2005, p.110). Dessa forma, ela torna-se imprescindível na intenção de construir a História do Santanópolis em seu conjunto. Ainda assim, tenho a lucidez de que a fotografia da sala de direção, acima exposta, não dá conta de apreender todas as suas dimensões.

Entretanto, ela cumpre a importante missão de reproduzir tudo aquilo que, no olhar do fotógrafo, foi possível enquadrar da natureza bidimensional e tridimensional da edificação. Evidentemente, por maior que seja a série de imagens sobre uma construção arquitetônica, não é possível esgotar suas dimensões simbólicas. (BENCOSTA, 2005, p.110).

A foto, assim como o relatório, não nos apresenta muitos detalhes sobre como estava organizado esse cômodo; entretanto, as informações disponíveis proporcionam algumas análises do ambiente. Em primeiro lugar, a quantidade de cadeira revela não ser esse um espaço para atendimento de grupos grandes, restringindo a quantidade de pessoas por atendimento – após a triagem feita na sala de espera.

São três cadeiras para, no máximo, três pessoas. Na carteira destinada ao diretor, a máquina de escrever e o tinteiro se harmonizam com o trabalho desenvolvido, além disso, a máquina de escrever, que em 1944 se configura numa tecnologia, empresta ao ambiente certa modernização, o tinteiro, requinte e sabedoria. Tratava-se de um ambiente simples, econômico, sem qualquer excesso. O jarro de flores à mesa tinha a função, talvez, de quebrar a monotonia da paisagem, humanizar o ambiente e lhe imprimir um caráter mais ameno. O quadro de madeira contendo a fotografia do corpo docente completa o ambiente ao tempo em que apresenta os mestres. Atentar para estes objetos e sua disposição é importante porque concordando com Hall (1994, p. 76-77, grifos do autor) “[...] os utensílios escolares povoam o espaço escolar, mediam relações entre móvel, espaço, ações. Trata-se de “ferramentas”, “extensões materiais”.

Descrever a sala da direção, seus “objetos e mobiliários, por um lado, e sua disposição física no pavilhão administrativo, por outro – podem, da mesma forma, constituir indicadores plenos de significados sobre a concepção que se tem acerca da natureza e das funções da direção”. (VIÑAO FRAGO, 2005, p.24).

O desenho arquitetônico do pavilhão indica que estamos diante de uma direção preocupada com a preservação do patrimônio da escola ao se localizar num prédio destinado principalmente às questões administrativas e onde se encontram outros espaços que em seu conjunto dão conta da guarda de mobiliários, livros e outros equipamentos caros à escola, numa clara perspectiva panóptica na qual “subjaz uma política social que controla os movimentos e os costumes”. (ESCOLANO, 2001, p.27). Se por um lado temos clara essa função preservadora e conservadora do patrimônio, por outro, a direção também não quis abrir mão da proximidade dos espaços de acessibilidade, o que denota o desejo de controle, especialmente das funções docentes. “A mística do cotidiano aí se associa a uma disciplina do minúsculo”. (FOUCAULT, 1987, p. 120).

Ter a biblioteca e a sala dos professores no mesmo prédio permite uma visão privilegiada de quem chega e de quem sai, mais que isso, de quando chega e de quando sai, ainda que “se trate de uma acessibilidade indireta, através de uma sala de espera e em que, sobretudo, se busca controle de acesso, uso e permanência na sala de professores”. (ESCOLANO, 2005, p.40).

A localização da sala junto à secretaria e à portaria e com uma distância das salas de aula onde ocorre a ação pedagógica mais direta entre os sujeitos da ação educativa revela-nos seu caráter muito mais administrativo que pedagógico.

3.1.2 A Secretaria, inspetoria e o arquivo

Figura 19 - Secretaria do Santanópolis

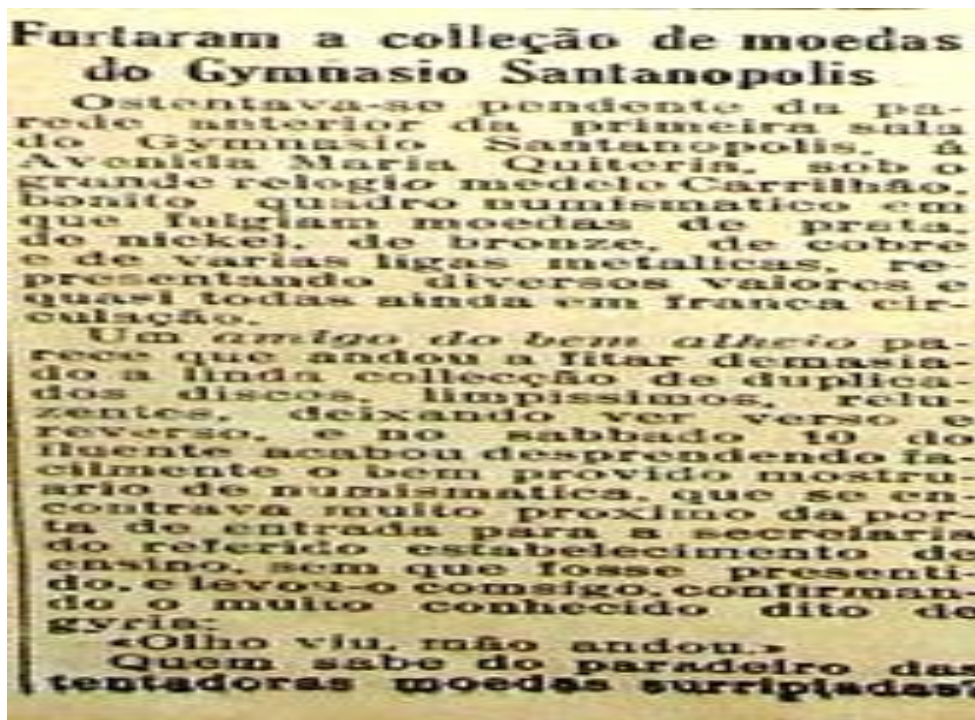


Fonte: Santanópolis-Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis - CEDE/UEFS.

Com as mesmas dimensões da diretoria, a secretaria, que possuía uma janela e duas portas que davam acesso diretamente à inspetoria e ao arquivo, estava mobiliada com duas mesas com cadeiras, uma mesa com máquina de datilografia, um guichet e um cofre.

Como, certamente, o pagamento das mensalidades por parte dos alunos era feito na própria escola, o cofre era um equipamento necessário para a guarda de valores. Sobre ele podemos especular que esteja ali para demonstrar segurança na guarda de valores (dinheiro e documentos) pertencentes à escola. Além do mais, a presença de um cofre é também uma demonstração de poder econômico e segurança, embora não tenha sido impedimento para que a escola não fosse alvo “do amigo do bem alheio”, como noticia o Jornal.

Figura 20 - Notícia sobre roubo no Gynásio santanopolis³⁵.



Fonte: Jornal Folha do Norte nº 1593 de 24/02/140, p.1.

³⁵ Furtaram a coleção de moedas do Ginásio Santanópolis. Ostentava-se pendente na parede anterior da primeira sala do Ginásio Santanópolis à Avenida Maria Quitéria sobre o grande relógio modelo carrilhão, bonito quadro numismático em que fulgiam moedas de prata, de níquel de bronze e de cobre e de várias ligas metálicas representando diversos valores e quase todas ainda em Franca circulação. Um amigo do bem alheio parece que andou a fitar demasiado a linda coleção de duplicados discos, limpíssimos, reluzentes, deixando ver verso e reversos e no sábado 10 do fluente acabou desprendendo facilmente o bem provido mostruário de numismática, que se encontrava muito próximo da porta de entrada para a secretaria do referido estabelecimento de ensino, sem que fosse pressentido, e levou-o consigo, confirmando o muito conhecido dito de gíria: “Olho viu, mão andou”. Quem sabe do paradeiro das tentadoras moedas surripadas?

A nota traz outros detalhes importantes na composição da secretaria, como o “grande relógio modelo carrilhão”³⁶, instrumento de grande importância no controle e funcionamento de uma escola. (FARIA FILHO, 2000).

Figura 21 - Relógio tipo Carrilhão, semelhante ao do Santanópolis.



Fonte: Blogspot do Santanópolis³⁷.

A ligação direta ao arquivo dava funcionalidade ao trabalho da secretaria porque proporcionava acesso rápido e direto à documentação, bem como dava condições para a guarda dos mesmos, construindo, desta maneira, a memória da escola. Os indícios encontrados no processo de pesquisa me instigaram a afirmar que havia naquele estabelecimento uma preocupação com a armazenagem dos documentos, o que consciente ou inconscientemente oportuniza a construção da memória da escola, a julgar pelos relatórios, fontes desse trabalho, entregue à DIREC/02 em 1985, além de uma listagem com toda a

³⁶ A imagem inserida no texto não pertence a do relógio do Ginásio Santanópolis, mas a de um relógio semelhante, postada por ex-alunos, no blog.

³⁷ Disponível em: <http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/2013/09/relogio-ponto-para-controlar-entrada> > Acesso em ago.2012.

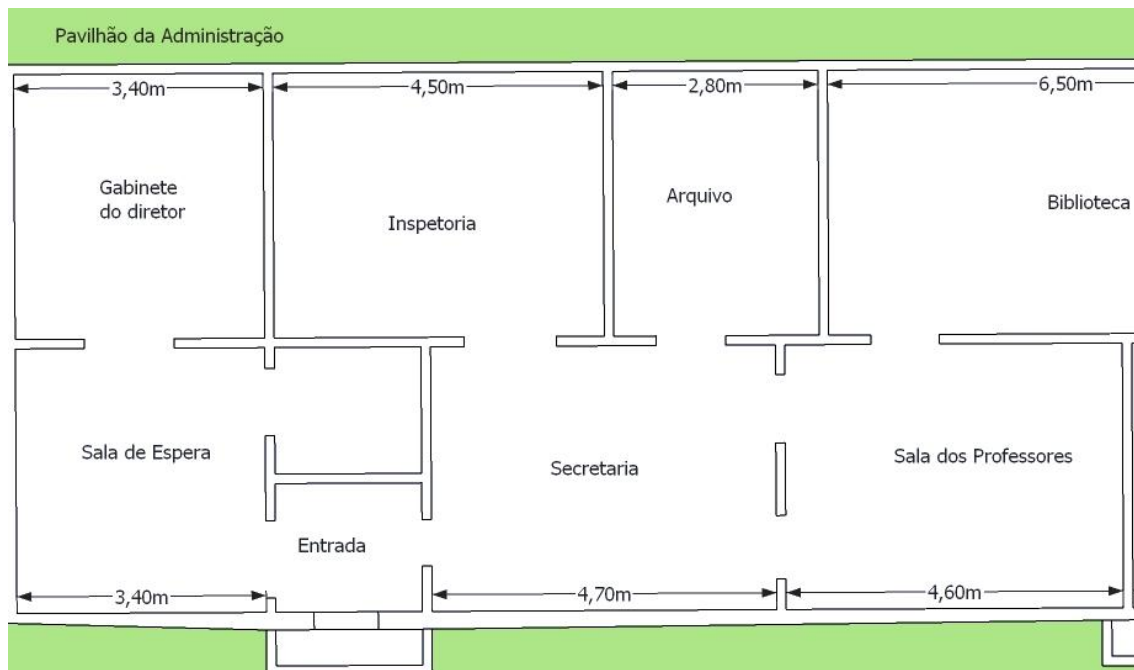
documentação entregue à DIREC quando da extinção da escola. Infelizmente, parte desse material se perdeu com o tempo.

Alguns desses documentos estão em franco processo de deterioração, como a planta baixa do colégio, por exemplo, que foi toda construída em papel vegetal, que ressecou com o tempo, podendo, literalmente, se quebrar nas mãos dos pesquisadores. São fontes valiosas para o conhecimento dessa escola que esteve em funcionamento em Feira de Santana por 51 anos, mais de meio século de existência – 1934/1985 – cuja memória poderá ser prejudicada em função das precárias condições de armazenamento de fontes nos arquivos em Feira de Santana. Lamentações à parte, importa registrar que esse material está desgastado pelo tempo, mas que a riqueza de detalhes que eles apresentam se constituem num achado para os historiadores da educação em Feira de Santana. Os vestígios deixados pelo arquivo do Santanópolis ratificam a compreensão de que:

os arquivos escolares constituem o repositório das fontes de informação directamente relacionadas com o funcionamento das instituições educativas, o que lhes confere uma importância acrescida nos novos caminhos da investigação em educação, que colocam estas instituições numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenómenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens. (MOGARRO, 2006, p.71).

Sua ligação com a inspetoria também lhe dava acesso direto à diretoria, visto que esta possui uma porta de acesso à mesma. Observemos como esses espaços estão integrados constituindo-se num conjunto que dá forma ao centro de controle administrativo da escola. De uma forma ou de outra, os outros espaços se comunicam com eles.

Figura 22 – Recorte da planta do pavilhão da administração do Gynasio Santanopolis.



Fonte: Acervo digital da autora da tese.

A inspetoria era uma sala com 15,48m² de área, medindo 3,60 x 4,30m que, como já foi citado, possui ligação direta com a secretaria e a direção. Sua ligação com a secretaria proporcionava acesso ao arquivo, à biblioteca, à sala de professores e ao gabinete de merceologia. Dessa forma, possuía uma “vista” privilegiada dos espaços do pavilhão administrativo. Naquele espaço ficavam os inspetores do Ensino secundário e da Escola Técnica de Comércio.

Segundo a Reforma Francisco Campos, em seu artigo 52, para os fins da inspeção, “os estabelecimentos de ensino secundário serão grupados de acordo com o número de matrículas e com as distâncias e facilidades de comunicação entre eles constituindo distritos de inspeção”. Isso ajuda a explicar porque o padre Fenelon Costa foi designado para proceder a inspeção preliminar do Santanópolis em 1945; Santo Amaro era a cidade mais próxima de Feira de Santana que possuía um ginásio.

Com a incumbência de inspecionar a qualidade do ensino nessas escolas nos termos da Reforma Francisco Campos, Costa iniciou a inspeção por disciplina em cada série, observando os métodos adotados, assiduidade de professores e alunos, bem como sugerindo providências caso fosse necessária a intervenção do Departamento Nacional do Ensino. Na Lei Orgânica do Ensino secundário, a inspeção ficava sob a responsabilidade do Ministério da educação, de acordo com os seguintes termos:

§ 1º A inspeção far-se-á não somente sob o ponto de vista administrativo, mas ainda com o caráter de orientação pedagógica.

§ 2º A inspeção limitar-se-á ao mínimo imprescindível a assegurar a ordem e a eficiência escolares. (BRASIL, 1942).

Dentre os que figuraram como inspetores do Santanópolis no período, podemos citar o senhor Jayme Abreu, responsável pela inspeção preliminar em 1934. Em 1935, como fiscal do ensino fundamental equiparado ao da Escola Normal da Bahia estava o médico Feirense, Dr. Honorato Bomfim. Em 1945, foi designado como inspetor, o Padre Fenelon Costa, com incumbência de realizar a “verificação prévia dos cursos comerciais básicos e técnicos de contabilidade da Escola Técnica do Comércio Santanópolis, localizada em Feira de Santana, Estado da Bahia”. (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1945). Conforme consta no relatório, Padre Fenelon Costa foi inspetor do ensino secundário junto ao Ginásio Santamarense e foi designado para fazer a verificação prévia e exames de admissão na Escola Técnica de Comércio do Santanópolis. Em 1950, Manoel Satyro da Silva Ribeiro inspecionou o Santanópolis. Em 1956, Joselito Falcão Amorim, ex-aluno e professor do Colégio Santanópolis, é designado sob a portaria nº 181 para “proceder a uma verificação geral na organização e na instalação dessa escola”³⁸. Em 1958, foi inspetor o senhor Osvaldo Ramos. A presença feminina na inspeção só foi verificada no Curso Pedagógico no ano de 1959 e chamava-se Áurea Falcão Mascarenhas.

Além desses inspetores que trabalharam diretamente com o Santanópolis, outros inspetores apareceram nesse mesmo ano. Foi nomeado inspetor local, o senhor Érico Barreto Santana. No ano de 1937, foi nomeado como inspetor interino para o ensino secundário do Estado da Bahia, o senhor Manoel Sátiro Ribeiro, e Inspetor do Ensino primário, Clóvis Mota de Oliveira.

Nesse conjunto arquitetônico e na organização dada aos espaços, a secretaria seria o elo entre todos os espaços do pavilhão. Localizada estrategicamente se comunica diretamente com o gabinete de merceologia, com a sala dos professores e, através dela, com a biblioteca, com o arquivo, com a inspetoria, com o gabinete da direção e com a entrada principal da escola. Nesse contexto, se constitui como um ambiente mediador entre os espaços. Sua disposição contribuía para a garantia da disciplina, controle e funcionamento da escola, claramente uma perspectiva panóptica de arrumação espacial.

³⁸Refere-se à Escola Técnica de Comércio.

[...] O esquema panóptico é um intensificador para qualquer aparelho de poder: assegura sua economia (em material, em pessoal, em tempo); assegura sua eficácia por seu caráter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos. É uma maneira de obter poder [...]. (FOUCAULT, 1987, p.170).

Se fosse possível eleger uma imagem para representar a secretaria nesse conjunto, considerando sua função e localização, o polvo seria uma boa representação; com olhos e tentáculos, a secretaria tudo via e a todos poderia alcançar.

3.1.3 A sala dos professores

Localizada à direita da entrada do edifício, logo após a sala da secretaria, no lado oposto ao da direção e enfrente à biblioteca e à inspetoria, este ambiente apresenta as seguintes medidas: 3,60 x 4,60m², totalizando 16.56m². Podemos considerar este um espaço razoável para os 19 professores que circulavam pelos três turnos de funcionamento da escola.

No relatório, encontra-se um pequeno texto que dá conta de uma breve descrição e de como esta sala estava mobiliada. “Com cinco portas e uma janela, possui quatro poltronas, seis cadeiras e uma mesa de centro”. A breve descrição é ampliada com o recurso da fotografia na junção dessas informações, dela podemos ampliar significativamente as inferências sobre esse espaço-lugar.

Mesmo considerando que esta fotografia foi tirada para compor um relatório de inspeção, o que requer todo um cuidado com a mesma para que se torne um documento em favor da escola em suas intenções e interesses – o que não poderia ser diferente –, os móveis, os objetos, a fotografia do presidente estão lá na produção daquele espaço-lugar. “O espaço se projeta, se vê ou se imagina, o lugar se constrói”. (SOUZA, 2005, p.17). As nuances dessa construção são percebidas na fotografia que com sua capacidade de congelar a cena pode nos levar a viagens temporais permitindo um estudo do vivido.

De acordo com o relatório, trata-se de um lugar arejado, ventilado e bem iluminado. As cinco portas existentes estão assim distribuídas: uma liga a sala do professor ao gabinete de merceologia, outra porta a conecta com a biblioteca, duas a põe em ligação direta com a secretaria e uma a liga diretamente ao pátio de onde se tem acesso aos demais pavilhões. Essa disposição das portas me instiga a fazer algumas especulações: acredito que está ratificado o modelo panóptico com o intuito de controlar o acesso e o movimento dos professores. A secretaria, em geral, controladora da assiduidade e da pontualidade, possui dois acessos diretos à sala do professor. De lá também, certamente, era possível ouvir as conversas,

tornava mais fácil dar avisos e orientações e impor simbólica e diretamente o controle. “Todos podem ser observados com facilidade, e o controle, mesmo que não seja contínuo, acaba por ser incorporado por alunos e professores”. (FOUCAULT, 1983, p. 127).

A sala dos professores, na minha percepção, era decorada sem muita ostentação, mas com muito bom gosto. Lá se encontram objetos que nos permitem dialogar com a escola em suas intenções e com o contexto em que ela está mergulhada. Temos um móvel no estilo carteira, que permite ao professor realizar atividade de leitura e/ou escrita. Sobre esta mesa encontram-se um jarro com flores artificiais, papéis para recados, um organizador de pequenos materiais de expedientes como clipes, grampos entre outros e um relógio. Composto a sala, um conjunto de estofado confortável com braços de madeira e assento em tecido floral cuja cor não é possível deduzir porque a fotografia está em preto e branco. Esses móveis e o jarro de flor conferem ao ambiente um aconchego e leveza que talvez queira dizer que esse é um ambiente para conversas e relações menos formais. Uma mesa de centro ajuda a compor o ambiente.

Figura 23 – Sala dos professores do Gynásio Santanópolis



Fonte: Santanópolis-Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE/UEFS.

Ainda podemos observar nesse cenário a existência de um guarda-livros³⁹, importante na sala dos mestres, quer seja porque a leitura é inerente à condição de professor, quer seja porque essa é uma imagem que se quer divulgar dos professores. De qualquer modo esse

³⁹Móvel que tem como função, como o próprio nome sugere, guardar livros, mas que se difere da estante porque apresenta portas que, nesse caso, são de vidro .

equipamento na sala dos professores lhe confere uma aura de intelectualidade, importante na composição do conjunto da escola.

Sobre um móvel pequeno, encontra-se a fotografia de Getúlio Vargas, presidente do Brasil em 1944, ano do relatório de inspeção no qual está anexada a fotografia, embora, não signifique que esta seja a data da mesma. A fotografia do presidente era uma demonstração de civismo muito comum aos estabelecimentos de ensino durante o Estado Novo e quase uma exigência para que a Educação Moral e Cívica, nos moldes da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, fosse garantida como prevê o Artigo 22:

Os estabelecimentos de ensino secundário tomarão cuidado especial e constante na educação moral e cívica de seus alunos, buscando neles como base do caráter, a compreensão do valor e do destino do homem, e, como base do patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e desígnios, e de sua missão em meio aos outros povos. (BRASIL, 1942).

Se tivermos acordo de que todos os espaços-lugares (VIÑAO FRAGO, 2005) da escola são espaços educativos, a fotografia do Presidente da República na sala dos professores é por si só uma aula com múltiplos conteúdos: político, histórico, moral, cívico, formadores de atitudes e comportamentos que envolvem respeito e hierarquias, dentre outros. Agregue-se a esta questão o prestígio do qual gozava o então presidente, “através de suas técnicas de propaganda política, sabiamente conquistava a simpatia de escolares e demais pessoas da sociedade” (SILVA, 2011, p.35), mobilizando parte considerável da população brasileira e, portanto de Feira de Santana, onde a fotografia do presidente gerava uma festa de inauguração. Em 10 de novembro de 1940 – data em que se comemorava a deflagração do Estado Novo – houve inauguração solene do retrato do Presidente Getúlio Vargas nas agências dos Correios e telégrafos desta urbe; segundo a fonte, “perante vultosa assistência esmada em mais de mil pessoas”. (FOLHA DO NORTE, nº 1636 de 10/11/1940). Dentre elas estavam “o Prefeito Municipal e as principais autoridades da comarca e da comuna, a Escola Normal, incorporada com seu diretor, representação do Ginásio Santanópolis”⁴⁰ e até a Filarmônica 24 de Março. Creio que esse evento colabora na compreensão do porque o retrato do Presidente tem lugar de destaque na escola.

⁴⁰A ausência do diretor do Santanópolis nesse evento remete às tensões políticas em Feira de Santana, visto que Áureo Filho pertencia ao mesmo grupo político de Arnold Silva, que se afastou do PSD em 1937 por conta da cassação de seu mandato. Entretanto, como estabelecimento de ensino secundário, sob inspeção federal, o Santanópolis não poderia ficar sem representante no evento.

O mobiliário existente nela, nos faz pensar, ainda, que aquele seria um ambiente destinado ao descanso dos professores nos intervalos das aulas. A ausência de uma mesa grande nos leva a crer que aquele não seria o lugar de planejamento coletivo, nem individual, pois se tratava de poltronas, cadeiras e mesa de centro e não de carteiras apropriadas para este fim. Nesses moldes, mais se aproximava de um ambiente informal ainda que não estivesse ausente de todo o seu caráter pedagógico, visto que se tratava de um ambiente frequentado por professores e localizado numa escola. Essa análise é ratificada pelo depoimento de Joselito Amorim que, a partir de 1939 – após ter concluído o secundário – torna-se professor da escola: “Era um lugar para um bate-papo, jogar conversa fora, tomar um cafezinho. Um lugar para descansar entre uma aula e outra”.

Sua disposição em frente à biblioteca sugere um acesso fácil a livros e, portanto, a uma formação intelectual necessária à função de docente dentro da instituição. Posso inferir, a partir das informações coletadas no relatório e na fotografia, que a sala dos professores foi projetada com a intenção de permitir controle administrativo ao tempo em que a conectava com espaços pedagógicos da escola.

3.2 OS ESPAÇOS DE APRENDER NO SANTANÓPOLIS

No afã de construir uma escola inspirada na pedagogia moderna, o espaço da escola segue o espírito escolar republicano que, com os grupos escolares, inaugura a modernidade pedagógica, e os "templos de civilização" são um símbolo dessa modernidade exigindo “o alargamento da concepção de linguagem escolar”. (NUNES, 2000, p.374). Nesse contexto, a sala de aula não seria o único lugar de aprender dentro da escola, outras possibilidades espaciais foram organizadas com a intenção de consolidar outro *habitus pedagógico* (NUNES, 2000), e os

espaços de aprendizagem se multiplicaram: não apenas a sala de aula, mas também as bibliotecas, os laboratórios, a rádio-educativa, os teatros, os cinemas, os salões de festas, os pátios, as quadras de esportes, os refeitórios, as ruas, as praças, os estádios desportivos. (NUNES, 2000, p.374).

No Santanópolis, os espaços de aprender, concebido como os lugares destinados à atividades com a mediação de professores, foram a biblioteca, o salão nobre, as salas de aula, as salas especiais, a quadra coberta e a área livre.

3.2.1 A biblioteca

Para Silveira, as bibliotecas são “lugares de memórias” e como tal,

tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis. São instituições que nos permitem, por intermédio de seus acervos, acessar as experiências comuns a toda humanidade, bem como as razões e os intentos de cada um de seus usuários em particular. (2010, p.79).

No caso desse trabalho, espera-se que a incursão à biblioteca do Santanópolis, através das fontes, me possibilite acessar um pouco da memória educacional desenvolvida naquele espaço e tempo por meio dos livros que a compunham, dentre outros elementos que possam me auxiliar nessa tarefa.

Em 1934, o Anuário Estatístico do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta os resultados em relação as bibliotecas no Brasil e nas unidades da federação Bahia. Em nível nacional, são 92 bibliotecas com um total de 2.067.412 volumes. A distribuição de bibliotecas existentes no Estado da Bahia compreende um total de 67 instituições com 222.762 exemplares distribuídos entre elas. Destas, 12 são franqueadas ao público, sendo 01 estadual, 04 municipais e 07 particulares. As privativas estão organizadas em duas categorias: as de serviço público e particulares. Dentre as bibliotecas privativas de serviço público, temos 04 estaduais; as particulares são denominadas como de corporações particulares com 14 unidades, e as de educandários que são 34.

Em Feira de Santana, a primeira biblioteca da cidade surge em 16 de janeiro de 1890, como um dos símbolos de uma cidade que buscava modernizar-se. A Biblioteca Municipal de Feira de Santana foi instalada à Praça João Pedreira, Hoje, Avenida Getúlio Vargas, na administração do senhor Joaquim Sampaio, Intendente Municipal na ocasião que “foi inspirado por Dr. Joaquim Remédios (presidente do Conselho Municipal). Foi o próprio intendente Sampaio que mandou comprar, às próprias custas, os livros na França e em Portugal”. (BIBLIOTECA MUNICIPAL, 2004, p.3).

Figura 24 – Prédio da biblioteca Municipal de Feira de Santana.



Fonte: Site da cidade de Feira de Santana.⁴¹

Símbolo de modernidade e civilidade a biblioteca foi inaugurada em ponto estratégico, no centro da cidade, num casarão que, no início do Século XX – juntamente com o prédio da prefeitura e da Escola Normal – formava um conjunto arquitetônico que orgulhava os moradores. Mais tarde, na década de 1930, o Santanópolis, situado próximo à biblioteca, se integraria ao conjunto, acrescentando à paisagem e à vida de Feira um ingrediente importante em seu intuito de construir-se moderna e referência na região.

No ano de 1939, na edição de nº 1574, o Jornal *Folha do Norte* informa a quantidade de leitores no mês de agosto daquele ano. Foram 1.450 leitores que consultaram Jornais, anuários, revistas, obras de Literatura Nacional, de Literatura Estrangeira, História Universal, História do Brasil, Geografia e Religião. A quantidade de leitores e os temas da pesquisa nos levam a concluir que o público majoritário de frequentadores da biblioteca era formado por alunos, em especial, da Escola Normal e do Ginásio, o que fazia jus à necessidade de criação de uma biblioteca no Santanópolis, apontada desde 1935 pelos alunos fundadores do Grêmio Líteo-esportivo, figurando como estratégia para atingir uma de suas finalidades que era o “robustecimento” intelectual dos secundaristas. Não encontrei registros acerca da data de fundação da biblioteca no Santanópolis, mas encontrei indícios de seu funcionamento, pelo menos de 1940.

Além da Biblioteca Municipal e da Biblioteca do Santanópolis temos notícias da Biblioteca do Asylo de Lourdes.

⁴¹Disponível em http://www.feiradesantanna.com.br/imagens/memorias/escola_normal.jpg&imgrefurl=http://www.feiradesantanna.com.br/feiraontem Acesso em ago.2012.

Fundada em 08 de maio de 1915, pelo Padre José Gomes, que esteve à frente dos exercícios espirituais da Pia União das Filhas de Maria em Feira de Santana, entre os anos de 1914 a 1920 (CAMPOS, 1955), a “Bibliotheca da Pia União das Filhas de Maria” foi concebida para prover de “leituras sãs e proveitosas nem só as Filhas de Maria como também pessoas estranhas à Congregação. (OLIVEIRA, 2007, p. 98).

Outra biblioteca datada da década de 1930 é a Biblioteca da Escola Normal em 1938 “com livros doados muitas vezes por intelectuais renomeados como Pedro Calmon, que doou um exemplar de sua História na América”. (SOUSA, 2001, p.156).

Antes de me aprofundar na análise da biblioteca do Santanópolis, importa situar o leitor que as informações aqui analisadas estão datadas de 1944 e pertencem ao relatório de inspeção, já citado anteriormente. No mesmo pavilhão administrativo, a biblioteca está localizada em frente à sala do professor, tendo, ao fundo, o gabinete de biometria que por sua vez estava ligado ao gabinete de merceologia. Essa localização, muito mais próxima do centro administrativo da escola do que do pedagógico, reforça o caráter de preservação do patrimônio por parte da direção, assim como a necessidade de controle do uso, quer seja por uma questão de conservação do acervo, quer seja como controle de quem lia e do que se lia, afinal, uma das funções da biblioteca é a de “integrar o jovem nos campos de conhecimentos essenciais que as sociedades determinam”. (MILANESI, 2002, p.11) A biblioteca do Santanópolis mantinha um acervo de acordo com a ideia de integração desses jovens na sociedade do momento e possuía títulos dentro dos padrões culturais para o ensino secundário, visto que trazia uma bibliografia centrada na cultura geral, como livros no campo da filosofia, além de títulos que alcançavam o desejo de uma formação científica, refletindo o espírito da Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Com uma dimensão de 33,12m², segundo o relatório, a biblioteca possuía duas grandes estantes com livros, várias escrivaninhas com as respectivas cadeiras, uma porta e duas janelas. Este mesmo relatório apresenta a relação de livros existentes na biblioteca; são 932 exemplares e 302 títulos entre livros técnicos, didáticos e de outros gêneros que podem ser melhor visualizados no quadro abaixo:

Quadro 1 - Acervo da Biblioteca do Santanópolis, 1956.

TIPO	Nº DE TÍTULO	Nº DE EXEMPLARES
Didático	33	305
Técnico	46	82
Língua estrangeira (francês e inglês)	27	42
Outros gêneros	302	563
TOTAL	408	992

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentre os livros não inseridos nas categorias técnico-didático ou em língua estrangeira, temos clássicos como *A Educação da Mulher e Noções de História da Educação*, de Afrânio Peixoto; *Os Africanos no Brasil*, de Nina Rodrigues; *Evolução do povo brasileiro*, de Oliveira Viana; *Réplica*, de Ruy Barbosa; *Parque e Escola Nova, Educação progressiva, Aspectos Americanos da Educação e Educação para a Democracia*, de Anísio Teixeira; *Jardim de Salustio, Segredos*, de Renascença; *No Tempo de Petrônio e A Educação e seus Problemas*, de Fernando de Azevedo; *Estudos objetos de Educação*, de Isaías Alves; *De language et Le pense chez enfance*⁴², de Jean Piaget; *Castro Alves e o seu tempo, Os Sertões e Peru versus Bolívia*, de Euclides da Cunha; *Casa Grande e Senzala, Sobrados e Mocambos*, de Gilberto Freire; *Cartas*, de Antônio Vieira, só para citar alguns.

A biblioteca na escola conferia-lhe um status de intelectualidade e conferia este status, também, a seus frequentadores. Era comum que alunos do estabelecimento pousassem para fotografias na biblioteca. Abaixo temos duas ilustrações da biblioteca, a primeira integrante do Relatório de inspeção de 1945 e a segunda do final da década e 1950.

Figura 25 - ilustrações da biblioteca



Fonte: Blogspot do colégio Santanópolis.

⁴² A linguagem e o pensamento na infância.

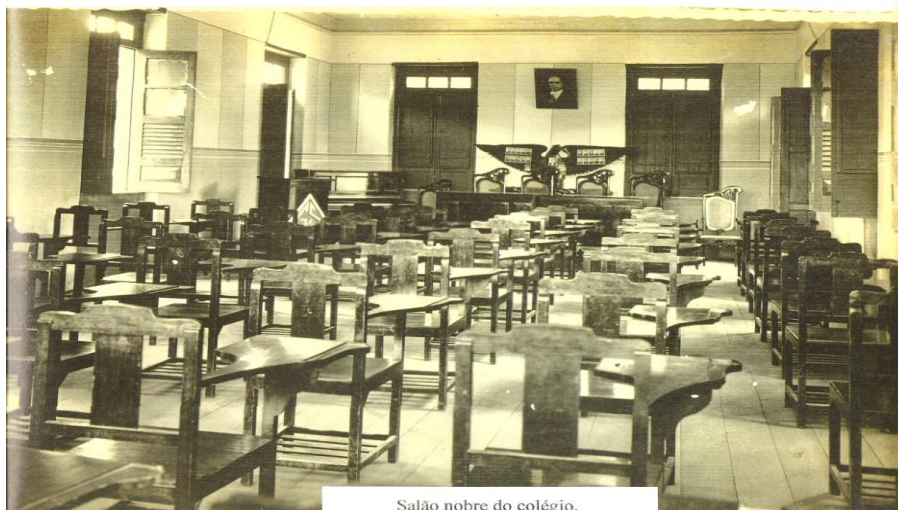
Assim como a escultura de madeira em forma de águia na sala de espera, a biblioteca parecia ser um lugar privilegiado para os registros fotográficos dos alunos, sempre, é claro, folheando um livro com um ar sério e concentrado, como sugere o ambiente. A fotografia nos leva a crer que no Santanópolis o ambiente se apresentava bastante adequado para esse fim. Sua área podia não ser tão grande, e o número de títulos longe do ideal, mas o número de volumes e a qualidade dos títulos, considerando o contexto, não eram desprezíveis. Por certo, juntamente com a Biblioteca Municipal, esta biblioteca era ponto de referência para a pesquisa e a formação de leitores em Feira de Santana.

3.2.2 Salão Nobre: o lugar do espetáculo

Equiparado ao Colégio D. Pedro II – Rio de Janeiro – O Santanópolis também possuía seu Salão Nobre que se localizava num pavilhão, construído entre 1933 e 1934. Era lá que se realizavam as atividades solenes da escola, mas também funcionava como sala de aula.

Media 89,90m², tinha quatro portas e oito janelas garantindo facilidade de circulação de pessoas, arejamento e iluminação. Era mobiliado com uma carteira para professor, acompanhada de cadeira, um quadro negro e cinquenta cadeiras individuais para alunos, observáveis na fotografia abaixo. Em diversas reportagens, no Jornal *Folha do Norte*, o salão é descrito como espaçoso e vultoso.

Figura 26 – Salão Nobre do Colégio Santanópolis.



Salão nobre do colégio.

Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.

Ao que nos parece, a fotografia em questão apresenta o auditório preparado para um dia festivo ou para o registro que comporia o relatório, a partir dela podemos visualizar alguns detalhes que não foram apresentados no relatório. A escultura da águia é semelhante ao que

aparece na sala de espera e ornamenta a mesa do professor juntamente com outros menores em forma de Leão. Também é possível ter uma ideia da amplitude do salão nobre e o tipo de mobiliário que o ornava. As cadeiras com braços e espaço para a guarda do material escolar assinalam a dupla utilidade do ambiente, permitindo sua utilização como sala de aula. O quadro do Presidente da República é o responsável pelo toque de civismo e respeito à pátria, comum aos estabelecimentos da época e até em algumas moradias.

Era no salão nobre que aconteciam as conferências solenes realizadas sem uma regularidade – às vezes anualmente, às vezes de dois em dois anos – quando eram trazidos importantes nomes da literatura nacional, na década de 1950. Também foi palco de formaturas e tertúlias literárias, além de outras atividades de grande porte da escola.

O salão nobre foi palco da inauguração solene do secundário no Santanópolis e, a partir daí, palco das aulas inaugurais e encerramentos solenes nos anos subsequentes. Entretanto, o salão era utilizado para além das atividades pedagógicas da escola, sendo palco de encontros políticos de interesse do dono do estabelecimento.

A primeira grande atividade dessa natureza realizada no salão nobre do Colégio Santanópolis tornou-se notícia, como, aliás, tornavam-se notícias quase todas as realizações do Colégio, pelo menos até os anos 1950. O foco estava para o dia 29 de setembro de 1934, na edição de número 1315, na primeira página, quando ocorreu uma recepção ao então interventor Federal, Juracy Magalhães, que passou por entre

alas de alunos e alunas do estabelecimento de ensino luzidamente uniformizados sob chuva de pétalas de rosas, caloroso palmeio e aos acordes de um hino patriótico. Os recém-vindos ocuparam lugares à mesa na parte anterior do grande salão. (FOLHA DO NORTE nº1315 de 29/09/1934, p.1).

Para registrar um acontecimento dessa importância foi batida uma “chapa” pelo brilhante Photógrapho, o Sr, Naphitalino Vieira (FOLHA DO NORTE nº 1309 de 18/08/1934, p.1). O Salão Nobre, que a partir da década de 1940 era denominado pela imprensa de *auditorium*, era o lugar do espetáculo, das grandes reuniões e dos grandes encontros. Como símbolo, para uma escola privada de ensino secundário no sertão baiano nos anos 1930, o Salão Nobre contribuiu significativamente para a construção de uma imagem positiva do Colégio que, além de se destacar, por possuir prédio próprio e, de acordo com as mais novas técnicas pedagógicas do momento, possuía um salão especial para realizações nobres, como sugere o nome.

3.2.3 As Salas especiais

Embora o modelo arquitetônico do Santanópolis, em seu conjunto, não aponte para uma escola no modelo Platoon⁴³, que primava pela “otimização do aproveitamento do espaço escolar “onde as turmas não possuíam salas próprias” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 30), as salas especiais têm aí sua inspiração. Eram salas fixas e organizadas por áreas de conhecimento para as quais alunos e professores se deslocavam para o desenvolvimento da matéria. As fontes disponíveis evidenciam lacunas nas informações sobre as mesmas. Para descrevê-las me deti aos relatórios de inspeção de 1944 e 1956, elaborados pelo Padre Fenelon Costa e Joselito Falcão Amorim, respectivamente.

No relatório de inspeção de 10 de novembro de 1944, o Padre Fenelon Costa ficou impressionado com as salas especiais “pelo seu conjunto, organização, abundância de luz e de material didático”. (SANTANÓPOLIS, 1944, p.2). Neste relatório não fica clara a quantidade de salas; num dado momento, elas aparecem como abrigadas em uma sala única com espaços diferenciados dentro da mesma. Mas também sugere que estas seriam independentes quando assim as relacionam: A) Ciências Físicas e Naturais; B) Física; C) Química; D) História Natural; E) Geografia; D) Desenho. Numa outra página, aparecem listadas com seus respectivos materiais: Mecanografia, Escritório Modelo e merceologia. Quando da utilização das fotografias anexas aos relatórios, encontrei fotos das salas de geografia, desenho, física e química. Vale ressaltar que o relatório não apenas cita as salas, mas também apresenta uma lista de material de cada uma delas. Algumas listas são tão grandes e detalhadas que não deixam dúvidas da existência das mesmas. Para que se tenha uma ideia da riqueza de detalhes dessa descrição, a sala de química comporta em suas instalações “mesa de laboratório; pia com torneira e trompa de água; gerador de corrente elétrica (bateria de pilhas e de acumuladores); capela e dispositivo de exaustão; alambique”. (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO 1944-1945, p.2). A lista de material é impossível de ser reproduzida num trabalho dessa natureza, por sua extensão – quase 300 itens.

No relatório de 1957, de autoria do Joselito Falcão Amorim, as informações estão mais detalhadas; aparecem cinco salas especiais: Geografia, Física, Química, História Natural e Merceologia, Línguas Vivas, Mecanografia e Escritório Modelo, Desenho e Trabalhos Manuais. Essa nova disposição das salas revela mais precisamente a adequação do espaço ao funcionamento da Escola Técnica de Comércio e “melhor” aproveitamento dos espaços com a intenção de atender as exigências do Departamento e Ensino Comercial.

⁴³Que quer dizer pelotão.

Em 1957, o gabinete de física e química, biologia e merceologia estava alocados num salão medindo 72m², com uma porta, sete janelas, e mobiliada com mesa e cadeira para o professor, quadro negro, uma mesa de laboratório e várias banquetas para alunos. Constavam ainda, seis estantes para mostra de cereais, produtos químicos, minerais, osso, animais em taxidermia e farta aparelhagem para física e química. Inicialmente, esta sala era tão somente de ciências naturais, sofrendo adequação para o funcionamento da Escola Técnica do Comércio que inicia seus trabalhos em 1944. Nessa nova ordem espacial, o Gabinete de merceologia, que antes se encontrava no pavilhão administrativo, passa a compor o quadro de salas especiais. Como podemos perceber, opera-se um reordenamento dos espaços da escola para atender a novos contextos.

Figura 27 - Sala de Química, Física, Biologia e Merceologia.



Fonte: Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE/UEFS.

Os detalhes mostrados nas fotografias evidenciam essa reordenação dos espaços para adequar-se à escola, que crescia. A Escola Técnica do Comércio foi implantada no Santanópolis a partir da estrutura montada para o ensino secundário, o que permitiu sua aprovação conforme consta no relatório.

A fotografia abaixo ilustra uma aula de química no laboratório ministrada pelo Dr. Áureo Filho. Analisando a imagem e o contexto torna-se possível realizar algumas análises do que isso representa ou quer representar como prática pedagógica:

Figura 28 - Aula prática de química com Dr. Áureo Filho



Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.

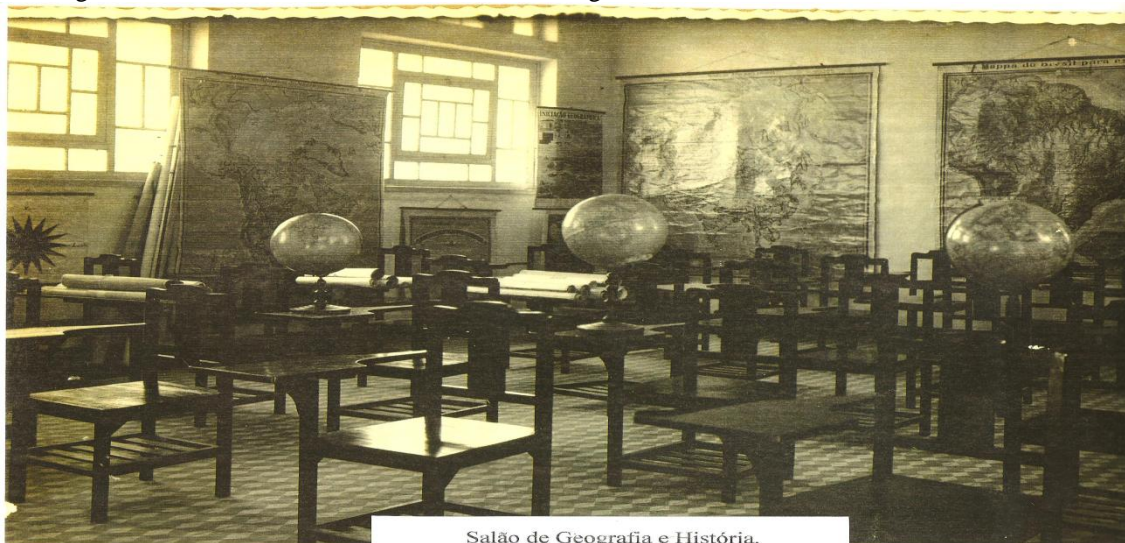
Em primeiro lugar não podemos perder de vista que esta fotografia faz parte do material propagandístico da escola, mas nem por isso podemos deixá-la assim como o texto que a acompanha: “praticando o que theoreticamente se afirma, aprende-se para toda a vida. É essa a finalidade do Gymnasio Santanópolis: ensinar com eficiência”. Ensinar para a vida é um dos princípios do escolanovismo⁴⁴ cujas ideias, segundo Di Giorgio (1992), a partir de 1945, se tornam hegemônicas na cabeça dos educadores deste país.⁴⁵ Apropriando-se desse discurso no reclame, a fotografia registra um momento de aprendizagem prática de química, contrapondo-se ao discurso da pedagogia tradicional. Entretanto, afirmar que ali se concretizou um ensino calcado nos princípios da pedagogia escolanovista, seria, no mínimo, precipitado, ainda que não seja impossível ter ocorrido atividades com essa inspiração.

As salas ou laboratórios de história e geografia estavam montadas num espaço de medidas iguais às de física, química, biologia e merceologia e existem na escola desde sua fundação.

⁴⁴O pensamento escolanovista no Brasil começa a inspirar educadores brasileiros na década de 1920, tais como Sampaio Dórea, em São Paulo; Lourenço Filho, no Ceará; Anísio Teixeira, na Bahia e No Rio de Janeiro (Distrito Federal) Fernando de Azevedo, entre outros. (Di Giorgio, 1992).

⁴⁵ Di Giorgio, 1992, p. 61.

Figura 29 – Sala ou Laboratório de História e Geografia.



Salão de Geografia e História.

Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.

Com cinquenta cadeiras do mesmo modelo das que compõem o salão nobre, as sala de história e geografia exibiam um farto material das áreas para as quais foram construídas. A quantidade de mapas distribuídos por entre as paredes salta aos olhos. São paredes “cobertas de mapas” – enfatiza o relatório – além de tantos outros dispostos nas cadeiras. Os globos terrestres, estrategicamente dispostos, completam o cenário.

A imagem na fotografia foi projetada para convencer a respeito da capacidade desse espaço para o ensino das disciplina citadas, tornando possível afirmar que este era, certamente, um ambiente propício à aprendizagens que em muito impressionou o inspetor Fenelon. Consta no relatório que além da existência de um aparelho cinematográfico, uma filmoteca para o ensino de história universal, história natural, geografia, existia um “epidiascópio⁴⁶ para o mesmo fim”⁴⁷. O que não se pode afirmar, no alcance desse trabalho, é que as práticas pedagógicas ali realizadas estavam de acordo com a proposta desses espaços de inspiração escolanovista, da pedagogia ativa. Ao se referir a espaços dessa natureza na Escola Normal, Sousa afirma que:

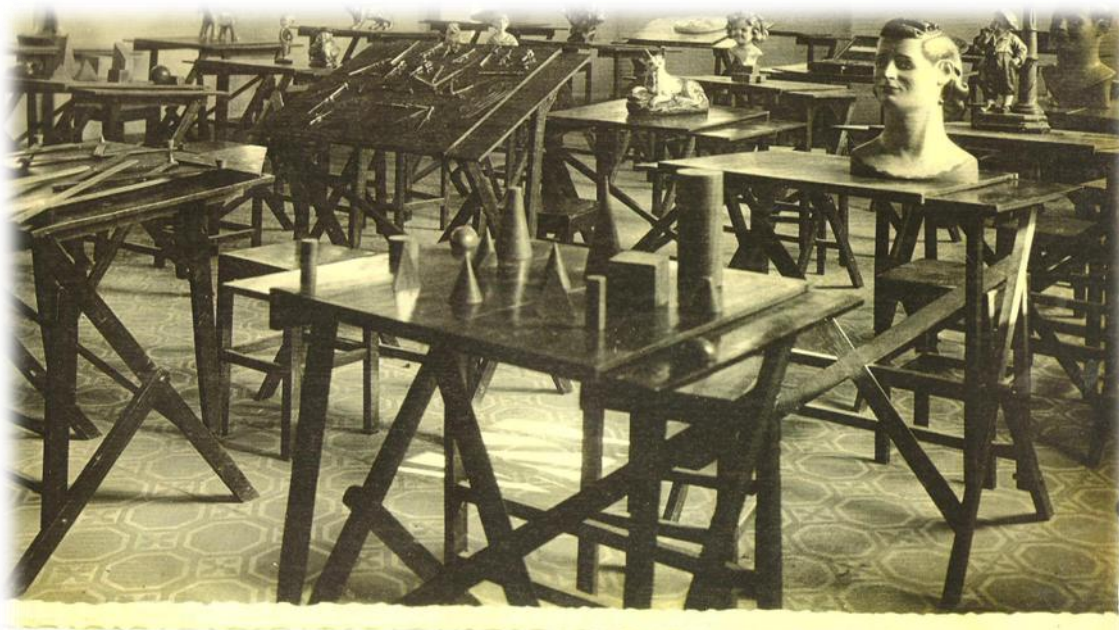
apesar de a Escola Normal possuir globos, mapas e materiais para um museu de história natural, visando formar novas(os) e modernas (os) mestras(es), que levariam um ensino ativo e dinâmico às crianças sertanejas, restou a curiosidade de aprender como, concretamente, o ensino pratico na Escola Normal de Feira de Santana ocorreu.(SOUSA, 2001, p. 69-70).

⁴⁶ Aparelho de projeção; projetor fixo.

⁴⁷ Relatório de inspeção, 1945.

A sala de desenho com as mesmas dimensões das anteriores, era também sala de artes e exibia, além da tradicional carteira do professor, um conjunto de cinquenta carteiras especiais para desenho, além de outros materiais importantes para o desenvolvimento das atividades para as quais a sala projeta, como é possível visualizar na fotografia que segue.

Figura 30 - Sala de Desenho do Colégio Santanópolis



SALA DE AULAS DE ARTE

Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.

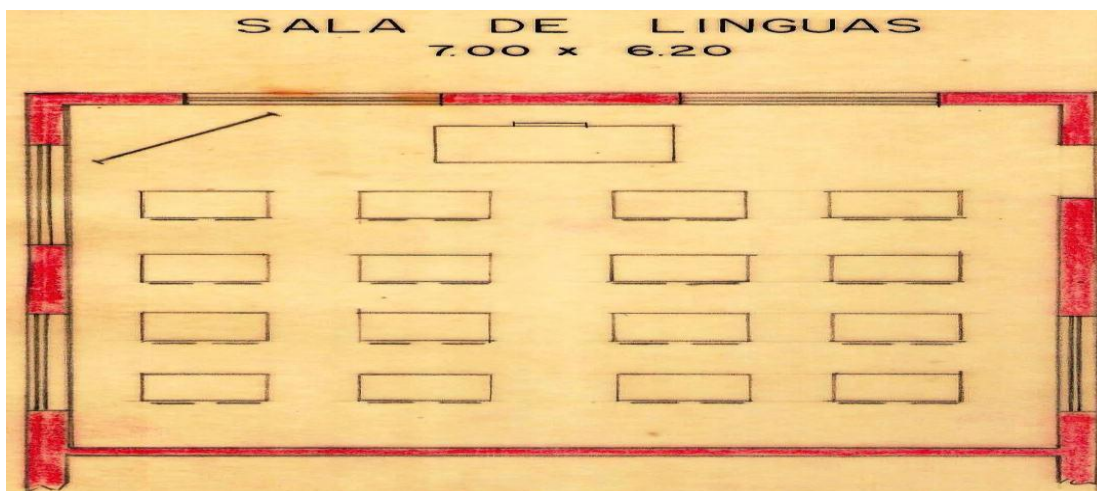
O material exibido em cima das carteiras do colégio, cautelosamente arrumado, cumpre, mais uma vez, a função de convencer de sua eficiência; uma espécie de propaganda do colégio em suas condições de funcionamento. Os materiais exposto são dicas do tipo de ensino de artes que prevalecia naquele espaço, é a organização e o conteúdo do espaço revelando indícios da prática educativa que ali se concretizou.

Também havia na escola uma sala de línguas. A escola disponibilizava aulas de inglês e francês. Segundo consta no relatório, as salas especiais impressionaram por seu conjunto, organização, a luz abundante e material didático farto. Impressionou, ainda mais, o aparelhamento para o ensino de línguas: linguafone com amplificador, microfone, dois auto-falantes, uma discoteca com 12 discos para o ensino de francês, doze para o de inglês⁴⁸. Não

⁴⁸ Relatório de Inspeção de 1944-1945. Arquivo do Colégio Santanópolis CEDE/UEFS.

encontramos fotografia da sala de línguas, mas no relatório de inspeção consta a seguinte planta da mesma:

Figura 31 - Sala de ensino de línguas estrangeiras



Fonte: Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE/UEFS.

Observando a disposição das cadeiras – se estas correspondem à realidade – esta era uma sala que comportava poucos alunos. O que pode significar que, nas aulas de língua, a turma era dividida em grupos menores, em horários especiais para melhor aprendizado.

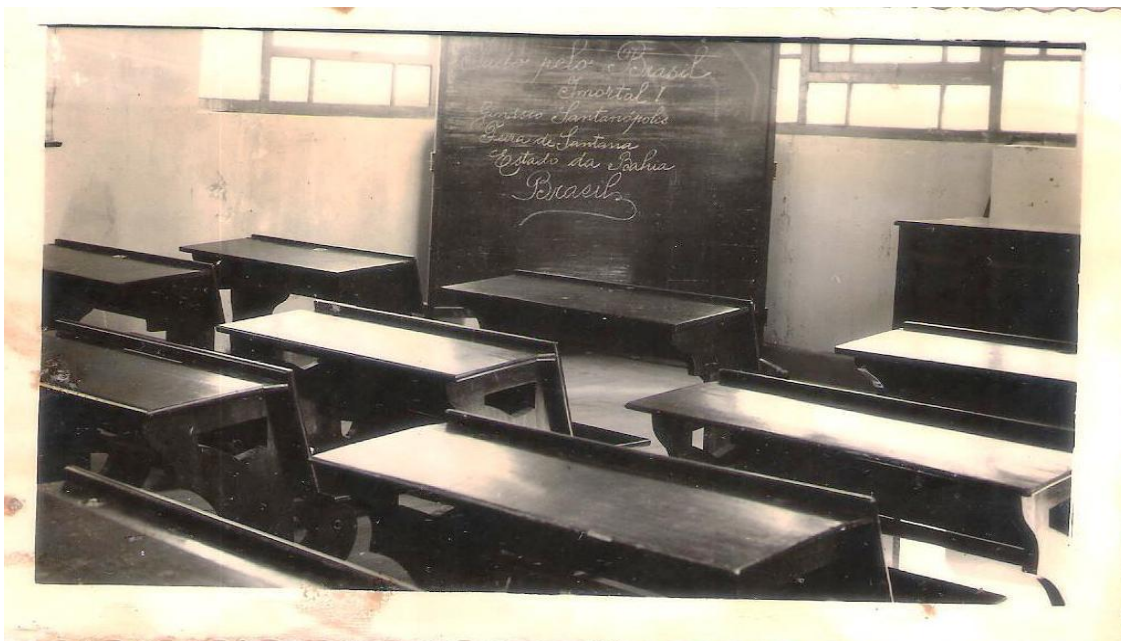
3.2.4 As salas de aula

Quando de seu funcionamento em 1934, o Santanópolis possuía apenas três salas de aula, contando com o salão nobre que também tinha essa função. Em 1944 o colégio funcionava com 08 salas de aula, além das salas especiais.

O relatório faz uma diferenciação entre as salas especiais e as salas de aula; estas são em número de oito, sendo quatro medindo 58,59m², duas medindo 30,45m², uma medindo 43,40m² e uma sala bem menor que as outras com apenas 16,20m². São todas equipadas com quadro negro, carteira e cadeira para professores e cadeiras individuais para alunos. O número de cadeiras para alunos diferenciam-se pelo tamanho da sala. Nas salas maiores são cinquenta cadeiras; na intermediária, as salas que medem 30,45 m² possuíam 30 cadeiras; com área de 43,40m² possuíam 40 carteiras; e a sala menor, dezesseis carteiras, que de acordo como relatório são “ apropriadas à idade dos alunos, possuindo dispositivo para a escrita – colocação do tinteiro – e na parte inferior, prateleira para livros. Poucas salas possuíam

carteiras duplas (apenas duas) ajustáveis e de encosto anatômico”. (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO,1957).

Figura 32 - Sala de aula mobilada com carteiras conjugadas.

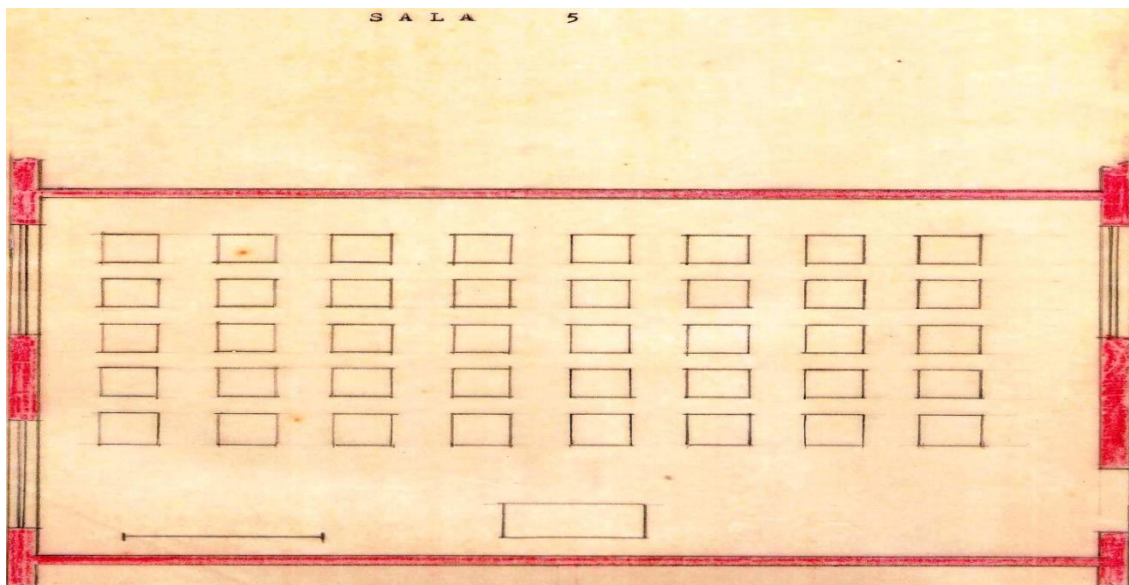


Fonte: Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE-UEFS.

A sala da fotografia guarda um registro que não se sabe se é uma remanescência de alguma aula ou se é para compor o cenário para a fotografia que serviria como argumento para o relatório de inspeção. De qualquer forma, a frase “ Tudo pelo Brasil Imortal. Ginásio Santanópolis, Feira de Santana, Estado da Bahia, Brasil”, é reveladora do espírito nacionalista da época.

Na planta das salas de aula, anexada ao relatório, na organização das mesmas, aparece o estilo enfileirado, como podemos observar no registro abaixo.

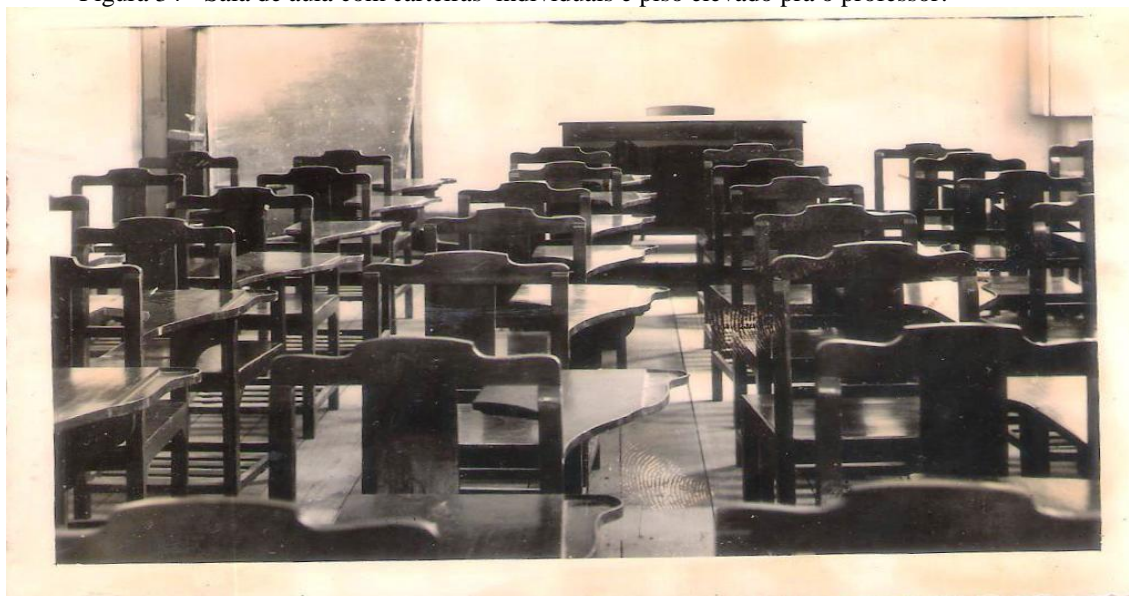
Figura 33 - Planta de salas de aula do Gymnasio Santanópolis.



Fonte: Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE/UEFS.

Em treze fotografias observadas, a arrumação em fileiras é uma constante. A fotografia abaixo, por exemplo, retrada cadeiras individuais de madeira, com espaço embaixo para a guarda do material didático.

Figura 34 - Sala de aula com carteiras individuais e piso elevado pra o professor.



Fonte: Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis - CEDE/UEFS.

Ao referir-se ao material didático no relatório de 1957, Joselito Amorim destaca que das 445 carteiras da escola, “307 são individuais, de acordo com a didática moderna”. (Santanópolis, 1957, p.209). Essa ressalva em relação às carteiras tem um sentido pedagógico importante para um relatório de inspeção. Ela atesta que a escola se adequa aos preceitos

didáticos de orientação higienista presentes no período. Além disso, esse tipo de mobiliário garantia facilidade de realização do controle disciplinar de um aluno que ia à escola para aprender com o mestre, e para obter sucesso era necessário eliminar os elementos de dispersão e a proximidade proporcionada pelas carteiras duplas, fazendo parte do que Foucault (1987, p.145) chama de "maquinaria de controle".

A partir da fotografia, considerando que a quantidade de cadeiras equivale ao número de alunos, pude concluir que as salas de aula estavam preparadas para receber um número importante de aluno, possivelmente para atender a demanda, pois esta era a única escola de ensino secundário em Feira e Região até final da década de 1940 e, mesmo em 1957 – quando já estava em funcionamento na escola desde 1949, o Colégio Estadual no município de Feira de Santana – os alunos matriculados apresentavam os seguintes dados:

Quadro 2 - Matrícula por Nível de Ensino no Município de Feira de Santana-Ba – 1957.

NÍVEIS DE ENSINO	%	TOTAL
Primário	86,4	11.608
Médio de 1º ciclo	9,9	1.333
Médio de 2º ciclo	3,7	502
TOTAL	100	13.443

Fonte: Elaborado pela autora.

Retornando à fotografia, o espaço entre as cadeiras era muito pequeno, dificultando, inclusive, uma outra forma de organizar a classe, além do tipo de mobiliário pesado. No entanto, não podemos perder de vista o contexto da organização dessas salas de aula, que estão em sintonia com a pedagogia tradicional, predominante no período. Além disso, sendo parte dessa maquinaria, esse tipo de mobiliário permitia a fragmentação da turma permitindo maior controle da mesma, posto que "as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação de registros e de treinamentos". (FOUCAULT, 1987, p.145).

Observa-se na fotografia que a carteira do professor fica elevada em relação as dos alunos, denotando uma hierarquia na relação professor-aluno, muito característica do período. Entretanto, em outras salas de aula essa elevação não mais existe. Uma hipótese possível é que a concepção da relação entre quem ensina e quem aprende possa ter se modificado entre 1934 e 1956⁴⁹, e esta mudança influenciou a organização do espaço.

⁴⁹ Na década de 1950, os professores do Santanópolis participaram da formação pedagógica proporcionada pela Coordenação do Ensino Secundário (CADES) e pela Coordenação do Ensino Comercial (CAEC). Tiveram

Nas fotografias analisadas pude observar a existência de cartazes e mapas nas salas de aula, um indício de que as paredes das salas de aula eram utilizadas com materiais didáticos que acompanhavam o trabalho pedagógico.

Ao referir-se ao mobiliário da escola, o relatório apresenta o seguinte texto:

A Escola Técnica do Comércio Santanópolis possui 445 carteiras e 81 bancos para o gabinete de Merceologia, Física e Química e História Natural. Das suas carteiras 307 são individuais, de acordo com a didática moderna, sendo seu estado de conservação muito bom; possui ainda 50 poltronas individuais novas, 44 carteiras duplas e 44 carteiras individuais para desenho, ajustável ao aluno. (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1945).

Aqui cabem algumas inferências em torno do que pode nos revelar a citação acima. O tipo de mobiliário presente nas salas oferecia maior bem-estar aos alunos do que os bancos sem encosto, tão comuns em escolas da época. As cadeiras individuais, em substituição às carteiras duplas, estão dentro do padrão higienista de educação que permite um isolamento entre os indivíduos em relação à contaminação. Além disso, do ponto de vista disciplinar, dificulta a conversa entre os alunos e permite maior mobilidade das carteiras na organização e otimização do espaço. Essa mobilidade do material didático também está presente no tipo de quadro negro existente na escola; dos onze disponíveis, dois são fixos na parede e nove são montados em cavaletes que, segundo o relatório, eram de fácil transporte, de face dupla, retangulares e com 2m² de área. Esse material didático acompanhava a modernização da escola brasileira que tem nos grupos escolares sua maior referência, inaugurando um modelo de espaço que:

Além de prédios próprios que tinham como princípio a racionalização dos espaços, outras novidades integraram-se à realidade dos grupos escolares tais como: a mobília que substituíam os torturantes bancos sem encosto; o quadro-negro; o material escolar vinculado ao novo método que marcaria a história do ensino primário brasileiro – o método intuitivo ou lições das coisas – que previa o uso de mapas, gabinetes, laboratórios, globos, figuras e quadros e Parker dentre outros a fim de facilitar o desenvolvimento das faculdades de apreensão sensorial dos alunos; a instrumentalização das leituras didáticas repletas, diga-se de passagem de uma linguagem que a todo momento, procurava enaltecer os brios republicanos. (BENCOSTA, 2005, p.71).

No Santanópolis, vários dos materiais descritos pelo autor, para referir-se aos grupos escolares, estavam presentes nas salas de aula e nas salas especiais. As salas de aula comuns e/ou especiais, juntamente com o salão nobre, formavam o grupo de recintos dedicados às

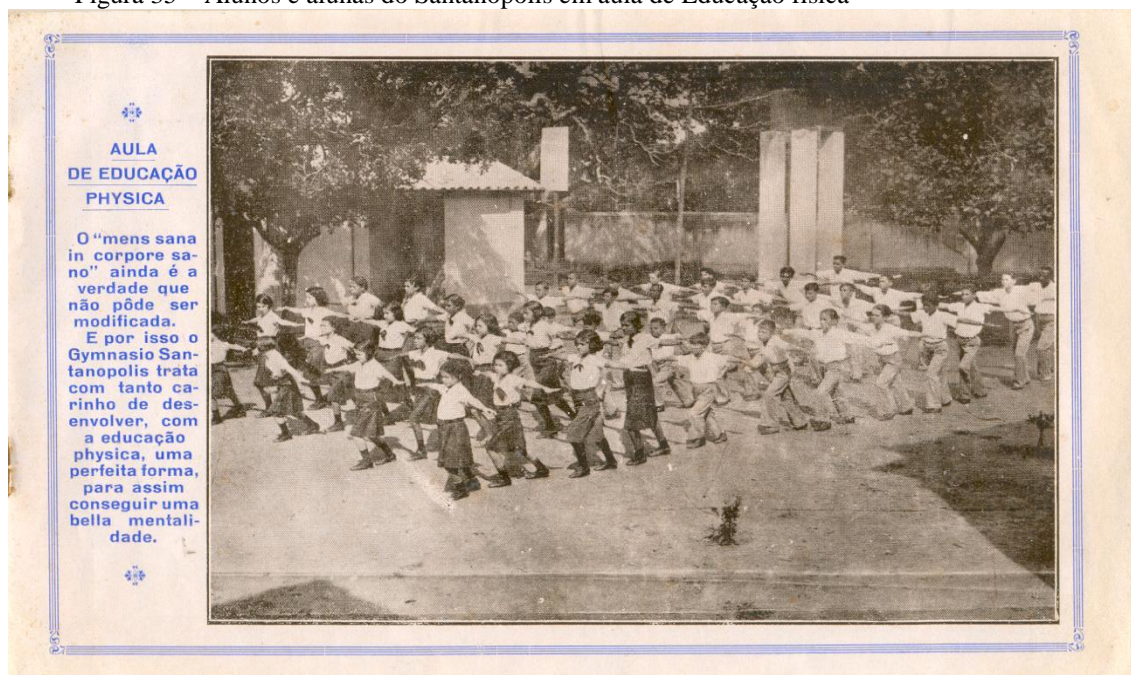
como um dos coordenadores nacional Lauro de Oliveira Lima cuja pedagogia é fundada nos princípios piagetianos.

aulas propriamente ditas, ainda que as salas especiais tivessem a função de abrigar as festas e atividades solenes da escola, como será demonstrado mais adiante. O próprio nome do ambiente já sugere o seu destaque na organização dos espaços.

3.2.5 As áreas de exercícios físicos, recreação e esporte

A fotografia abaixo proporciona uma visão da área de exercícios físicos, recreação e esporte com alunos em plena atividade de Educação Física. O Artigo 19 da Lei Orgânica do Ensino Secundário determina que “a educação física constituirá, nos estabelecimentos de ensino secundário, uma prática educativa obrigatória para todos os alunos, até a idade de vinte e um anos” (BRASIL, 1942), revelando como a “agenda médica” (GONDRA, 2000) influenciou a política e o espaço escolar.

Figura 35 – Alunos e alunas do Santanópolis em aula de Educação física



Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.

Com uma área total de 5.649m² e uma área construída de 1.159m² pode-se afirmar que o Colégio Santanópolis possuía área livre de 3.950m², espaço privilegiado para as aulas de educação física, brincadeiras das crianças e jovens estudantes, e outras atividade afins em uma área “plana, horizontal, revestida de grama e circundada de arborização”. (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1945).

Este outro registro fotográfico apresentado abaixo, nos dá uma pequena vista da área livre do educandário. A presença de árvores frutíferas de grande porte revela que antes da construção da escola existia uma chácara.

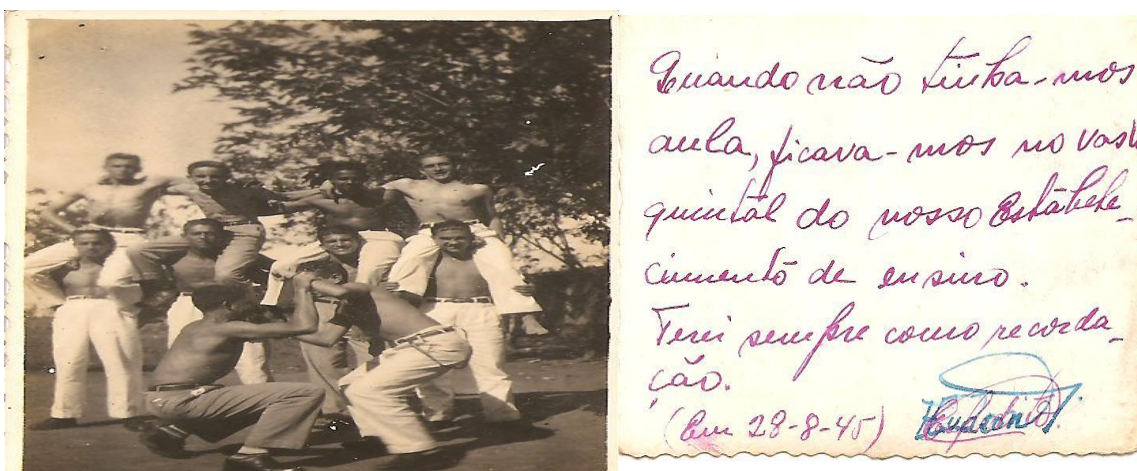
Figura 36 - Área livre do Colégio Santanópolis



Fonte: Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE/UEFS.

As árvores frondosas faziam sombra para abrigar os alunos na hora do recreio/intervalo ou nos momentos de aulas vagas como registrou o ex-aluno Hudson do Amaury, em 1945, no verso de uma fotografia que capturou a roda de capoeira que resistia em meio ao predomínio do basquete como prática esportiva. Diferente da prática do “bola ao cesto”, a roda não era anunciada nos jornais, mas a fotografia a registrou como prática livre dos alunos anunciando uma certa resistência.

Figura 37 - Roda de Capoeira no Colégio Santanópolis.



Fonte: Acervo particular de Hudson do Amaury.

Os bancos simples de madeira, presentes na fotografia anterior (36), ofereciam as condições mínimas para uma conversa informal. A área ao ar livre é o lugar onde é possível

ocorrer uma pausa na disciplina rígida de outros espaços, ainda que a vigilância não cesse por completo. Para completar o espaço destinado às atividades fora das salas de aulas, o colégio ainda contava com 540 m² de área coberta para recreio, a qual garantia o abrigo nos dias chuvosos ou de sol muito quente. Eram nessas áreas que ocorriam as aulas de educação física e “práticas educativas”⁵⁰.

A área coberta comportava a quadra de esporte do Colégio, classificada como excelente pelo *Folha do Norte* ao noticiar, em 1935, uma partida de basket-ball entre a equipe do Santanópolis, da Escola Normal Rural; o Juvenil Sport Club e o Sport Club Brasil, ambos da cidade de Cachoeira.

Figura 38 - Quadra de esporte do Colégio Santanópolis



Fonte: Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE/UEFS.

Segundo relatório de inspeção de 1945, o *Ginásium* era “todo taqueado para educação física e jogos, único em todo o Estado da Bahia”. (SANTANÓPOLIS, 1945, p.1). O *Ginásium*, depois denominado quadra de esporte, era um espaço aberto também à comunidade, e muitos cestobolistas da Escola Normal e também de outros clubes da cidade se apresentaram naquele espaço. Mas nem sempre foi assim; antes do tão propalado *Ginásium*, as práticas esportivas e aulas de educação física ocorriam ao ar livre, como registra a fotografia⁵¹ abaixo.

⁵⁰No relatório, esse termo aparece junto ao termo educação física como um item do relatório no momento em que são relacionados os materiais utilizados nas aulas/ atividades de educação física.

⁵¹No detalhe da fotografia, no canto esquerdo da quadra, encontra-se encostado na cerca, o Dr. Áureo Filho.

Figura 39 - Quadra de esportes de chão batido do Colégio Santanópolis.



Fonte: Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE-UEFS.

Antes da quadra coberta, era no campo/quadra de chão batido e sob sol ou chuva que os alunos e alunas se exercitavam. Mas é possível observar pela lente do fotógrafo que já se estava pensando um espaço adequado para a prática de esportes, inclusive do basquete cuja cesta aparece na foto, revelando a importância atribuída à prática esportiva na escola, a qual se materializará ao longo dos anos nas competições participadas por alunos e professores.

O Horizonte das atividades do colégio não era perceptível apenas pelo universo diretório, os alunos também percebiam à longa distância o progresso da instituição. É perceptível o quanto a diretoria e discentes estavam conciliados entre si por conta de uma mesma perspectiva no depoimento de uma ex-aluna do colégio Santanópolis que narra a sua experiência como quem vasculha a memória. No registro emocionado, afirma que:

Ao entrarmos no Colégio Santanópolis, sentíamos nós, estudantes da época áurea daquela instituição, alegria e bem-estar. As salas de aula, área bucólica com árvores (onde Carlos Pires declamava Castro Alves, por entre galhos, etc.), bem ao centro a “área coberta” com suas balaustradas onde sentávamos em grupo nos intervalos das aulas. Ali, inúmeros eventos eram realizados: Concertos de piano, peças teatrais, shows musicais, exposições, feiras de arte, reuniões, palestras, matinês dançantes etc. Encenando os risos alegres da juventude feliz de Feira de Santana. (AMORIM, 2002, p.86)

O prédio do Colégio Santanópolis e seus espaços educativos foram se modificando ao longo dos anos à medida que a escola crescia e incorporava novos cursos oficiais ou livres.

Nos reclames produzidos para fazer propaganda, bem como nos relatórios de inspeção, era exaltada a organização daqueles espaços. Os Relatórios de Inspeção escritos em períodos diferentes referem-se ao Santanópolis como uma escola que acompanhava as técnicas

pedagógicas modernas e a organização espacial, ilustrando suas observações com fotografias dos vários “cantos” da escola. Também no material propagandístico, essa modernidade pedagógica foi enfatizada.

Investigadas nesses dois primeiros capítulos, a ordenação dos espaços no Santanópolis e sua relação com a rua, a cidade e os discursos sobre a escola e a cidade de um modo geral, concludo que estas, em acordo com o discurso arquitetônico vigente, poderiam ser compreendidas como a *metáfora do corpo*, do Major Vidal⁵²

[...] um corpo escolar saudável: *que respira bem* (via dispositivos de circulação do ar), *que enxerga bem* (via dispositivo de iluminação) *que se locomove bem* (via espaços destinados a exercícios físicos), *que dá higienicamente fim aos dejetos que produz* (via aparelhamento sanitários e seu conveniente uso e limpeza), *que é controlada* (via dispositivos de circulação interna dos edifícios) [...]. (NUNES, 2000, p.382).

Minha tarefa, no próximo capítulo, é tratar do que o Santanópolis se propôs a ensinar nesses espaços nos vinte e cinco anos pesquisados.

⁵²Na década de 1910, o Major apresentou à gestão da cidade do Rio de Janeiro – Distrito Federal – um projeto completo de construção de edifícios escolares baseados nos modelos americanos e inglês. (NUNES, 2000).

RESTRITO A ALUNOS OU ABERTOS À COMUNIDADE: OS CURSOS DO SANTANÓPOLIS⁵³

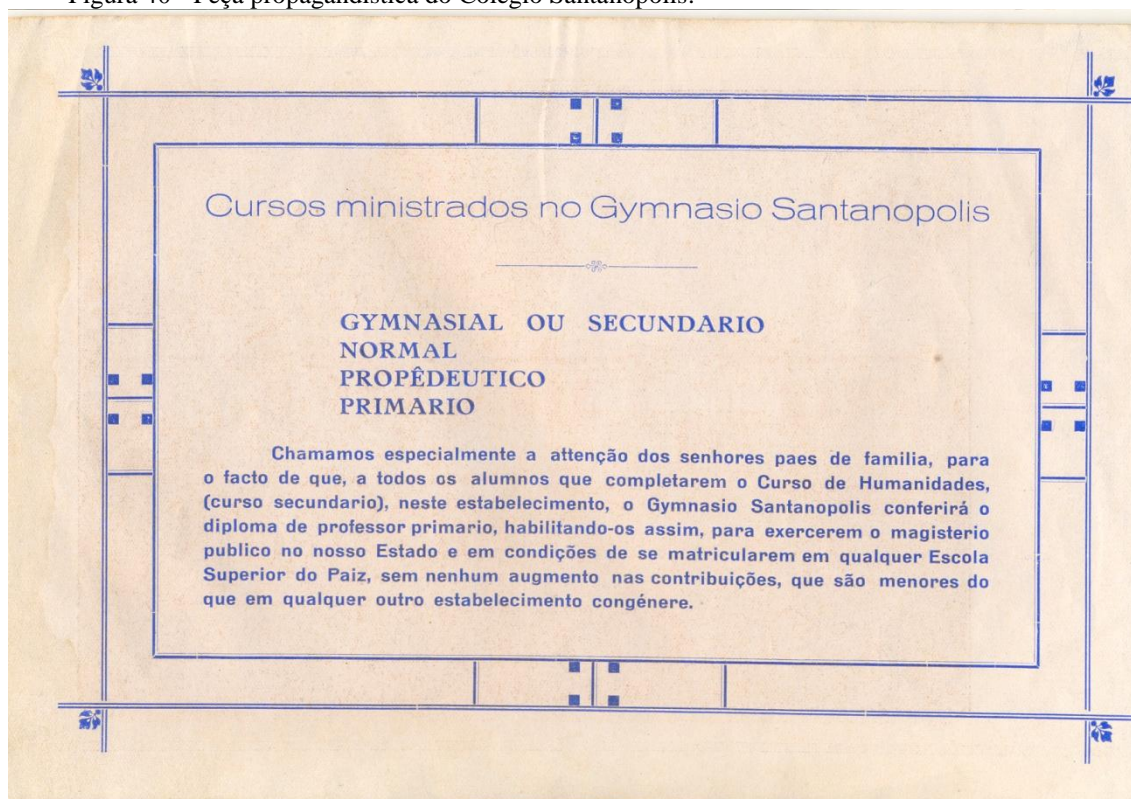


⁵³ Peça propagandística do Colégio Santanópolis Fonte: Acervo pessoal de Evandro Sampaio de Oliveira

4 RESTRITOS A ALUNOS OU ABERTOS À COMUNIDADE: OS CURSOS DO SANTANÓPOLIS

Abro este capítulo apresentando uma peça de propaganda do Santanópolis anunciando o conteúdo formal de sua educação através dos cursos que pretendeu oferecer quando da abertura do estabelecimento. Antes de adentrar na análise das informações contidas na reprodução abaixo, dediquei um tanto de tempo para analisar o reclame como peça propagandística que revela a criatividade para atender a toda a população alfabetizada em Feira e interior do Estado, para além dos domínios do *Folha do Norte*, principal mídia da cidade.

Figura 40 - Peça propagandística do Colégio Santanópolis.



Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.

Em concordância com o seu objetivo, trata-se de um panfleto pequeno, que poderia ser guardado na bolsa ou no bolso, contendo as informações básicas aos interessados sobre os períodos, condição para se candidatar e processo avaliativo; porém, como peça de propaganda, para além da informação, ela deveria se mostrar como um material atrativo que se destacasse dos papéis comuns, daí o enquadramento do texto numa margem especial num fundo rosa com letras e detalhes em azul e presença suave de desenhos, características que completavam esteticamente a peça.

Dos cursos anunciados, o Normal não foi implantado imediatamente, como veremos mais adiante neste capítulo. O recado aos pais e família em geral, tinha a intenção, possivelmente, de convencê-los do efeito prático do ensino secundário para os que não se interessassem ou não tivessem condição de prosseguir nos estudos superiores. A observação de que os valores agregados ao curso: como exercer o magistério primário e matrícula em qualquer instituição de ensino superior do país, definiu o estilo propagandístico.

No entanto, no período analisado neste trabalho, muita coisa foi ensinada e aprendida no Colégio Santanópolis – além do anunciado no reclame – quer seja em seus cursos seriados, quer seja nos cursos livres, a exemplo dos de música, língua estrangeira e profissionalizante, bem como em atividades livres em que os alunos, num dado momento, figuravam nessa condição, noutra, foram mestres, como é o caso da escola noturna para adultos e adolescentes que ali funcionou, conformando uma cultura escolar de acordo com o pensamento de Julia (2001), que a define como:

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 10, grifo do autor).

Além do Curso Secundário, mola propulsora do surgimento da escola e, por isso mesmo, o mais referido neste trabalho, outros cursos compuseram o quadro pedagógico da escola e foram se consolidando, de acordo com Gonçalves e Faria filho (2005), na interação com as mais diversas práticas dos sujeitos que ocuparam esse espaço e articularam-se com outras práticas culturais mais amplas da sociedade.

Os cursos seriados compunham o Primário, o Secundário – Ginásial e Colegial – o Pedagógico e a escola Técnica do Comércio; além desses, o Santanópolis ofereceu uma série de cursos na área profissionalizante, nas artes e língua estrangeira, os quais complementavam a educação de seus alunos e permitiam o acesso de outras pessoas da comunidade, tornando-se uma referência em formação intelectual, técnica e artística. Também foi projeto de Áureo Filho transformar o Santanópolis num Lyceu “aduzindo aos cursos primários, propedêutico e secundário que ali funcionam escolas técnicas profissionais-rurais que certo terão indiscutível eficiência dada a excelente localização geográfica de Feira [...]”. (FOLHA DO NORTE, nº1576 de 23/09/1939, p.4). O desejo do proprietário do estabelecimento, no formato posto no periódico, não se concretizou.

Um anúncio no *Folha do Norte*, no ano de 1949, nos dá a exata medida da abrangência e ambição do estabelecimento que ofereceu vários serviços educacionais à comunidade:

O Colégio Santanópolis tem sido o maior fator de progresso e maior evolução de Feira de Santana.

Colabore com o Santanópolis beneficiando-se e beneficiando a terra em que vive.

Este estabelecimento oferece os seguintes cursos: Primário, Admissão, ginásio – diurno e noturno, Colégio, Escola de Comércio, Escola de Datilografia e Mecanografia e Escola de Música. (FOLHA DO NORTE, nº 2092 de 13/08/1949, p.1).

No texto acima estão elencados os cursos oferecidos no Colégio no ano de 1949, o que, a princípio, se apresenta como uma propaganda; no entanto, chamou a minha atenção o seguinte trecho: “Colabore com o Santanópolis beneficiando-se e beneficiando a terra em que vive”. Dessa perspectiva, a relação não era comercial, mas de ajuda mútua. Estudar no colégio era contribuir para a sobrevivência do mesmo, mas não era só isso, era um benefício pessoal de formação e, principalmente, era uma forma de contribuir para o desenvolvimento da própria cidade ou das cidades, considerando que os alunos vinham de diversas partes do Estado e até de fora dele. Sendo assim, fica nítida a compreensão que o Santanópolis tinha de si mesmo: um equipamento social impulsionador do progresso em Feira e Região. Cabe ressaltar que o apelo em benefício do Santanópolis talvez esteja relacionado ao fato de que, a partir desse ano, daria início o Ginásio da Escola Normal com o qual ele começaria a dividir o ensino secundário.

No ano de 1957, o Santanópolis contava com 758 alunos apenas nos cursos seriados – Ginásial, Colegial, Técnico em Contabilidade e o Pedagógico – nos turnos diurnos e noturnos, assim distribuídos:

Quadro 3 - Cursos seriados em funcionamento no Colégio Santanópolis – 1957

CURSO	TURNO	QUANTIDADE
Ginásial	Diurno	329
Ginásial	Noturno	227
Colegial	Diurno	68
Tec. em Contabilidade	Noturno	91
Pedagógico	Noturno	43
TOTAL		758

Fonte: Elaborado pelo autor.

Atingindo as elites de Feira, através do Secundário e da Escola Técnica de Comércio; às moças de família, através do Curso Pedagógico e outras camadas da sociedade – por meio de

Cursos profissionalizantes de curta duração e dos, aqui, intitulados de cursos livres –, o Colégio Santanópolis garantiu durante anos uma capilaridade em diversos setores da sociedade feirense que impacta Feira de Santana ainda hoje, uma vez que muitos dos seus egressos ocupam lugares de prestígio em vários setores da sociedade.

4.1 O CURSO SECUNDÁRIO

O ensino secundário em nosso Estado tem como primeira referência o Ginásio da Bahia que teve suas origens no Liceu Provincial da Bahia⁵⁴, criado pela Lei nº 33, de 9 de março de 1836, passando a funcionar em 1837 e permanecendo como única instituição de ensino secundário da rede oficial de ensino, até 1950, demonstrando o caráter elitista desse nível de ensino, quer seja pelo limite de vagas, quer seja pela própria debilidade da escola primária, que, não estando universalizada, não criava demanda capaz de forçar a ampliação das vagas. (DICK, 2001).

Entretanto, enquanto a rede oficial estava estagnada, a iniciativa privada criava estabelecimentos de ensino secundário em atendimento à demanda daqueles que podiam pagar para prosseguir em seus estudos. Em 1933 – ano em que se deu a construção do prédio do colégio Santanópolis – o Estado da Bahia contava, como citado anteriormente, com 17 estabelecimentos de ensino secundário, segundo o Anuário Estatístico do Brasil. Se o Ginásio da Bahia era o único da rede oficial, dezesseis desses estabelecimentos eram da rede privada. Dessa forma, é notório o domínio da iniciativa particular nesse nível de ensino, realidade que se estendeu por muito tempo.

Em Feira de Santana, a situação se reproduzia; o ensino secundário não existia em 1934, ano em que começa a funcionar o Colégio Santanópolis, embora Cruz e Silva (1977, p. 19) noticiem a existência de “uma escola secundária de gramática latina para rapazes”, em 1860, fechando “suas portas em 1865 por falta de alunos”. Ainda, Segundo essas autoras, em 1895, outra escola foi criada pela Sociedade Propagadora Feirense de Instrução – fechada quando a sociedade foi desfeita. De certa forma, podemos afirmar que a história do ensino secundário em Feira de Santana está diretamente relacionada à história do Colégio Santanópolis.

Importa considerar que no período a ser estudado, totalizando 35 anos, dezesseis são de existência exclusiva do Gymnasio, e depois, Colégio Santanópolis, como escola de ensino

⁵⁴Em 1890, o Liceu passa a se chamar Instituto Oficial de Ensino Secundário e, em 1895, transforma-se no Gymnasio da Bahia.

secundário em Feira de Santana e região. Não podemos desprezar o período de existência solitária do Santanópolis no ensino secundário, de sua fundação em 1949, ano em que começa a funcionar o Ginásio da Escola Normal que mais tarde será transformado no Colégio Estadual de Feira de Santana, por que: a) ele evidencia a precariedade desse nível de ensino em Feira de Santana; b) ratifica seu caráter elitista; c) demonstra a tendência da iniciativa privada laica, nessa modalidade de ensino; d) o colégio se torna a única instituição de ensino, oficializada, que permitirá àqueles que podiam pagar por serviços educacionais a prosseguirem em seus estudos em nível superior ou obterem um grau de ensino que, para a época, era um privilégio.

O caráter elitista do ensino secundário em nosso Estado, no período em estudo, pode ser verificado nos números. Em 1933⁵⁵, ano de fundação do Colégio, para uma matrícula geral de 98.056, apenas 3.240⁵⁶ eram no ensino secundário em apenas 17 instituições em toda a Bahia, segundo dados do IBGE (RIO DE JANEIRO, 1937).

O ano de funcionamento do Gymnásio Santanópolis (1934) estava imerso num momento político e educacional cujas mudanças recentes contribuíram para o seu surgimento. Em 1932, temos a Reforma Francisco Campos, Decreto nº 21.241 – de 04 de abril de 1932 – que consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. O decreto abre grande possibilidade à iniciativa privada quando no Art. 11 estabelece que:

O curso complementar poderá ser organizado no Colégio Pedro II e, também, a juízo do Conselho Nacional de Educação e mediante inspeção especial, nos estabelecimentos de ensino secundário, equiparados ou livres, que oferecerem quer em instalações quer na constituição do corpo docente, garantias bastantes à eficiência do seu funcionamento. (BRASIL, 1932).

Também no Artigo 50, essa permissão à iniciativa privada é contemplada, visto que, sob as condições determinadas na Lei, esses estabelecimentos de ensino poderiam ser oficializados.

Art. 50. Serão oficialmente reconhecidos para o efeito de expedir certificados de habilitação, válidos para os fins legais, aos alunos neles regularmente matriculados, os estabelecimentos de ensino secundário mantidos por Governo estadual, municipalidade, associação ou particular, observadas as condições abaixo prescritas. (BRASIL, 1932).

⁵⁵O Gymnasio foi inaugurado em 11 de agosto de 1933; entretanto, o seu funcionamento se dá em 1934.

⁵⁶ Este número representa aproximadamente 3,3% das matrículas.

Embora, anteriormente à Reforma Francisco Campos, o ensino secundário estivesse em boa medida a critério das instituições federais, de algumas instituições estaduais e dos colégios confessionais de iniciativa privada, com a Lei Francisco Campos, a iniciativa privada não confessional, que já tinha inserção através dos cursos preparatórios, poderia, oficialmente, adentrar no campo. Dessa forma, sendo este um nível de ensino em ascensão, necessário ao projeto de modernização nacional e com uma demanda reprimida por séculos, se tornaria um negócio rentável em qualquer lugar do país, inclusive, em Feira de Santana.

Referências importantes para o estudo da história da educação brasileira (ROMANELLI, 1988; RIBEIRO, 1992; XAVIER, 1994; SAVIANI, 2004) mostram o quanto tardio se deu o processo de institucionalização da educação brasileira. No que diz respeito ao Ensino secundário, segundo Nunes (2000), este nível de ensino, como prolongamento do ensino primário, só acontece em 1925, com a Reforma Rocha Vaz. Nas análises da autora,

sua promulgação definiu seis anos seriados de estudos para o curso secundário com o intuito de oferecer um preparo geral e fundamental para a vida. “Pela primeira vez se oficializava o ensino secundário como prolongamento do ensino primário”. Quem concluía os estudos de seis anos recebia o diploma de bacharel em ciências e letras. Quem realizava cinco anos de estudos tinha direito a realizar exames vestibulares para qualquer curso superior, suprimidos os exames parcelados de preparatórios. (NUNES, 2000, p.43).

Os anos 30 do século XX foram bastante significativos para a história da educação brasileira, quer seja por parte da movimentação política da sociedade civil, como o Movimento dos Pioneiros da Educação Nova, quer seja pelas Reformas empreendidas pelo Governo de Getúlio Vargas, que chega ao poder ancorado na insatisfação de diversos setores da sociedade, a exemplo do

movimento operário exigindo reformas sociais e orientando-se para um modelo de sociedade socialista, das classes médias reivindicando a republicanização da república, das elites civis e dos partidos dissidentes exigindo a concretização do programa liberal e dos tenentes contra as oligarquias desejando um Estado forte e semi-autoritário. (SOUZA, 2008, p.147).

Nesse contexto, a educação é reivindicada como um “problema nacional” e ganha centralidade nos discursos como condição para o desenvolvimento da sociedade e melhoria das condições de vida da população, além de se constituir ferramenta na construção e consolidação da identidade nacional (SOUZA, 2008). Um instrumento importante na

construção do projeto educacional na era Vargas, trata-se da criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública em 1931, possibilitando ao governo federal intervir de forma mais intensa e centralizada no ensino, colocando a educação a serviço do projeto do Estado autoritário. As políticas educacionais significativas na Era Vargas fiam a cargo da Reforma Francisco Campos em 1931 e da Reforma Capanema em 1942.

A Reforma Francisco Campos, que compreende uma série de decretos no campo educacional, dá início a um processo peculiar de regulamentação e organização ao ensino secundário que pode ser verificado, por exemplo, no currículo seriado e na obrigatoriedade da frequência. A organização do secundário, na Reforma, ganha contornos diferentes. A partir desta, a duração de todo o curso é de sete anos, dividido entre o curso ginásial, com duração de cinco anos, e o complementar de dois anos, “com caráter de especialização — subdividido em pré-médico, pré-jurídico e pré-politécnico — ao qual cabia a preparação às escolas superiores”. (MOARES, 1992, p. 300).

De acordo com o Decreto, o ensino secundário compreendia o curso fundamental e complementar, ambos organizados em séries. O curso Fundamental era concluído em cinco anos e compreendia a seguinte organização e disciplinas:

Quadro 4 – Rol de disciplinas do Curso Fundamental do Ensino Secundário em 1934.

SÉRIES	DISCIPLINAS
1^a	Português - Francês - História da civilização - Geografia - Matemática - Ciências físicas e naturais - Desenho - Música (canto orfeônico).
2^a	Português - Francês - Inglês - História da civilização - Geografia - Matemática - Ciências físicas e naturais - Desenho - Música (canto orfeônico).
3^a	Português - Francês - Inglês - História da civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História natural - Desenho - Música (canto orfeônico).
4^a	Português - Francês - Inglês - Latim - Alemão (facultativo) - História da civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História Natural - Desenho.
5^a	Português - Latim - Alemão (facultativo) - História da civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História natural - Desenho

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Curso complementar de caráter propedêutico era “obrigatório para os candidatos à matrícula em determinados Institutos de ensino superior”. (BRASIL, 1931, artigo 4º). Com sua peculiaridade de direcionar a carreira superior, compreende a seguinte organização curricular:

Quadro 5- Organização de disciplinas dos Cursos Complementares.

CURSOS	SÉRIES	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS
Jurídico	1 ^a	Latim, Literatura, História da Civilização, Noções de economia e Estatística Biologia Geral, Psicologia e Lógica.
	2 ^a	Latim Literatura, Geografia, Higiene, Sociologia, História da Filosofia.
Medicina, Farmácia e Odontologia	1 ^a	Alemão ou Inglês, Matemática, Física, Química, História Natural, Psicologia e Lógica.
	2 ^a	Alemão ou Inglês, Física, Química, História Natural, Sociologia.
Engenharia ou Arquitetura	1 ^a	Matemática, Física, Química, História natural, Geofísica e Cosmografia, Psicologia e Lógica.
	2 ^a	Matemática, Física, Química, História Natural, Sociologia, Desenho.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O currículo proposto pela legislação para o ensino secundário é a ratificação do caráter elitista desse nível de ensino que propõe para o ensino fundamental uma formação geral enciclopédica, erudita, totalmente desvinculada de uma formação profissional. Assim vejamos:

O ensino secundário que surgia no início da década de 1930 era um ciclo de estudos longos e teóricos, que contrastava com os estudos curtos e práticos do ensino técnico-profissional ou normal. Naquele momento histórico o ensino secundário era, como afirmou o historiador francês Lucien Febvre, “o todo poderoso império do meio”, que contribuía, decisivamente, para formar as elites dirigentes que se endereçavam aos cursos superiores – tanto na França como no Brasil. (DALLABRIDA, 2009, p.187, grifo do autor).

No Santanópolis, a questão da profissionalização era pensada com a possibilidade de transformação da instituição em Liceu que, a partir daí, “par a par com o ensino secundário, fossem ministrados aos filhos dos homens do campo cursos profissionais rurais”. (FOLHA DO NORTE, Nº 1577 DE 30/09/1939, p.1). A justificativa para a implantação do liceu voltado para os filhos dos homens do campo é o fato de que Feira de Santana está “circundada de regiões pastoris e agrícolas”. (FOLHA DO NORTE, nº 1576 de 23/09/1939, p.4). Essa diferenciação na formação claramente pensada para os “filhos do campo” corroborava com o pensamento nacional de uma sociedade capitalista que se consolidava; embora, em seu discurso, o diretor coloque o curso par a par com o secundário. Nessa proposição, um

formaria a mão de obra necessária para garantir a produção agrícola e pastoril da região e o outro formaria aqueles que ocupariam as carreiras de maior prestígio social e, conseqüentemente, pensariam os rumos políticos, sociais e econômicos da sociedade. Ou, nos dizeres de Moraes (1992), a Reforma de Francisco Campos acabou por estabelecer na prática seu antigo projeto de educação diferenciada, uma "educação para pensar" e outra "para produzir".

No período em que o ensino secundário esteve sob as orientações da Reforma Francisco Campos, o Santanópolis seguiu formando Bacharéis em Letras e Ciências e, embora não tenha localizado fontes que demonstrassem o prosseguimento dos alunos em estudos complementares, nos anúncios da escola e no Jornal *Folha do Norte*, encontrei em chamadas para matrícula – em matérias de outra natureza – referência ao ensino propedêutico. Entretanto, não encontrei dados suficientes para afirmar quais ou qual destes cursos, pré-médico, pré-jurídico e pré-politécnico, funcionaram/funcionou no estabelecimento. Na década de 40, uma nova legislação passa a orientar o ensino secundário: a Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto Lei nº 4244 – promulgada em 09 de abril de 1942 –, esta não se configurou em antagônica à Reforma Francisco Campos, na medida em que continuou sendo um curso destinado às elites e manteve a oposição entre os cursos primário e profissional, secundário e superior. (NUNES, 2001).

O ensino secundário, na perspectiva de Reforma Capanema, tinha como objetivo formar a personalidade integral dos adolescentes, elevando a consciência patriótica e humanística, além de uma preparação a partir de uma cultura geral que seria base para seu prosseguimento em estudos mais elevados e especializados. Para Capanema,

o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, os homens portadores das concepções e atitudes espirituais que precisa infundir nas massas, que possível tornar habituais entre o povo. Ele deve ser, por isso, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais amplo da palavra, isto é, um ensino capaz de dar aos adolescentes a compreensão da continuidade histórica da pátria. (CAPANEMA, 1942, p.23 apud SOUZA, 2008, p.172).

Do ponto de vista organizacional esta lei mantém o mesmo número de anos de estudo que a Reforma Francisco Campos – sete anos, mas reestrutura a divisão em ciclos. O primeiro, denominado curso ginásial, tinha a duração de quatro anos que, de acordo com a Lei, “destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário”. O segundo, com duração de três anos e sem o caráter de especialização, dividia-se em dois

curso paralelo: o clássico e o científico, os quais visavam consolidar a educação ministrada no curso ginásial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, observava-se maior aprofundamento nos estudos filosóficos e nas línguas antigas. No científico, encontra-se um estudo maior no campo das ciências.

O rol de disciplinas estudadas no ginásial proposto/imposto pela Reforma Capanema Decreto- Lei 4244/1942 estava assim distribuído:

Quadro 6 - Rol de Disciplinas por série do Curso Ginásial.

SÉRIES	DISCIPLINAS
1^a	Português, Latim, Francês, Matemática, História Geral, Geografia geral, Trabalhos manuais, Desenho, Canto orfeônico.
2^a	Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, História geral, Geografia geral, Trabalhos manuais, Desenho, Canto orfeônico.
3^a	Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, Ciências Naturais, História do Brasil, Geografia do Brasil, Desenho, Canto orfeônico.
4^a	Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, Ciências Naturais, História do Brasil, Geografia do Brasil, Desenho, Canto orfeônico.

Fonte: Elaborado pelo autor.

É possível observar a lógica do aprofundamento de estudos na perspectiva da formação geral. As disciplinas da segunda série são exatamente iguais às da primeira, e as da terceira às da 4^a; o que muda é o grau de dificuldade imposto a cada série. Este ciclo tinha como função garantir aos alunos os conhecimentos necessários para a continuidade dos estudos no ciclo seguinte, em uma de suas modalidades.

No segundo ciclo, o conjunto das disciplinas dependia da escolha do curso, como está organizado nos quadros que se seguem.

Quadro 7 - Disciplinas constitutivas do Curso Clássico na Reforma Capanema- 1942.

SÉRIES	DISCIPLINAS
1^a	Português, Latim, Grego, Francês ou inglês, Espanhol, Matemática, História geral, Geografia geral.
2^a	Português, Latim, Grego, Francês ou inglês, Espanhol, Matemática, Física, Química, História geral, Geografia geral.
3^a	Português, Latim, Grego, Matemática, Física, Química, Biologia, História do Brasil, Geografia do Brasil, Filosofia.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 8 - Disciplinas constitutivas do Curso Científico na Reforma Capanema.

SÉRIES	DISCIPLINAS
1 ^a	Português, Francês, Inglês, Espanhol, Matemática, Física, Química, História Geral, Geografia geral, Desenho.
2 ^a	Português, Francês, Inglês, Espanhol, Matemática, Física, Química, Biologia, História Geral, Geografia geral.
3 ^a	Português, Francês, Inglês, Espanhol, Matemática, Física, Química, História do Brasil, Geografia do Brasil, Filosofia, Desenho.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Da forma como estava organizado o ensino secundário no decreto 4.244/42, torna-se desnecessário dizer que esta era a organização curricular dos cursos no Santanópolis. O decreto deixava explícito como deveriam ser organizadas a seriação e as disciplinas ministradas em cada uma bem como o programa das disciplinas; corroborando o pensamento de Chervel de que “os conteúdos de ensino são impostos como tais à escola pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual ela se banha”. (CHERVEL, 1990, p.180).

Certamente que cada escola com sua estrutura e cultura própria sempre conduziria o desenvolvimento desses trabalhos de forma peculiar. Entretanto, não proponho fazer, nesse trabalho, um estudo sobre como se deu a prática educativa de qualquer disciplina no estabelecimento; tão somente, aponto que estou atenta aos currículos propostos e aos currículos materializados em cada escola, os quais ganham contornos muito particulares a depender de variáveis como o lugar, a formação do professor, o perfil dos alunos, as condições materiais da escola, entre outros.

Um desdobramento decorrente dessa nova organização do secundário atinge diretamente o direito de um estabelecimento ministrar qualquer dos seus ciclos. A Lei Orgânica do Ensino Secundário em seu Capítulo III, intitulado, *Dos tipos de estabelecimentos de ensino secundário*, prescreve que haverá dois tipos de estabelecimentos de Ensino Secundário: o ginásio e o colégio. O primeiro, destinado a ministrar o ciclo inicial; o segundo, além deste, poderia oferecer os cursos do segundo ciclo. O destaque social desses estabelecimentos pode ser verificado no tom dado aos mesmos na própria Lei. O Artigo 6º define que “Os estabelecimentos de ensino secundário não poderão adotar outra denominação que não a de ginásio ou de colégio”. O artigo 7º prevê que “Ginásio e Colégio são denominações vedadas a estabelecimentos de ensino não destinados a dar o ensino secundário”. (BRASIL, 1942).

Diante do privilégio que era fazer parte de um grupo de estabelecimentos destinados a formar as elites condutoras do país e, sob rigorosa inspeção, o Santanópolis e Feira de Santana

comemoraram a elevação da instituição à categoria de colégio, nos termos da Lei. Numa nota no *Jornal Folha do Norte*, do dia 07 de março de 1943, o nome do Santanópolis figura entre os estabelecimentos do Estado que poderiam funcionar e ser denominado de Colégio, juntamente com O Colégio da Bahia – o único equiparado, de acordo com a nota – o Colégio Antonio Vieira, o Colégio 02 de Julho, o Nossa Senhora das Mercês, o Santíssimo Sacramento, o Nossa Senhora da Vitória, o Carneiro Ribeiro, o Colégio Ipiranga, o Colégio São Salvador, todos na capital. O Santanópolis foi o único autorizado do interior da Bahia até aquela data, iniciando, assim, o ano letivo com os cursos clássicos e científicos.

Para que tenhamos uma noção da repercussão do fato, tomei como fonte uma nota no *Jornal* que narra *A Festa das Congratulações*. A solenidade que contou com a presença de autoridades locais – tais como, o prefeito, representante do exército, juiz de direito, representante do Clero, entre outras – foi embalada ao som do piano do professor Estevam Moura e teve no seu repertório música clássica, além de valsas e sambas entoados por alunos do Colégio. A matéria em primeira página exalta a importância do Santanópolis para o “aparelhamento da juventude feirense que se propusesse seguir cursos superiores e vir a exercer profissões liberais” (FOLHA DO NORTE, Nº 1766 DE 26/05/1943, p.1), bem ao espírito do projeto de Capanema.

4.2 O CURSO PRIMÁRIO E O CURSO FUNDAMENTAL

Embora não conste no elenco de cursos oferecidos no relatório de 1957, desde os primeiros anos de sua fundação – logo em 1935 –, o Colégio anuncia, no *Jornal Folha do Norte*, as matrículas no curso primário ao custo de 10\$000 (dez mil réis), a matrícula e a mensalidade; valor que perdurou até pelo menos 1940, como consta em anúncios no *Jornal Folha do Norte*. Para tanto, bastava o preenchimento do formulário expedido pela secretaria do estabelecimento e apresentação de cartão de vacina contra varíola.

A direção do Colégio Santanópolis utilizava, como elemento de propaganda da escola, os instrumentos e ações legais que contribuía na construção de uma imagem confiável da instituição junto à comunidade. Fato é que a simples nomeação de um inspetor do ensino fundamental já rendia uma matéria no *Jornal*, como a noticiada no dia 02 de março de 1935, na edição de número 1337, página 04, que dá conta de informar à população sobre a portaria de nomeação do dito fiscal; para a tarefa, foi nomeado o Dr. Honorato Bonfim. Essa mesma matéria traz alguns elementos que nos auxiliam na compreensão daquele momento da história

da educação em Feira de Santana, envolvendo as duas mais importantes instituições de ensino da cidade, obviamente o Santanópolis e a Escola Normal Rural de Feira de Santana.

Ali reside a informação de que o Departamento da instrução pública autorizou alunos, aspirantes à Escola Normal, que prestaram exames de suficiência ao ensino fundamental daquela escola, a efetuarem matrícula a partir daquela data no Santanópolis, guardada as seguintes condições: “Por motivos justificáveis ter sido limitada a matrícula naquelas escolas a quarenta alumnos”. (FOLHA DO NORTE, nº 1337, 1935, p.4).

Oficializado pelo Governo Estadual em dezembro de 1935, o Curso Fundamental do Santanópolis faz sua primeira chamada para o exame de suficiência à primeira série ao custo de 30\$000 (trinta mil réis), garantindo aos interessados os mesmos direitos e regalias das escolas oficiais. (FOLHA DO NORTE, nº 1379.21/12/1935, p.1). Nessa mesma nota, anuncia a Escola Normal do Santanópolis mais um serviço da instituição à comunidade, atendendo a demanda que a Escola Normal não dava conta.

Para Faria Filho (2002, p.134), o jornal foi visto como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobre tudo, os jornais foram vistos como importantes estratégias educativas. Dr. Áureo Filho utilizava-se da informação como importante instrumento para elevar o nome do Santanópolis, não perdendo tempo em abastecer à imprensa com informações que envolviam o estabelecimento:

Essa resolução comunicada por telegrama ao nosso distinto conterrâneo e amigo Sr. Dr. Áureo de Oliveira Filho, teve a delicadeza de nos vir informar a respeito é mais um attestado indiscutível de que o Gymnasio Santanópolis veio preencher sensível lacuna na vida intelectual e educacional desta terra já agnominada, *Cidade universitária*. (FOLHA DO NORTE, nº 1337 de 02/03/1935, p.4).

Decerto a informação era importante para ambas as partes: para o jornal, porque não apenas em Feira, mas em toda a região, o Santanópolis era um tema de interesse; para o dono do empreendimento, pelas razões citadas anteriormente que colocava a escola num patamar de credibilidade, destacando-a de escolinhas que funcionavam nas casas das professoras e professores ou em estabelecimentos com poucos recursos, como por exemplo, a da professora Acylina Paiva, diplomada pela Escola Normal da Parhayba do Norte e que funcionava, de acordo com o Jornal, à Rua Monsenhor Tertuliano, antiga Conselheiro Franco nº 83.

A informação sobre as instalações dessa escola aparece no jornal em meio a uma avaliação das condições do ensino primário particular em Feira de Santana; julguei importante

transcrevê-la quase na íntegra dada sua riqueza e para a compreensão das condições do ensino primário naquela época, dando abertura para a iniciativa privada, envolvendo diretamente o Santanópolis. Vejamos o texto:

Quando escasseiam os meios de disseminar o ensino primário gratuito na cidade que, a bem dizer, não mais possui escolas elementares propriamente suas visto como os grupos denominados “Maria Quitéria e Dr. João Florencio passaram a ser considerados escolas de Aplicação do estabelecimento de ensino normal desaparecendo as anexas a pretexto de economia; quando se limita a matrícula nessas escolas e a população escolar atinge vultuosos algarismos, o advento de um curso de ensino primário embora retribuído, é motivo para alegrar os pais de família, tutores, protectores e quaesquer por crianças em idade de receber instrução.(FOLHA NORTE nº 1342 de 06/04/1935, p.01).

Dessa forma, a escola primária do Santanópolis preencheria uma lacuna deixada pelo poder público ao tempo em que o ensino primário garantiria alunos para o ensino secundário do estabelecimento.

Nas fontes não foram encontradas pastas individuais de alunos do curso primário do período em estudo, busquei, então, os atestados de conclusão de curso primário, os quais só foram encontrados no conjunto de pastas individuais da década de 1950. Importa evidenciar que o atestado de conclusão de ensino primário, para efeito de matrícula no ensino secundário, só se configura em exigência a partir da vigência da Reforma Capanema. Dessa forma, no rol de pastas individuais da década de 1930 não foram encontrados atestados de conclusão do curso primário, o mesmo se repetindo nos anos 1940. Porém, há evidências do funcionamento da escola primária no estabelecimento porque no jornal *Folha do Norte* que anuncia, no ano de 1936, a abertura solene dos cursos da instituição, anuncia também o funcionamento do curso primário. (FOLHA DO NORTE nº 1.390 de 07/ 03/1936, p.1).

No que tange à década de 1950, encontrei um número importante de atestados de conclusão do curso primário de várias escolas de Feira de Santana e Região. Nesse período, localizei alguns atestados referentes à escola primária que funcionava no Santanópolis e que, segundo o Certificado de Habilitação, chamava-se “Escola do Colégio Santanópolis”, datado do ano de 1952, atestando que o aluno havia concluído naquela escola o 5º ano primário, tendo estudado todo o ensino elementar. Os dados constantes no certificado ratificam que, em 1948, a escola estava em funcionamento. Entretanto, a ausência de propaganda da mesma em alguns anos do período pode indicar que seu funcionamento pode não ter sido regular.

Os dados dos certificados de habilitação e dos atestados de conclusão de eficiente ensino primário, encontrados nas pastas, mereceram, de minha parte, uma análise mais

apurada, visto que tratar da escola primária do Santanópolis é, de certa forma, tratar da história da escola primária em Feira de Santana, permitindo-nos conhecer o cenário que torna viável a abertura de uma escola primária pela rede privada, a origem dos alunos que adentravam o secundário do Santanópolis, além de configurar-se numa oportunidade de nomear as professoras primárias que atuavam em escolas públicas e privadas em Feira de Santana.

Foram encontrados vários documentos dirigidos ao diretor do Colégio Santanópolis informando que um determinado aluno tinha concluído o ensino primário e apresentava condições de se submeter ao curso de admissão ao ensino secundário. Os textos desses documentos trazem informações preciosas sobre a organização do ensino, e dão pistas sobre a organização das redes de ensino. Nesse sentido, julguei pertinente organizar um quadro com os nomes das escolas encontradas, os (as) respectivos (as) professores (as) e – quando possível – a rede como forma de reavivar as memórias soterradas (OLIVEIRA, 2011) da história da educação feirense.

Quadro 9 – Relação de escolas e professores (as) do Curso Primário em Feira de Santana na década de 1950.
(Continua)

ESCOLA	PROFESSOR (A)	REDE
Escola São José	Célida Soares Rocha Maura Moreira Ramos Cybele Almeida	Pública
Não identifica	Maria de Lourdes Franca Pedra Nilza Cunha Porto Violêta Dutra Simões Maria José Dantas Carneiro Maria Antonia Costa Nilza Miranda da Anunciação Olga Noêmia Freitas Guimarães Maria de Lourdes Lima Santos Maria Assunção Martins M. Carlinda Mascarenhas Vieira ⁵⁷ Joana Maria Fernandes Ribeiro Domitila Adelaide Oliveira	Não identificada

⁵⁷O nome da professora aparece duas vezes porque em um atestado ela aparece vinculada a uma escola e em outro não, o que pode denotar uma jornada dupla de trabalho.

Quadro 9 – Relação de escolas e professores (as) do Curso Primário em Feira de Santana na década de 1950.
(Continuação)

ESCOLA	PROFESSOR (A)	REDE
Não identificada	Isabel Alexandrina de Carvalho Elza Nogueira Iraci Souza Consuelo Daltro Simões Maria José Queiroz da Silva Fernando Barreto Dantas Antonio Vieira da Costa Eldira Portugal Guimarães Valdemira Alves de Brito Madre Maria de Nazaré Nair Guimarães Carneiro Edelsuíta Rodrigues Alencar Barreto Terezinha Oliveira de Almeida Elza Falcão Boaventura Maria Terezinha Costa Consuelo Dutra Simões Murita Teixeira Veiga Maria Madalena Ferreira Mamona Maria Therezinha Daltro Pinto Georgina de Azevedo Barbosa Zulmira Martins Daltro Lopes Antonia Oliveira Barreto	Não identificada
Instituto São João Evangelista	Débora Carlita Rosa de Souza ⁵⁸ Clarice Rosa de Souza	Privada
Escola da “Casa São José” ⁵⁹	Irmã Maria José Cruz	Pública
Escola Rural Cel. Agostinho Fróes da Mota	Tereza Moreira Boaventura	Pública
Anexas à Escola Normal	Hilda Pereira Boaventura de Oliveira Hadla Sméra Elza Farias Franco ⁶⁰	Pública
Escola Aníbal Benévolo	Zumira M. Daltro Lopes Renilce Oliveira Correia	Pública
Escola General Osório	Carlinda Mascarenhas Vieira	Pública
Escola São Judas Tadeu	Maria José Magalhães Martins	Pública
Escola Mons. Tertuliano Carneiro	Maria de Lourdes Carneiro da Costa	
Escola Saturnino Pereira	Maria de Lourdes Carneiro da Costa	Não identificada

⁵⁸ Assina como Diretora da Escola.

⁵⁹ A diretora era a Irmã Luisa Gonsales.

⁶⁰ Professora e diretora.

Quadro 9 – Relação de escolas e professores (as) do Curso Primário em Feira de Santana na década de 1950.
(Continuação)

ESCOLA	PROFESSOR (A)	REDE
Escola Henrique Alves Borges ⁶¹	Evelina Augusta Fernandes Matos	Pública
Escola Rui Barbosa	Valdemira Alves Brito Georgina de Azevedo Barbosa ⁶² Maria Cristina de O. Menezes ⁶³	Privada
Não Identificada	Domitilia Adelaide Oliveira Eufrosina José de Souza ⁶⁴ Laura Ribeiro Lopes ⁶⁵ Cybele Almeida Passos Elizete Costa Borges Maria Lúcida Plácido dos Santos Zulmira Martins Daltro Lopes Rosilda Oliveira Tapioca Yolanda Tavares R. de Melo Maria José Magalhães Martins Maria Antonia da Costa	Pública
Não Identificada	Consuelo Simões de Oliveira Antonio Vieira da Costa ⁶⁶ Violêta Dutra Simões	Pública
Escola João Florêncio	Maria José Queiroz da Silva Corina de Oliveira Lopes Elza Santos Silva Maria Carolina Santos	Pública
Escola do Colégio Santanópolis	Edelvira D'Oliveira Edelsuíta Rodrigues Alencar Barreto	Privada
Escola Maria Quitéria	Alice Bastos Barreto Maria Edith Macêdo Portugal Maria Consuelo Soares Rocha Rosilda Oliveira Tapioca Ana Maria Mendes Albuquerque Joana Santana Sampaio	Pública
Escola de Jaguará	Maria Emília Pedra Braga	Pública

⁶¹ Essa escola funciona ainda hoje no Município de Humildes e foi estadualizada.

⁶² Atesta também a fiscal das escolas particulares.

⁶³ Atesta também a fiscal das escolas particulares.

⁶⁴ Atesta também a delegada escolar, por esta razão julguei tratar-se de uma professora da rede pública.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Atesta também, a delegada escolar; por esta razão, julguei tratar-se de uma professora da rede pública.

Quadro 9 – Relação de escolas e professores (as) do Curso Primário em Feira de Santana na década de 1950
(Conclusão)

ESCOLA	PROFESSOR (A)	REDE
Dr. José J. de Almeida	Alice Campos Lima	Não Identificada
Escolas Reunidas Maria Quitéria	Tereza Maria da Conceição Adalgisa Vieira Brito Ramos	Pública
Escola Rural de Humildes	Anicir Matos Sobrinha	Pública
Escola Jesus, Maria, José	Helena da Silva Assis	Não identificada
Escola Gastão Guimarães	Arminda Emília Guimarães de Alencar	Não identificada
Escolas Reunidas de Bonfim	Terezinha Mascarenhas	Pública
Escola da Kalilândia	Yolanda Tavares R. de Melo	Privada
Escola Santíssimo Sacramento	Eufrosina José de Souza ⁶⁷	Pública
Escola União Espírita Feirense	Anita Vitória Cerqueira	Pública
Escola N. Senhora das Graças	Zenaide M ^a de Figueredo Azevedo ⁶⁸	Pública
Escola Hilário Ribeiro	Ana Maria da Silva Santos	Pública
Felisberto de Carvalho	Alaíde Azevedo Bião	Pública
Escola Nossa Senhora	Cynira da Silva Campos	Pública
Escla estadual de Tanquino	Áurea Cordeiro da Silva Pinto e Aquino Myrian Carvalho Machado Adelmo de Lima	Pública

Fonte: Elaborado pelo autor.

O grupo de atestados cujas escolas e, por sua vez, o pertencimento a uma rede de ensino não foram identificados, apresentava tão somente o texto em papel pautado, afirmando a condição de satisfatória educação primária do aluno ou sua competência para o exame de admissão, assinado pela professora. Nesse caso, suspeitei que, se não a totalidade, um número significativo dessas professoras emprestavam suas casas como escola – prática comum em nosso estado até os anos 1960 quando das escolas oficiais existentes no estado, 78% eram compostas por cadeiras isoladas ou unitárias, assim descritas:

A grande maioria das escolas isoladas funciona em salas de residências, destinadas a fins escolares. A escola se torna prolongamento da moradia. São relações professor-aluno ou professor-vizinhança ou ainda professora-dona de casa que predominam. Normalmente funcionam como “escolas”, salas de visitas ou salas de frente, garagens, galpões, alpendres, varandas, puxadas ou alongamentos da casa para escola, salas de jantar, armazéns, depósitos, etc.(BOAVENTURA, 1977, p.20).

⁶⁸Professora e diretora.

Para distinguir escolas não identificadas como sendo da rede pública ou privada, tomei como apoio as informações dos próprios atestados ou certificados. Nesses, quando se tratava de escolas privadas, assinava, também, o fiscal das escolas particulares. Considerei como públicas as escolas cujos atestados continham assinatura de delegada ou delegado escolar ou do auxiliar de inspeção. Outras escolas foram identificadas pelas suas próprias histórias, como é o caso das Escolas anexas à Escola Normal, as escolas João Florêncio e Maria Quitéria que são da rede pública, e as Escolas do Colégio Santanópolis e Ruy Barbosa que são da rede privada.

Referente à Escola do Colégio do Santanópolis, o certificado de habilitação que encontrei traz informações preciosas sobre a organização da escola. Os certificados vinham numerados e assinados pela professora, pela diretora da escola, pela fiscal das escolas particulares e, ainda, apresentava a assinatura de outro profissional: o assistente técnico de ensino particular elementar. Dos dois certificados de habilitação encontrados – um, que estava em nome de José Brasileiro Franco, foi assinado pela professora Edelsuíta Rodrigues Alencar Barreto, pela diretora Edelvira d'Oliveira, a professora Catuca, e pela fiscal das escolas particulares, Helena Olímpio Braga. Estes certificados eram expedidos pelo Serviço Público Estadual – Secretaria de Educação e Saúde – Departamento de Educação.

Para melhor compreender essa organização, seria necessária uma investigação que não é possível de se realizar neste trabalho por sua natureza e objetivos, cabendo destacar que a Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946, um dos decretos da Reforma Capanema, não traz nenhuma referência sobre essa estrutura.

Nesse contexto, uma escola primária no Santanópolis já nascia com a estrutura herdada do ensino secundário, o que o colocava à frente da maioria das escolas particulares em funcionamento no período. Infelizmente, não dispus de fontes para estabelecer uma comparação entre a estrutura física, os recursos materiais e humanos do Santanópolis a de algumas escolas privadas do quadro; inclusive, observando se na segunda metade da década de 1940 elas preenchiam as exigências da Lei nº 8.529 – de 2 de janeiro de 1946:

- Art. 33. Os estabelecimentos particulares de ensino primário ficarão sujeitos a registro prévio, mediante o preenchimento das seguintes condições:
- a) prova de ser o estabelecimento dirigido por brasileiro nato;
 - b) prova de saúde, e de idoneidade moral, social e técnica das pessoas encarregadas da administração e do ensino;
 - c) prova de que as instalações de ensino atendem às exigências higiênicas e pedagógicas, para os cursos que pretenda ministrar;
 - d) adoção do plano de estudos e organização didática constante desta lei, e do regulamento da unidade federada onde funcione. (BRASIL, 1946).

Quanto à formação das professoras citadas, Eldelvira de Oliveira obteve sua formação pelo educandário Sagrado Coração de Jesus em Salvador. Quanto à professora Edelsuíta, não encontrei qualquer documento que me credenciasse a afirmar se a mesma tinha a formação em curso normal ou tratava-se de mais uma das tantas professoras leigas que atuavam nesse nível de ensino. Por um lado, a clara intenção de se tornar uma escola diferenciada – da parte do Santanópolis – pode ser um fator condicionante a concluir que essa instituição não teria, em seu quadro, uma professora sem formação adequada; por outro lado, o título não foi objeto de publicidade, como foi possível observar em atestados de outros professores.

Em relação ao Curso Fundamental, as fontes disponíveis não corroboram o funcionamento do mesmo. Não foram encontradas pastas ou quaisquer outros documentos que comprovassem seu funcionamento. Tudo indica que a implementação desse curso foi mais uma das intenções, do senhor Áureo filho, que não se efetivou, como, por exemplo, a transformação da escola em Liceu. Como condição necessária para o acesso à Escola Normal, o ensino fundamental do Santanópolis seria o embrião para a implantação da escola Normal no mesmo, suprimindo a demanda reprimida da Escola Normal Rural de Feira de Santana.

4.3 O CURSO PEDAGÓGICO

A primeira intenção do Santanópolis em oferecer o curso de formação de professores pode ser interpretada a partir da autorização recebida para poder matricular, no curso fundamental, os alunos excedentes da escola Normal no ano de 1935. Um anúncio do estabelecimento traz como título *Escola Normal e Ginásio do Santanópolis* (FOLHA DO NORTE nº 1379 de 21/12/1935 p. 1) e informa que estão abertas as inscrições para o exame de suficiência ao ensino fundamental do Santanópolis. Em outra nota é anunciada a fundação da Escola Normal do Santanópolis que, segundo a própria instituição, foi oficializada pelo Governo do Estado, e para a qual foram destinados vultuosos gastos, “no anseio de concorrer o quanto possível para cultura mental da juventude patricia que aspira a desvanecedora missão de, em dias por vir, tornar-se alfabetizadora da infância.” (FOLHA DO NORTE nº 1379 de 21/12/1935, p. 4).

As fontes indicam que o curso não se efetivou no ano seguinte de 1936. Durante o mês de janeiro foram verificados anúncios divulgando a escola Normal. Entretanto, no início do ano letivo, no mês de fevereiro, uma nota dá conta de informar que já está funcionando o curso primário e nenhuma menção foi feita à Escola Normal daquele estabelecimento.

Um documento importante relacionado ao funcionamento do Curso Pedagógico é um abaixo-assinado localizado no Arquivo Público do Estado da Bahia, caixa 01, maço 01, grupo – gabinete do Secretário, que no item série traz o seguinte texto: “Abaixo-assinado solicitando um curso pedagógico noturno em Feira de Santana, no Colégio Santanópolis.” A data limite, segundo o documento é de 1954. Esse mesmo documento dirigido ao Secretário de Educação e Cultura do Estado da Bahia por 31 alunos da 4ª série ginásial do Colégio Santanópolis e datado de 30 de agosto de 1954, na verdade, solicita a abertura do Curso Pedagógico na Escola Normal e Ginásio Estadual. A resposta da Secretaria é dirigida ao diretor do Santanópolis pedindo ao mesmo que informe aos solicitantes para aguardar ordem do secretário, em 02 de dezembro do mesmo ano. A partir desse fato, não posso apresentar uma data exata de funcionamento da primeira turma do Curso Pedagógico no Santanópolis, mas apresentar informações preciosas acerca do contexto em que se deu a implantação do curso, especialmente por conta da justificativa dos interessados:

Sendo numerosos os moços⁶⁹ que trabalham durante o dia e só à noite podem estudar, moços, de um modo geral, de mais acentuada vocação e maior força de vontade, os que, nessas condições, desejam ser mestres e difundir a instrução no país, ficam, nesta cidade, impossibilitados de satisfazer tão justa e meritória inspiração. (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. SEÇÃO REPUBLICANA. Cx. 01).

Diante das fontes disponíveis, é lícito afirmar que provavelmente o curso de formação de professores primários e, por conseguinte, a Escola Normal⁷⁰ do Colégio Santanópolis só se efetivou nos anos 1950, mais precisamente no ano de 1956, posto que o livro de Registro de Diplomas nº 01-1958-1962 apresenta registros de diplomas desse curso referentes ao ano de 1958; como o Curso ali implantado tinha uma duração de três anos, a primeira turma teria se matriculado em 1956.

A documentação encontrada nas pastas de alunos aponta que o curso de formação de professores no Santanópolis era noturno, indo ao encontro da solicitação no abaixo-assinado. Essa evidência nos permite observar que o estabelecimento estava “de olho” numa clientela que já trabalhadora, majoritariamente no comércio, não podia frequentar o curso diurno da Escola Normal.

⁶⁹ Ressalte-se que um número importante (considerável) dos que assinam o abaixo-assinado é de mulher, conforme documento anexo.

⁷⁰ De acordo com A lei Orgânica do Ensino Normal, o estabelecimento de ensino que ministrasse o segundo ciclo seria denominado de Escola Normal. “Artigo 4º, § 2º Escola normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo desse ensino, e ciclo ginásial do ensino secundário.”

O curso de formação de professores do Colégio era denominado de pedagógico – as razões para essa denominação talvez tenha sido para se diferenciar de sua concorrente, a Escola Normal – e teve amparo na própria Lei Orgânica quando em seu artigo 4º, parágrafo único, dispõe: “É vedado a outros estabelecimentos de ensino o uso de tais denominações, bem como o de nomes que incluam as expressões normal e **pedagógico**⁷¹ e de educação”. Possivelmente, foi copiada daí a expressão, “Pedagógico”, para o Curso Normal.

Nesse período, os Cursos de formação de professor primário estavam sob a orientação do Decreto Lei nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Normal que significou “a primeira regulamentação do governo central em decorrência da orientação centralizadora da administração estadonovista”. (TANURI, 2000, p.75). De acordo com a Lei em seu Art. 2º. “O ensino normal será ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos”. (BRASIL, 1946).

No Santanópolis, parece ter funcionado, no período em estudo, apenas o segundo ciclo que se destinava à formação de professores primários num período de três anos. De acordo com a Lei, o curso de formação de professor primário – Decreto Lei 8.530/46 – Lei Orgânica do Ensino Normal, que corresponde ao 2º ciclo, comportava “pelo menos” (Brasil, 1946) as seguintes disciplinas:

Quadro 10 - Rol de disciplinas do 2º Ciclo do Curso Normal.

SÉRIES	DISCIPLINAS
1ª	Português, Matemática, Física e química, Anatomia e fisiologia humanas, Música e canto, Desenho e artes aplicadas, Educação física, recreação e jogos.
2ª	Biologia educacional, Psicologia educacional, Higiene e educação sanitária, Metodologia do ensino primário, Desenho e artes aplicadas, Música e canto, Educação física, recreação e jogos.
3ª	Psicologia educacional, Sociologia educacional, História e filosofia da educação, Higiene e puericultura, Metodologia do ensino primário, Desenho e artes aplicadas, Música e canto, Prática do ensino, Educação física, recreação e jogos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 1956, o currículo em vigor no Curso Pedagógico do Santanópolis bem como na Escola Normal de Feira de Santana⁷² apresentava mudanças em relação ao aprovado em 1946. O curso em prática naquele momento tinha a duração de três anos, e a primeira série era

⁷¹ Grifo nosso.

⁷² Conforme fichas individuais de aluna transferida da Escola Normal para o Santanópolis, no ano de 1995 cujos documentos, assinados pelo então diretor Dival Pitombo, apresentam as expressões: “Curso Intermediário” e “Curso Pedagógico”.

denominada série intermediária, como pode ser constatada no quadro abaixo que trás informações das fichas individuais de alunos no período de 1956 a 1959.

Quadro 11 - Rol de disciplinas do Curso Pedagógico – 1956-1959

SÉRIES	DISCIPLINAS
Intermediária	Português, Inglês, Matemática, Física, Química, Biologia, Psicologia, Economia e Direito, Canto Orfeônico, Desenho.
1 ^a	Português (Literatura) Metodologia, Psicologia, Sociologia Educacional, Higiene, Estatística, Pedagogia e História da Educação, Desenho, Canto Orfeônico.
2 ^a	Pedagogia, Metodologia, Psicologia, Administração Escolar, Puericultura, Sociologia educacional, Artes Industriais, Canto Orfeônico.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Não me detive na análise de um e outro currículo porque não é a intenção desse trabalho. Entretanto, algumas observações são impossíveis de serem ignoradas. Se a Lei orgânica buscava a articulação do Ensino Normal com os outros níveis de ensino e apresentava um primeiro ano com disciplinas generalistas, o curso pedagógico, desde a série intermediária, parecia dar um caráter mais específico no campo da formação de professores com a introdução das disciplinas de psicologia, economia e direito.

O acesso ao ensino normal requeria algumas condições apontadas na lei que proibia a admissão de maiores de 25 anos (BRASIL, 1946); isso significava, possivelmente, que boa parte dos professores e professoras leigas que atuavam nesse campo, em Feira de Santana, não poderiam buscar o título que já tinham na prática. Segundo Romanelli,

não se compreende uma exigência dessa ordem num país em que a maioria do pessoal empregado no magistério primário de então estava desqualificado para a função e pertencia a uma faixa etária que excedia esse limite. Era esse o próprio impedimento legal para a qualificação de quem já exerce o magistério sem estar qualificado. (1998, p.165).

Possuir menos de 25 anos não era a única exigência. Era necessária a comprovação das seguintes qualidades para se matricular em qualquer ciclo, de acordo com o Artigo 20:

- a) qualidade de brasileiro;
- b) sanidade física e mental;
- c) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contra-indique o exercício da função docente;
- d) bom comportamento social;
- e) habilitação nos exames de admissão. (BRASIL, 1946).

Além desses documentos comuns aos dois ciclos, a Lei ainda apresenta a especificidade de formação mínima para cada ciclo. No caso do primeiro, os candidatos necessitavam de comprovada e satisfatória educação primária; e, para o segundo ciclo, a conclusão do primeiro ou o curso ginásial. Na análise de Saviani,

[...] na nova estrutura o Curso Normal, em simetria com os demais cursos de nível secundário, foi dividido em dois ciclos: o primeiro correspondia ao ciclo ginásial do curso secundário e tinha a duração de quatro anos. Seu objetivo era formar regentes do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais Regionais. O segundo ciclo, com a duração de três anos, correspondia ao ciclo colegial do curso secundário. Seu objetivo era formar os professores do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais e nos Institutos de Educação. (s/d, p.7).

Dessa forma, a implantação do segundo ciclo no Colégio Santanópolis era uma forma de destinar parte de sua clientela do ginásial para o próprio estabelecimento, garantindo, como tendência – aos quadros masculinos – a formação técnica na área de comércio, e – às mulheres – o magistério como profissão. No ano de 1958, sem o *glamour*, até porque a tradição nesse campo de formação era da Escola Normal, que cercava as formaturas de ginásianos e contabilistas, e com um tom mais ameno, no jornal, foi anunciada a colação de grau da primeira turma de professores do Colégio Santanópolis no dia 22 de novembro de 1958; dentre os formandos, José Falcão da Silva, que posteriormente tornou-se prefeito de Feira de Santana.

No Jornal *Folha do Norte* daquele ano foi publicado o discurso de formatura do aluno do Curso Secundário, Jorge Assad, que, em meio ao apelo por ensino superior na cidade, também falou ao – ou talvez – pelos Cursos Normal e Comercial⁷³. Para os professorandos daquele ano, o ilustre orador destinou as seguintes palavras:

Senhores professorandos,
A carreira que escolhestes, é sem dúvida, trabalhosa e ingrata, mas quão sublime e heroica não será o sacerdócio do Magistério? Arrancar almas à ignorância, iluminar espíritos imersos em trevas, semear nas consciências juvenis o amor à virtude e ao bem. Não será isso tudo um programa de apostolado dos mais elevados a quem se possa entregar? Vossa carreira, senhores professorandos, se vos apresentará cheia de espinhos e dificuldades, mas ao vos lembrardes da infância matéria prima da humanidade está a vossa espera, vossas almas se encherão, por sem dúvida, de coragem jubilosa na ânsia de lutar contra a ignorância e a escuridão (FOLHA DO NORTE nº 2579 de 13/12/1958, p. 1-2).

⁷³Não foi encontrado, nem foi publicado, no *Jornal Folha do Norte*, outro discurso.

O discurso bem de acordo com a concepção que se tinha do magistério naquela época chama atenção muito mais por seu orador do que por seu conteúdo. Nenhuma palavra de qualquer professoranda ou mesmo professorando foi publicada no jornal. As razões de um único orador para três formaturas talvez estejam na economia dos espaços e tempos e na escolha por sua desenvoltura comunicativa. Porém, não podemos esquecer que esses alunos são do Curso Secundário – diurno – aquele a quem cabia a formação propedêutica destinado às elites dirigentes do país ao lado de dois cursos profissionalizantes noturnos.

4.4 A ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO

A partir de 1943 a abertura de escolas destinadas ao ensino técnico profissional estava subordinada aos ditames das Leis Orgânicas, um conjunto de decretos que compunham a Reforma Capanema, mas que continuam sendo promulgadas após a era Vargas e durante o Governo Provisório quando respondia pela “Presidência da República, José Linhares, e pelo Ministério da Educação, Raul Leitão da Cunha”. (ROMANELLI, 1998, p.154).

O primeiro desses decretos trata-se da Lei Orgânica do Ensino industrial criada através do decreto nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942. A Lei Orgânica do Ensino Comercial é decretada em 28 de dezembro de 1943 sob o nº 4.141. Esses decretos, junto com os que foram criados em 22 de janeiro de 1942 – Serviço Nacional da Aprendizagem Comercial (SENAI); o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 10 de janeiro de 1946, durante o Governo Provisório; o Decreto 9.613, Lei Orgânica do Ensino Agrícola, em 20 de agosto de 1946 o Decreto 9.613 – vão, gradativamente, dando corpo ao modelo de ensino profissional que se organizou no período para atender à formação de mão de obra para a indústria, o comércio e a agricultura, em atendimento aos anseios da classe trabalhadora que, majoritariamente, frequentava esses cursos, uma vez que as camadas médias e superiores preferiam o ensino secundário, dada a possibilidade de prosseguimento dos estudos em nível superior e pelo status social deste.

No contexto econômico de Feira de Santana nos anos 1940, em franca expansão comercial, a Escola Técnica do Comércio Colégio Santanópolis foi um dos mais importantes empreendimentos daquela instituição. As expectativas em torno de sua criação iam além de um curso de nível técnico, o que já se configurava num feito importante para Feira e região. Uma demonstração dessa importância está revelada no Jornal *Folha do Norte* de outubro de

1944 que traz em primeira página a seguinte manchete: “A Escola Técnica do Comércio será a semente da futura Universidade de Feira de Santana”.

Um conquista importante para a autorização do funcionamento da Escola Técnica foi a passagem do estabelecimento de ginásio para a condição de colégio em 1943. Definitivamente essa conquista, que foi comemorada com festa, intitulada de *noitada magnífica* (FOLHA DO NORTE nº 1766 de 15/05/1943, p. 1), foi determinante para que a Escola Técnica de Comércio se tornasse uma realidade.

Nos anos 1940, Feira de Santana, segundo a matéria, era mais que uma cidade bonita de ruas largas e de habitações modernas, a Princesa do Sertão, mais “a cidade luz do nordeste”, exaltando seu desenvolvimento educacional que, embora não estivesse no nível ideal, já se apresentava com avanços importantes e dentre esses avanços destacava a importância do Santanópolis com a implantação do ensino secundário, exaltando a requisição de autorização para o funcionamento da Escola Técnica de Comércio. No periódico, Dr. Áureo Filho cita Ruy Barbosa, que ao passar por Feira de Santana, a cognominou de “cidade universitária” e, segundo ele, a partir da implantação da escola Técnica, “a profecia do gênio, parece que tende a se realizar”. (FOLHA DO NORTE, nº1840 de 24/10/944, p.1). Ratificando o anúncio da manchete, o Dr. Áureo Filho acreditava que a Escola Técnica seria o embrião da fundação de uma universidade em Feira de Santana, afirmando que “a universidade ainda é um sonho. Não sei se chegarei a realizá-lo, mas pelo menos aí fica o início, que, os vindouros farão tudo para concretizar”. (FOLHA DO NORTE, nº1840 de 24/10/944, p.1).

Na perspectiva de polo irradiador do nordeste brasileiro, assim como a implantação do ensino secundário, a Escola Técnica do Comércio era colocada como uma conquista que extrapolava o local “que prestará desmedidos serviços não só aos moços dessa cidade, mas também aos jovens do nordeste e recôncavo bahiano. Esse fato auspicioso dá-nos a certeza de que a terra de Ovídio⁷⁴ evolue”. (FOLHA DO NORTE, nº1840 de 24/10/944, p.1)

A matéria também dá conta de conclamar aos poderes públicos auxílio para o empreendimento, afirmando:

Estamos certos que os homens que nos governam compreenderão o alcance dessas iniciativas que visam, principalmente, o benefício da coletividade. É preciso que os poderes públicos colaborem com o dr. Áureo Filho que certamente terá que lutar com grande dificuldade para enfrentar empecilhos naturais de emprêzas desse gênero. (FOLHA DO NORTE, nº1840 de 24/10/944, p.1).

⁷⁴ Referi-se ao Padre Ovídio Alves de São Boaventura, fundador do Asilo Nossa Senhora de Lourdes.

A matéria que anuncia tão somente a solicitação de autorização de funcionamento já nos antecipa o significado do fato ocorrido para a cidade. Em dezembro do mesmo ano, é anunciada a inscrição para o primeiro ano da escola técnica de comércio para portadores de diploma de professor ou de curso ginásial. Essa ação gerou uma série de requerimentos de alunos portadores de diploma. No ano de 1945 foi aberto um livro de solicitação de matrícula especial de alunos da Escola Normal de Feira de Santana, homens, em sua maioria, interessados em se tornarem contabilistas.

Em Ofício ao Diretor Geral do Departamento de Educação no Rio de Janeiro, o Dr. Áureo Filho solicita a nomeação da comissão especial para a verificação das condições exigidas por Lei para o reconhecimento da Escola Técnica de Comércio (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1944-1945). O argumento do dono do estabelecimento para a implantação da escola técnica foi que “estava atendendo aos pedidos dos Governos Municipal e do Estado, que estão empenhados em evitar o êxodo das populações estudantis da zona sertaneja”.

Segundo o Regimento Interno, o Santanópolis é um “instituto de ensino profissional técnico, mantendo, de acordo com os Decretos Lei nº 6.141⁷⁵, 6.142, ambos de 28 de Dezembro de 1943, o Curso comercial Básico e o Curso Técnico de Contabilidade em turno noturno”⁷⁶. Observei que, de acordo com este documento, aos concluintes do Curso Comercial Básico era conferido diploma de auxiliar de escritório e, àqueles que concluíssem o Curso Técnico em contabilidade seria conferido o diploma de guarda-livros.

No processo para reconhecimento oficial da Escola, o parecerista inspetor padre Fenelon Costa não poupa esforços para que o intento do Dr. Áureo Filho seja realizado. Sem economizar elogios conclui:

Por tudo isso, Sr. Diretor⁷⁷, creio, datavênia, que a oficialização da escola Técnica de Comercio Santanópolis não fere as linhas retas de justiça; ao contrário, seria uma homenagem justa, ao esforço inteligente e ao trabalho honesto do Diretor da Escola Técnica de Comercio Santanópolis. (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1944-1945).

O rol de disciplina para esses cursos estava organizado de acordo com o quadro abaixo:

⁷⁵ Lei Orgânica do Ensino Comercial.

⁷⁶ (SANTANÓPOLIS, 1944, página/s).

⁷⁷ Refere-se à diretoria de Ensino Comercial.

Quadro 12 - Disciplinas do Curso Técnico em Contabilidade do Santanópolis

CURSO	SÉRIE	DISCIPLINAS
Básico	1 ^a	Português, Francês, Matemática, Geografia Geral, Caligrafia e Desenho.
	2 ^a	Português, Francês, Inglês, Matemática, Geografia Geral, História Geral, Datilografia e Estenografia.
	3 ^a	Português, Francês, Inglês, Matemática, Ciências Naturais, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Prática de Escritório e Economia Doméstica.
	4 ^a	Português, Francês, Inglês, Matemática, Ciências Naturais, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Prática de Escritório e Economia Doméstica.
Contabilidade	1 ^a	Português, Francês ou Inglês, Matemática, Física e Química Contabilidade Geral, Mecanografia e Elementos de Economia.
	2 ^a	Português, Francês ou Inglês, Matemática, Biologia, Organização e Técnica Comercial, Contabilidade Comercial, Contabilidade Bancária, Contabilidade Pública, Prática Jurídica Geral e Comercial.
	3 ^a	Português, Geografia Humana do Brasil, História Administrativa e Econômica do Brasil, Elementos de Estatística, Contabilidade Industrial, Merceologia, Prática Jurídica Geral e Comercial.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 1948 foi realizada a primeira formatura de contadores, a qual, como todas as formações do Secundário e da escola Normal de Feira, se configurou numa atividade cultural que mobilizou a cidade.

Durante os anos de funcionamento da Escola técnica de Comércio houve uma estreita relação do Santanópolis com o Serviço Nacional da Aprendizagem Comercial (SENAC)⁷⁸, que mantinha cursos de “Preparação Comercial”; mais ainda, uma Escola de Preparação Comercial no estabelecimento. De acordo com um anúncio no *Folha do Norte* sobre a abertura desses cursos, os mesmos eram realizados no turno noturno e destinados exclusivamente aos comerciários ou filhos de comerciários.

Para compreender a relação da escola Técnica do Comércio com o SENAC, cabe analisar o papel dessa instituição naquela conjuntura. Quase que paralelamente à criação das Leis Orgânicas do Ensino Industrial e do Ensino Comercial, foram criados o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e o SENAC, originando o chamado **Sistema S**. A primeira entidade

⁷⁸ O SENAC é uma instituição privada sem fins lucrativos. A instituição é filiada à Confederação Nacional do Comércio, uma vez que, por decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, o Governo Federal atribuiu ao órgão a obrigação de organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial.

criada foi o SENAI em 1942 e, em 1946, foram criados o SENAC, o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI); este, criado em 1º de julho de 1946.

O Decreto Lei nº 8621 de 10 de janeiro de 1946 dispõe sobre a criação do SENAC, ficando a cargo da Confederação Nacional do Comércio sua criação e organização. Em seu artigo Art. 3º está determinado que:

[...] o "SENAC" deverá também colaborar na obra de difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino imediato que com êle se relacionar diretamente, para o que promoverá os acordos necessários, especialmente com estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos pelo Governo Federal, exigindo sempre, em troca do auxílio financeiro que der, melhoria do aparelhamento escolar e determinado número de matrículas gratuitas para comerciários, seus filhos, ou estudantes a que provadamente faltarem os recursos necessários. (BRASIL, 1946).

Na condição de única Escola Técnica de Comércio reconhecida pelo governo Federal em Feira e região, o Colégio Santanópolis pôde se beneficiar da legislação e realizar várias atividades com o SENAC. No ano de 1948 (FOLHA DO NORTE nº 2019 de 20/03/1948, p. 1), no mês de março, o SENAC entregou ao Santanópolis vinte e uma bolsas que obedeciam a duas classificações. A bolsa prêmio no valor de Cr \$ 500,00, que foi ofertada aos seis melhores alunos dos cursos mantidos pelo órgão no Estabelecimento. No ano de 1947 os premiados foram Wilson Cerqueira Carneiro, Maurílio Santana e Silva, Matias Alves Rocha, Sidou Valente de Lima, Edvaldo Leite Falcão e Ramalho Oliveira Santos. Além destes, outros alunos da escola foram premiados com quinze bolsas de estudos. Interessante registrar que essa não foi uma atividade escolar pura e simples, mas um evento social, realizado na abertura do ano letivo na presença de autoridades e familiares desses alunos; ao final do ano letivo de 1948, novas premiações foram dadas aos que se destacaram neste ano.

No ano de 1950, o Santanópolis participou de um torneio cultural organizado pelo Serviço Nacional da Aprendizagem Comercial e logrou o primeiro lugar, sendo o único participante do interior a demonstrar grande superioridade em relação à escola de comércio da capital ao perfazer 47,7 pontos, ao passo que a segunda colocada logrou apenas 18,3. A performance dos estudantes rende comentário no *Diário de Notícias*, periódico que circulava na capital do Estado na época, sendo transcrito no *Folha do Norte* que trouxe o seguinte texto:

Dispensa, pois, qualquer comentário a obra educacional que representa o Colégio Santanópolis de Feira de Santana que se deve a orientação competente do prof. Áureo Filho num atestado incontestável dos benefícios que vem prestando àquela importante cidade sertaneja, por isso que faz jus merecimento ao prêmio de 10 máquinas de escrever para o estabelecimento e

de bolsas de estudo para os alunos vitoriosos ofertadas pelo SENAC nacional. (FOLHA DO NORTE, nº2117 de 04/02/1950, p.4).

A cooperação entre o SENAC e o Santanópolis se estendeu a outros empreendimentos, como, por exemplo, a Escola de Datilografia e de Mecanografia que foram criadas em 1949, contando com a “dedicada e eficiente colaboração do Serviço de Ensino e Aprendizagem Comercial”. (FOLHA DO NORTE nº 2093 de 20/08/1949, p.1)

Figura 41– Sala de datilografia do Colégio Santanópolis



Fonte: Relatório de inspeção, 1944- 1945. Arquivo do Santanópolis - CEDE/UEFS.

Figura 42 – Sala de Mecanografia e Escritório Modelo do Colégio Santanópolis.



Fonte: Relatório de inspeção, 1957. Arquivo do Santanópolis - CEDE/UEFS.

Comparando as fotografias, é possível observar uma mudança substancial entre um período e outro. O número de carteiras, quantidade e o tipo de máquinas indicam um crescimento da sala que parece não ser a mesma que antes atendia apenas estudantes da escola técnica e que depois abriga uma escola de datilografia destinada, também, ao público externo.

Não por acaso, em 1951 foi inaugurada, no Santanópolis, a sala SENAC (FOLHA DO NORTE, 1951). Recorte sem maiores informações) com a presença de autoridades civis e religiosas. Essa parceria que garantia ao Santanópolis equipamentos e bolsas de estudos, além de credibilidade junto ao órgão e ao SENAC, oferecia a qualificação da mão de obra para o comércio, contribuindo para acalmar os ânimos de uma classe trabalhadora agitada.

Com essa configuração, nas décadas de 1940 e 1950, o Colégio Santanópolis concentrava-se na formação dos jovens que se destinavam tanto ao ensino superior, através do ensino secundário que – segundo a legislação – era o único que garantia essa continuidade, quanto à formação dos quadros técnicos na área comercial, tão relevante numa cidade que se tornara referência regional pela pujança de seu comércio.

4.5. CURSOS E ATIVIDADES LIVRES

Além dos cursos regulares propedêuticos ou profissionalizantes, o Santanópolis disponibilizou para a comunidade uma série de cursos complementares, o que o abrangia em relação à formação educacional dos cidadãos da urbe e região. Os idealizadores do Santanópolis souberam ocupar as lacunas na formação educacional de uma sociedade que se desenvolvia e tinha gana de se tornar polo cultural na região.

A primeira notícia de atividades direcionadas ao público em geral do Santanópolis trata-se de um curso primário noturno para adultos, totalmente gratuito, no ano de 1935 cujas atividades se iniciaram em 18 de maio do mesmo ano. O curso era uma cooperação do estabelecimento com a “Cruzada Nacional de Educação no patriótico movimento em prol da alfabetização do povo brasileiro”. (FOLHA DO NORTE, nº 1448 de 17/04/1937, p.1). O espírito dessa campanha, nos anos 1930 e início de 1940, pode ser traduzido num texto de Cosme de Farias, que defende que a campanha deva ser auxiliada por todos para que o Brasil possa sair das trevas do analfabetismo, num apelo à boa vontade que cada um expressa: “Surjam, pois, em campo e destemerosos, os patriotas sinceros e fundem escolas primárias para a petizada paupérrima, onde quer que exista um grupo, qualquer grupo de crianças”. (FOLHA DO NORTE, nº 598 de 24/02/1940, p.2). E apela: “quem souber ler, escrever e

contar que ensine isso aos que ainda vegetam envolvidos nas trevas da ignorância”. (FOLHA DO NORTE, nº 1598 de 24/02/1940, p.2). Nesse sentido, os alunos secundaristas estavam exercendo a bondade civil de trazer à luz, através da alfabetização, aos que estavam mergulhados na ignorância, em Feira de Santana. A recompensa também estava expressa no texto de Cosme de Farias: “Deus que tudo vê e tudo sabe abençoará alegremente o vosso gesto fidalgo e humanitário”.

A Cruzada Nacional de Alfabetização é considerada de utilidade pública pelo decreto nº 21.731, de 15 de agosto de 1932 e tinha como objetivo a erradicação do analfabetismo no Brasil e a crença de que a alfabetização era a chave para a solução de todos os problemas da sociedade brasileira. Nesse sentido, era uma questão de civismo, de amor à pátria se engajar na luta pela erradicação desse mal que impedia o desenvolvimento do homem e do país. Para a campanha, todos podiam colaborar; logo, solicitava “um auxílio a todos acessível, pede o que a todos é possível dar, pede um níquel, ao menos “um tostão” que até os pobres podem dá-lo para enriquecer de escolas o Brasil”. (BICA; CORSETTE, 2011, p.175), contudo, chama a atenção de que “isto não significa que a contribuição seja exclusivamente de um níquel. De acordo com as posses e boa vontade, cada brasileiro dará o que puder.” Os jovens, assim como as mulheres, foram convocados a contribuírem nessa tarefa e, portanto,

a radiosa juventude do Brasil será também mobilizada. A juventude que estuda as gerações juveníssimas dos colégios primários e secundários terá o seu considerável quinhão de trabalho. Nossa mensagem impressionará suas sensíveis almas-antenas, e a gente nova do Brasil se colocará ao lado da Cruzada Nacional de Educação. (BICA; CORSETTE, 2011, p.177).

A inauguração do curso seguiu a tradição dos eventos realizados pelo Santanópolis e, como de costume, contou com a presença de autoridades, inclusive, a do prefeito municipal, além da banda de música. O corpo docente do curso era formado por alunos do ensino secundário que se dividiam entre as disciplinas básicas. Para essa primeira turma, as aulas de português estavam a cargo do aluno Misael Aguiar de Araújo; geografia, com Milton Brandão de Oliveira; matemática, com Joselito Amorim; ciências físicas naturais, com Anibal Moreira de Almeida; história do Brasil, Moacir da Silva Azevedo; educação moral e cívica, José Pedreira de Assis Freitas.

Com o lema “Feira Alphabetiza-se” (FOLHA DO NORTE, nº 1585 de 25/11/1939, p.1) em 1939, o curso ainda se encontrava em pleno funcionamento com 108 alunos matriculados e uma média de frequência de 84, sob a regência de discentes do secundário do colégio, os quais se modificavam de acordo com o quadro de alunos secundaristas; em 1942

foram 141 os matriculados, e 131 em 1943. Esse envolvimento do Santanópolis com a Cruzada Nacional de Alfabetização demonstra o próprio projeto educacional do Santanópolis que, seguindo a tendência da época tinha

a crença na evolução cultural, encaminhando-se no sentido do ideal de progresso veiculado na época. [...] A construção da nação civilizada seria propiciada pela superação do analfabetismo, da corrupção, dos costumes tidos por bárbaros e inferiores. (LUZ, 2000, p.4 apud LIMA, 2003, p.21).

Participando das atividades da Cruzada e das Campanhas por alfabetização naquele contexto, o Santanópolis – através de seus alunos e professores – se envolvia na vida da cidade, além de, na condição de instituição privada, demonstrar à sociedade feirense da época certo comprometimento, sem fins lucrativos, direto com os problemas da urbe.

Também, em 1937, é inaugurada a Escola de Música anexa ao Santanópolis, vinculada ao Instituto de Música da Bahia cujos diplomas tinham validade em todo o território nacional (FOLHA DO NORTE nº1828 de 22/07/1944, p.1) e seguia os mesmos programas da Escola Nacional de Música do Rio de Janeiro.

Na propaganda, o termo, *Escola Oficializada*, se configurou em uma marca nos reclames do estabelecimento para se diferenciar dos cursos de música que eram ministrados na cidade. O custo do curso era diferenciado pelo nível do aluno. Os iniciantes desembolsariam a quantia de 20\$000 enquanto os de nível superior arcariam com 30\$000; só para efeito de comparação, a mensalidade do Curso primário era de 10\$000.

Em 1940, quando faz três anos de existência, a escola recebe o nome de Escola de Música Georgina de Melo Erisman, homenagem à professora falecida naquele ano, fundadora da referida escola e autora do Hino oficial de Feira de Santana. Na cerimônia de aniversário da escola, uma extensa programação foi desenvolvida por alunos e professores, inclusive com a utilização de composições da homenageada. Tomando como referencia a propaganda no Jornal *Folha do Norte*, é lícito afirmar que a Escola de Música funcionou, pelo menos, até o ano de 1950.

A inserção do Santanópolis na formação cultural dos cidadãos feirenses não parou por aí. Com uma propaganda intitulada *Aprenda Inglês para falar*, o Santanópolis adentra a mais um campo de atuação na área de educação em Feira de Santana, tendo como professores Percy Cardoso e Jaime Caribé, “ambos diplomados com distinção pelo Intensive Course for teachers of English do Departamento de Estado Norte americano”. (FOLHA DO NORTE nº1920 de 27/04/1946, p.4).

Até então, tudo indica que o contato com a língua inglesa era ministrado em cursos particulares, provavelmente por professores autodidatas que faziam de sua casa, escola. Esse é o Caso do Dr. Honorato Manoel do Bonfim, Médico respeitado na cidade naquela época cujo nome denomina uma das ruas do Bairro Brasília, próximo ao centro de Feira de Santana. Durante o período estudado, o Dr. e professor Honorato Bonfim publicou inúmeros reclames no Jornal *Folha do Norte* oferecendo Curso de Línguas e Ciências e se apresenta como doutor em Medicina e Bacharel em Ciências e Letras. No anúncio estão relacionadas as áreas de atuação do mestre como sendo “Português, Francês, inglês, Latim e Grego (escola Clássica), Pedagogia, Psicologia, História Natural, História da Filosofia, História da Civilização, Sociologia, física e Química”.(FOLHA DO NORTE nº1919 de 20/04/1946 , p.3).

Para fazer a diferença frente aos cursos de inglês ministrados na cidade, o anúncio da escola de línguas do Santanópolis não poupava criatividade. O anúncio tratava também de expor a competência dos professores credenciados por uma escola americana. Observemos a ousadia:

IMPROVE YOUR ENGLISH⁷⁹

You can speak English, but you feel ashamed your accent because you don't trust on your pronunciation. You worry? Improve your english by joining Dr Percy Cardoso's three months starting next may, 1st. Intensive practice and conversation. Further informations you be given by prof. Jaime Caribé, at the Colégio Santanópolis. (FOLHA DO NORTE nº 1921 de 04/05/1946, p.1).

O anúncio em inglês era ao mesmo tempo um atestado da competência dos professores e uma estratégia de venda de um produto que queria se mostrar diferenciado. Jaime Caribé Dias, Áureo Oliveira Filho e Luiz da Rocha Salles foram designados pela Divisão de Ensino Secundário para participar do Seminário de Língua Inglesa na Associação Brasil-Estados Unidos sob os auspícios do Departamento de Estado Norte Americano e do Ministério da Educação do Brasil. (FOLHA DO NORTE nº 1913 de 09/03/1946, p.1). O professor Jaime Caribé e o professor Luiz Salles foram aprovados com distinção no curso.

A clientela a ser conquistada envolvia desde o iniciante na língua inglesa àquele que tinha domínio da mesma. Não foram encontrados documentos que pudessem me informar os termos de funcionamento desse curso: se eram professores contratados pelo estabelecimento

⁷⁹ Tradução livre: MELHORE SEU INGLÊS! Você sabe falar inglês, mas sente vergonha de seu sotaque porque não confia em sua pronúncia? Porque se preocupar? Melhore seu inglês participando do curso de três Línguas do Dr. Percy Cardoso que iniciará no próximo 1º de maio. Prática e conversação intensiva. Mais informações serão dadas pelo professor Jaime Caribé, no Colégio Santanópolis.

ou uma parceria, mas é certo que o Santanópolis era um espaço propício para a atividade; afinal, ali estudavam os secundaristas, os contabilistas e alunos do Curso pedagógico de Feira e região, futuros médicos, advogados, engenheiros, contadores, professores para os quais o domínio de uma língua estrangeira era um conhecimento a ser considerado.

Além dos cursos oficiais e livres pagos ou gratuitos ministrados no Santanópolis, uma série de outras atividades foram ali desenvolvidas como, por exemplo, o Clube Agrícola Alberto Torres, nomeado e inspirado pelo pensamento de um dos expoentes do Ruralismo Pedagógico no Brasil nos anos 1930.

Naquele período, diante da “vocação agrícola” (FIORI, 2002, p. 233) do Brasil e de um ensino secundário clássico de inspira o francesa e orienta o fortemente católica (SOUZA, 2008), a discussão sobre as questões do campo, na escola, se daria pela via dos clubes agrícolas. Uma das preocupa es dos intelectuais que discutiam a questão diz respeito ao  xodo rural provocado pelas péssimas condi es de sobrevivência no campo, as quais empurravam seus moradores para as cidades em busca de assistência social, inclusive de escola para seus filhos. Outro ponto motivador das discussões dos clubes agrícolas era a nacionaliza o, visto que com a imigra o no pós-aboli o, no sul do país, o campo estava, em boa medida, ocupado por indivíduos de origem estrangeira. Nesse sentido, em virtude da falta de escolas brasileiras, eram fundadas associa es escolares estrangeiras. “Tratava-se de uma popula o que permanecia no campo, o que tornava urgente a implanta o de escolas rurais”. (FIORI, 2002, p. 235). Assim, as atividades realizadas pela Sociedade Torreana tinham sua inspira o no pensamento educacional que se inicia nos anos 20 e que acreditava na educa o como redentora da sociedade e ferramenta imprescindível de integra o nacional.

Portanto, a es como educar o povo, demarcar territórios, integrar   cultura nacional os imigrantes, estabelecer projetos demográficos eram preocupa es intelectuais da época, tendo sido muitas dessas preocupa es desenvolvidas como propostas educacionais e culturais institucionais no período posterior, com o Ministro Capanema. (SOUZA, 2001, p.147).

Os primeiros clubes agrícolas surgiram estimulados pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, fundada em 1932 no Rio de Janeiro. Entretanto, como a o oficial do Estado brasileiro – em associa o com a Sociedade – só a partir de 1937, após o Primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Rural, em São Paulo.

Não foi possível precisar a data exata de fundação do Clube Agrícola Amigos de Alberto Torres, no Colégio Santanópolis⁸⁰, mas foi possível afirmar que este foi fundado no Ano de 1935, ano em que aparecem as primeiras referências a esse Clube, no Jornal *folha do Norte*. Um telegrama enviado pelo senhor Alberto Figueiredo, Secretário Geral do Núcleo da Sociedade Amigos de Alberto Torres, na Bahia, indica já haver desenvolvimento de atividades ligadas à sociedade nesse ano:

sinto-me feliz em interpretar o sentimento de vossos companheiros Torreanos da Bahia ante a expressiva demonstração de vosso proclamado espírito de civismo e justa previsão da actividade torreana encerrada no telegrama que vos dignaste dirigir ao nosso consocio Oscar Carrascosa. (FOLHA DO NORTE nº 1344 de 20/04/1935, p. 1).

Uma das atividades desenvolvidas pelo Clube Agrícola da escola foi a criação de um apiário cuja inauguração tornou-se um evento social badalado com a presença do Senhor Eduardo Fróes da Mota, presidente do Núcleo Torreano Feirense. Essa era uma das atividades recomendadas pelo programa de trabalho da Federação Brasileira dos Clubes Agrícolas.

A relação Clube Agrícola - Colégio Santanópolis era produtiva para os dois lados. Para os torreanos, contar com a estrutura de uma escola de ensino secundário – mais que isso, a única da região – era estratégico para a difusão do pensamento da Sociedade Agrícola Alberto Torres. Para o Santanópolis, essa importância é expressa pelo próprio Áureo filho que solicitou que fosse registrado, em ata, um voto de conhecimento dado ao Núcleo Torreano da Bahia, agradecendo

pelo que tem feito em bem do Ginásio Santanópolis não só fundando o Clube Agrícola cujos ensinamentos se tornam imprescindíveis em nossa zona àqueles que frequentam as escolas como também providenciando junto ao Sr. Ministro do trabalho para o fornecimento do aparelhamento material agrário necessário ao estabelecimento a fim de que ele possa ministrar os conhecimentos necessários de Agronomia, cumprindo assim a missão nobilíssima dos Clubes Agrícolas implantados pelos Torreanos em todo o Brasil.(FOLHA DO NORTE nº 1340 de 23/03/1935, p. 1).

Dessa forma, com o subsídio da Prefeitura Municipal em vários momentos, com a parceria com o SENAC e com o Núcleo Torreano, através dos Clubes Agrícolas, o Colégio Santanópolis, embora fosse uma escola privada, ia conseguindo financiamento público,

⁸⁰ Também em 1935 “O Horto Florestal, Dr. Eduardo Fróes da Mota, foi inaugurado no terreno da Rua de Aurora, onde inicialmente seria o prédio próprio da Escola Normal. (SOUSA, 2001, p.144).

preenchendo as lacunas deixadas pelo poder público que, sem escolas suficientes para atender satisfatoriamente a população brasileira, investia na iniciativa privada, tendo sido, ao longo do período, com programa de bolsa de estudos, um dos grandes representantes da parceria entre o Estado e os estabelecimentos particulares de ensino.

Esses foram os cursos, os quais pude identificar e que funcionaram no Colégio Santanópolis no período. Trazer informações sobre eles é uma forma de colaborar na compreensão do tipo de educação e, portanto, de valores que estavam presentes na formação dos que buscavam seus serviços. Eles compõem, juntamente com outros elementos, o projeto de escola do Santanópolis, na cidade de Feira de Santana; também revela que “Áureo soube acompanhar o crescimento da capital regional, desdobrando o seu empreendimento com mais cursos, além do ginásio”. (BOAVENTURA, 2002, p.20).

CAPÍTULO 5

BACHARÉIS EM CIÊNCIAS E LETRAS, CONTADORES E PROFESSORES: OS ALUNOS DO COLÉGIO SANTANÓPOLIS⁸¹

⁸¹ FONTE: Jornal Folha do Norte, nº 2059 de 24/12/1948, p.1.

5 BACHARÉIS EM CIÊNCIAS E LETRAS, CONTADORES E PROFESSORES: OS ALUNOS DO COLÉGIO SANTANÓPOLIS

Assim como a construção do prédio do Santanópolis impactou a avenida e a cidade, causando modificações na paisagem da Feira, do início dos anos 1930, o seu funcionamento vai impactar, além da paisagem, comportamentos e costumes da/na cidade. Não seria um desatino imaginar que um primeiro burburinho se deu em torno das condições para estudar naquela escola que apresentava, *a priori*, algumas critérios que se viam de requisitos visando uma seleção prévia de quem poderia fazer parte daquele *escol*.

Em primeiro lugar, era uma escola privada e por isso mesmo, excluía, a princípio, os que não podiam pagá-la. Outro quesito importante, para fazer parte do rol de alunos do Santanópolis, estava no fato de ela ter sido, em sua fundação, uma escola de ensino secundário, o que exigia que os candidatos fossem habilitados através de aprovação no exame de admissão. Posteriormente, a partir da Lei Orgânica do Ensino Secundário em 1942, era necessário, também, a conclusão do curso primário. Nesse contexto, deve-se considerar que na década de 1950, na Bahia, a população alfabetizada apresentava os seguintes números: 40,18% entre os brancos, 15,97% entre os pretos e 21,83% dos pardos (MENEZES, 2007).

Neste capítulo, procuro investigar quem foram os alunos do Santanópolis no período de 1934 a 1959 e que espaço eles assumiram na sociedade feirense da época. Considerando que durante o período estudado, passaram pelo Santanópolis, em seus mais variados cursos, cerca de 3.000⁸² alunos e alunas.

5.1 DOS REQUISITOS PARA SER ADMITIDO

O exame de admissão ao ensino secundário cumpre, de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, em seu artigo 32, alínea c, a função de medir se o candidato demonstrou aptidão intelectual para este nível de escolar. Na prática, o exame revela o grau de elitização desse nível de ensino cujos candidatos representavam uma parcela pequena dos indivíduos em idade escolar para esse nível de ensino, dado que a escola primária ainda não estava universalizada no período em estudo. Além disso, o exame de admissão deslocava para o indivíduo a responsabilidade pelo prosseguimento nos estudos, escondendo, assim, a ausência

⁸²Foram encontradas 3.015 pastas individuais de alunos para o período, no arquivo da DIREC 02 que foi doado ao Centro de Documentação em Educação – CEDE – da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Contudo, esse número só nos permite levantar hipóteses dessa quantidade uma vez que as condições de preservação e armazenamento do arquivo podem ter favorecido a perda de documentos.

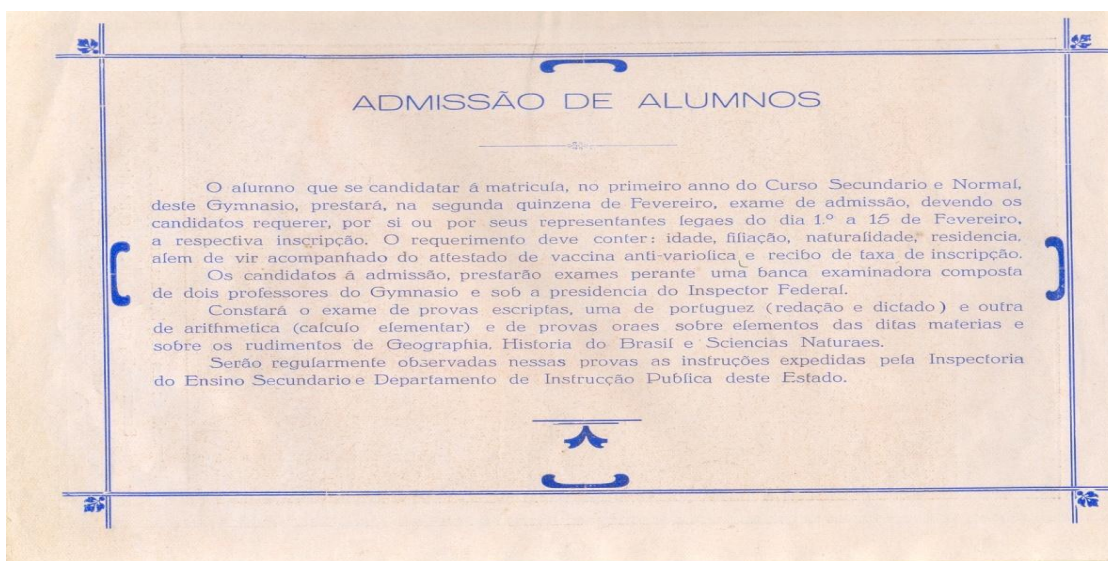
do Estado em oferecer escolas em todos os níveis e em número suficiente para atender a demanda que, no caso de Feira de Santana, foi suprida pela iniciativa privada.

O primeiro exame de admissão para os candidatos a uma vaga teve espaço na primeira página do Jornal *Folha do Norte*, do dia 24 de fevereiro de 1934, oferecendo aos leitores, ricos detalhes sobre o evento. Antes de abordar os detalhes do ritual mencionados na matéria, apresento a minha análise sobre um texto de um reclame, não datado, que informa sobre as exigências para tornar-se um secundarista. Embora o panfleto esteja sem data para a matrícula da primeira turma, a documentação constante no reclame também foi exigida em 1934, como pude constatar ao verificar documentação constante nas pastas individuais de alunos. Além disso, o reclame oferece informações que dialogam com o que foi publicado na matéria do dia 24 de fevereiro de 1934, como por exemplo, a formação da banca examinadora e a presença do inspetor federal.

O primeiro exame de admissão teve como inspetor o senhor Jayme Abreu – também inspetor do Gymnasio Americano, situado na capital do Estado – designado pelo senhor Agrícola Bethlem, superintendente do ensino secundário (FOLHA DO NORTE nº1284, de 24/02/1934, p.1), e foi divulgado utilizando-se das mídias disponíveis.

Há no reclame abaixo uma preocupação com a informação para aqueles que tivessem interesse em prosseguir nos estudos. O panfleto configura-se em uma peça importante na tarefa de fazer conhecer o ginásio em suas regras e estratégias para conquistar alunos e, principalmente, os pais destes que arcaria com as despesas, ou melhor dizendo, com o investimento.

Figura 43 – Panfleto de admissão de alunos do Santanópolis



Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.

O texto contido no reclame diz:

O aluno que se candidatar à matrícula, no primeiro anno do Curso Secundário e Normal deste Gymnasio, prestará na segunda quinzena de Fevereiro, exame de admissão devendo os candidatos requerer, por si ou por seus representantes legaes do dia 1º a 15 de Fevereiro a respectiva inscrição. O requerimento deve conter: idade, filiação, naturalidade, residência, além de vir acompanhado do attestado de vacina anti-variólica e recibo de taxa de inscrição.

Os candidatos à admissão prestarão exames perante uma banca examinadora composta de dois professores do Gymnasio e sob a presidência do Inspetor Federal.

Constará o exame de provas escriptas, uma de português (redação e dictado) e outras de arithmética (cáculo elementar) e de provas oraes sobre elementos das ditas materias e sobre os rudimentos de Geographia, História do Brasil e Sciencias Naturaes.

Serão regularmente observadas nessas provas as instrucções expeditas pela inspectoría do Ensino Secundário e Departamento de Instrucção Pública deste Estado. (SANTANÓPOLIS - PANFLETO PROPAGANDISTICO, 1934).

Para colaborar na compreensão do significado desse momento, a matéria do *Folha do Norte* nos oferece os detalhes desse ritual para além das informações contidas no reclame. Dessa forma, busquei na citada matéria, bem como no reclame acima, minúcias que me permitiria maior aproximação possível do que foi o primeiro exame de admissão da primeira escola de ensino secundário, da região de Feira de Santana.

Após informar da publicação, pelo estabelecimento de ensino, da lista nominal dos inscritos no exame de admissão, a matéria apresenta a formação da banca examinadora com o professor Antonio Garcia (diretor do Jornal *Folha do Norte*), a professora Edelvira Oliveira (Formada pela Escola Normal de Feira de Santana e irmã do Dr. Áureo Filho) e o professor Antonio Mattos, responsáveis pela cadeira de Português e Matemática. Pela banca de Geografia, História do Brasil e Ciências Físicas e Naturais, foram responsáveis o Padre Amílcar Marques, a professora Isabel Carvalho e o professor Abdon Deocleciano de Souza.

A avaliação dos candidatos se deu por via oral e escrita. A prova escrita seria de Português, que se desdobrava em duas avaliações: uma de redação e outra de ditado. Fica explícito que, neste caso, a intenção é avaliar nos candidatos a capacidade de dissertar sobre um tema e a competência no uso da língua padrão. A prova de Aritmética tinha como objetivo medir os conhecimentos dos alunos no que se refere aos cálculos elementares, o domínio das quatro operações e a resolução de problemas.

Partindo dessa análise, pude concluir que o perfil de aluno, para adentrar à primeira série do ensino secundário, era aquele capaz de resolver cálculos elementares e se expressar

de maneira oral e escrita de acordo com os preceitos gramaticais e da retórica da época. Daí justificarem-se as provas orais através das quais se mediam o uso da língua e grau de comunicabilidade do indivíduo.

Para fechar a matéria, o periódico ainda registra que “O inspetor dr. Jayme de Abreu veio acompanhado do professor Antonio Arnaldo da Silva, docente do Gymnasio São Salvador, da capital, e também jornalista, nosso confrade, do “Diário Oficial” do Estado”. (FOLHA DO NORTE nº 1284 de 24/02/1934, p.1). A presença de um jornalista da capital nos incita a imaginar a repercussão do evento, uma vez que se tratava do primeiro Gymnasio oficializado do interior do Estado.

No mesmo texto, encontra-se o que significava para a sociedade da época o funcionamento do Santanópolis para a formação intelectual de sua juventude “facilitando-lhe a aquisição de conhecimentos básicos e indispensáveis à vida no actual momento de civilização do paiz”. (FOLHA DO NORTE de 24/02/1934, nº1284, p.1). De acordo com os objetivos do ensino secundário, esses conhecimentos estão conectados com uma sólida cultura geral, apoiada sobre as humanidades antigas e modernas, com o objetivo de preparar as individualidades condutoras, isto é, os homens que assumiriam maiores responsabilidades dentro da sociedade e da nação, portadores de concepções que seriam difundidas no povo. (NUNES, 2000).

Não é possível captar toda a atenção dispensada, muito menos a tensão sofrida pelos moços que ali estavam prestando exames. No entanto, talvez a descrição em o “Ateneu”, de Raul Pompéia, possa ilustrar o momento:

[...] a estréia do primeiro exame foi de fazer febre. Três dias antes pulavam-me as palpitações; o apetite desapareceu; o sono depois do apetite; na manhã do ato, as noções mais elementares da matéria com o apetite e com o sono. *Memoria in albis*. (POMPÉIA, 1888. p.144).

É também no jornal *Folha do Norte* que se encontra o resultado do exame de admissão da primeira turma. Não foi possível apurar quantos candidatos se inscreveram no exame porque as fontes disponíveis não trazem essa informação. A classificação dos candidatos ao exame revela o lugar da meritocracia no pensamento educacional da época. Quanto à classificação dos futuros alunos, foram duas as categorias de aprovação publicadas no jornal: com distinção e plenamente. Existia, ainda, outra categoria – simplesmente – para aqueles que conseguissem tão somente a nota mínima para aprovação. Mas os jovens que se candidataram apresentaram resultados acima da média, foram aprovados distinta ou plenamente.

Foram vinte e quatro os aprovados no exame; dentre estes, dois foram aprovados com distinção. O exame de admissão – que combina técnicas de vigilância e de sanção (FOUCAULT, 1993) – se configurou na primeira estratégia disciplinar em que esses alunos foram submetidos. A partir dali, os aprovados a vivenciariam em várias situações, como parte do processo de escolha dos melhores, segundo o padrão social e educacional do momento, o exame de admissão.

É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelecer sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, ao exame é altamente ritualizado. Nele vem-se reunir a cerimônia do poder e a forma de experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade no coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objeto e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível. (FOUCAULT, 1993, p 154).

Aquele primeiro exame de admissão foi um espaço majoritariamente masculino. A participação das mulheres não chegou a 10%, foram duas cujos nomes merecem destaque nesse texto: Maria de Lourdes Gomes e Veridiana Alves dos Santos; foram mulheres que romperam a barreira de um universo masculino na época. É visível, tanto através do livro de registro quanto nas pastas dos alunos, a supremacia masculina, principalmente nos anos de 1930 e 1940⁸³, embora a participação feminina seja crescente. Mas é a partir da década de 1950 que a presença feminina torna-se mais robusta – 56.31% de homens e 43.69% mulheres.⁸⁴ Não é de interesse, nesse trabalho, analisar as questões de gênero que perpassam esses dados, fica apenas um registro que pode ser desdobrado em estudos posteriores.

A julgar pelas informações contidas no Jornal, além da banca examinadora, as provas orais eram acompanhadas por pessoas que, segundo o critério dos responsáveis pela seleção, estavam à altura do evento: “As provas orais tiveram a assistência de várias pessoas gradadas, entre as quais o professor Antonio Arnaldo da Silva, professor do Gymnasio São Salvador da capital, que veio em companhia do dr. Jayme Abreu”. (FOLHA DO NORTE de 24/02/1934, nº 1284, p.01). Toda essa movimentação, acompanhada pela imprensa local, nos permite imaginar o impacto que esse processo causou na vida da cidade naquele momento,

⁸³ Verificando as pastas individuais de alunos durante a década de 1930, observei que, em sua maioria, os registros ali contidos eram de estudantes do sexo/gênero masculino (100) enquanto que os de estudantes sexo/gênero feminino eram (23). Percentualmente, isso representa 81.31% de homens para 18.69% de mulheres entre os anos 1934 e 1939. Na década de 1940, são 562 homens e 295 mulheres, ou seja, 65.57% de homens e 34.43% de presença feminina.

⁸⁴ Na década de 1950 é criado o Curso Pedagógico do Santanópolis. Esse dado ajuda a explicar os números.

envolvendo, num sentido micro, os candidatos, seus familiares e amigos e, inaugurava, num sentido macro, uma nova paisagem educacional e cultural que decididamente impactaria a vida na e da cidade.

Uma carta do ano de 1955, mais precisamente do dia 09 de março desse ano, enviada pelo senhor Eratóstenes Brito ao seu filho, publicada no blog do colégio, relata o significado do momento para o candidato e sua família. A angústia do candidato não era solitária, mas repartida com seus familiares em noites de insônia: “[...] ontem à noite, lembrei-me que você estava fazendo os exames de admissão. Temi pelo que lhe pudesse acontecer. Angustiei-me até e, só pela madrugada alta, consegui dominar-me e dormir”. (<http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/>). Confessa o senhor Eratóstenes Brito que, diante do recebimento de um resultado final satisfatório, externa seu sentimento de prazer diante da aprovação do filho, mas, também, a sensação do dever cumprido de que seu esforço não foi em vão: “Graças a Deus, sinto-me, agora, recompensado dos sacrifícios que me impus, constituindo a família que possuo e à qual tenho dado e espero possa continuar a dar todas as minhas energias.” (<http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/>). A vitória do filho é a vitória coletiva; um filho, no ensino secundário, mobilizava a todos, fazia feliz a todos. Dessa forma, diz o pai: “Você, com a aprovação, enche a mim, a sua mãe e a seu avô, como também a seus irmãos de alegria e feliz contentamento.” (<http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/>).

A expectativa em relação ao retorno profissional no ensino secundário justifica o sacrifício, o investimento do candidato e de suas famílias, na análise do senhor Eratóstenes. Após discorrer para o filho sobre a necessidade de estudar e oferecer, inclusive, um programa de estudos – a começar pela hierarquia de importância das matérias – sentencia: “Depois que você tudo isso souber, então poderá escolher a carreira que desejar.” (<http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/>).

A missiva enviada ao filho ratifica os objetivos oficiais do ensino secundário e sua prática social e política como um nível de ensino destinado a formar uma elite intelectual que teria as condições de dirigir o país. Por isso mesmo, se os estudantes do ensino secundário seriam os “iluminados” da pátria, um estabelecimento de ensino secundário seria o centro irradiador da luz, mas também revela toda a pressão sofrida pelo candidato que envolve o sistema de ensino, a família, a sociedade e suas próprias expectativas. O Exame de admissão revalidaria o atestado ou certificado de habilitação da escola primária e, portanto, a capacidade intelectual do aluno de seguir em estudos mais adiantados e, “nesse sentido funcionou como um rito de passagem cercado de significados, carregado de conflitos para os adolescentes ainda incapazes de lidar com fracassos”. (NUNES, 2000, p.45).

De acordo com a burocracia, o exame de admissão ligava os alunos ao estabelecimento de ensino, como é possível observar nos artigos 20 e 21 do Decreto n. 19.890 de 18 de abril de 1931 – Reforma Francisco campos:

Art. 20. Não será permitida inscrição para exame de admissão, na mesma época, em mais de um estabelecimento do ensino secundário, sendo nulos os exames realizados com transgressão deste dispositivo.

Art. 21. O exame de admissão se realizará no estabelecimento de ensino em que o candidato pretender matrícula. (BRASIL, 1931).

Quando o candidato solicitava inscrição no exame de admissão, no requerimento, ele declarava não estar se submetendo a exames em nenhuma outra instituição. De acordo com a lei, o número de aprovados no exame de admissão era praticamente uma garantia de alunos no estabelecimento, salvo se o candidato aprovado não quisesse ou não pudesse estudar.

O processo ocorrido no primeiro exame do Ginásio Santanópolis estava consoante com as orientações da Reforma Francisco Campos, Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário, e do Decreto nº 21.241 de 4 de abril de 1932, que consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências, prescrevendo inclusive que a realização dos exames se daria na segunda quinzena de fevereiro – a do Santanópolis, ocorreu nos dias 22 e 23 de fevereiro de 1934. O Decreto 18.890 traz todas as orientações a serem obedecidas pelos estabelecimentos de ensino, demonstrando o controle que exercia o Governo Federal sobre o ensino secundário.

O caráter seletivo do exame de admissão⁸⁵, em qualquer período de sua existência, ultrapassava seu ritual ao requerer, dos candidatos, uma formação que excluía parcela significativa de indivíduos da sociedade do momento, além da cobrança de taxa e dos custos com a preparação para enfrentar o exame, conforme relato de experiência.

Não menos importante que o exame de admissão eram o curso preparatório ao exame e o grande livro que, contendo todo o conteúdo a ser averiguado nas provas, era freneticamente manipulado pelos ansiosos estudantes durante um ano, ou alguns meses. Se, em São Paulo, na década de 1950, alguns alunos, como a autora deste artigo, manuseavam *O Meu livro de admissão*, em Aracaju, como informa Graça, boa parte deles freqüentava a *Crestomatia* ambos os livros enormes e caros, cuja aquisição resultava em sacrifício para algumas famílias desejosas de matricular seus filhos no ginásio. (NUNES, 2000, p.45).

⁸⁵ O Colégio Santanópolis, pelo menos em 1946, oferecia cursos preparatórios gratuitos no turno noturno.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário traz uma nova exigência para os alunos: “ter recebido satisfatória educação primária”. (BRASIL, 1942). Essa satisfatória educação escolar era certificada por escolas, mas algumas eram atestadas por professoras e nem sempre indicavam a escola onde trabalhavam. Possivelmente, porque algumas dessas escolas ocorressem de modo informal nas próprias casas das mestras e dos mestres, fato comum naquele contexto, inclusive propagandeado nos jornais. Uma dessas mestras foi a professora Maria Leite Fiuza de Castro, que publicou um reclame, com o seguinte texto, sobre si e seu trabalho:

Diplomada pela Escola Normal da Bahia, com largo tirocínio no magistério, communica às pessoas interessadas que continua a receber alunos internos e externos garantindo a eficiência de seu ensino. Reabertura das aulas a 2 de fevereiro próximo vindouro.
Praça Sant’anna, n. 43, Feira de Sant’Ana. (FOLHA DO NORTE nº 1438 de 06/02/1937, p.1).

Das escolas de educação primária de Feira de Santana, a Escola Maria Quitéria e a João Florêncio tornaram-se escolas anexas à Escola Normal; o Asylo de Lourdes e a escola primária do Santanópolis foram as que mais expediram certificados. Contudo, é importante registrar que há certificados de escolas de outras localidades da redondeza. Afinal, o Santanópolis foi, por um período, considerável, a única escola secundária oficializada do interior da Bahia. Encontrei, nas pastas, certificados de alunos de Riachão do Jacuípe, Serrinha, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, entre outras cidades.

Em meio aos atestados assinados por professoras sem identificação de escola, chama atenção a quantidade de atestados expedidos pela professora Edelsuita Alencar Barreto, que também era professora da Escola primária do Colégio Santanópolis. Os certificados expedidos pelas escolas públicas continham a assinatura da professora ou da diretora, quando houvesse, e a assinatura da Delegada Escolar. Na rede privada estes certificados eram ratificados pela assinatura da fiscal das escolas de rede privada. Uma dessas fiscais, na década de 1950, foi a Professora Diva Mattos Portela⁸⁶. Dessa forma, fica evidenciado o controle exercido na habilitação dos alunos ao exame de admissão.

⁸⁶Conhecida educadora de Feira cujo nome identifica a antiga escola Diva Matos Portela, no bairro do Campo Limpo, hoje, Colégio da Polícia Militar. Os atestados expedidos pelas professoras necessitavam de reconhecimento da firma em cartório da cidade.

Figura 44 - Certificado de habilitação do Ensino Primário-Escola João Florêncio-1938.



Fonte: Pasta Individual de aluno. Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE/UEFS.

Figura 45 - Certificado de habilitação do Ensino Primário- Escola Maria Quitéria-1938



Os textos desses atestados ou certificados obedeciam a um padrão que informava a educação satisfatória recebida pelo aluno, o que o tornava apto a prestar o exame de admissão. Em alguns atestados, havia também um juízo de valor sobre a conduta do aluno, elemento exigido para se tornar um secundarista, afinal, as elites condutoras da sociedade necessitavam ter comportamento exemplar. No ato da matrícula, como garantia de que não haveria prejuízo material para o Colégio, no caso de os alunos cometerem algum excesso, a instituição se resguardava com uma declaração do responsável assumindo as despesas por danos causados ao estabelecimento de ensino. Acompanhemos o texto de uma dessas declarações:

Ilmº Diretor do Ginásio Santanópolis,
Dr. Dival Pitombo, responsável de Elenita Neri, aluna do Ginásio Santanópolis, se obriga a indenizar esse Estabelecimento de Ensino por qualquer dano ou prejuízo, causado pelo referido aluno, de qualquer natureza, inclusive no mobiliário, paredes, material de ensino, aparelhos sanitários, etc.

Feira de Santana 14 de março de 1942.

Esse documento e o exame de admissão estavam entre os primeiros documentos que comporiam a pasta do aluno que adentrasse ao *Gymnásio* Santanópolis.

5.2 DENTRO DA ESCOLA

Após o ritual de passagem, mais conhecido como exame de admissão, a matrícula dos alunos, na primeira série do ensino secundário, obedecia a uma burocracia rigorosamente cumprida pelo Santanópolis, a julgar pelos documentos contidos nas pastas individuais dos alunos, as quais eram personalizadas com nome e escudo da escola. Foram encontradas pastas nas cores rosa, azul, verde e branca. Dentro das mesmas estava escrito que elas se destinavam a guardar documentos referentes à vida escolar dos alunos.

As pastas em questão carregavam a marca do Colégio, seu escudo estava estampado ao centro, em posição de destaque. Especialmente nas décadas de 1930 e 1940 chama atenção o esmero no preenchimento dessas pastas; o traçado das letras com os nomes dos alunos na frente e no lado e o escurecimento, à caneta, do nome na parte da frente. Todos esses detalhes são reveladores de um modo de organizar o trabalho e, arriscaria dizer, que também revela uma afetividade traduzida em cuidado e aplicação, num momento em que a quantidade de alunos ainda permitia esse luxo. Na década de 1950, observa-se com mais frequência o uso da máquina de escrever para o preenchimento de pastas individuais – ainda que raramente – mas esta passa a ser o instrumento utilizado quando se trata dos documentos oficiais.

Figura 46 - Pasta individual de Aluno do Santanópolis

55

COLÉGIO SANTANÓPOLIS
FEIRA DE SANTANA - BAHIA

1935 1939

Nome: *Raul Victoria Pimentel*

Filiação: Pai: *Arthur da Silva Pimentel*
Mãe: *Adelia Victoria Pimentel*

Nascimento: Local: *Feira de Santana - Bahia*
Data: *27 de maio de 1923*

Residência:

Matricula no ano letivo de 1935 na 1ª série do curso: *Ginásial*

Transferido de: em

Transferido para o: em

Observações:

Raul Victoria Pimentel

Fonte: Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE/UEFS.

Levando em conta as condições de preservação e armazenamento desses documentos, apesar das manchas aparentes, podemos afirmar seu bom estado. A utilidade da mesma consiste em acompanhar a vida escolar dos alunos. Nesse caso, ela registra o ano de entrada – 1935– e o ano de saída do aluno, do colégio – 1939. Nela, deveria está guardada toda a documentação referente à vida escolar desse aluno durante o tempo de sua permanência na escola.

Vale informar que em função das condições de preservação das fontes, não foi possível encontrar uma pasta que contivesse todos os documentos. No entanto, observando pastas de uma mesma década, fui compondo o que poderia ser uma pasta completa, pensando num aluno que tenha estudado todo o ensino secundário e entregue todos os documentos: a) requerimento de inscrição para o exame de admissão; b) certificado de exame de admissão; c) atestado de boa saúde e de vacinação contra varíola; d) comprovação de que possui onze anos – que poderia ser feita com o registro de nascimento ou com a certidão de idade⁸⁷; e) solicitação de matrícula na série que iria cursar a cada ano; f) comprovante de pagamento da taxa de inscrição; g) declaração de responsabilidade por danos causados ao estabelecimento, no caso do menor de idade, pelo pai ou responsável⁸⁸; h) atestado de boa conduta, o qual poderia ser expedido pela escola, pela professora anterior, pelo delegado de polícia ou pelo Juiz da comarca; i) comprovante de pagamento na delegacia pelo atestado de boa conduta; j)

⁸⁷A certidão de idade é um documento com o mesmo valor de certidão de nascimento, feita em cartório com a presença de testemunha. (Ver anexo).

⁸⁸Não foi encontrado nenhum atestado assinado por mulher.

Histórico escolar; k) certificado de exames escolares por série; l) certificado de conclusão, certificado de habilitação da 4ª série ginásial; m) certidão de registro civil de nascimento ou certidão de idade passada a pedido verbal; n) certificado de conclusão de curso ginásial; o) certificado de exame de Licença Ginásial⁸⁹; p) solicitação de inscrição em exames de segunda época; q) solicitação de inscrição para as prova parciais; r) correspondência entre diretoria de escolas, no caso de alunos transferidos; s) fichas de educação física; t) solicitação de transferência para outro estabelecimento de ensino e de outros documentos por parte dos alunos; u) correspondências entre setores da escola.

Quase um alfabeto completo apenas de documentos oficiais. Entretanto, a dinâmica das relações escolares extrapola as relações oficiais; dentro dessas pastas foram encontrados bilhetes com conteúdos variados que incluíam a autorização para relaxamento de prazo de pagamento das mensalidades e até uma carta da mãe de um aluno para a professora Catuca (Eldelvira Oliveira). Na carta em questão, a mãe, que àquela data era funcionária pública, no Rio de Janeiro, solicita a transferência do filho ao tempo em que expõe sua dificuldade em pagar pelo documento que deveria ser enviado para o endereço indicado. Na missiva, a senhora apela para as qualidades da professora Catuca, mas sem deixar de fazer menção à sua rigidez.

Destaquei, dentre esses documentos, o atestado de boa saúde e de vacinação contra a varíola, obrigatório em todo território nacional desde a década de 1920. Nesse período, num acordo entre as autoridades sanitárias, em todos os níveis, estabeleceu-se que as vacinas “deveriam ser executadas de forma intensiva e sistemática a partir dos seis meses de idade, e dali em diante, a cada sete anos”. (FERNANDES; CHAGAS; SOUZA, 2011, p.481). Toda essa exigência evidencia a força do pensamento de uma pedagogia higienista dentro da escola em diálogo constante com outras instâncias da sociedade por que

[...] imbuídos dos padrões de racionalidade técnica e eficiência, do universo escolar nada escapou aos higienistas. Desde a arquitetura, o mobiliário, o ensino propriamente dito até o controle da saúde física, do comportamento social, intelectual e psíquico de cada aluno, tudo foi alvo de preocupações médicas de caráter higienista. (BOARIM, 2006, p.6520).

Além disso, o atestado é revelador de uma política educacional que extrapola os muros da escola, embora esta se configure em peça fundamental na concretização dessa política. A

⁸⁹ A Licença Ginásial era concedida aos alunos que cursaram o 5º ano do Ensino Secundário Clássico, os quais se tornavam Bacháreis em Ciências e Letras.

escola era mais um elemento no esforço conjunto de higienizar a sociedade brasileira e de garantia da saúde dos corpos, mas o objetivo é atingir toda a sociedade; logo,

a apresentação do atestado de vacinação era obrigatória para admissão do indivíduo em funções públicas federais, estaduais ou municipais ingresso no serviço militar e na Marinha, em instituições de ensino, em asilos e instituições religiosas, no trabalho formal, e em hotéis, estalagens, hospedarias, casas de cômodo e demais tipos de habitação coletiva, e para a obtenção de carteira de identidade, passaporte ou certidão de nascimento. Estas medidas eram extensivas a toda a população e aos estrangeiros desembarcados no território nacional. (FERNANDES; CHAGAS; SOUZA, 2011, p.481).

Esse atestado, presente nas pastas individuais de alunos, assinados por um médico – além de certificar a imunização contra varíola – trazia informações acerca da saúde desses alunos, como se pode observar na transcrição de um deles:

Atesto e dou fé em meu [...] de médico que a menina Enelita de Mendes Nery, com doze anos de cor parda, filha de Hidelbrando Francisco Mendes da Cidade de Mundo Novo, neste estado não portadora de moléstias infecto contagiosa, distúrbios mentais nem defeitos físicos e foi por mim revacinada (vacinação de janeiro).
Feira, 27 de Fevereiro de 1939.
Drº Renato Santos Silva (ARQUIVO-SANTANÓPOLIS, PASTA INDIVIDUAL DE ALUNOS, 1939).

Os ditames higienistas que impregnavam o discurso e as práticas escolares revelam também certa concepção de escola; esta era vista como instrumento de redenção da sociedade. Um lugar onde os indivíduos seriam formados para atuarem na sociedade modificando-a de acordo com os interesses daqueles que planejam a educação, posto que, “normalmente, as escolas públicas são e devem ser a rodagem reguladora da educação nacional”. (DURKHEIM, 2008, p.34). Embora o Santanópolis não se constituísse uma escola pública no sentido mais usual da expressão – uma escola financiada pelo Estado – ela era pública no sentido que atendia ao público; nesse caso, àquele que podia pagar por seus serviços. Por esse atendimento, um determinado público constituía-se em instrumento de produção de comportamentos e atitudes em nome de certo tipo de educação para uma sociedade que se desejava construir.

O atestado apresenta ainda, as características do corpo ideal, desejável pela escola; não era apenas uma questão de imunização contra doenças. Neste contexto, naquele espaço não cabia os que apresentassem defeitos físicos nem deficiência mental. Era um espaço do

“normal”. Nessa direção, “a escola seria o lugar privilegiado para vacinar e revacinar os jovens [...]”. (GONDRA, 2000, p.533).

Na cidade do ginásio, a higienização dos espaços ganhava as páginas dos jornais, seja na reorganização do espaço das casas e das ruas, seja na proibição da circulação de animais, como a caça aos porcos, noticiada em 27 de junho de 1936. De repente, o pobre animal ficou nocivo, e torna-se justo a fiscalização para reprimir a criação destes nas ruas como “proveitosa medida de higiene” para que se faça “extinguir esses nocivos animais que invadem as vias públicas”. (FOLHA DO NORTE, de 27/06/1936, nº 1406, p.1).

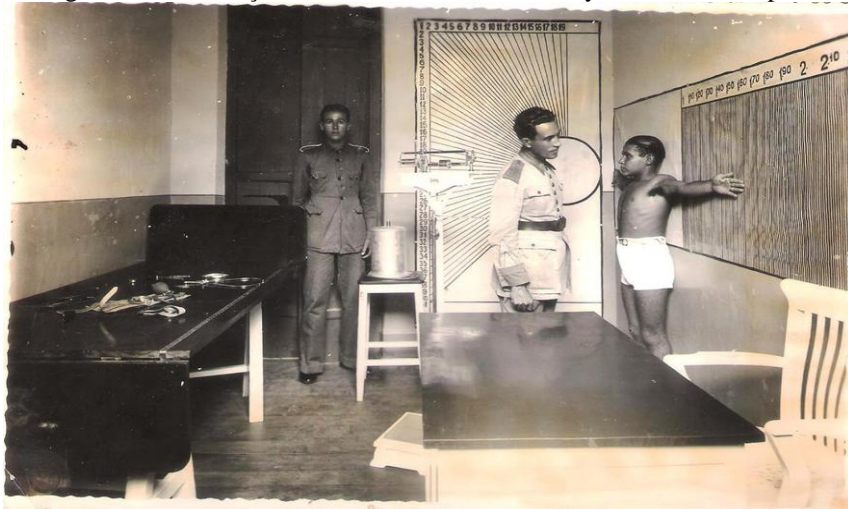
Num movimento que se inicia no início dos anos 1.900 e vai se intensificando ao longo do século XX, Carvalho observa que nos anos 1950 a modernização de Feira de Santana

implicou higienizar, sanear os espaços, redefinir funções e disciplinar os comportamentos dos cidadãos. Buscou-se modificar hábitos julgados impróprios ou não condizentes com os discursos da civilização como corolário do progresso e como expressão da identidade de cidade comercial que se almejava consolidar. (CARVALHO, 2010, p. 104).

Ainda na perspectiva higienista de controle dos corpos (FOUCAULT, 1987), temos outro documento muito importante para compreender qual corpo seria formado e informado no ensino secundário da época: a ficha de educação física.

Uma das fichas de educação física encontrada nas pastas apresentava os seguintes itens a serem acompanhados: exame biométrico, exame clínico, dados etnológicos, exame prático. O exame biométrico tem como objetivo avaliar as características físicas dos alunos, o qual incluía a medida do peso, da estatura, a medida e elasticidade do tórax, com o intuito de perceber a capacidade vital destes.

Figura 47 - Realização do Exame Biométrico no Gymnasio Santanópolis, no gabinete de Biometria



Fonte: Relatório de Inspeção, 1944- 1945. Arquivo do Santanópolis - CEDE /UEFS.

A fotografia acima registra o momento em que um aluno está sendo avaliado pelo professor de educação Física, o Tenente Saback. De prontidão, junto à porta, encontramos devidamente fardado o então aluno Joselito Amorim.

A avaliação etnológica que diz respeito à identificação das características étnicas dos indivíduos investigava a nacionalidade desses, de seus avós paternos e maternos, incluindo cor de pele e tipo de cabelo. No que se refere à cor da pele, na ficha encontrada, o aluno em questão está classificado com o nº 41 e o seu cabelo nº 01, que segundo a própria ficha informa está de acordo com a classificação Roquette Pinto⁹⁰. Como na ficha não há fotografia, não temos parâmetro para classificá-lo como branco, negro ou pardo.

No exame prático são analisadas as habilidades do aluno para saltar, trepar, arremessar, transportar peso e equilibrar-se. Nesse caso, a responsabilidade pela avaliação era do professor. Ao final dos exames, o aluno ganhava o direito ao certificado de educação física elementar.

Analisar o cartão de vacina e o conteúdo das análises físicas dos alunos nos permite construir uma ideia do corpo que se queria formar: são e vigoroso.

Figura 48 - Aluno em atividade física no Colégio Santanópolis.



Fonte: Relatório de Inspeção, 1957. Arquivo do Santanópolis - CEDE/UEFS.

Corpo este que além das condições físicas apresentadas no atestado de sanidade, que evidenciava a ausência de defeitos físicos e moléstia contagiosa, também deveria apresentar

⁹⁰ Infelizmente não foram encontradas informações sobre essa classificação.

ausência de doença mental. Um corpo que correspondesse à máxima *mens sana in corpore sano*, portanto, capaz de se adequar à disciplina escolar e corresponder à sua economia. (FOUCAULT, 1987).

5.2.1. A primeira turma

Assim como o exame de admissão logrou destaque na imprensa e decerto nas rodas de conversa na cidade, também os plenos e distintamente habilitados a fazer parte dos primeiros secundaristas formados em Feira de Santana foram noticiados. Foram aprovados com distinção, Alencar Filho e Carmem Silvia Teixeira. Entre os aprovados plenamente estavam Maria de Lourdes Gomes, Hélio Fernandes Ribeiro, Alberto Teixeira Leutthold, Alzira Falcão Pereira, Hélio Moreira Barbosa, Veridiana Alves dos Santos, Manoel Aguiar Araújo, Joselito Falcão Amorim, José Gomes Barros, Amaury Rocha, Antonio Álvaro S. Ferreira, José Pedreira de Freitas, Osvaldo Navarro Bahia, Edgar Vasconcelos da Silva, Moacyr Azevedo, Brasilton Carvalho Lima, Arnaldo Cohin Ribeiro, Raimundo Bastos Silva, Orlando Navarro Bahia, Aníbal Moreira de Almeida, Homero Falcão de Carvalho, Alberto Guanaes Ribeiro.

Dentre os aprovados, foram encontradas apenas as pastas de Joselito Falcão Amorim, Brasilton Carvalho Lima, Homero Falcão de Carvalho, o que não quer dizer que mais alunos não tenham sido matriculados. Entretanto, parece que nenhuma das quatro mulheres aprovadas no exame se matriculou. Isso porque além de não ter encontrado as pastas delas nos arquivos da escola, também não consta o nome delas na lista fornecida de memória por Joselito Falcão Amorim, e tampouco na lista estampada no Jornal *Folha do Norte* em matéria intitulada *A primeira turma de Bacharelados pelo Gymnasio Santanópolis*. A matéria enaltece o feito com o seguinte texto:

Treze moços, em sua maioria feirense, estão a concluir o bacharelado em Ciências e Letras pelo Gymnasio Santanópolis desta cidade que inestimáveis serviços vem prestando a cinco annos à mocidade que se deseja convenientemente aparelhada para a luta pela vida não somente nessa urbes como também da vasta zona subjacente da Feira. (FOLHA DO NORTE nº 1514 de 16/07/ 1938, p.4).

De acordo com o Jornal, os bacharelados foram João pedreira de Assis Freitas, Anníbal Moreira de Almeida, Hélio Fernandes Ribeiro, Moacyr da Silva Azevedo, Lauro Pacheco Sampaio, Milton Brandão de Oliveira, Arnaldo Saback Cohin, Antonio Álvaro Simões, Joselito Falcão Amorim, José Gomes Moreira, Bernardo Coelho, José da Costa Falcão, e Misael Aguiar de Araújo. Contudo, a memória de Joselito Amorim nos apresenta

uma lista em que dois nomes não figuram na lista do jornal. Trata-se de Antonio Simões Ferreira e Ronildo Souza. Questionado sobre a presença de mulheres na turma, informou que nunca houve; e explica que existiu apenas uma moça chamada Antoniêta Boaventura – cujo nome não figura entre as aprovadas no exame de admissão daquele ano – que frequentou como ouvinte, tendo se matriculado no ano seguinte.

Comparando as informações do Jornal, temos a habilitação de 24 candidatos, e apenas 13 participaram da formatura, sendo que Lauro Sampaio, Anníbal Moreira, Helio Fernandes Ribeiro e José Gomes Moreira podem ter sido transferidos de outras escolas porque não figuram entre os que prestaram exames, se a lista publicada no Jornal estiver correta. Não podemos com estas informações estabelecer uma comparação entre o número de iniciantes e de concluintes porque não sabemos quanto destes, de fato, se matricularam em 1934; temos indícios de que nem todos efetuaram a matrícula porque as mulheres habilitadas, segundo a memória de Joselito Amorim, não frequentaram o curso.

Ainda podemos imaginar que a não figuração do nome de alguns alunos na lista dos formandos, que aparece no Jornal, pode ter se dado pela impossibilidade destes de participarem da solenidade por falta de condições financeiras – como aborda Sousa (2001) em reflexão acerca das solenidades de formatura das Normalistas da Escola Normal de Feira de Santana – e os conflitos que esta explicitava e escondia, mostrando uma Feira de Santana “vivenciada pelos alunos e alunas que se formavam sem participar das festas cujos motivos não apareceram nas atas, mas que comecei a deslindar ao ler os sucessivos pedidos de matrículas gratuitas.” (SOUSA, 2001, p.109). Pedidos que foram verificados, também, na documentação do Santanópolis, bem como relaxamento de prazo para pagamento de matrículas e mensalidades, através de bilhetes entre a direção e a secretaria e ordens de matrícula de autoria de Dr. Áureo Filho e Alberto Oliveira, Filho do Dr. Áureo – professor e diretor do colégio na década de 1950.

A notícia do jornal que anuncia os prováveis formandos permite algumas reflexões em torno do ensino secundário e as expectativas da sociedade em relação ao mesmo. Em primeiro lugar reafirma a ideia deste nível de ensino na formação da sociedade brasileira. Os que se lançaram e não desistiram fazem parte da mocidade desejosa por uma formação que as deixassem aptas a enfrentar os desafios da vida moderna. No caso dos moços, formados pelo Santanópolis, ocupariam os espaços em Feira e seu entorno; afinal, “eram quase todos de Feira, mas não todos”. (FOLHA DO NORTE nº1514 de 16/07/ 1938, p.4).

5.2.2 De que lugares vieram os alunos?

Se a primeira turma é quase toda de Feira de Santana, como anuncia o jornal, de onde vieram os alunos que não eram de Feira, ao longo desses anos?

A origem geográfica desses alunos pode ser conhecida levando em consideração três informações: A cidade de origem dos internos; a dos alunos que moravam em um endereço que tudo leva a crer ter sido uma pensão para rapazes e, por último, a localidade de origem dos alunos transferidos.

Para levantar dados que nos dão uma ideia da abrangência regional do colégio, utilizei as informações do Livro de Registro de Matrículas referentes aos anos de 1937 a 1946 e informações das pastas dos alunos do período de 1937 a 1946, datas de funcionamento do internato da escola.

Com as fontes em mãos, foram coletadas as cidades de origem desses alunos observando a sua naturalidade e os respectivos endereços residenciais a fim de saber se estes eram do internato – Rua Senhor dos Passos, nº 04 – ou da Rua Senhor dos Passos, nº 112 onde possivelmente funcionou uma pensão ou pensionato para rapazes. A partir dessas informações constatei um grande número de alunos com sobrenomes diferentes e vindos de várias cidades da região, os quais registraram esses endereços nas suas respectivas fichas.

No período abodado foram identificados 57 alunos internos, distribuídos em 32 municípios, sendo 31 baianos e um município sergipano. A partir dessas informações, produzir o seguinte quadro, objetivando oferecer uma melhor compreensão ao leitor:

Quadro 13 - Alunos Internos do Santanópolis

(Continua)

ALUNO	LOCALIDADE/CIDADE	ESTADO	ANO	
Gerson Pelegrine de Brito	Rio Novo	Bahia	1936	
José Elias de Mattos	Barra da Estiva	Bahia	1937	
José Gomes Belo	Palmeiras	Bahia	1937	
Aníbal Gomes Belo	Palmeiras			
José Maria Gomes Belo	Capão Grande/ Palmeiras			1937
Alípio Gomes Belo	Capão Grande/ Palmeiras			1938
José Medrado Vaz Santos	Santa Terezinha	Bahia	1937	
Ápio Medrado Vaz Santos			1941	
Antonio Gonçalves Barreiros	Conceição da Feira	Bahia	1937	
Arnold de Souza Almeida			1938	
Tomaz de Lima Cardozo			1939	
Raimundo de Lima Cardozo			1940	
Manoel Rodrigues			1940	
Filemon de Lima Cardoso			1943	

Quadro 13 - Alunos Internos do Santanópolis

(Continuação)

ALUNO	LOCALIDADE/CIDADE	ESTADO	ANO
Antonio Gonçalves Barreiros Arnold de Souza Almeida Tomaz de Lima Cardozo Raimundo de Lima Cardozo Manoel Rodrigues Filemon de Lima Cardoso	Conceição da Feira	Bahia	1937 1938 1939 1940 1940 1943
Walter Teixeira Amorim	Coração de Maria	Bahia	1937
Fernando Ramos de Almeida Alves Waldo Ferreira	São Félix	Bahia	1941
Fernando Almeida Durval Enedino da Silveira	Cruz das Almas	Bahia	1938 1938
Salomão Frederico Miranda Lemos Ilo Brasaileiro	Itapegipe	Bahia	1938
Braulio Alves Filho José dos Santos Navarro Manoel Dias de Souza Filho Gilberto Dias Miranda	Mundo Novo Bonita- Mundo Novo	Bahia	1938 1941 1943 1943
João Palma Netto	Maragogipe	Bahia	1938
Francisco Carneiro de Souza Augusto Medrado Vaz Santos	Ipirá	Bahia	1938 1939
Clóvis Mascarenhas de Souza Valter Marques de Cerqueira Aurelino Alves	Cachoeira	Bahia	1938 1940 1943
Francisco L de Carvalho Gileno do Vale Xavier	Rio Branco- hoje – Paratinga	Bahia	1938 1943
Everaldo de Andrade Pereira	Campos	Sergipe	1939
José Gomes Dias José Gomes Dias	Muritiba	Bahia	1939 1940
Valdemar de Souza Almeida Emerson Marques Dourado	Irecê	Bahia	1939 1940
Arilton de Carvalho Lima	Ilhéus	Bahia	1939
Antonio Falcão	São Gonçalo	Bahia	1939
Altamirando Cerqueira Marques	Capivary (Gov. Mangabeira)	Bahia	1940
Pedro Correia Orestes Correia Bruni	Irará	Bahia	1940 1940
Edgard Coelho	Santo Amaro	Bahia	1940
Walter Lapa Barreto da Silva Waltemir Lapa Barreto da Silva Ernani Quadros Passos	Castro Alves	Bahia	1938 1938 1940
Josamir de Freitas Góes	Santa Luzia	Bahia	1941
Admario da Silva Santos	Pedra Branca	Bahia	1942
José Ferreira	Santa Rita	Bahia	1942
Epitácio Pedreira de Cerqueira	Itaberaba	Bahia	1943
Expedito Macêdo Penha	Rui Barbosa	Bahia	1943
Hamilton Valadares Oliveira	Tanquinho	Bahia	1943

Quadro 13 - Alunos Internos do Santanópolis

(Conclusão)

ALUNO	LOCALIDADE/CIDADE	ESTADO	ANO
Epitácio Pedreira de Cerqueira	Itaberaba	Bahia	1943
Expedito Macêdo Penha	Rui Barbosa	Bahia	1943
Hamilton Valadares Oliveira	Tanquinho	Bahia	1943
Raymundo Teixeira Alves	Feira de Santana	Bahia	1937
Helio Rui Barreiros Santos			1943
Izac Calazans de Oliveira	Cícero Dantas	Bahia	1943
Dylson Reis Hofke	Salvador	Bahia	1939
Julio Porto Guedes			1944

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos moradores da Rua Senhor dos Passos nº112, foram encontrados 22 alunos que vieram, em sua maioria, dos mesmos lugares de onde vieram os alunos do internato e apresentam 16 municípios diferentes, todos baianos. A quantidade de alunos e a variedade de localidades elencadas me autorizam afirmar que ali funcionou um estabelecimento que abrigava alunos; uma espécie de pensão ou pensionato para rapazes ou, exclusivamente, para estudantes do sexo masculino.

Quadro 14 - Alunos hospedados na Rua Senhor dos Passos, 112.

(Continua)

ALUNO	IDADE	LOCALIDADE/CIDADE	ESTADO	ANO
Jayme Oliveira	13	Coração de Maria	Bahia	1935
Aloísio da Silva Fraga	14	Murituba	Bahia	1938
Alípio Gomes Bello	13	Palmeiras	Bahia	1938
Clóvis Mascarenhas de Souza	16	Cachoeira	Bahia	1938
Walter Marques de Cerqueira				1940
Waldo Miranda Gavazza	17			1940
Edson Mota Dantas	15	Serrinha	Bahia	1939
Carlos Freitas Gonçalves				1940
Alfredo Gonçalves de Lima	15			
Raymundo de Lima Cardoso	14	Conceição da Feira	Bahia	1940
Luiz de Lima Cardoso	13	Conceição da Feira	Bahia	1940
Edgard Borges	13	Salvador	Bahia	1940
Edgard Brandão Costa	13	Lapa-Santo Amaro	Bahia	1940
Lourival Medrado Vaz Santos	17	Santa Terezinha	Bahia	1940
Tibúrcio Alves Barreiros Filho	12	São Gonçalo	Bahia	1940
Ernani Newton Quadros Cairo	14	Castro Alves	Bahia	1940
Hamilton Lima	15	Oliveira	Bahia	1940
Durval Burgos Filho	15	Machado Portela	Bahia	1940
Henrique dos Santos		Ipirá	Bahia	1940
José Luiz dos Santos	15			1940
Roque Serafim de Araújo	15			1941
Coriolano Pereira de Souza	15	Feira de Santana	Bahia	1941

Quadro 14 - Alunos hospedados na Rua Senhor dos Passos, nº 112

(Conclusão)

ALUNO	IDADE	LOCALIDADE/CIDADE	ESTADO	ANO
Joaquim de Freitas Góes	15	Stª Luzia	Bahia	1941
Oswaldo Andrade Borges	16			1942
Admário Silva Santos	13	Belmonte	Bahia	1942
José Oliveira Cruz	13	Canavieiras	Bahia	1942
José Maria Oliveira Brito	15	Caraibunas	Bahia	1943

Fonte: Elaborado pelo autor.

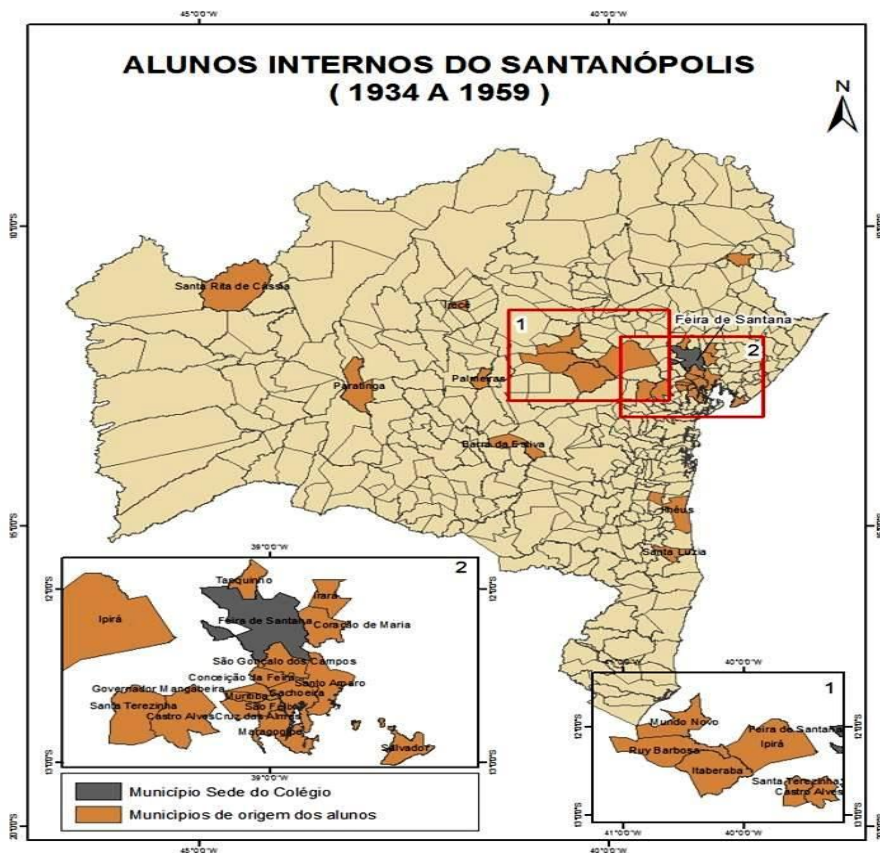
Os quadros trazem algumas revelações importantes, e ousei dizer que a partir delas é possível pensar uma geopolítica das relações educacionais do período. Antes da implementação do Santanópolis, não seria insano afirmar que estes alunos iriam para Salvador estudar. A partir de então, Feira de Santana começa a se constituir como polo educacional para o ensino secundário no Estado. As cidades de origem desses estudantes não se restringem apenas às redondezas, mas alcança o sul do Estado, a capital e, até, outro Estado, como é o caso da cidade de Campos, em Sergipe.

Embora a maioria dos alunos internos ou morando em pensionato seja de cidades do interior, foram encontrados três alunos de Salvador; um morando no internato da escola e o outro à Rua Senhor dos Passos, 112. Nas mesmas condições verificamos a existência de dois alunos de Feira de Santana. Cabe esclarecer que a Feira de Santana do período estudado tinha outra configuração geográfica que incluía, como distritos, cidades da região, tais como: Tanquinho e Santa Bárbara (Pacatu) cujas distâncias da sede justifica a residência desses alunos em internato e pensionatos. Outros oito alunos, com endereço residencial igual ao do internato ou Rua Senhor dos Passos nº 112, não tiveram suas cidades de origem identificadas por não constar no livro de matrícula ou na pasta individual.

Um dado interessante revelado nos quadros é que, no internado, o maior número de alunos eram oriundos do município da Conceição da Feira; seis estudantes entre 1937 e 1943, todos da Família Lima Cardozo, em seguida Palmeiras com 04 internos que, curiosamente, são da mesma família Gomes Belo. Com a intenção de visualizar a abrangência territorial do Santanópolis no Estado da Bahia, trouxe como ilustração este mapa⁹¹:

⁹¹O Mapa está com a divisão política, da Bahia, atual; os municípios das décadas em estudo passaram por desmembramentos.

Mapa 1- Alunos internos no Santanópolis.



Fonte: Acervo digital da autora da tese.

Além de verificar a cidade de origem dos alunos do internato e dos alunos residentes à Rua Senhor dos Passos n° 112, também foram mapeados os alunos que chegaram ao colégio por meio de transferência. Este documento constitui-se numa fonte privilegiada no mapeamento geográfico desses alunos, o qual se deu na verificação das pastas (uma a uma) nas quais se encontravam transferências dos alunos no período de 1934 a 1959, perfazendo um total de 3.015 pastas, como informado anteriormente, a partir das quais foram registrados o nome do colégio, a cidade e o Estado dos transferidos, organizados no quadro abaixo:

Quadro 15 – Escolas de origem dos Alunos Transferidos (Conclusão)

ESCOLA	CIDADE	ESTADO
Ginásio Liceu Alagoano	Maceió	Alagoas
Instituto Salesiano Padre Rolin Colégio Diocesano Pio XI Ginásio Cristo Rey	Cajazeiras Campina Grande Patos	Paraíba
Colégio Santo Antônio	Natal	Rio G. do Norte
Ginásio Campo Mourão	Campo Mourão	Paraná
Colégio Interno São José Ginásio Nossa Senhora de Lourdes	Rio de Janeiro Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse período, apurei transferências de alunos oriundos de 53 colégios ou ginásios diferentes de 13 municípios baianos, a maioria de Salvador, com 19 colégios registrados. Os Estados de onde vieram os alunos foram Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pará, Ceará, Alagoas, São Paulo e Sergipe. Essas transferências são datadas desde a década de 1930, e nelas pode-se observar uma predominância de paraibanos, cearenses, potiguares, alagoanos e sergipanos. Embora a chegada dos chamados nortistas⁹² na historiografia feirense se dê de forma mais significativa a partir da década de 1950, através das transferências podemos confirmar que a presença deles se efetiva duas décadas antes corroborando as afirmações de Souza (2008)⁹³.

Foram de 17 alunos as transferências encontradas e pode ter havido muito mais. Cabe ainda a observação que estes alunos, a julgar pelo contexto, pertenciam a uma classe social que não se enquadra entre aqueles que vieram para Feira de Santana fugindo da pobreza em seus lugares de origem, uma vez que foram alunos do ensino secundário – nível escolar marcado por sua disposição para as elites de modo geral – e, além disso, transferidos para um estabelecimento de ensino privado. Por todas essas informações, ousei afirmar que estes alunos poderiam ser filhos de comerciantes que viam na cidade uma possibilidade de desenvolvimento econômico, tanto quanto filhos de funcionários públicos transferidos ou concursados para a cidade. Segundo Oliveira, “parte significativa dos moradores de Feira de

⁹² Assim eram chamados os emigrantes dos Estados do norte e nordeste do Brasil que vieram para Feira de Santana, sendo mais significativa sua presença a partir de 1950. A presença deles inspirou o cronista do *Jornal Folha do Norte*, Hugo Navarro, que escreveu: “A população sofreu uma extraordinária mudança. Há nortistas e nortistas, com todos os sotaques e todas as peixeiras”. SILVA, Hugo Navarro. Meu caro Aloisio. In: *Jornal Folha do Norte* de 1951, nº 2166, p.1. Museu Casa do Sertão/Centro de Estudos Feirenses-MCS/CENEF.

⁹³ De acordo com Souza (2008, p.143), os “nortistas” vinham de “Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, passando a compor a população feirense desde a década de 1930 e, mais expressivamente no final da década de 1940”.

Santana, entre os anos 50 e 60, era de migrantes procedentes das diversas cidades do Nordeste e das sub-regiões baianas”. (OLIVEIRA, 2010, p. 82).

O Decreto Lei nº 21.241, de 4 de abril de 1932, regulamenta a transferência entre colégios e evidencia o controle do Estado sobre o ensino secundário. O Artigo 28 dispõe sobre o período, o conteúdo do documento, o pagamento de taxa, e a validação da mesma, como podemos observar no texto abaixo:

Art.28. A transferência será permitida de um para outro estabelecimento de ensino secundário e só se efetuará nos períodos de férias referidos no art. 32.

§ 1º A transferência se fará mediante guia expedida pelo estabelecimento de ensino em que esteja matriculado o aluno, e da qual deverá constar minuciosa informação sobre sua vida escolar, de acordo com o modelo expedido pelo Departamento Nacional do Ensino.

§ 2º Pela guia de transferência, o estabelecimento só poderá cobrar a taxa constante da tabela anexa a este decreto.

§ 3º As guias de transferência, para que possam produzir efeito, deverão ser visadas no Departamento Nacional do Ensino ou na inspetoria regional a que pertencer o estabelecimento de ensino que a expediu. (BRASIL, 1932).

Mesmo a transferência não era uma tarefa simples no período. Era necessário que o estabelecimento de ensino se submetesse às regras da Lei. Além disso, o controle sobre a vida escolar do aluno se traduzia nas minúcias das transferências que, além de dar notícias das notas dos alunos, eram fortes indicadores de mérito, assim como também da conduta dos discentes.

Outra evidência desse controle está na submissão das transferências ao Departamento Nacional do Ensino ou à inspetoria regional a qual o estabelecimento estivesse ligado. Era preciso que a veracidade da mesma fosse atestada por órgãos estatais.

Na década de 1930, segundo dados do Anuário Estatístico Brasileiro do ano de 1938, havia no Brasil, especificamente em 1937, 2.149 escolas de ensino médio e, dentre estas, 717 eram instituições de ensino secundário em todo país. No Estado Bahia, as escolas de ensino não primário – o que inclui o ensino secundário, técnico e superior – eram apenas 19: 02 federais, 04 estaduais e 13 particulares, dentre elas o Gymnasio Santanópolis. Entre os nossos vizinhos, o Estado do Pernambuco era o que apresentava os melhores índices com um total de 29 escolas, sendo 03 federais, 03 estaduais, 02 municipais e 21 particulares. Comparando os dados da Bahia com dados dos Estados de onde vieram os estudantes transferidos, pude observar a grande concentração de escolas no sul do país, especialmente em São Paulo onde havia maior desenvolvimento econômico e, por conseguinte, maior movimentação por escolarização em todos os níveis. Nesse Estado havia 134 escolas de ensino não primário

confirmando a prevalência da rede particular de ensino com 73 escolas seguida da rede estadual com 35 e da rede municipal com 25 escolas. A participação da rede federal é ínfima no Estado, que contava com apenas uma unidade escolar dessa esfera.

No final da década de 1950, a Bahia possui 158 estabelecimentos de ensino extra-primário, de acordo com a classificação do Anuário Estatístico Brasileiro, distribuídos em ciclo ginásial e ciclo colegial, sendo que este último se desdobra em clássico e científico. No ciclo ginásial são contabilizados 02 estabelecimentos de ensino federais, 24 estaduais, 04 municipais e 96 estabelecimentos particulares confirmando a predominância da rede privada nesse nível de ensino que se explica pela conjuntura educacional do momento, na qual não havia sequer a universalização do ensino primário e o ensino extra-primário; para utilizar os termos do anuário, era um luxo para poucos.

No ciclo colegial científico encontramos 21 estabelecimentos que ofereciam essa modalidade de ensino, assim distribuídos pelas redes: 01 federal, 08 estaduais, 01 municipal e 11 particulares. No curso Clássico eram 11 estabelecimentos sendo 01 federal, 04 estaduais e 06 particulares. Além da predominância da rede privada, como já sinalizado, pode-se perceber que há, no ensino colegial, a supremacia do ensino científico em relação ao ensino clássico.

As informações coletadas me permitem concluir que o Santanópolis em Feira de Santana torna a cidade mais atrativa para a movimentação de migrantes, entre eles comerciantes que vinham investir na cidade, funcionários públicos federais e estaduais que tinham a garantia de que seus filhos teriam educação pós-primária no interior do Estado. Dessa forma, ratifica-se que, considerando os dados, pode-se afirmar a construção de uma nova geopolítica educacional no Estado da Bahia a partir da construção dessa escola, o que pode ser ilustrado no mapa abaixo:

p.2). Certamente a movimentação desses alunos pela cidade impactava também em outros setores da vida econômica desta, bem como em seu aspecto cultural geral.

5.2.3 O internato

A primeira informação sobre o internato é noticiada pelo *Folha do Norte*. A matéria é apresentada em tom elogioso à iniciativa do colégio ao instalar um internato à Rua Senhor dos Passos na mesma área do colégio. Segundo o autor da matéria, o funcionamento do internato “constitui uma prova de quanto o operoso educador patricio se empenha em garantir conforto e comodidade a seus alumnos”. (FOLHA DO NORTE nº 1388 de 22/02/1936 p.1). Na edição do dia 29 de fevereiro do mesmo ano, outra informação sobre o internato é publicada dando conta das adaptações que estavam sendo feitas na época para garantir comodidade aos alunos.

A matéria faz questão de explicitar a localização do futuro internato em relação à escola. O mesmo “ficará em comunicação direta com o citado instituto educacional em que se acham o edifício da administração, os pavilhões de aulas, dependências, jardins, horta, campo de esporte, etc.”. (FOLHA DO NORTE nº 1388 de 29/02/1936, p.1). Essa informação oferecia, às famílias que estivessem procurando acomodações para seus futuros ginásianos, segurança em relação ao controle de seus filhos na cidade, considerando que o internato era uma extensão da escola. A matéria segue fornecendo outras informações importantes para o convencimento dos pais de que aquele seria um lugar seguro e adequado para a hospedagem de seus filhos.

O edifício do internato do Gymnasio se acha compreendido na vasta área do estabelecimento e oferece aos alumnos internos de par com a educação integral e utilitária, conforto e comodidade, meios higienicos e quanto concorre para assegurar a saúde do corpo e do espírito. (FOLHA DO NORTE nº 1388 de 29/02/1936, p.01).

Mais uma vez os ideais da mente são e do corpo são vêm à tona, mas agora acrescido da necessidade da formação do espírito, a qual diz respeito à formação moral do indivíduo e, decerto, essa deveria ser a preocupação de pais que, de alguma maneira, entregam seus filhos à cidade grande.

Deixar o filho no internato da escola, ainda entrando na adolescência, poderia significar um controle maior em relação aos perigos oferecidos pela cidade grande. A Feira da década de 1930 já oferecia aos cidadãos alguns atrativos que poderiam ser compreendidos

como um perigo à formação dos mancebos, que poderiam se corromper com os prazeres oferecidos pela cidade.

No mesmo dia 22 de fevereiro de 1936, data em que é dada a primeira notícia sobre o internato no Jornal *Folha do Norte*, uma reportagem de capa anuncia o carnaval em Feira, cujo título provoca que “a alma do povo vae vibrar na “Avenida da Alegria”. A reportagem traz anúncios de blocos e bailes bem ao estilo do carnaval da época com suas marchas e sambas conformando o reino de Momo que convida a todos a “passar fugaces as horas de riso e de canto em que as multidões deliram. O riso é bom desopila, predispõe ao bem. Que todos riam e gargalhem alegremente, loucamente”. O espírito juvenil tão afeto aos prazeres e alegrias, certamente se deixaria levar pelo espetáculo carnavalesco.

Cotidianamente, havia o Cine Theatro Santana com suas películas e espetáculos, os clubes e seus jazz-bandas, além dos perigos do submundo. Basta dizer que bem perto do Colégio, lugar de formação intelectual e moral, estavam também os perigos da vida mundana; a rua detrás do colégio, mais conhecida como Beco do Ginásio, com a Rua do Bom e Barato e a Rua do Meio, de onde – volta e meia –, a professora Catuca tinha que resgatar alguns alunos que se entregavam aos prazeres da carne, eram “locais em que se concentravam as casas das “mulheres airosas” que se envolveram em litígios, por ali residirem e desenvolverem as práticas ligadas à prostituição”. (OLIVEIRA, 2010, p. 154).

Em meio a tantos perigos, o internato podia representar para as famílias um lugar seguro. A responsabilidade da escola era zelar pelo bom andamento das coisas no internato, pois qualquer deslize poderia recair sobre a reputação do próprio estabelecimento. Dessa forma, o bedel, o diretor, os mestres estavam todos envolvidos na tarefa de garantir conforto, comodidade e segurança aos alunos e, principalmente, às suas famílias; a julgar pela fachada e pelo porte, o internato dava ares de um lugar seguro:

Figura 49- Internato do Ginásio Santanópolis.



Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio Oliveira.

Este era o prédio, como acima relatado, que estava localizado dentro da área da instituição de ensino e em perfeita comunicação com a mesma, o que permite tanto a facilidade e frequência à escola quanto à vigilância dos responsáveis. Do lado esquerdo da fotografia, observa-se a torre da prefeitura evidenciando a excelente localização do edifício próximo à esquina da prefeitura, a qual, mais tarde, em 1955, será descrita por alunos do Santanópolis como um dos “pontos de reunião” de maior popularidade na cidade, a conhecidíssima Esquina-da-Felicidade (esquina da Prefeitura). “Está ela situada num dos pontos mais pitorescos da cidade-princesa, lugar ideal para os “Rubirosas” e “Alys” iniciarem suas aventuras amorosas”. (SANTANÓPOLIS - COLUNA CAUSERIE de 03/09/1955, nº 6, p. 1). Vizinho a prefeitura, o pensionato estava localizado na Rua Senhor dos Passos, uma das duas ruas onde estavam situadas as residências mais abastadas da cidade; a outra era Rua do Meio (hoje, Conselheiro Franco).

Analisando a fachada do prédio, observei que as sete janelas frontais causam a impressão de um lugar arejado. Entretanto, deixar algumas delas entreabertas remete à privacidade, quando necessária. A ausência de porta para a rua, também garante essa privacidade, o afastamento dos perigos e o controle sobre os corpos desses jovens que estavam sob a responsabilidade da escola, personificadas em seu diretor e no diretor do internato, ainda que nem sempre fosse possível. Ao mesmo tempo em que a localização e a ausência de recuo do passeio os colocavam em contato direto com a rua, pode-se afirmar que ali havia uma mística de distanciamento e de aproximação, de liberdade e privação, na qual

[...] as regras das localizações funcionais vão pouco a pouco, nas instituições disciplinares, codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil. (FOUCAULT, 1987, p. 123).

O lugar em que funcionou o internato nos anos 1930 e 1940 já abrigou muitos outros estabelecimentos. Após o fechamento do internato o lugar foi transformado em auditório da escola onde ocorriam atividades solenes, artísticas e culturais⁹⁴.

Não temos maiores informações sobre o internato. Apenas que na década de 1940, quase quando esteve a encerrar suas atividades, Joselito Falcão Amorim – ex-aluno e professor do Colégio – foi convidado a ser o responsável pelo internato. Segundo ele, que também lá morava, o lugar era tranquilo e ordeiro. No entanto, fala-se de um episódio que ocorreu no recinto, o qual levava o diretor a tomar a decisão de fechá-lo. De fato, não seria tarefa das mais fáceis responsabilizar-se pela integridade física e moral de jovens rapazes. Talvez este seja mesmo

[...] um trabalho insano! Moderar, animar, corrigir esta massa de caracteres, onde começa a ferver o fermento das inclinações; encontrar e encaminhar a natureza na época dos violentos ímpetos; amordaçar excessivos ardores; retemperar o ânimo dos que se dão por vencidos precocemente; espreitar, adivinhar os temperamentos; prevenir a corrupção; desiludir as aparências sedutoras do mal; aproveitar os alvoroços do sangue para os nobres ensinamentos; prevenir a depravação dos inocentes; espiar os sítios obscuros; fiscalizar as amizades; desconfiar das hipocrisias; ser amoroso, ser violento, ser firme; triunfar dos sentimentos de compaixão para ser correto; proceder com segurança, para depois duvidar; punir para pedir perdão depois... Um labor ingrato, titânico, que extenua a alma, que nos deixa acabrunhados ao anoitecer de hoje, para recomeçar com o dia de amanhã... Ah! meus amigos, conclui ofegante, não é o espírito que me custa, não é o estudo dos rapazes a minha preocupação... É o caráter! Não é a preguiça o inimigo, é a imoralidade! (POMPEIA, 1996, p.18).

A fala de Aristarco em o Ateneu ilustra satisfatoriamente as responsabilidades assumidas pelos educadores ao se lançarem no desafio de educar para além da sala de aula. Seria responsabilizar-se integralmente pelas atitudes, comportamentos, escolhas desses alunos que chegavam ao internato. Qualquer deslize poderia comprometer os jovens mancebos assim como também a instituição.

⁹⁴Posteriormente funcionou o Cine-teatro Santanópolis, mas ainda com ligação com a escola, estando à disposição destas para atividades educativas, recreativas e solenes. Mais tarde funcionou o Cine Timbira e hoje abriga uma grande loja de departamentos de abrangência nacional.

Ainda em seu livro “O Ateneu”, que conta as memórias do autor quando era aluno de um colégio interno no Rio de Janeiro no Século de XIX, Raul Pompéia escreve um trecho que nos ajuda a compreender um pouco da cultura dos internatos escolares como espaços educativos, anexos e “dentro” da escola, para a garantia da formação de um indivíduo que correspondesse aos ideais de corpo saudável e caráter reto. Segundo o personagem Aristarco, diretor de O Ateneu,

Devemos ao pai a existência do corpo; o mestre criancoso espírito (sorites de sensação), e o espírito é a força que impele o impulso, que triunfa o triunfo que nobilita, o enobrecimento que glorifica, e a glória é o ideal da vida, o louro do guerreiro, o carvalho do artista, a palma do crente! A família é o amor no lar, o Estado é a segurança civil; o mestre, com amor forte que ensina e corrige, prepara-nos para a segurança íntima inapreciável da vontade. (POMPEIA, 1996, p.6).

Estes requisitos do internato são reforçados num reclame do colégio, publicado na mesma edição e página do jornal. A comodidade, o conforto, o fato de estar na área do colégio e a higiene do local são aspectos enfatizados. Isso porque, o discurso higienista, que impregnava a sociedade da época, adentra a escola e seus espaços.

Coincidentemente, após a abertura solene dos Cursos do Colégio, no mesmo dia, realizou-se a eleição de dirigentes da associação de pais e mestres da escola⁹⁵. Se juntamente Santanópolis e a Escola Normal eram motivos para notícias nos periódicos da época, a existência do internato parece colocar um ingrediente a mais nas rodas de conversas e notícias. Em 17 de maio do ano em questão, após missa festiva do Grêmio Litéro-esportivo, da escola, processou-se o ritual de bênção do internato, marcando o funcionamento do mesmo.

Mas qual seria o custo de um aluno no internato do Santanópolis? Num dos reclames do colégio são apresentados os valores das mensalidades para internos e externos. O reclame deve pertencer à década de 1930 ou início de 1940, antes que a instituição adquirisse o status de Colégio, uma vez que nas mensalidades o Curso Colegial não é mencionado. Para o ensino primário, a mensalidade era de 10\$000⁹⁶; para o Curso de Admissão ou propedêutico 20\$000; 50\$000 era o valor exigido para os Cursos Gymnasial e Normal.

Quando se tratava de aluno interno, os valores e forma de pagamento eram alterados. Nos dizeres do reclame, “os alumnos internos, além das contribuições dos externos, pagarão

⁹⁵ Jornal Folha do Norte, 14/03/1936 n °139, p.01.

⁹⁶ Leia-se Réis.

mais 100\$000 por mez, de pensão, cobráveis trimestralmente tendo um abatimento de 50\$000 por cada trimestre”, com esse desconto o trimestre ficava no valor de 250\$000. Como todo estabelecimento de ensino privado que também é um negocio, o Santanópolis fazia promoções. O reclame apresenta promoção para o caso de matrícula de mais de um filho: “Aquelle que matricular mais de um filho interno no Gymnasio terá abatimento de 5, 10, 15 e 20% na contribuição.

Para dar ao leitor uma ideia de quanto seria, em dados atuais, o custo anual de um aluno no ensino secundário do Colégio Santanópolis, recorrer à seguinte metodologia: atribuí aos internos três trimestres no valor de 250\$000 – isto porque o ano letivo ia de fevereiro a novembro; Juntei a este valor nove mensalidades no valor de 50\$000 cada uma; acrescentei a taxa de matrícula ao custo de 28\$000; tomei como referencia, para fazer a conversão, o valor da arroba de gado na “feira de animaes vivos”, constante no Jornal *Folha do Norte* de 03 de fevereiro de 1934, no qual figuravam os valores de 13\$000 a 16\$000. Tomando como referência o menor valor da arroba, encontrei os seguintes custos: o investimento anual é de 1.225\$000 que equivale a 94.23 arrobas de gado. A arroba de gado na Bahia, hoje, tem um custo em torno de R\$103,00, o que daria aproximadamente R\$ 9.705,69. Se considerarmos que hoje o pagamento das mensalidades escolares se dá em 12 parcelas anuais, esse valor fica em torno de 12.773,00. Portanto, ser um secundarista do colégio Santanópolis, arcando com os custos, era um privilégio.

5.2.3.1 A Idade dos internos

A idade dos internos é um elemento importante para pensarmos esse aluno. Numa tentativa de tratá-los para além dos números, trago mais uma vez – no quadro abaixo – a relação destes, agregando a informação sobre suas idades.

Quadro 16 - Faixa etária dos alunos internos do Santanópolis.

(Continua)

ALUNO	IDADE	ALUNO	IDADE
José Elias de Mattos	13	Salomão Frederico Miranda Lemos	17
José Gomes Belo		Ilo Brasaileiro	14
Aníbal Gomes Belo	16	Braulio Alves Filho	16
José Maria Gomes Belo	15	José dos Santos Navarro	17
Alípio Gomes Belo	13	Manoel Dias de Souza Filho	13
José Medrado Vaz Santos	16	Gilberto Dias Miranda	
Ápio Medrado Vaz Santos		João Palma Netto	15
Antonio Gonçalves Barreiros	14	Francisco Carneiro de Souza	20
Arnold de Souza Almeida	13	Augusto Medrado Vaz Santos	13

Quadro 16 - Faixa etária dos alunos internos do Santanópolis.

(Conclusão)

ALUNO	IDADE	ALUNO	IDADE
Tomaz de Lima Cardozo		Clóvis Mascarenhas de Souza	14
Raimundo de Lima Cardozo		Valter Marques de Cerqueira	
Manoel Rodrigues		Aurelino Alves	
Filemon de Lima Cardoso	14	Francisco L. de Carvalho	13
Walter Teixeira Amorim		Gileno do Vale Xavier	14
Fernando Ramos de Almeida Alves	14	Everaldo de Andrade Pereira	14
Waldo Ferreira	17	José Gomes Dias	14
Fernando Almeida	13	Valdemar de Souza Almeida	21
Durval Enedino da Silveira	14	Emerson Marques Dourado	
Arlton de Carvalho Lima	15	Antonio Falcão	14
Altamirando Cerqueira Marques		Pedro Correia	
Orestes Correia Bruni	13	Edgard Coelho	
Walter Lapa Barreto da Silva	14	Ernani ... Quadros Passos	
Josamir de Freitas Góes	13	Admario da Silva Santos	
José Ferreira	13	Epitácio Pedreira de Cerqueira	13
Expedito Macêdo Penha	14	Hamilton Valadares Oliveira	13
Raymundo Teixeira Alves	12	Helio Rui Barreiros Santos	12
Izac Calazans de Oliveira	13	Wlatemir Lapa Barreto da Silva	15
Dylson Reis Hofke	12	Julio Porto Guedes	
Aloisio da Silva Fraga	16	Alberto José dos S. Pereira Teixeira	14
José Valverde de Carvalho	16	Otávio Valverde de Carvalho	15
José...Lopes Barreto da Silva	20	Everildo da Silva Andrade	14
José Oliveira cruz	12	Waldo Andrade Borges	13
Aloísio Medrado Vaz Santos	14	Gerson Pelegrine de Brito	12

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os alunos mais novos do internato chegavam por lá aos 11 ou 12 anos de idade, e o mais velhos, aos 21 anos, convivendo no mesmo espaço. Enquanto estes eram homens feitos, aqueles eram ainda crianças, como aconteceu no ano de 1939. Valdemar de Souza Almeida (21), vindo de Irecê, dividia o espaço do internato com Dylson Reis Hofke (12), oriundo de Salvador. Infelizmente não pude contar com o depoimento de muitos alunos dos mais diversos períodos para saber como essas relações se estabeleciam: se elas eram de cooperação e cuidado dos mais velhos para com os mais novos ou se eram de abuso e dominação dos mais velhos sobre os mais novos. No Ateneu, o autor refere-se à sua experiência no internato como uma experiência difícil e abusiva por parte dos mais velhos, mas esta é uma experiência específica, além do que, embora seja uma obra autobiográfica não deixa de ser uma ficção.

Numa amostra de 50 alunos cujas idades foram identificadas, 30% deles tinham 12,15 ou 16 anos; 6% tinham 17 anos, 04% 20 anos, 2% 21 anos, 28% 13 anos e 30% tinham 14 anos de idade. Além de informar o quadro de idades dos alunos que passaram pelo internato entre 1936 e 1944, este levantamento nos permite pensar outras questões relativas à escolarização desses alunos no ensino secundário.

Tomando como amostra os alunos do internato, é possível afirmar a defasagem de idade de entrada dos alunos no ensino secundário na Região de Feira de Santana, justificável pela ausência de estabelecimentos escolares para esse nível de ensino na região, o que tornava dispendioso e/ou dificultoso o ingresso desses alunos em escolas da capital. Dessa forma, mesmo em se tratando de um estabelecimento privado, destinado, portanto, aos que podiam pagar e, posteriormente, aos agraciados por uma bolsa, podemos considerar o Santanópolis como um elemento importante na difusão do ensino secundário, ainda que pela via da iniciativa privada, como era comum naquele contexto.

A Lei Francisco Campos não se refere à idade mínima para ingresso no ensino secundário; a única referência à idade, presente na lei, está no inciso I do Artigo 100, que exige “certidão, provando a idade mínima de 18 anos para a inscrição nos exames da 3ª série”, última do ensino secundário.

Uma vez que todo o ensino secundário está organizado em sete séries, um candidato poderia iniciar seus estudos aos 11 anos de idade, como está determinado na Lei Orgânica do ensino Secundário em seu artigo 20 alínea ‘a’: “ter pelo menos onze anos completos ou por completar até o dia 30 de junho”. Ao observar as idades dos alunos internos, dei conta da demanda reprimida que havia para este nível de ensino na região. Todos os alunos do internato estavam acima dos 11 anos de idade e, 90% deles estavam acima dos 12 anos, chegando aos 21.

Não tenho dados para precisar quantos garotos moraram no internato ao longo dos oito anos de seu funcionamento. Cotejando as informações nas pastas dos discentes e livros de matrículas, comuniquei um total de sessenta e seis alunos que ali complementaram sua educação secundária. Certamente esse número não revela a quantidade exata de estudantes que viveram ali porque muitos dos nomes encontrados, isso inclui os que constam no livro de registro de matrícula dos anos de 1937 a 1946, não tiveram suas pastas localizadas, assim como foram localizadas algumas pastas de alunos cujos nomes não constam no livro de matrícula.

Outro dado que nos permite chegar a essa conclusão é que o internato começa a funcionar no ano de 1936, mas não há registro de matrícula de alunos desse ano, no livro. Além do mais, o número de pastas de alunos que entraram na escola é muito pequeno e foi

encontrado apenas um aluno – Gerson Pelegrini Brito, natural de Rio Novo, na Bahia – na condição de residente do internato, o que ratifica o funcionamento do estabelecimento no ano de sua inauguração, 1936. Ainda assim, considere que a amostra conseguida é significativa nesse processo de pensar e escrever o colégio.

São quase setenta alunos dos quais poderia levantar as idades e naturalidade, o que permitiria um trabalho exaustivo sobre a relação que os que voltaram estabeleceram em seus municípios de origem após os anos de estudo no Santanópolis; os lugares que ocuparam na política, na economia e na vida social e cultural das cidades de onde vieram, em acordo com o que se preconizava para o ensino secundário cujo objetivo era formar as elites condutoras do país. Embora mais adiante seja pontuada a trajetória de alguns ginásianos, essa análise exaustiva ficará para outro trabalho.

Uma entrada no internato do Santanópolis nos é possível pelo depoimento do senhor Epitácio Pedreira de Cerqueira de 82 anos de idade, residente na cidade de Itaberaba, uma das cidades encontradas nos documentos do Colégio.

O senhor Epitácio, filho de um coronel e intendente da cidade de Itaberaba, chegou ao internato em 1943, aos 13 anos de idade, e viveu lá durante um ano letivo apenas. Embora o período seja curto, as suas lembranças nos colocam em contato direto com as impressões de um interno. Rememorando a saída de casa para o Ginásio, assim descreve aquele momento: “Eu tinha 11/13 anos quando peguei o caminhão para Feira de Santana – mas fui na boleia, ressalva. “Primeiro fiquei uma semana na casa do Dr. Áureo para me acostumar e depois ele disse que eu deveria ir para o internato”. Suas memórias nos colocam diante de várias possibilidades de diálogos: da concepção de infância, dos efeitos desse distanciamento da família para um garoto de 11 anos, das dificuldades para vir de Itaberaba à Feira de Santana cuja distância atual é de cento e sessenta e três quilômetros, ficando a quatro horas de viagem de ônibus; porém, não é objetivo desse trabalho discuti-las, apenas fiz a ressalva de que reconheço essas possibilidades. Outras questões, no entanto, nos ajudam na tarefa de conhecer e avaliar quem era o aluno do internato do Santanópolis.

O Sr. Epitácio relatou que um dos seus irmãos saíra de Itaberaba para fazer o ginásio no Colégio Ipiranga em Salvador. Esse dado reforça a hipótese de que a chegada do Santanópolis reconfigura o movimento em busca de maior escolarização no interior da Bahia. A sua ressalva de que viera para Feira de Santana na boleia e não na carroceria com os outros passageiros do pau-de-arara é um indicador forte de classe econômica favorável. Andar de caminhão naquela época era uma atividade que gerava um custo inacessível para parcela importante da população, e andar na boleia era reservado a quem desfrutasse de algum

privilégio. Enfatizar que viera na boleia demonstra um desejo de diferenciar-se daqueles que não podiam pagar por esse conforto.

Indagado sobre as relações com os colegas no internato, a experiência do senhor Epitácio em nada se assemelha com os conflitos narrados em o Ateneu. Segundo ele, a estadia era harmoniosa embora tivesse que conviver com alunos que tinham quase o dobro de sua idade. Relatou apenas um pequeno conflito com outro colega de moradia que o chamou de alemão o que, segundo ele, era uma ofensa muito grande, visto que o período do ocorrido foi o da Segunda Guerra Mundial e ser nomeado de alemão era, no mínimo, uma brincadeira de mau gosto. Relata ainda que o mal entendido foi encerrado com a presença de Joselito Amorim, diretor do internato na época, o qual solicitou que dissesse o nome do autor da famigerada brincadeira, mas ele se negou a responder. “Tinha só onze anos, mas não entreguei ninguém”, afirma.

Quanto às regras do internato, ele assegura não ter recebido nenhum manual ou quaisquer outros documentos que se referissem à organização e ordenamento do internato. Disse que, quando chegou à instituição, foi apresentado aos espaços do estabelecimento que constavam de uma cozinha, uma sala, banheiro e dois quartos onde estavam aproximadamente 15 moços. As regras da “casa” foram sendo aprendidas no cotidiano. Parecia não haver muita pressão – ao menos no nível da consciência – e eles podiam passear pelo centro da cidade nos finais de semana e feriados – sozinhos – desde que não perdessem o horário de voltar para a casa. Contou que algumas vezes ele e outros colegas foram convidados por Joselito Amorim e sua namorada, a senhorinha Marinita, para ir ao cinema, mas ficara com vergonha.

Esse episódio me instiga a fazer algumas inferências a respeito das relações existentes no internato. O convite para ir ao cinema, por parte do diretor do internato, denota tanto a possibilidade de cuidado, preocupação com o bem estar dos internos, bem como uma forma de controle que dispensa os castigos físicos, as privações de liberdade ou as falas mais duras, bem ao modo do que está registrado em um dos reclames que se refere à disciplina e ao regime: “Não lançamos mão de castigos físicos, mesmo porque a tendência da educação ministrada no Gymnasio Santanópolis é sempre no sentido de evitar, desaparecendo, portanto, a necessidade de corrigir”.

Nessa perspectiva, aproximar-se dos alunos, convidá-los para um passeio ou uma sessão de cinema aos domingos, aproxima efetiva e afetivamente, diminui a solidão e a saudade de casa, tornando suportável a distância, mas também controla e vigia; é o olho da escola sobre o escolar em seu dia de folga e de forma eficiente porque não é assim sentido.

Quando mais parece um rompimento à norma, melhor ela está se consolidando e disciplinando. Desta forma,

A disciplina faz “funcionar” um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. Graças às técnicas de vigilância, a “física” do poder, o domínio sobre o corpo se efetua segundo as leis da ótica e da mecânica, segundo um jogo de espaço de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recursos, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência ainda menos “corporal” por ser mais sabiamente “físico”. (FOUCAULT, 1987, p.148).

Todo esse conjunto de práticas só reafirma o quão disciplinador foi o Santanópolis, que até os dias de hoje, envolve santanopolitanos, mesmo não existindo materialmente.

5.3 BOLSAS E BOLSISTAS NO SANTANÓPOLIS

Em entrevista publicada pelo Jornal *O Imparcial* e transcrita no *Folha do Norte* com o título, *Bolsa de estudos para os estudantes pobres*, Dr. Áureo Filho informa a existência de alunos que estudavam gratuitamente no estabelecimento, não apenas na escola noturna para adolescente – Já abordada – mas também no ensino secundário, num total de 56 alunos. (FOLHA DO NORTE nº 1912 de 02/03/1946, p.1) Na mesma matéria, o diretor do Santanópolis ressalta suas diligências em busca de bolsas de estudo, para estudantes pobres, junto aos governos municipal e estadual. A matéria, que é muito interessante, instiga muitas reflexões; porém, vou me deter àquelas que mais diretamente dizem respeito aos interesses do estabelecimento no que se refere à concessão de bolsas. A defesa do Dr. Áureo Filho pelas bolsas de estudo revela uma preocupação com a inclusão de estudantes pobres no ensino secundário, mas de forma que o estabelecimento, que é uma empresa privada, fosse beneficiado. Um dos argumentos para a defesa desse benefício por parte do diretor da instituição é que o governo não deveria economizar quando se tratasse de educação, e cita os Estados Unidos da América como referência, além de denunciar a concentração de escolas nas capitais:

[...] sendo o sertanejo o “pivot” da economia nacional os estabelecimentos de ensino gratuito só existem na capital, ficando os filhos desses homens que trabalham e produzem em prol da economia nacional, em flagrante situação de injustiça, não tendo, no interior, estabelecimentos que possam receber,

gratuitamente, cultivo e educação secundária. (FOLHA DO NORTE nº 1912 de 02/03/ 1946, nº 1912, p.1).

A preocupação com o empreendimento, por parte do diretor, fica evidente ao dizer que o governo parece não querer ou não ter condições de arcar com as despesas de construção de escolas secundárias, e sugere:

Seria muito mais conveniente se instituísse essas bolsas para alunos do interior, não teria de custear, salário de professores, pensões, aposentadorias dos mesmos, nem o problema da administração dos estabelecimentos oficiais, quando poderia aproveitar a existência dos estabelecimentos particulares, o que seria grande poupança para o erário público e enorme estímulo à iniciativa privada. (FOLHA DO NORTE nº 1912 de 02/03/1946, p.1).

Fica claro no texto acima o Lobby em favor da iniciativa privada, o que não causa surpresa em se tratando de um empresário; porém, desconfio da poupança para os cofres públicos. Afirmar essa economia ou prejuízo requer uma análise de cruzamento e atualização de dados, o que não seria possível se realizar nesse trabalho e nem é objetivo deste.

As palavras de Dr. Áureo geraram reação do prefeito municipal, o Engenheiro Civil Acioly Vieira de Andrade, que publicou nota com letra destacadas no mesmo Jornal, com o seguinte teor:

O prefeito municipal de Feira de Santana no dever de melhor esclarecer à opinião pública de referência à entrevista do prof. Áureo Filho, diretor do Colégio Santanópolis, concedida ao “O Imparcial” no dia 28 de fevereiro último, e transcrita em parte, na “Folha do Norte” de 02 do corrente mês, declara que o Governo Municipal há alguns anos vem contribuindo por meio de subvenção ou auxílio, ao Colégio Santanópolis para a educação do Estudante pobre deste município. No ano passado a Direção deste estabelecimento recebeu dos cofres municipais a importância de Cr\$ 15.000,00 correspondente a trinta bolsas de estudos. (FOLHA DO NORTE nº 1913 de 09/03/1946, p.2)

A pós a leitura da nota acima, fica claro a tensão entre o governo municipal e o diretor do Santanópolis, como também corrobora afirmações feitas anteriormente nesse trabalho de que o Santanópolis contou com financiamento público desde sua fundação. Em 1944, foi publicado no *Folha do Norte*, em espaço destinado às publicações oficiais à prefeitura, um auxílio no valor de Cr15.000,00⁹⁷ ao Santanópolis, mas não especifica se é para educação dos estudantes pobres em forma de bolsas de estudos. Também foram destinados auxílio a outras

⁹⁷ Leia-se Cruzeiro.

instituições, tais como, filarmônicas, montepio dos artistas, maternidades, etc. Além do Santanópolis, apenas mais uma instituição que prestava serviços escolares foi beneficiada: O Asylo de Lourdes que, além de possuir uma escola, acolhia meninas órfãs. As declarações do prefeito não foram constestadas por Áureo Filho, pelo menos nas páginas do *Folha do Norte*.

Busquei os valores das mensalidades cobradas pelo Colégio nas páginas disponíveis do *Folha do Norte* do ano de 1944, 1945 – apenas 10 – em 1946, mas não encontrei. Fiz a busca na intenção de verificar o valor da mensalidade integral e compará-la ao valor da bolsa que, pelas informações, saiu ao custo de Cr\$ 500,00 ao ano, cada uma.

Em 1948, outra notícia anuncia as intenções do governo Mangabeira para educação, como por exemplo, a construção de ginásios oficiais no interior do Estado, de acordo com a Lei 130 de 14 de dezembro de 1948. Nessa mesma nota, está posto que “enquanto tais ginásios não são instalados, o Estado subvencionará as matrículas nos ginásios particulares já existentes, segundo determinaram os artigos 1º e 4º da citada Lei”. (FOLHA DO NORTE de 14/12/1948, nº 2059, p.1). Após relacionar as cidades onde os ginásios oficiais seriam instalados, foi revelado o valor e os moldes da subvenção:

[...] a base de seiscentos a mil cruzeiros por aluno gratuito, cuja matrícula seja posta à disposição do Estado num limite mínimo para efeito de calcular de três alunos e, no máximo, seis por mil habitantes da população do município em que está situado. (JORNAL FOLHA DO NORTE nº 2059 de 14/12/1948, p.1).

Não foram encontrados os números da população de Feira de Santana em 1948, mas em 1950 a população do município era de 107.205, segundo o IBGE.

Em 1956, quando já havia na cidade o Colégio Estadual de Feira de Santana, que se iniciou com o Ginásio da Escola Normal em 1949, nos Jornais *Santanópolis* e *O Coruja* – ambos ligados ao Colégio Santanópolis, por seus grêmios –, encontrei algumas notas com informações preciosas acerca das bolsas de estudos custeadas pela prefeitura. Em nota, na edição de nº 27, encontrei na coluna *Pingo*⁹⁸, assinada por “Goteira”, o seguinte texto: “ Os camaristas limitaram o nº de bolsistas mantidos pela prefeitura. Existiam 105. Reduzir para 50 vai dar muito trabalho e muito aborrecimento. Quem mandou?”. (O CORUJA nº27 de 19/02/1956, nº27, p. 3). O texto é bastante provocativo e soa como uma ameaça. Considerando que o jornal é do Grêmio escolar do Santanópolis, questionar a redução de

⁹⁸A coluna apresenta notas pequenas quase sempre irônicas e provocativas sobre o cotidiano da cidade.

bolsas, trata-se da defesa dos interesses dos bolsistas ao mesmo tempo em que apresenta interesse da instituição, que se beneficiaria do programa de bolsas.

Em cinco de maio do mesmo ano, o Grêmio envia ao vereador João Durval Carneiro – ex-aluno do Santanópolis e membro da Comissão de bolsas de estudos da Câmara Municipal – uma comunicação cujo teor foi publicado no Jornal *O Coruja*, agradecendo o prestimoso concurso na doação de “bolsas de estudos” ao estudante pobre de nossa terra [...] “gesto que assegura a Vs. Excias. um destacado plano dentre os homens do mais elevado espírito de fraternidade”. (O CORUJA nº 37 de 20/05/1956, p. 3). Assina a nota, o primeiro secretário do Grêmio, Honorato Bonfim e Agnaldo Ferreira Marques. Outra nota, do dia desesseis de setembro, que informa a possibilidade de atendimento a uma reivindicação dos estudantes trabalhadores de curso noturno na Escola Normal, revela que:

a prefeitura já mantém, graças aos bons entendimentos havidos com os ilustres vereadores deste município, através da comissão especial para bolsas de estudos, cento e cinquenta estudantes nas diversas series do colégio santanópolis”. (o coruja, de 22/09/1956, nº 52, p. 1).

Por estas notas, observei que a mobilização do grêmio funcionou e a intenção de reduzir as bolsas não foi adiante; ao contrário, eram 106 e foram ampliadas para 150 bolsas. No agradecimento por parte do grêmio à Comissão Especial de Bolsas de Estudos, fica claro que estas são destinadas ao estudante pobre, contudo, o mesmo jornal, na edição de número setenta – numa nota em que o assunto principal, mais uma vez, são os cursos noturnos da Escola Normal – aparece uma denúncia importante:

As bolsas de estudos que são mantidas pelo governo, são apenas máquinas políticas de alguns vereadores e deputados estaduais que arranjam a bolsa para aquele que tem pistolão e na maioria das vezes são filhos de pais abastados, enquanto os outros, aqueles que não têm padrinhos, ficam entregues ao leu da sorte a espera de *favores* e quando um desses infelizes consegue uma bolsa estudo recomendado pelo amigo de um vereador fulano ou deputado beltrano, por certo o seu nome vai figurar na lista de mais um eleitor de cabresto, e o estudante novo acha que tem a obrigação de votar *naquele* que arranjou o seu estudo [...]. (O CORUJA nº 70 de 06/03/1957, p. 1).

A nota suscita inúmeras reflexões quer seja sobre a política de distribuição de bolsas de estudo por todas as esferas governamentais que em muito contribuiu para o atraso na universalização do ensino secundário por parte do poder público, deixando, durante longo período, esse nível de ensino como um campo da iniciativa privada, quer seja o significado

desta nota num jornal do Grêmio estudantil da escola privada beneficiada pela política de distribuição de bolsas. Questões estas que ficarão para outro trabalho, em função da impossibilidade de dar conta dessa discussão nesse texto.

Num programa na Radio Sociedade de Feira de Santana, em data não identificada, o Dr. Áureo Filho faz um discurso rebatendo críticas ao empreendimento dizendo:

Muitos têm abjetado e possivelmente muitos ainda poderão abjetar que um ginásio é uma casa de negócios. É verdade, contudo, é que podendo instalar um alambique para dar à cidade os instrumentos do vício e da corrupção com certeza absoluta do farto e imediato sucesso financeiro, preferi um ginásio cujos lucros seriam incertos. (OLIVEIRA FILHO, apud AMORIM, 2002, p.139).

5.4 UNIFORMES E REGIMENTO: O ALUNO DO O COLÉGIO SANTANÓPOLIS

Tornar-se aluno do Gymanásio ou do Colégio Santanópolis significava apropriar-se de alguns símbolos que o distinguiu na paisagem feirense: assimilar regras de convivência, atitudes, comportamentos e valores exigidos pela escola, desfrutar do prestígio de ser aluno escola.

Nesta seção, a intenção é mostrar ao leitor o perfil acadêmico dos alunos do Santanópolis a partir de alguns elementos que considere fundamentais na conformação de um tipo de sujeito peculiar ao Santanópolis. Os elementos aqui considerados estão circunscritos tanto no plano material quanto no plano simbólico. Dentre eles, pude elencar a farda, com suas cores modelos e escudos; regimento escolar, com suas diretrizes como práticas educativas na construção desse aluno e no estabelecimento de uma importante relação com a sociedade feirense.

“Sai da frente escola, que o ginásio já vem/ Marcando passo e marchando também”. Esse refrão foi citado no encontro de ex-alunos do colégio Santanópolis em 18 de agosto de 2012 no Feira Tênis Clube, em Feira de Santana, pela ex- aluna Elaci, que lá estudou nos anos 1960. Entretanto, não se sabe ao certo quando ele foi criado e nem desde quando ele era pronunciado pelos alunos. O fato de aparecer a palavra ginásio em vez de colégio nos leva a crer que ele remonte aos tempos primeiros quando a instituição era apenas um ginásio antes de transformar-se em colégio na década de 1940. A escola que é “convidada” a sair da frente é a Escola Normal de Feira de Santana, principal rival do Colégio Santanópolis. O refrão muito nos revela do significado da escola para os alunos e do orgulho de pertencer a

instituição. Segundo Elaci, o refrão era sempre usado nos desfiles da primavera e no de Sete de Setembro quando as escolas ocupavam as ruas da cidade com suas bandas, balizas, floristas, porta- bandeiras, vultos históricos, personagens de nosso folclore entre outros. Ele era, para além da provocação explícita à Escola Normal, a definição de um lugar do Santanópolis na paisagem e na vida da cidade. Nesse sentido, podemos afirmar que os alunos do Santanópolis construíram um modo de ser santanopolitano na relação entre o que a escola construiu para eles como referência e a reelaboração que eles produziram do que viram, sentiram, fizeram, desfizeram e viveram naquele lugar.

5.4.1 Com que roupa, com que roupa eu vou pra escola que você me matriculou: a farda do Colégio Santanópolis

Ao longo dos 25 anos que corresponde ao recorte temporal da pesquisa, nota-se que vários foram os símbolos identificadores dos santanopolitanos. Além da farda e do escudo, elementos comuns na caracterização do aluno de uma escola, o Santanópolis criou outros instrumentos como o botom, o broche, a flâmula, o escudo e a farda em suas várias versões.

Figura 50 - Flâmula do Colégio Santanópolis.



Fonte: Site zip. net.⁹⁹

Dentre estes intumentos/símbolos, a farda foi tomada para análise em função da importância dela dentro e fora da escola para construção de um determinado aluno. Junto com ela, analisei o escudo porque ele se torna inerente ao fardamento. Não existe farda sem escudo.

⁹⁹ Disponível em <http://santanopolis.zip.net/arch2009-10-01_2009-10-31.htm> Acesso em ago.2012.

Ao longo dos anos, tanto a farda quanto o escudo sofreram várias modificações, o que me instigou a indagar quais foram os uniformes escolares do Santanópolis no período de 1934 a 1959 e quais fatores influenciaram na constituição desses modelos. Além disso, interessou-me analisar o uniforme escolar como um dos elementos de identidade dos alunos do Santanópolis, no período, assim como também instrumento de ordenação e construção de um determinado modelo de escola, influenciado pelas discussões pedagógicas e sociais que estavam postas naquele momento. Portanto, não é o estudo da farda pela farda, mas de seu valor simbólico, seu significado social e pedagógico.

O uniforme escolar como qualquer outro uniforme carrega consigo a tensão, homogeneização e diferenciação. Há um interesse explícito em tornar iguais os membros de uma coletividade que, aqui – em particular –, trata-se de uma escola. Mas em contrapartida, torna-se igualmente necessário diferenciar esse grupo de outros grupos dentro de um corpo social maior. Nesse sentido, vestir os alunos do Santanópolis com um uniforme significa tornar igual todos os afiliados à escola e torná-los diferentes dos que não frequentavam escola alguma e dos que frequentavam outras escolas que, em 1934, tratavam-se, principalmente, da Escola Normal Rural de Feira de Santana e das escolas primárias João Florêncio, Maria Quitéria, Asylo de Lourdes e a Escola Anexa à Escola Normal.

Dentro da escola, a farda tem função relevante na arte de disciplinar, corroborando ao seu objetivo original, visto que “na história das sociedades orientais modernas os uniformes estão ligados ao surgimento do poder disciplinar.” (SILVA, s/d, p.56).

Ao adentrar a escola, as condições de higiene e preservação da farda é um elemento importante de julgamento na classificação de um aluno como disciplinado ou indisciplinado, e a farda, como elemento material e visual, não oferece muitas possibilidades de mascaramento da realidade: ela, ou está limpa ou está suja, ou está passada ou está amassada, ou está bem cuidada ou está mal cuidada. Não seria demais dizer que a farda, como elemento disciplinador e avaliador, extrapola o muro da escola porque as condições da farda revelam o cuidado ou o descuido não apenas do aluno que está na escola, mas da família que está em casa; torna-se possível observar também as condições econômicas das famílias através do tipo de fazenda¹⁰⁰ da qual a farda foi feita, a qualidade da costureira, do bordado, etc. Desta forma, há numa “simples” farda um quê de panoptismo que permite através da escola observar e compreender outras instâncias da sociedade, porque

¹⁰⁰ Tecido.

A codificação minuciosa dos uniformes nos possibilita a lidar com um conjunto de regras bastante explícitas para analisarmos ocasiões e formas de uso, principalmente reguladores de sua configuração, valores associados a outros aspectos da indumentária (ALMEIDA apud SILVA, s/d, p.59).

Um dos reclames da escola informava aos futuros alunos que era obrigatório, a todos, o uso do uniforme cujo modelo havia sido adotado pela diretoria do estabelecimento, como é de praxe, com raríssimas exceções, ainda hoje. A indicação feita pela escola, além de demonstrar o poder de controle desta sobre o que deveria ser vestido pelos alunos que, mais do que alunos, carregavam o nome da escola em seus corpos, uma vez que vestidos com a farda poderiam ser identificados na multidão e, ainda que a sua identidade pessoal não pudesse ser verificada ao longe, ele seria reconhecido como aluno do Santanópolis, ou seja, a escola seria identificada por ele e, por sua conduta e comportamento, seria julgada porque:

Os uniformes escolares fazem parte de toda uma simbologia que permeia as instituições educativas e postula valores, normas e intenções que impregnam a relação pedagógica, sem que, para isso seja necessário o discurso verbal. (Silva, s/d. p. 59).

A fonte que me permitiu observar os modelos de fardas do Santanópolis foram fotografias do acervo pessoal do senhor Helnando Simões, da família do Dr. Áureo filho, e de ex-alunos publicadas no blog. No acervo, encontrei fotografias de desfiles de 07 de setembro, de aulas de educação física de meninos e meninas, além do livro de matrícula dos anos de 1937 a 1943. Aquela que parece ser, se não a primeira, uma das primeiras fardas do colégio, aparece nas fotografias abaixo.

Figura 51- Desfile de 7 de setembro da década de 1930.



Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio de Olive

A foto apresentada registra um dos desfiles de 07 de setembro entre os anos 1934 e 1940. Esta afirmação está baseada no fato de ter se observado, num dos reclames dos anos 1930, que apresenta dois alunos fazendo uso do bebedouro no pátio da escola, a mesma farda que encontramos no livro de registro de matrícula dos anos 1937 a 1946.

Início a análise com os alunos da escola primária – ao fundo – que, seguindo a tradição da época, usavam calças curtas, o que lhes diferenciavam dos meninos maiores e lhes conferiam um sentido maior de infantes; as bermudas, na mesma cor da farda dos maiores, eram acompanhadas por blusa branca, meias e sapatos. A farda, para o curso primário, parece não ter sido uma exigência no cotidiano da escola. O Jornal *Folha do Norte* do dia 02 de março de 1940, em uma pequena nota – fazendo propaganda de sua escola primária – anuncia a não exigência de “uniforme ou farda escolar para o curso primário cuja mensalidade é, apenas, de 10\$000 sem outra qualquer despesa.

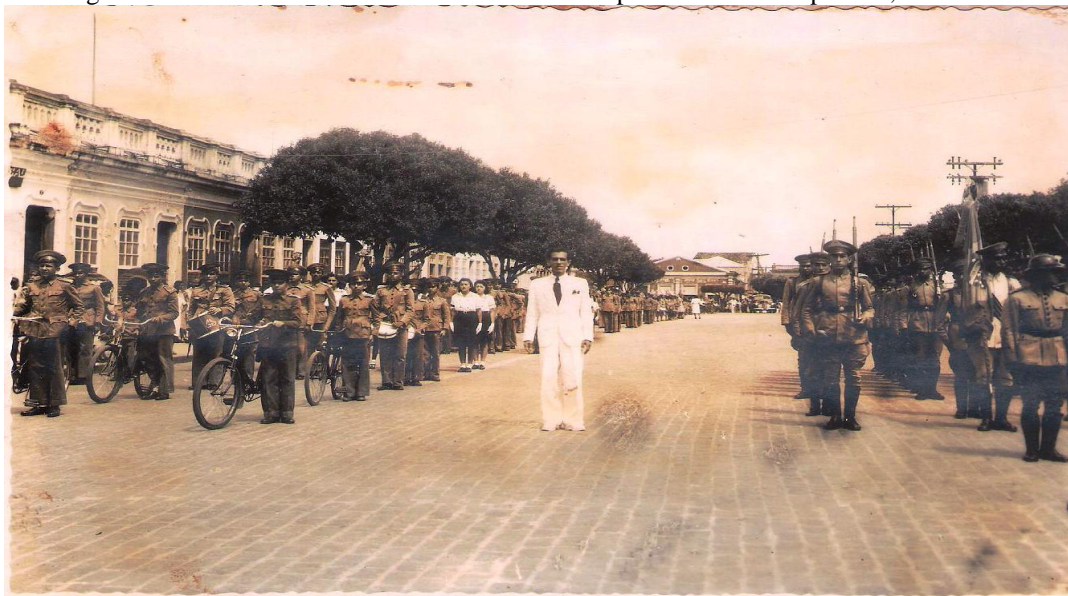
Seria a dispensa da farda uma peculiaridade do Santanópolis ou uma prática em escolas primárias do município? Não tenho resposta para esta questão; no entanto, esgotar esse tema não é objetivo desse texto. Trouxe essa informação como um elemento a mais na compreensão de como se dava as relações no estabelecimento. Para o ensino secundário os alunos deveriam se apresentar devidamente fardados, tendo uma tolerância de até 60 dias para a aquisição do uniforme; entretanto, para o curso primário, este artefato era absolutamente dispensável.

Outra possível justificativa de peso para a dispensa da farda no curso primário poderia ser a competição pelo mercado, uma vez que, nos anos 1940, o Santanópolis reinava absoluta na região como escola de ensino secundário e, por isso mesmo, os que se dispusessem ou tivessem as condições para estudar no curso secundário tinham no estabelecimento a melhor opção. Entretanto, no ensino primário, o Asylo de Lourdes, escolas municipais, as escolas anexas da Escola Normal, além de pequenas classes funcionando em casas de família dividiam o cenário. Garantir clientela passava, necessariamente, por oferecer condições favoráveis aos pais.

A farda masculina dos alunos do secundário, de cor cáqui, é composta por uma calça com casaco de manga comprida na mesma cor; quatro bolsos; detalhes no ombro, realçado por viés branco; sapatos pretos e um quepe com forte inspiração militar. Por baixo do casaco, usava-se uma camisa branca de golas e com botões. Ao que parece, o casaco só seria utilizado em dias frios e/ou festivos, sendo dispensados nas aulas de educação física, que era desenvolvida com a mesma farda. As evidências da inspiração militar podem ser

comprovadas na fotografia abaixo que registrou a presença de soldados do Tiro de Guerra ao lado dos estudantes:

Figura 52 - Desfile de Sete de Setembro do Santanópolis. À frente do pelotão, Dr. Àureo Filho



Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.

O Quepe, o casaco, o tom da roupa revelam a influência, o militarismo na farda do Santanópolis, mas esta era uma tendência nos anos 1930. Nos anos 1950, a farda masculina muda para o azul-marinho e branco, presentes na farda feminina se distanciando do modelo militar. O tecido mais leve, certamente, oferece mais conforto aos estudantes perante o calor típico da região.

Seguindo a tendência da época, as fardas, masculina e feminina, são bastante distintas. As alunas do Santanópolis usavam o clássico azul-marinho e branco em um conjunto de saia e blusa assim como também a gravata, muito comum nos uniformes escolares.

Figura 53 - Desfile de Sete de Setembro na década de 1930-pelotão de alunas.



Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.

O uniforme feminino, de tecido mais leve, era formado por saia azul marinho e pregamacho, abaixo do joelho, confirmando a tendência não apenas dos uniformes, mas da moda feminina do momento. Os sapatos pretos contrastavam com as meias brancas que na ocasião da fotografia eram usadas na altura do tornozelo, mas que nas aulas de educação física, eram esticadas até próximo do joelho, talvez por medida de proteção face às condições do local da aula que se dava no pátio da escola e não era cimentado. A blusa branca apresentava nas golas listras azuis num detalhe que lembra a gola marinheiro que já foi referência em matéria de fardamento escolar (SILVA, s/d), e no fardamento do Santanópolis representava também um distintivo da série ou ano de estudo, como podemos perceber no conjunto de fotografias abaixo, em que aparecem golas com duas, três ou quatro listras.

Todos aparentemente iguais, na parada de 07 de setembro. Meninos de cáqui, meninas de azul e branco, iguais, mas nem tanto. As diferenças aparecem no detalhe, como é possível verificar nas fotografias 3X4 do livro de matrículas, nas quais as listras se apresentam de acordo com o gosto do dono, de seus pais ou da habilidade de quem a bordou¹⁰¹.

¹⁰¹As fotos publicadas no blog apresentam dois modelos de blusa feminina; preferi manter a peça sem alteração.

Figura 54 - Alunas fardadas- Colégio Santanópolis.



Fonte: Blogspot do colégio Santanópolis.¹⁰²

O panoptismo discreto das fardas nos apresenta diferenças que não são apenas reveladores do poder aquisitivo presente no tipo de tecido e na perfeição do bordado, mas são também diferenças de estilos, invenções e transgressões discretas dos estudantes ou de suas famílias naquilo que de longe os fazem tão iguais, mas que de perto é possível, com o olho atento perceber marcas diferenciadoras de cada um. Decerto que se a fotografia fosse colorida poderíamos perceber, ainda, diferenças de tons e até textura das linhas. Além das diferenças observadas nas listas bordadas, em três fotografias são apresentadas formas diferentes de golas mais curtas, mais longas, mais largas, mais próximas ao pescoço e blusas com botões (grandes e pequenos) e sem botões, etc. Diante do exposto, resta-me concordar com Ribeiro e Silva quando afirmam que:

Os uniformes escolares – essas *coisas diminutas*, assim como os nomeia Inês Dussel (2005) – marcam os sujeitos de forma muito mais profunda do que podemos imaginar. Eles fazem parte de toda uma simbologia que perpassa as instituições escolares e que ainda precisa ser decifrada, compreendida, estudada. Essas coisas que nos ocupam todos os dias, tal como nos adverte

¹⁰² Disponível em< <http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/>> Acesso em ago.2012.

Silvina Gvirtz (2005), não são menores; elas definem “silenciosamente la trama política de la escuela. (2012, p.577) .

O fardamento como parte integrante do conjunto de elementos disciplinadores do Santanópolis aparece nas peças propagandistas do estabelecimento. Estar fardado era um comportamento desejável que deveria ser cumprido não apenas por questões higiênicas ou de identificação do aluno, era também revelador do modo de ser e de estar na escola porque o vestuário disciplina os corpos e os orienta a um modo de portar-se, visto que, se a farda deveria por uma medida de higiene estar sempre limpa, o corpo deve se comportar de forma que os seus gestos, comportamentos e atitudes sejam orientados no sentido de manter a farda dentro dos ditames da higiene escolar. Nesse sentido, algumas brincadeiras e peraltices, permitidas ao corpo sem a farda, são vetadas quando do uso desta.

O mesmo texto que indica o regime disciplinar da escola e que cita o uso da farda como indicativo de uma conduta, também apresenta as sanções aos desobedientes, que seriam advertidos ou até castigados. Estes castigos poderiam ser a “privação do recreio, reclusão com trabalhos, além das tarefas do dia e outros castigos admitidos pelo Departamento Nacional de Ensino”. (FOLHETO DO COLÉGIO SANTANÓPOLIS, 1934). Entretanto, uma ressalva torna-se importante neste reclame por revelar os limites disciplinares da escola:

Não lançamos mão de castigos físicos, mesmo porque a tendência da educação ministrada pelo “Gymnasio Santanópolis” é sempre no sentido de evitar, desaparecendo, portanto, a necessidade de corrigir. (FOLHETO DO COLÉGIO SANTANÓPOLIS, 1934).

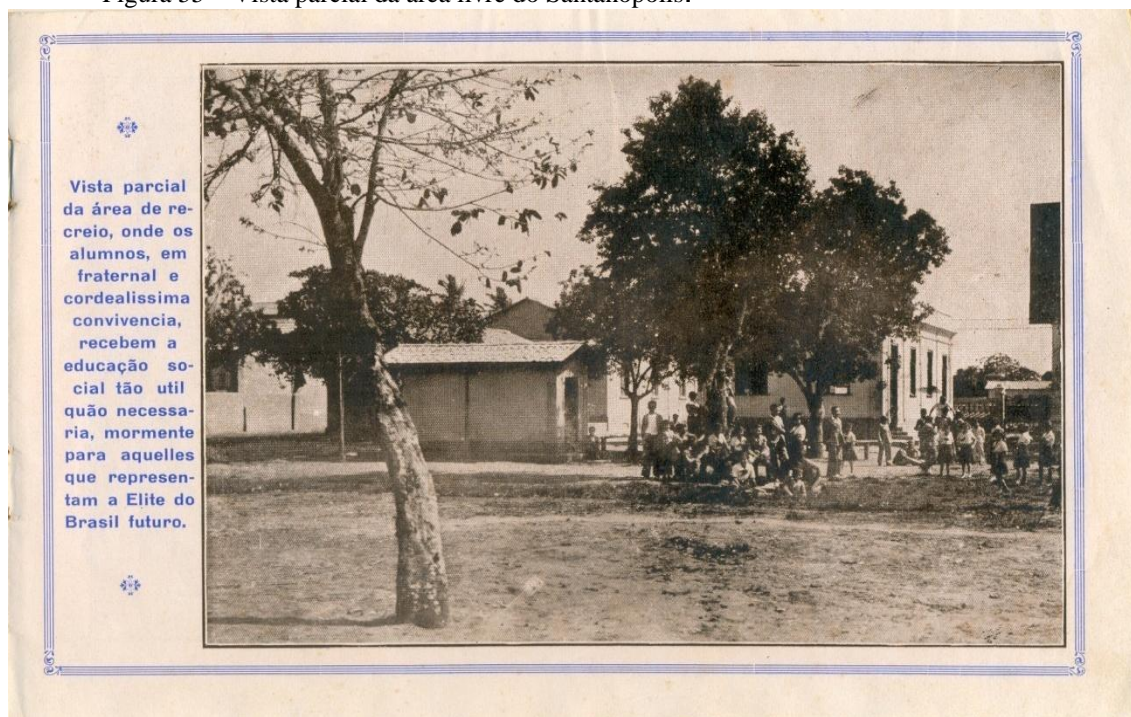
Esse trecho nos convida a fazer algumas reflexões acerca do regime disciplinar ao qual estavam submetidos os alunos do Santanópolis. Ele indica uma disciplina em prática e uma disciplina que se deseja. Os castigos são utilizados como meio para um comportamento desejável que, ao se instalar, dispensaria seu uso. Entretanto, os castigos físicos, herança da pedagogia jesuítica e muito comum em nossas escolas, a um tempo em que nossa memória ainda pode alcançar, eram abandonados – pelo menos no discurso – na escola, o que demonstra um questionamento às práticas disciplinares do período, ainda que não as tenha abandonado.

5.4.2 Regime e Disciplina

O ideal disciplinar do Santanópolis pode ser interpretado a partir do reclame que se segue, ilustrado com a fotografia de alunos em momento de lazer na área livre do

estabelecimento. Observando a estrutura física da escola, que aparece na fotografia, podemos afirmar tratar-se de uma fotografia da década de 1930 quando a escola ainda estava com os três pavilhões com os quais iniciou. Outro indício de que a peça de propaganda seja dos primeiros anos é o fato de ela ser parte de um livreto construído para divulgar a escola no ano de 1934.

Figura 55 – Vista parcial da área livre do Santanópolis.



Fonte: Acervo particular de Evandro Sampaio de Oliveira.

A convivência “fraternal e cordealíssima” ausente de agressões físicas ou verbais que dispensaria os castigos na condução de uma educação social, útil e necessária, seria conteúdo e metodologia na formação daqueles que seriam os legítimos representantes da elite do Brasil futuro¹⁰³. Em nome desse objetivo, lançar mão de castigos não físicos estava devidamente justificado. No entanto, a ação disciplinadora é tão mais eficiente quanto mais ela for discreta, sutil, principalmente para os que são a ela submetidos. Nesse sentido, a disciplinarização dos corpos – e nesse contexto, a farda é parte do instrumental – a organização dos espaços com vista a torná-lo funcional, o adestramento que ensaia a cordialidade e a fraternidade entendida como hábitos educados, revela uma estratégia disciplinadora mais moderna e eficaz, pois

¹⁰³ Lembremos que um dos objetivos do ensino secundário, além da formação propedêutica ao ensino superior, era formar as elites dirigentes do país.

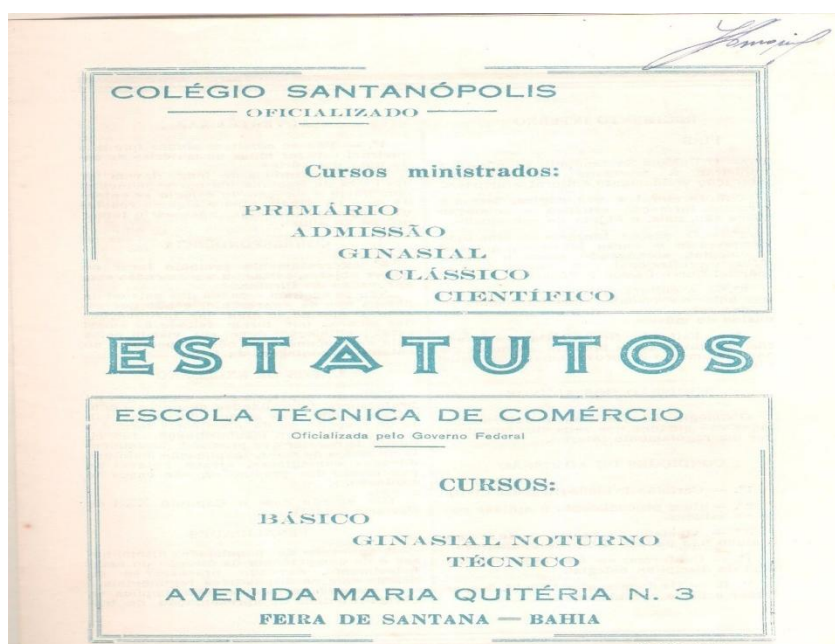
o princípio de clausura não é constante, nem indispensável, nem suficiente nos aparelhos disciplinares. Estes trabalham o espaço de maneira muito mais flexível e mais fina. [...] Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico: (FOUCAULT, 1999, p.122-123).

Na conformação desta “disciplina moderna”, que rejeita os castigos físicos por completo e entende as outras formas de castigar como passagem, o envolvimento dos alunos na vida escolar, contribuindo na formação de seus pares e desse espaço, torna-se um aspecto relevante para criar um ambiente disciplinado, produtivo e de acordo com os objetivos de uma escola que surgiu para formar as cabeças pensantes da nação.

5.4.3. O Estatuto

O documento mais antigo com o nome de Estatuto que aborda as questões disciplinares do Santanópolis foi encontrado no relatório de inspeção da Escola Técnica de Comércio do ano de 1957. Trata-se de uma peça impressa que, a julgar pelo título, orientava não apenas aos alunos da escola técnica, mas também os dos demais cursos.

Figura 56 - Estatuto do Colégio Santanópolis -1956



Fonte: Relatório de Inspeção, 1956 – Arquivo do Santanópolis – CEDE/UEFS.

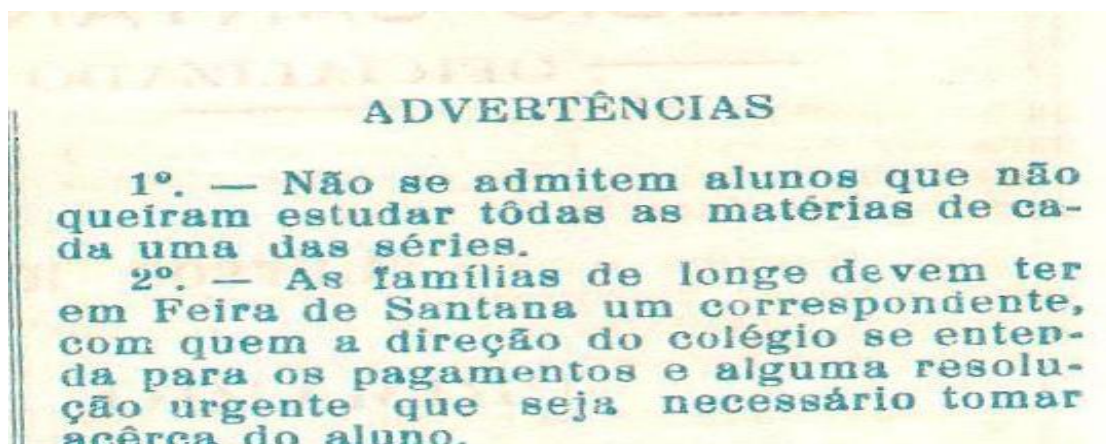
Esta capa do documento apresenta os cursos seriados, ministrados na escola, e chama atenção o fato de a palavra ESTATUTO aparecer no plural. Imaginei que a intenção seria, através desse documento, atingir todos os cursos. Não podemos deixar de observar o caráter propagandístico do documento que, no primeiro plano, destaca a palavra OFICIALIZADO e abaixo acrescenta “Oficializado pelo governo Federal”. Por se tratar de uma peça compacta – quatro páginas – e dobrável em formato de livro, julguei tratar-se de um material entregue aos estudantes e/ou suas famílias.

Em seu interior aparece o título *regimento interno* e, na sequência, apresenta os seguintes itens, que vão sendo explicados ao longo do texto: fins, admissão de alunos, condições de admissão, advertência, correspondência, casos de exclusão, penalidades e contribuições. Embora na capa apareça o vocábulo estatuto que, segundo uma das definições de Koogan Houaiss (1993), é um “texto que regulamenta o funcionamento de uma associação”, portanto, devendo dizer respeito a todos os setores da instituição, o documento do Santanópolis trata apenas de regulamentar questões relacionadas aos alunos, sua disciplina e obrigações familiares. Nenhuma linha foi dedicada à regulamentação do trabalho de professores ou funcionários. Ficando claro assim a sua intenção de controlar os alunos, conformando a disciplina escolar da instituição nos moldes em que é apresentada nos documentos, como afirma Durkheim (2008), não consiste em um mero artifício destinado a fazer reinar uma paz exterior para permitir que as aulas se desenrolem tranquilamente, ela é a moral de uma classe. De acordo com as prescrições, os alunos devem

comparecer à classe com regularidade, num horário estabelecido, mantendo uma postura adequada; enquanto permanece na sala de aula, não pode perturbar a ordem; deve aprender suas lições, fazer os deveres de casas com suficiente dedicação, etc. O conjunto dessas obrigações constitui o que chamamos de disciplina escolar. (DURKHEIM, 2008, p.149).

O documento apresenta material que nos permite conhecer nuances da cultura daquela escola. Os temas escolhidos para nortear a disciplina dos alunos são advertência, correspondência, casos de exclusão e penalidades. No item das advertências, constatei um recado direto aos alunos e às famílias destes que não residiam em Feira de Santana.

Figura 57 - Recorte do Estatuto do Colégio Santanópolis 1956.



Fonte: Relatório de Inspeção, 1956. Arquivo do Santanópolis - CEDE/UEFS.

A primeira advertência aos alunos e suas famílias estava dada. Tinha que estudar todas as matérias de cada uma das séries e, mais diretamente às famílias, a necessidade de indicar quem garantiria o pagamento e responderia pelas questões referentes ao desenvolvimento e comportamento do aluno em sala e aula. No item Correspondências, são explicitadas as formas de comunicação com a direção e revela a necessidade de controle por parte da direção, que proíbe “levar ou trazer objetos, cartas ou encomendas sem a aprovação do diretor”¹⁰⁴. Também não eram aceitas justificativas e/ou comunicações orais. Toda e qualquer recomendação ou justificativa deveria ser feita por escrito. Essa medida tinha claramente a intenção de coibir as invenções dos alunos para se livrarem de uma aula ou de uma avaliação. Porém, relatos de ex-alunos – encontrados no blog – demonstram que como em qualquer outra escola de qualquer lugar do mundo e em qualquer tempo, os alunos do Santanópolis sempre encontram uma maneira e burlar as regras e de quebrar a disciplina. Observemos o relato:

[...] seu Agostinho, era porteiro, tinha um coração enorme, as meninas diziam que receberam recado de que o pai desmaiou na praça e precisava sair, era proibido sair antes do horário. Ele acreditava sem procurar saber como ela recebeu o recado [...]. (BLOGSPOT¹⁰⁵).

Se por um lado a direção produz seus instrumentos com vistas a realizar seu desejo de controle, os alunos inventam e reinventam formas de burlar as regras e, quando necessário, apelando para os sentimentos do porteiro, como faziam as meninas, cometendo um ato

¹⁰⁴Estatuto do Colégio Santanópolis - Relatório de Inspeção, 1957 – Arquivo do Santanópolis CEDE/UEFS.

¹⁰⁵Disponível em < <http://ginasiosantanopolis.blogspot.com>> Acesso em jun2013.

indisciplinado, entendido “como aquele que não está em correspondência com as leis e normas estabelecidas por uma comunidade, um gesto que não cumpre o prometido e, por esta razão, imprime uma desordem no até então prescrito”. (FRANÇA, 1996, p. 139). No caso do regimento em questão, não me parece ter sido uma produção de uma comunidade no sentido em que se pensam hoje as relações democráticas na escola. Mas a produção daqueles que, dentro da perspectiva educacional, em evidência da época, seria a “comunidade” apta a definir as regras do jogo: dirigentes e professores da escola, pois,

o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem poder de manter a ordem ou de subverter é a crença na legitimidade das palavras e daqueles que as pronunciam, crença cuja produção não é da competência das palavras”. (BOURDIEU, 2000, p.15).

Quanto às penalidades, previstas no Regimento, estavam consoantes com o pensamento educacional da época, que previa uma disciplina rígida, baseada em punições e controle, a qual poderia ser exercida por professores, dirigentes e inspetores de aluno indisciplinado, que ficaria marcado até a conclusão de seus estudos uma vez que o castigo sofrido pela infração ficaria “registrado nos assentamentos escolares do aluno”¹⁰⁶. O item que trata dos casos de exclusão merece apresentação, na íntegra, tendo em vista os atos considerados como indisciplinados.

Falta de respeito a pessoas, colegas ou professores; imoralidade mesmo em conversas e maneiras menos decorosas; falta de respeito ou obediência formal a qualquer superior, insubordinação, indocilidade e caráter que precise habitualmente e meios e rigor, inaplicação habitual, doenças contagiosas, atraso notável no pagamento das prestações, são casos de exclusão. (ESTATUTO DO SANTANÓPOLIS, 1956).

São muitas as situações consideradas como indisciplina, excetuando-se as referências a doenças contagiosas e à falta de pagamento das mensalidades. Algumas delas podem parecer, hoje, incompreensíveis. Contudo, não se pode perder de vista que

o próprio conceito de indisciplina como toda criação cultural, não é estático, uniforme, nem tão pouco universal. Ele se relaciona com o conjunto de valores e expectativas que variam ao longo da história, entre as diferentes culturas e numa mesma sociedade: nas diversas classes culturais, nas diferentes instituições e até mesmo dentro de uma mesma camada social ou organismo. (REGO, 1996, p. 84).

¹⁰⁶Estatuto do Colégio Santanópolis - Relatório de Inspeção, 1956– Arquivo do Santanópolis CEDE/UEFS.

Naquele momento, um estabelecimento de ensino que garantisse controle rígido sobre seus alunos indicava *status* de eficiência. E, no caso do Santanópolis, que colocava em evidência, em seus reclames, o abandono dos castigos físicos – o mais temido dos atos disciplinadores –, fazia-se necessário explicitar seus mecanismos de controle, e estes necessitavam ser convincentes porque não se trata de um simples procedimento destinado a dar trabalho para a criança, a estimular seu desejo de aprender ou poupar as forças do professor. Tratava-se essencialmente de um instrumento de educação moral, difícil de ser substituído. (DURKHEIM, 2008).

CAPÍTULO 6

**LENTES, CATEDRÁTICOS, DOUTORES, TENENTES OU SIMPLEMENTE
PROFESSORES: OS DOCENTES DO COLÉGIO SANTANÓPOLIS NA CIDADE DE
FEIRA DE SANTANA**

As aulas que eram um encanto
Falo das aulas de música, e canto
Lembro-me bem deste exercício oral
Quando exercitávamos nossa corda vocal

Quem quisesse ensaiava no coral
Os que ali participavam elevavam a moral
Democrático, participava quem tinha talento
Ou se soubesse tocar qualquer um instrumento

Com muita seriedade competência e calma
A juventude irrequieta magicamente comandava
Sentíamos que ela nos ensinava com amor, e alma
Uma aparente fragilidade escondia uma mulher brava

Brava no sentido de levar seus objetivos aos alunos
Tamanho senso maternal, que ela tratava como filhos
Dirigia-se a cada um de nós, como se cada fosse especial
Parecia que cada um de nós representava uma nota musical

Regia com maestria toda classe, sensível como uma flor
Não usava uma batuta, regia com o coração pleno de amor
Professora, aprendemos! Quem planta amor colhe rosa menina
Assim a guardamos em nossos corações, eternos agradecimentos, Pró Francelina!

(Da poesia “Querida Mestra Francelina” de Ismael Santana Bastos – ex- aluno do
Santanópolis)

6 LENTES, CATEDRÁTICOS, DOUTORES, TENENTES OU SIMPLEMENTE PROFESSORES: OS DOCENTES DO COLÉGIO SANTANÓPOLIS NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA

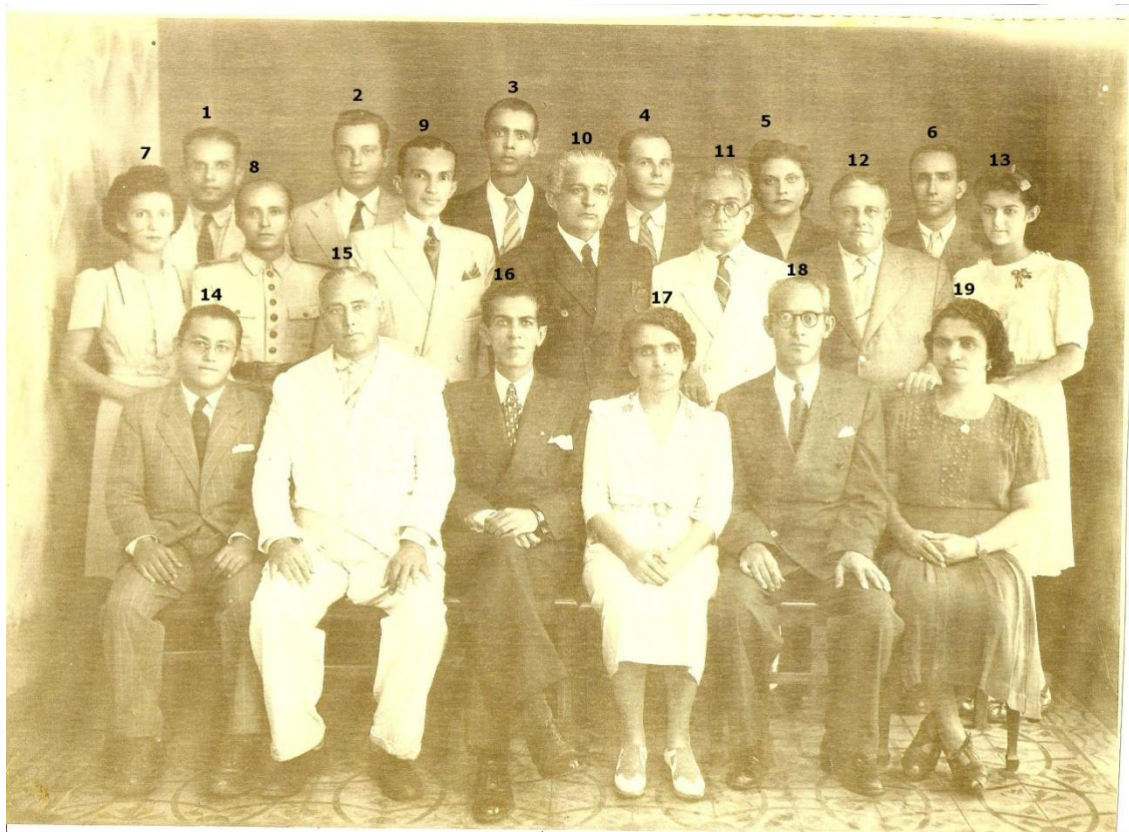
Na primeira página do Jornal *Folha do Norte* do dia 07 de março de 1936, em nota que anunciava, mais uma vez, a abertura solene dos Cursos do Gymnasio Santanópolis, destaca-se que naquele dia, pela manhã, “reuniram em congregação os catedráticos do acreditado estabelecimento para tratar de assumptos¹⁰⁷inherentes ao ano letivo a iniciar-se”. (FOLHA DO NORTE de 07/03/1936, nº 1390, p.1). Essa não foi a única matéria encontrada que deu conta de anunciar a reunião dos catedráticos, lentes, doutores e/ou professores do Santanópolis; eram esses os adjetivos utilizados pela imprensa para se referir a esses professores, os mesmos utilizados ao se reportarem aos professores da Escola Normal que juntamente aos do Santanópolis eram os centros irradiadores da cultura e do saber no e para o sertão baiano, de acordo com o periódico.

Abaixo, apresento parte desses professores em fotografia anexa ao relatório de inspeção do ano de 1945. Sentados na cadeira encontramos o Dr. Àureo de Oliveira Filho, dono do estabelecimento (16); suas irmãs e colaboradoras, Edelvira de Oliveira (17) e Hermengarda de Oliveira (19); professor Humberto de Alencar (14); Dr. Sátiro, Inspetor Federal (15); Sr. Otto, Secretário da Escola (18).

De pé, encontram-se o professor José Joaquim Lopes de Brito (1); Dr. Renato Silva (2); Dr. Luiz da Rocha Salles (3); Dr. Carlos Valadares (4); Professor Péricles Ramos (6); Dr. Dival Pitombo (9); Dr. Gastão Guimarães (10); Dr. Honorato Bonfim (11); Dr. Pedro Américo (12); Professora Marinita Oliveira (13). Os fotografados de nº (05), (07) e (08) não foram identificados.

¹⁰⁷Nessas reuniões discutiam-se, entre outros assuntos, horário de aulas e adoção de livros didáticos.

Figura 58- Fotografia de professores do Santanópolis



Fonte: Relatório de inspeção, 1945. Arquivo do Santanópolis - CEDE/UEFS.

A presença das duas irmãs sentadas na fileira da frente com o Dr. Áureo Filho pode ser interpretada como um reconhecimento da importância dessas duas mulheres na edificação da obra do Santanópolis, em Feira de Santana. As expressões austeras das professoras e dos professores combinam com as roupas discretas e bem comportadas das mulheres e o terno dos homens. A predominância masculina é um testemunho da supremacia dos homens nesse nível de ensino em oposição à realidade da escola primária, que era de domínio das professoras.

Um dos objetivos desse capítulo é apresentar os professores que lecionaram no Santanópolis no período de 1934 a 1956, dialogando com as legislações que normatizaram as condições para o exercício do magistério dos professores do Ensino secundário (1934) e da escola Técnica de Comércio (1944). A escolha por parte dos professores desses dois cursos se fundamenta no fato de esses terem sido os mais antigos e prestigiados cursos da instituição, além de fornecerem a base docente para o curso pedagógico que se inicia em 1958.

Os anos 1930, mais precisamente durante o Estado Novo, são um marco importante para regulamentação e a formação do professor do ensino secundário, tendo no plano legal o Decreto lei nº 19.890 de 19 de abril de 1932 – Reforma Francisco Campos – como referência por “conferir, em nível legal, organicidade à cultura escolar do ensino secundário, percebida

pelas suas prescrições que visavam superar o regime de cursos preparatórios e de exames parcelados” (DALLABRIDA, 2009, p.186), o que favoreceu a consolidação do professor, desse nível de ensino, como profissional, requerendo a definição de seu perfil para atuar nas instituições de ensino secundário. Nesse sentido,

[...] as iniciativas do Estado no pós-1930 para organizar a formação, a seleção, o campo de trabalho e o estatuto profissional dos professores do ensino secundário remetem a Reforma educacional de Francisco Campos em 1931 e seus decretos de regulamentação. Esta reforma (BRASIL, 1931) instituiu um divisor para a história da profissão, pois, além de pretender registrar os professores em exercício (atendidos os requisitos estipulados), determinava a criação de uma instituição própria para a formação desse professor, em ensino superior, que deveria vigorar em todo o país, destinada aos candidatos ao magistério do ensino secundário. (DIAS, 2011, p.1).

Quando da inauguração do ensino secundário em 1934, a Lei Francisco Campos, que regulava e regulamentava o Ensino Secundário, instituiu no Departamento Nacional de ensino o Registro de Professores destinado à inscrição dos candidatos ao exercício do magistério em estabelecimentos de ensino secundário oficiais, equiparados ou sob inspeção preliminar (BRASIL, 1931). Trocando em miúdos, para ensinar no ensino secundário os professores necessitavam de um Registro no Departamento de Ensino sob determinadas condições. O Artigo 69 instruía que, provisoriamente, os registros seriam fornecidos num prazo de seis meses àqueles que o solicitassem, desde que apresentasse: a) prova de identidade; b) prova de idoneidade moral; c) certidão de idade; d) certidão de aprovação em instituto oficial de ensino secundário ou superior, do país ou estrangeiro, nas disciplinas em que pretendam inscrição; e) quaisquer título ou diplomas científico que possuíssem, bem como exemplares de trabalhos publicados; f) prova de exercício regular no magistério de pelo menos durante dois anos.

Entretanto, certo de que se não houvesse flexibilização das exigências, a expansão do ensino secundário no Brasil seria ainda mais tímida, dada a insuficiência de instituições em nível secundário e, muito menos, ainda, em nível superior para garantir a formação exigida na alínea ‘d’. Assim, o parágrafo único do mesmo artigo pondera:

Parágrafo único. O documento a que se refere este artigo na letra (d) poderá ser substituído por qualquer título idôneo, a juízo de uma comissão nomeada pelo ministro da Educação e Saúde Pública e constituída por três professores do magistério secundário oficial e dois do equiparado. (BRASIL, 1932).

O professor almejado pela Reforma Francisco Campos para o ensino secundário seria formado pelas Faculdades de Educação, Ciências e Letras implantadas nos Estados da federação e no Distrito Federal, flexibilizando para os arranjos necessários até que isso fosse possível. Vale ressaltar que a instituição que foi criada no Distrito Federal com a denominação de Faculdade de Filosofia Ciências e Letras só ocorreu em 1939, oito anos depois da Reforma. Na Bahia, a Faculdade de Filosofia Letras e Ciências da Universidade Federal da Bahia só se concretizou em 1941 e estava localizada na capital do Estado, o que dificultava existência de professores Licenciados para as disciplinas do ensino secundário no interior. Diante dessa realidade, cabe pensar quem foram estes professores do Santanópolis e que formação eles tinham quando da implantação do ensino secundário.

Para melhor organização do trabalho, resolvi proceder à análise desses professores dividindo em dois períodos. O primeiro que vai de 1934, quando se deu o funcionamento da primeira turma, até 1941, um ano antes da Reforma Campanema, quando são introduzidas novas regulamentações para o ensino secundário. O ano de 1941 a 1959 se configura no segundo período. O marco inicial do período foi construído pelas razões explicitadas nesse parágrafo e pela Lei Orgânica do Ensino Comercial de 1943, que procede as orientações para o funcionamento do ensino comercial, inclusive definindo as condições para o exercício da docência neste curso; o ano de 1959, porque se configura o marco final do trabalho. Nesse último contexto, também analisarei as ações da Coordenação para o Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Ensino Secundário (CADES) que nos anos 1950 e 1960 atuou em todo o território Nacional na formação de professores para o ensino secundário, sob a orientação de Lauro Oliveira Lima, no Nordeste.

Essa periodização me permitiu maior objetividade nas análises do perfil dos professores de cada período como também acompanhar as mudanças no perfil dos professores nos dois períodos, articulando questões gerais como as mudanças na legislação do ensino secundário assim com as questões locais, a exemplo da criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Bahia e a formação de quadros pelo próprio Santanópolis com seus Bacharéis em Ciências e Letras e, posteriormente, os egressos da Escola Técnica de Comércio.

6.1 OS PRIMEIROS PROFESSORES DE GYMNASIO SANTANÓPOLIS 1934 – 1941

Os lentes e catedráticos que abriram os trabalhos no ensino secundário do Santanópolis eram médicos, advogados, engenheiros e normalistas e foram apresentados à

sociedade feirense no Jornal *Folha do Norte* na edição do dia 03 de fevereiro de 1934; eram padres, médicos, dentistas, normalistas e tenente do exército, de acordo com informações que, segundo a notícia, foram enviadas à redação do Jornal pela secretaria do Gymnásio. Para melhor conhecimento da formação desses profissionais, organizei o quadro abaixo com base nas informações publicadas no Jornal acima citado e no Livro de Registro dos Empregados que, por sua vez, estavam registrados junto à Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FITEC).

Quadro 17 - Professores do Colégio Santanópolis – 1934 a 1941

(Continua)

PROFESSOR	DISCIPLINA/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA	ANO DE INGRESSO
Padre Amílcar Marques de Oliveira	História da Civilização	Advogado Licenciado em Direito canônico, ex-professor de História universal do seminário Santa Thereza, ex-censor diocesano, ex-juiz provincial da arquidiocese da Bahia.	1934
Tenente Abdon Diocleciano de Souza	Francês	Tenente reformado do Exército Nacional com o curso na Escola Militar, Curso de Humanidades no Gymnásio da Bahia e exercício contínuo no Magistério	1934
Antonio Augusto da Silva Garcia	Geographia	Normalista, Alumno Mestre diplomado da Escola Normal de Homens, ex-lente substituto de História do Brasil, Direito Pátrio e Legislação do Ensino do Instituto Normal do Estado, Hoje, Escola Normal da Bahia, Ex-professor do Collégio Spencer, do Collégio Americano Egydio e de outros estabelecimentos de ensino da Capital. Proffessor particular de Língua Nacional, Geographia e História.	1934
Edelvira de Oliveira	Português	Normalista Diplomada pelo Educandário Sagrado Coração de Jesus, professora concursada da Escola João Florêncio, Registro na Divisão de ensino secundário nº 4.474, 9226 e 66. 298 (1º e 2º ciclo) para as disciplinas Português e História Geral.	1934

Quadro 17 - Professores do Colégio Santanópolis – 1934 a 1941

(Continuação)

PROFESSOR	DISCIPLINA/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA	ANO DE INGRESSO
Maria da Cruz Cunha	Música e Canto	Autora do Compendio de Música para uso das Escolas Primárias Brasileiras premiado com medalha de ouro na exposição de 1908.	1934
Antonio de Oliveira Mattos	Mathemática e Educação Física	Normalistas diplomado pela Escola Normal de Feira de Santana, com exercício no Magistério	1934
Áureo de Oliveira Filho	Sciências Phísicas e Naturaes, Inglês, Física Química e Biologia	Cirurgião Dentista Diplomado pela faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1932. Registro na Divisão e Ensino secundário nº 5.210, 8.048, 66296 (1º e 2º ciclo) para as disciplinas Ciência Físicas e Naturais, Física, Química e Biologia. Registro no Departamento de Ensino Comercial nº 2.678	1934
Isabel Alexandrina de Carvalho	Desenho	Escola Normal Isaías Alves, com exercício Contínuo no magistério público em várias escolas officializadas do Estado.	1934
Hermengarda Oliveira	Trabalhos manuais	Normalista Diplomada pela Escola Normal Rural de Feira de Santana.	1937
Dr. Pedro Américo de Britto	Francês e Biologia	Médico Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1907, Registro na Divisão e ensino Secundário sob o nº 11.702,66305 (1º e 2º ciclo) para as disciplinas História Natural, Francês e Biologia.	1937
Tenente José Joaquim Saback	Educação Física	2º Tenente do Exército	1937
Dr. Honorato Manoel do Bonfim	Latim, Grego, Física e Química	Médico Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1919. Registro na Divisão de ensino Secundário nº 9.311 e 66.301(1º e 2º ciclo) para as disciplinas de História Natural, Francês e Biologia.	1937
Dr. Gastão Clóvis de S. Guimarães	Português/ médico do estabelecimento	Médico	1937
George Malcoln Cadogan	Inglês	Técnico em Barragen Hidrelétricas.	1939

Quadro 17 - Professores do Colégio Santanópolis – 1934 a 1941

(Conclusão)

PROFESSOR	DISCIPLINA/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA	ANO DE INGRESSO
Dr. Renato Santos Silva	Higiene e Puericultura	Médico Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1912. Registrado no Departamento Nacional de educação – Divisão de ensino Secundário sob o registro de nº 12470 e 66299 – professor da Escola Normal Oficial de Feira de Santana	1939
José Joaquim Lopes de Britto	Matemática	Engenheiro Diplomado pela Escola Politécnica da Bahia, Registro na divisão de Ensino Secundário nº 10.238 e 23.071 (1º e 2º ciclo) para as disciplinas Matemática e Desenho; Registro no departamento de ensino Comercial nº 2.681.	1939
Joselito Falcão Amorim	Matemática	Bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Santanópolis	1939
Estêvam Pedreira Moura ¹⁰⁸	Música e Canto orfeônico	Filarmônicas.	1939
Francelina Campos	Canto orfeônico	Normalista	1940
Humberto Hugo de Alencar	Geografia do Brasil	Advogado Diplomado pela Faculdade de Direito Social da Bahia no ano de 1939, registro na Divisão de ensino Secundário nº 12.519 na disciplina Geografia do Brasil	1940
Dival da Silva Pitombo	História, Geografia Humana do Brasil, História A.E. do Brasil	Dentista Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia – odontologia – no ano de 1936, registro na Divisão de Ensino Secundário nº 20.675 e 22.413 para as disciplinas História Geral e Geografia Geral, Registro na Divisão de ensino Comercial nº 2.683.	1940

Fontes: Elaborado pelo autor.

¹⁰⁸ Maestro. Instrumentista. Flautista. Tocava todos os instrumentos de sopro. Nasceu no arraial de Santo Estevão do Jacuípe, que posteriormente se transformou no Município de Santo Estevão. Sua iniciação musical começou ainda na escola primária, quando uma professora, percebendo seu talento musical, levou-o a ingressar na Filarmônica 26 de Dezembro que começava a se formar. Em Feira de Santana, foi professor de música e de canto orfeônico no Colégio Santanópolis. Durante a Segunda Guerra Mundial, quando o metal estava muito escasso, dedicou-se ao fabrico de palhetas artesanais para instrumentos musicais feitas de bambu. Essas palhetas tornaram-se muito apreciadas e chegaram a ser exportadas para os Estados Unidos, além de serem vendidas para todo o país. Estudou piano com a pianista Georgina Erisman, da qual se tornou amigo e parceiro musical. Consta que manteve correspondência com o maestro Villa-Lobos. Disponível em <<http://www.dicionariompb.com.br/estevam-moura/biografia>> Acesso em

Observando os dados do quadro acima, podemos traçar o perfil de formação e ocupação dos professores da instituição no período, verificando o que nos apresentam os dados e o que orienta a legislação em vigor. Tomando como referência a formação acadêmica dos professores, apresento o seguinte quadro resumo:

Quadro 18 - Formação Acadêmica dos professores do Colégio Santanópolis - 1934 e 1941

FORMAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Médico	4	16.5
Advogado	2	8.4
Dentista	3	12.5
Engenheiro	1	4.2
Normalista	4	16.6
Secundarista	1	4.2
Musicista	1	4.2
Não identificado	5	20.8
Tenente do Exército	2	8.4
Técnico em Barragens hidrelétricas	1	4.2
TOTAL	24	100

Fontes: Elaborado pelo autor.

Dos vinte e quatro profissionais que passaram pelo Santanópolis, no período, identifiquei a formação de 18 deles, dentre estes, quatro mulheres – aproximadamente 22%. Não foi surpresa a ausência de professor licenciado por qualquer faculdade; primeiro porque a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, da faculdade da Bahia, só inicia seus trabalhos em 1939 e, até 1941, não havia tempo hábil para a formação de profissionais; segundo porque dificilmente teríamos profissionais de outras partes do país, quer seja pela distância e dificuldade de deslocamento, quer seja porque havia carência de professores com essa formação em todo o território nacional.

No que se refere à formação, é possível observar o predomínio dos doutores¹⁰⁹ no quadro de professores. Estes são 10 dos 22 encontrados, sendo quatro médicos, dois advogados, três dentistas e um engenheiro. Todos esses profissionais possuíam registro na divisão e ensino secundário. Dois deles, o Doutor Gastão Clóvis Souza Guimarães, que também era médico da escola – realizando o exame físico dos alunos e alunas – e o Doutor Renato Santos Silva, eram professores da Escola Normal de Feira de Santana no período. Essa realidade do Santanópolis era a realidade das escolas de ensino não elementar no período,

¹⁰⁹ Chamamos de doutores os médicos, advogados, dentistas e engenheiros porque assim eram denominados quer seja nas edições dos jornais pesquisados, quer seja no registro de professor da instituição.

principalmente porque as faculdades destinadas à formação de professores para o ensino secundário era uma política recente. Além desse aspecto, como observa Gatti,

[...] fazendo uma pequena digressão histórica sobre a formação de professores no Brasil, lembramos que a formação de docentes para o ensino das “primeiras letras” em cursos específicos foi proposto no final do século XIX com a criação das Escolas Normais. Estas correspondiam à época ao nível secundário e, posteriormente, ao ensino médio, a partir de meados do século XX. (GATTI, 2010, p.1356).

Sendo os primeiros profissionais com formação específica para o exercício do magistério, e havendo em Feira de Santana, desde 1926, a Escola Normal Rural de Feira de Santana, além de outras escolas na capital e no interior, era de se esperar a presença destes no quadro de professores da instituição; eram quatro os professores com formação por escolas Normais. Da Escola Normal Rural de Feira de Santana, encontram-se a professora Hermengarda de Oliveira, irmã do Dr. Áureo Filho, e o professor Antonio de Oliveira Mattos. Outra Normalista, professora Edelvira de Oliveira – a professora Catuca – também irmã do Dr. Áureo, diplomou-se pelo Educandário Sagrado Coração de Jesus, da capital do Estado, e o professor Antonio Augusto da Garcia, adjetivado ora de lente, ora de catedrático pelo Jornal *Folha Norte* do qual era redator, obteve sua formação na Escola Normal de Homens, na capital do Estado.

Os dois tenentes do exército¹¹⁰ que fizeram parte do quadro docente foram o senhor Abdon Diocleciano de Souza, no período de 1934 a 1936, que cursou a academia militar e fez o Curso de humanidades no Gymnasio da Bahia, e o senhor José Joaquim Saback sobre quem não foram encontradas maiores informações.

Decerto que um professor em especial deve ter impactado a escola e porque não dizer, até a cidade. O Santanópolis possuía um professor estrangeiro, o americano George Malcoln Cadogan, funcionário da Empresa Guinle & Cia, que construiu a barragem de Bananeiras na região de Cachoeira, vinha de trem duas vezes na semana para dar aulas. Não foram encontradas muitas informações sobre esse professor no que se refere à sua formação. Entretanto, o fato de ser americano com um curso técnico em sua formação, considerando o contexto, o professor Cadogan parecia apresentar requisitos suficientes para lecionar a língua inglesa na instituição.

¹¹⁰Embora Joselito Amorim também fosse tenente do Exército, essa denominação não aparecia nos documentos da escola nem nas matérias dos jornais; por esta razão, optei por destacar a sua formação como ex-aluno da instituição.

O que as fontes nos apresentam como realidade na implantação do Santanópolis em Feira de Santana é uma situação que deve ter se estendido por todo o país e, prevista pela Lei que, embora anunciasse uma formação ideal, abria possibilidade para outras entradas no magistério secundário. Nesse caso específico, é possível observar a predominância dos doutores, seguidos pelas normalistas e pelos normalistas, além da utilização de profissional formado pelo próprio estabelecimento, como é o caso de Joselito Amorim. No período seguinte, eles serão maioria no quadro docente do estabelecimento.

Não havendo profissionais de nível superior com formação específica para o magistério, o caminho trilhado pelo estabelecimento a fim de atender às normas estabelecidas pela Reforma Francisco Campos foi buscar o registro Junto ao órgão responsável; para tanto, além das provas de identidade, idoneidade moral e idade, os candidatos ao exercício do magistério secundário poderiam ser aprovados em instituto oficial de ensino secundário e superior no Brasil ou no exterior desde que a disciplina para a qual o registro estava sendo solicitado estivesse de acordo com a formação. Era legal também requerer o registro com base em títulos e diplomas científicos possuídos pelo requerente, além da produção científica publicada na área. Outra possibilidade, era a prova de exercício regular no magistério por pelo menos dois anos. Não bastasse toda essa flexibilização, o parágrafo único do artigo 69 da Reforma, referindo-se às condições determinadas na letra “d”, que se refere à aprovação em Instituto de ensino secundário ou instituição de nível superior na área da disciplina de interesse do requerente, admite que

[...] O documento a que se refere este artigo na letra (d) poderá ser substituído por qualquer título idôneo, a juízo de uma comissão nomeada pelo ministro da Educação e Saúde Pública e constituída por 3 professores do magistério secundário oficial e 2 do equiparado. (BRASIL, 1931).

Diante dessas condições, os professores do Santanópolis conseguiam seus registros por serem possuidores do título de doutor (médicos, advogados, engenheiros), por terem formação em instituto de ensino secundário e por possuírem experiência no magistério. Alguns deles tiveram essas experiências registradas em seu currículo, como foi o caso do Padre Amílcar Marques de Oliveira, que foi professor de História Universal do Seminário Santa Thereza, em Salvador; do Tenente Abdon que, segundo as fontes, possuía exercício contínuo no magistério; o professor Antônio Garcia, que apresentou vasta experiência no magistério como ex-lente, substituto de História do Brasil, Direito Pátrio e Legislação do Ensino do Instituto Normal do Estado, hoje, Escola Normal da Bahia, Ex-professor do

Collégio Spencer, do Collégio Americano Egydio, além de outros estabelecimentos de ensino da Capital. Foi também professor particular de Língua Nacional, Geografia e História. (FOLHA DO NORTE, de 03/02/1934 n° 1281, p.1). A professora Edelvira de Oliveira agrega a seu currículo ao fato de ser professora primária, concursada, da Escola João Florêncio em Feira de Santana. O professor Antônio Mattos informa seu exercício no Magistério. À professora Izabel Alexandrina, é referido seu exercício contínuo no magistério público em várias escolas oficializadas do Estado. A professora Maria da Cruz Cunha, de quem não se apresenta nenhuma experiência no magistério, traz como título a autoria do Compendio de Música para uso das Escolas Primárias Brasileiras, premiado com medalha de ouro na exposição de 1908. O professor Claudio Luiz Santiago, que consta como pastor protestante se credenciava por ter exercido o magistério no Estado da Parahyba. O professor Renato Santos Silva é apresentado como Professor da Escola Normal Rural de Feira de Santana.

Essas informações nos apresentam dados interessantes sobre o que foi considerado para a habilitação desses professores perante a Lei. Com exceção do doutor Renato Silva, nenhum dos outros doutores apresentaram a experiência no magistério. Vale lembrar que o título científico já lhe dava condições acadêmicas para adquirir o registro na Divisão de Ensino Secundário. Sabemos porque é de domínio público que o Dr. Gastão Guimarães foi professor da Escola Normal de Feira de Santana, a qual desde 1962 tem o nome de Instituto de Educação Gastão Guimarães (IEGG) no mesmo período. Dos Normalistas, foram ressaltadas sua experiência no magistério e, da professora de música, a produção na área. Considerei essa uma amostra significativa para concluir que, para constituir corpo docente da instituição, foram utilizadas várias possibilidades garantindo profissionais residentes em Feira e até em cidades próximas.

Pude concluir, também, que o perfil do professor para o colégio Santanópolis, seguindo a cultura da política educacional brasileira de fazer de improviso, seguiu a tradição nacional, considerando que

Até as primeiras décadas do século XX, os professores do ensino secundário no Brasil eram autodidatas como profissionais da educação. A formação em curso superior e a especialização para lecionar uma única disciplina foi um processo longo, que ganhou força com a reforma Francisco Campos em 1931, ao instituir no Decreto n. 19.890 a necessidade de formação docente para este nível de ensino e o registro dos professores secundários no Departamento Nacional do Ensino. A criação de um curso para a formação de professores secundários na Universidade de São Paulo foi sucedida pela implantação de novos cursos com a mesma finalidade nas universidades brasileiras que se organizavam. (SANTOS, 2013, p.3-4).

Não faltaram vozes nas primeiras décadas do Século XX criticando a forma de recrutamento de professores para o ensino secundário; uma dessas foi a de Carlos Werneck, professor catedrático de História Natural da Escola Normal do Distrito Federal, que expressou:

[...] Não raro são medico, engenheiros, advogados, que dão ao ensino as horas de lazer, o tempo vago. Que se pede a um professor de historia natural, de hygiene ou de mathematicas? Que seja medico ou engenheiro basta a maioria dos directores de collegio. Que se requer de um professor de francez ou inglez? Que saiba falar e ler essas línguas. Que as saibam ensinar pouco importa. E elles próprios as ensinam cada qual como lhes deu na cabeça, sem norma, sem methodo. [...] Para crear o magistério de carreira torna-se imprecindivel a criação de uma Escola Normal Superior que faça professores. (WERNECK 1929 p, 121 apud, SANTOS, 2013.p.7-8).

Da Bahia, de acordo com Santos, o diretor do Colégio Ipiranga, Isaías Alves

acentuou a necessidade de criação de uma instituição para a formação dos professores do ensino secundário, no seu entender fundamental para que as reformas se traduzissem em efetivas mudanças, e que evitaria que profissionais sem vocação e preparo para o magistério lecionassem nas escolas, tornando os alunos vítimas de seus erros. (SANTOS, 2013, p.7-8).

Sem curso específico para a formação para o ensino secundário podemos imaginar que esses professores faziam o curso secundário do Santanópolis enquanto se faziam professores do ensino secundário. Mesmo os oriundos das escolas normais, que tinham uma maior intimidade com os saberes voltados à docência, tinham um saber específico para lidar com um tipo de escola muito diferente com suas especificidades, ainda que essa experiência fosse um elemento importante na construção desse tipo docência.

Acredito que os professores do Santanópolis, em sua maioria, tornaram-se professores secundaristas com a própria escola. Fizeram-na escola de ensino secundário de referência no interior da Bahia enquanto se faziam professores no processo de escolarização e esta

repousa basicamente sobre interações cotidianas entre os professores e os alunos. Sem essas interações a escola é nada mais que uma imensa concha vazia. Mas essas interações não acontecem de qualquer forma: ao contrário, elas formam raízes e se estruturam no processo do trabalho escolar e, principalmente do trabalho dos professores sobre e com os alunos. (TARDIFF, 2005, p.53).

Dessa forma, os professores dos primeiros anos, formando-se professores, formaram os quadros que paulatinamente vão ocupando a docência no Santanópolis. O primeiro deles, ainda na década de 1940.

6.2. OS PROFESSORES DO SANTANÓPOLIS - 1942 A 1959

A partir de 1942, o ensino secundário passa a ser regido pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-Lei nº 4.244 – de 9 de abril de 1942. Em 1943, também é sancionada a Lei Orgânica do Ensino Comercial – Decreto-Lei nº 6.14, de 28 de dezembro de 1943 – que a partir de 1944 incidirá sobre o quadro docente do Santanópolis quando do funcionamento da Escola Técnica de Comercio. Portanto, no período em questão, analisarei o perfil do professor da instituição a partir dessas duas referências legais.

No que se refere ao professor, a Reforma Capanema não trouxe novidades em relação à reforma Francisco Campos, inclusive, declarando em seu Artigo 79 que “deverão, os professores do ensino secundário, receber conveniente formação em cursos apropriados, **em regra**¹¹¹ de ensino superior”. (BRASIL, 1942). E, ainda, que “o provimento, em caráter efetivo, dos professores dos estabelecimentos de ensino secundário federais e equiparados, dependerá da prestação de concurso”. Assim como na Reforma Francisco Campos também estava previsto uma regulamentação para a conhecida realidade educacional do país, a qual não daria conta de garantir a formação em ensino superior de professores para o ensino secundário nos grandes centros e, muito menos, no interior dos Estados. Nesse sentido, segundo a legislação, “dos candidatos ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos, exigir-se-á prévia inscrição, que se fará mediante prova de habilitação, no competente registro do Ministério da Educação”. (BRASIL, 1942).

A Lei Orgânica do ensino Comercial, praticamente repete o texto da Lei Orgânica do ensino Secundário, à exceção do item 4. do artigo 53 que sugere ser “de conveniência pedagógica que os professores das disciplinas de cultura técnica que exijam esforços continuados e os orientadores trabalhem em regime de tempo integral. (BRASIL, 1943). A novidade apresentada no período se deu na década de 1950 com a criação da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES)

Nesse segundo período de estudos, pude observar se intensificando, a partir da década de 1950, a presença de ex-alunos do Santanópolis em seu quadro docente; também constatei uma modalidade de trabalhador docente que não encontrei amparo legal em nenhuma legislação. Trata-se dos estagiários. Essas duas informações justificaram a minha escolha por dividir a análise do quadro docente em dois períodos, ainda que reconheça que, no âmbito da legislação nacional, não fosse necessário.

¹¹¹ Grifo nosso.

As fontes que permitiram o levantamento do quadro de professores deste período foram, além do registro de empregados utilizados no primeiro, os relatórios de inspeção de 1945 e 1956, um álbum de formatura do ano de 1956, e de mais um livro de registro de empregados, possivelmente de 1947.¹¹²

Quadro 19 - Lista de professores do Gymnasio Santanópolis – 1942-1959

(Continua)

PROFESSOR	DISCIPLINA/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA	ANO DE INGRESSO
Edelvira de Oliveira	Português	Normalista Diplomada pelo Educandário Sagrado Coração de Jesus; professora concursada da Escola João Florêncio. Registro na Divisão de ensino secundário nº4.474, 9226 e 66.298 (1º e 2º ciclo) para as disciplinas Português e História Geral (Relatório de Inspeção 1945).	1934
Áureo de Oliveira Filho	Sciências Físicas e Naturas, Inglês, Física Química e Biologia	Cirurgião Dentista Diplomado pela faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1932. Registro na Divisão e Ensino secundário nº 5.210, 8.048, 66296 (1º e 2º ciclo) para as disciplinas Ciência Físicas e Naturais, Física, Química e Biologia (Relatório de Inspeção 1945; Registro no Departamento de Ensino Comercial nº 2.678.	1934
Constança Ferreira da Silva		Professora Primária	1936
Hermengarda Oliveira	Geografia Geral Prendas e Trabalhos Manuais	Normalista. Diplomada pela Escola Normal Rural de Feira de Santana.	1936
Dr. Honorato Manoel do Bonfim	Latim, Grego, Física e Química, Biologia, História do Comércio, Agricultura e Indústria	Médico Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1919. Registro na Divisão de ensino Secundário nº 9.311 e 66.301(1º e 2º ciclo) para as disciplinas Física e Química.	1940
José Joaquim Lopes de Britto	Matemática	Engenheiro Civil Diplomado pela Escola Politécnica da Bahia. Registro na divisão de Ensino Secundário nº 10.238 e 23.071 (1º e 2º ciclo) para as disciplinas Matemática e Desenho. Registro no departamento de ensino Comercial nº 2.681.	1940

¹¹² O livro não apresenta o termo de abertura, tornando-se impossível precisar a data.

Quadro 19 - Lista de professores do Gymnasio Santanópolis – 1942-1959

(Continuação)

PROFESSOR	DSCIPLINA/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA	ANO DE INGRESSO
Joselito Falcão Amorim	Matemática	Bacharel em Ciência pelo Santanópolis, 2º Tenente do Exército.	1940
Estêvam Pedreira Moura	Música e canto orfeônico	Filarmônicas.	1940
Humberto Hugo de Alencar	Geografia do Brasil	Advogado Diplomado pela Faculdade de Direito Social da Bahia no ano de 1939. Registro na Divisão de ensino Secundário nº 12.519 na disciplina Geografia do Brasil..	1940
Tenente José Joaquim Saback	Educação Física	2º Tenente do Exército.	1941
Dival da Silva Pitombo	História, Geografia Humana do Brasil, História A.E. do Brasil (Relatório de Inspeção (1956).	Cirurgião Dentista Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia – odontologia no ano de 1936. Registro na Divisão de Ensino Secundário nº 20.675 2 22.413 para as disciplinas História Geral e Geografia Geral. Registro na Divisão de ensino Comercial nº 2.683.	1941
Oscar Mesquita			1942
Dr. Luiz da Rocha Sales	Inglês ou Francês		1944
Dr.Péricles da Rocha Ramos	Francês	Engenheiro Agrônomo Diplomado pela Escola Agrícola da Bahia no ano de 1936 – Sem registro na Divisão de Ensino Secundário naquele momento (Relatório de Inspeção 1945).	1944
Edgar Pitombo Ferreira	Contabilidade Geral, Comercial Industrial e Pública	Contador Diplomado pela Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro em 1936 – Sem registro na Divisão de ensino Secundário (Relatório de Inspeção 1945).	1945
Newton da Costa Falcão	Contabilidade Bancária, Elementos de Estatística, Organização Técnica Comercial e Merceologia.	Contador Diplomado pela Faculdade de Ciências econômicas da Bahia no ano de 1941. Sem registro na Divisão e Ensino Comercial.	1945

Quadro 19 - Lista de professores do Gymnasio Santanópolis – 1942-1959

(Continuação)

PROFESSOR	DSCIPLINA/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA	ANO DE INGRESSO
Dr. Gastão de Souza Guimarães	Língua Portuguesa	Médico Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia.	1945
Dr. Pedro Américo de Brito	Francês, História Natural e Biologia	Médico Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1907, Registro na Divisão e ensino Secundário sob o nº 11.702,66305 (1º e 2º ciclo) para as disciplinas História Natural, Francês e Biologia.	1945
Zuleica Barreto da Silva	Datilografia e Mecanografia	Diplomada em Datilografia e Mecanografia pela Escola de Datilografia de Feira de Santana em 1939.	1945
Valdemar da Costa Vianna	Educação Física	Diploma de Educação Física.	1945
Hilda Schunemman			1946
Jayme Caribé Dias	Inglês	Bel em Ciências (Secundário).	1946
Maria José Magalhães Martins			1946
Dr. Lourival Costa			1946
Augusto Vital Graça	Organização e Técnica Comercial.	Diploma de Contador.	1947
Oswaldo Galeão dos Santos	Organização e Tec. Comercial, Contabilidade e Estenografia.	Diploma de Contador.	1947
Joaquim Alexandrino de Azevedo	Contabilidade Industrial e Agrícola, Contab. Comercial	Diploma de contador.	1947
Maria Izaura de Figueiredo	Datilografia Mecanografia	Diploma de datilografia.	1947
Isabel Alexandrina de Carvalho	Economia Doméstica Geografia	Normalista ICEIA/ CADES	1947
Alberto Magalhães Sampaio	Merceologia, Biologia, Física e Química	Cirurgião Dentista e Farmacêutico. Registro no Departamento de Ensino Comercial nº P ¹¹³ . 3.004	1947
Dr. Carlos Valadares	Direito Comercial Terrestre	Diploma de Bel em Direito	1947

¹¹³ De Provisório

Quadro 19 - Lista de professores do Gymnasio Santanópolis – 1942-1959

(Continuação)

PROFESSOR	DSCIPLINA/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA	ANO DE INGRESSO
Therezinha do Menino Jesus Pereira Gusmão	Geografia do Brasil	Normalista Diploma de Professora	1947
Dr. Edelvito Campelo D'Araújo	Prática Jurídica de Processo comercial	Bel em Direito	1947
Gilberto Torres Menezes	Mecanografia, Contabilidade Bancária, Contabilidade pública, Contabilidade Comercial	Contador. Registro na Divisão de ensino Comercial nº D 2.679 e P.3.002	1948
César Orrico Filho	Inglês	Engenheiro Agrônomo(Relatório de Inspeção 1945) nº de Registro no Departamento de Ensino Comercial P.3.001	1949
Geraldo Leite	Biologia	Médico , Registro no Departamento de Ensino Comercial nº P. 3.004	1951
Oswaldo Requião		Advogado, Promotor Público	1952
Arminda Emília Guimarães de Alencar	Português	Secundária	1952
Antonio Sanches Vieira	Inglês	Técnico em Contabilidade e Normalista. Registro no Departamento de ensino Comercial nº D ¹¹⁴ . 2684	1953
Célia Oliveira Bacelar	Primária/Ed.Física	Normalista diplomada pela Escola Normal de Feira de Santana	1956
Dr.Agnaldo Mendes Bezerra			1956
Edvaldo Francisco Da Rocha			1956
Epaminondas Vicente dos Reis			1956
Professor Jair Santos Silva			1956
Maria de Lourdes B. Portugal			1956
João Batista de Jesus			1956

¹¹⁴ De Definitivo

Quadro 19 - Lista de professores do Gymnasio Santanópolis – 1942-1959

(Conclusão)

PROFESSOR	DSCIPLINA/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA	ANO DE INGRESSO
Dr. José Falcão da Silva			1956
Eponina Wanderley de Almeida			1956
Manoel de Christo Planzo	Matemática Estatística	Secundário	1957
Benedito Alves dos Santos	História	Secundário	1957
Francelina Campos Daltro de Castro	Música	Secundário	1957
Evandro José Sampaio de Oliveira	Tec. Mec. Proc. de Mecanização	Secundaria	1957
Maria Cristina de Oliveira Menezes (Marenita)	História Natural ciências e Hist. Do Brasil	Secundário /CADES	1957

Fonte: Elaborado pelo autor.

Comparando os dados com o período anterior, observei que houve um aumento importante no número de professor, acompanhando o crescimento da escola em número de alunos e cursos. Metade dos professores do período anterior foram mantidos pelo menos por algum tempo e, com exceção de Joselito Amorim e das irmãs do Dr. Àureo Filho – Edelvira de Oliveira e Hermengarda de Oliveira – todos eram doutores. O total de professores que foram encontrados e identificados soma 32, nove a mais do que o período anterior, sem contar os estagiários, que serão apresentados adiante. A permanência dos doutores no plantel é importante para o colégio porque certamente se configurava num indicador de qualidade. Nessa nova configuração, o elenco docente do Santanópolis tem o seguinte perfil de formação:

Quadro 20 - Formação dos professores do Colégio Santanópolis - 1942 e 1959

FORMAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Médico	4	7.5
Advogado	4	7.5
Dentista	3	5.7
Engenheiro	3	5.7
Contador	6	11.3
Não identificado	12	22.5
Normalista	6	11.3
Secundarista	7	13.3
Bacharel em Ciências	2	3.8
Técnico em Contabilidade	1	1.9
Tenente do Exército	2	3.8
Datilógrafa	2	3.8
Músico/Musicista	1	1.9
TOTAL	53	100

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir dos quadros apresentados é possível observar o impacto que a Escola Técnica do Comércio teve no corpo docente do Colégio tanto em número quanto em diversidade de formação. Contadores, economista e técnicos em contabilidade, os quais não constavam no período anterior, aparecem agora. Além disso, o aumento de um para seis secundaristas identificados ratifica a tendência observada no período anterior de formação de quadros a partir da escola. No que se refere ao gênero/sexo a presença masculina ainda é superior; entretanto, a mulher ganha espaço no período: eram quatro de 1934 a 1941 e, de 1942 a 1956, esse número dobrou, mesmo que de forma tímida.

6.2.1 Estagiários do Colégio Santanópolis

No quadro de funcionários do Colégio Santanópolis figurou como categoria os estagiários. O Relatório de inspeção de 1956 que apresentou o quadro de estagiários da instituição não descreve como esse trabalho se realizava e se ele se dava de maneira diferenciada do trabalho dos professores. Ao que parece, o trabalho realizado era o mesmo, uma vez que alguns dos professores também figuravam no quadro de estagiários, como foi o caso dos professores Dr. Alberto Sampaio de Oliveira (C. Dentista), Dr. Joaquim José Lopes de Brito (Engenheiro Civil), e Antonio Sanches Vieira (Normalista e Tec. em contabilidade). Diante das informações, concluo que não eram alunos da Escola de Comércio ou do ensino secundário em atividade curricular, mas docentes, possivelmente, com outra relação de trabalho com a escola.

Quadros 21 - Estagiários no corpo docente do Colégio Santanópolis – 1956

NOME	DISCIPLINA	FORMAÇÃO/EXPERIÊNCIA	ANO
Edvaldo Francisco da Rocha	Contabilidade Geral e Contabilidade Comercial.	Técnico em Contabilidade.	1954
Arlete Leão de Amorim	Português, H.A.E. Brasil, I.	Normalista e Técnico em Contabilidade.	1955
Laura Pires Folly	Geografia Humana do Brasil.	Normalista/CADES.	1955
Alberto Sampaio de Oliveira	Física e Química.	Cirurgião Dentista.	1955
Ana Maria de Oliveira	Português.	Normalista, Técnico em Contabilidade e Licenciada em Filosofia.	1956
Maria Cristina de Oliveira Menezes	Merceologia.	Secundário.	1955
Olney Alberto São Paulo ¹¹⁵	O. e T. Comercio, Contabilidade Pública.	Técnico em Contabilidade.	1956
Demosthenes Alvaro de Brito	Prática J.G.C.	Advogado.	1956
Dr. José Joaquim Lopres de Brito	E. Estatística.	Engenheiro Civil.	1956
Prof. Antonio Sanches Vieira	E. Economia.	Tec. em contabilidade.	1956

Fonte: Elaborado pelo autor.

Foram contabilizados 11 estagiários, dentre os quais, quatro mulheres: Ana Maria de Oliveira que, além do curso de normalista e técnica em contabilidade, era Licenciada em Letras e Filosofia. A única encontrada em todo o período da pesquisa (1934-1959); Laura Folly, que era normalista; Arlete Leão, técnica em contabilidade e normalista, e Maria Cristina de oliveira Menezes, que possuía apenas o Curso Colegial.

Encontramos os termos posse de duas estagiárias: Ana Maria de Oliveira e Laura Pires Folly. Nesses termos, apresentavam-se dados de identificação das estagiárias, endereço residencial, estado civil e a posse nos seguintes termos, assim redigida

[...] perante o Senhor Diretor da Escola Técnica de Comércio, o Dr. Áureo de Oliveira Filho e o Senhor Inspetor do Ensino Comercial, Professor Joselito Amorim, assumiu a professora o compromisso de exercer o magistério com zelo, assiduidade e dedicação (SANTANÓPOLIS RELATÓRIO DE INSPEÇÃO de 1956, p.246).

¹¹⁵Cineasta nascido em Riachão do Jacuípe e tem como obra mais conhecida “Manhã Cinzenta” apresentada em vários festivais internacionais, como Pesaro (Itália), Cracóvia (Polônia), Mannheim (Alemanha) onde foi premiado com o Filmdukaten, em 1970”. Disponível em: < <http://www.infocultural.com.br/> > Acesso em jun. 2013.

Mais ainda, o termo que parece ser encaminhado à Diretoria de Ensino Comercial para autorização apresenta a lista de documentos das (futuras) professoras, considerados como indispensáveis à investidura do cargo, “de acordo com o Decreto nº 23. 348 de 02 março de 1950”. (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO de 1956).

No relatório de 1945, constatei uma série de diligências no que se refere à aquisição do registro provisório ou definitivo para o exercício do magistério em algumas disciplinas. Em comunicação, via telegrama, da Divisão de Ensino Comercial ao inspetor Felon no ano de 1944, quando do processo de autorização para o funcionamento definitivo da Escola Técnica de Comércio, que subsidia as análises desse trabalho, são feitas as seguintes recomendações em relação a professores da instituição:

Edinspetor Escola Técnica Comércio Santanópolis

Feira de Santana – Bahia

Deveis providenciar urgente até últimos dias junho próximo substituição professores Izabel Alexandrina Carvalho Cadeira economia domestica por professor possua diploma normalista vg Luiz Rocha Sales em Inglês por professor registrado esta disciplina vg Newton Costa Falcão contabilidade Bancária vg estatística vg organização técnica comercial vg merceologia por professor possua diploma contador registrado este ministério pt Sds Edcomercial. (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1945).

Em outra diligência do ano de 1948, solicita-se a substituição do professor Newton da Costa Falcão, que naquele momento era Inspetor da Escola Técnica de Comércio, não podendo “ser inspetor e professor da mesma escola”. (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1945-1948, E/245 de 26/01/1948).

Na mesma correspondência é solicitada a substituição “da normalista Maria Isaura de Figueiredo porque o diploma de normalista não lhe permite ensinar as disciplinas de cultura técnica” Minuciosa, a correspondência solicita, inclusive, que a instituição informe os números de livros, folhas e datas dos registros dos diplomas dos contadores Everaldo Azevedo e Augusto Vital Graça.

Os documentos que compõem a diligência, em torno da regularização de professores, são provas do controle exercido pelo Governo Federal no Ensino secundário e comercial, através de seus inspetores a quem cabia “não só fiscalizar a marcha dos serviços, como também solucionar divergências suscitadas entre os inspetores e os dirigentes dos estabelecimentos de ensino” (BRASIL, 1931, Artigo 53) que de acordo com a Reforma Francisco Campos e a Lei Orgânica do Ensino Secundário, “limitar-se-á ao mínimo imprescindível a assegurar a ordem e a eficiência escolares.” (BRASIL, 1942. Art. 75§2º)

6.2.2 Regime de trabalho e remuneração

De acordo com Vicentini (2002), os anos de 1940 foram de tentativas de delimitação profissional do magistério secundário, inclusive com a exigência da formação específica em nível superior em detrimento da realidade, que apresentava um quadro bastante heterogêneo no que se refere à formação dos que exerciam o magisterio secundário, gerando tensões entre os professores licenciados e os “velhos mestres” – autodidatas ou oriundos de cursos superiores diversos (direito, medicina, engenharia etc.) e de seminários –, pois somente os primeiros, apesar de serem em menor número, tinham direito ao registro definitivo junto ao ministério. (VICENTINI, 2002). Os professores que não possuíam registro definitivo só o conseguiu em 1946 por meio do decreto nº 8.777 de 24 de janeiro de 1946, que em seu artigo 5º afirma:

[...] os professores registrados em caráter provisório até a data da publicação deste decreto-lei poderão obter registro definitivo desde que provem haver lecionado por três anos, pelo menos, com eficiência e sem nota que os desabone, em estabelecimento de ensino de segundo grau, oficial equiparado ou reconhecido, de ensino secundário com eficiência e sem nota que os desabone. (BRASIL, 1946).

Outra questão que ganhou importância na luta desses professores refere-se às suas condições de trabalho e remuneração. O debate sobre a regulamentação do trabalho dos professores de estabelecimentos particulares de ensino apareceu no *Folha do Norte* em 1939 chamando a atenção para as condições de trabalho desses profissionais. Uma nota de primeira página, sem autoria, revelada com o título – *Regulamentação do Trabalho no Magistério particular* –, informa sobre o processo de discussão dessa regulamentação e a criação de uma comissão com a responsabilidade de escrever o anteprojeto de Lei que regulamentaria o trabalho docente na rede particular, comissão esta que contava com a presença de Lourenço Filho, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas. Esse anteprojeto desembocou no Decreto Lei 2.028, de 28 de fevereiro de 1940, que institui o Registro de trabalho dos professores e outros profissionais de estabelecimentos de ensino, além de versar sobre as condições de trabalho dos empregados em estabelecimentos particulares de ensino, constituindo-se em documento significativo para a compreensão de como se deu essa relação no Santanópolis.

Para analisar os contratos de serviço no colégio Santanópolis tomei como fontes os livros de registro de empregados dos anos de 1941 e livro, sem data, que a mim parece ser do

ano de 1947, além dos contratos de locação de serviço de 15 professores, anexos ao conjunto de documentos que compõem, o que denominei de Relatório de Inspeção 1945-1948.

Antes de empreender maior observação aos contratos de serviço,¹¹⁶ apresento a ficha de registro de um desses professores. A ficha abaixo foi fotografada do Livro de Registro de Empregados que está publicado parceladamente no blog do Colégio Santanópolis. Nela é possível observar as informações solicitadas para registro de empregados, o que dá acesso às análises acerca do regime de trabalho e remuneração dos professores.

Figura 59 - Registro do professor George Malcon Cadogan

LIVRO DE REGISTRO DOS EMPREGADOS
SERIE

NÚMERO DE ORDEM 2 N. DA CARTEIRA PROFISSIONAL

Nome *George Malcon Cadogan*
 Filiação *Thomas Cadogan*
 Idade *51* anos. Data do nascimento *14 / 6 / 1890* Nacionalidade *Americano*
 Lugar do Nascimento *Warren, C. Ill.*
 Residência *Rua Dr. Veloso Bastos 59* Data da admissão ao serviço *15 / 1 / 39* Categoria e ocupação habitual *Professora*
 Salario *R\$ 200,000* Forma de pagamento *Mensal*
 Nomes dos beneficiarios *Libânia Cadogan, George Cadogan, Georgina Cadogan*
 Assinatura do empregado *George Malcon Cadogan*
 Data *15 / 1 / 39* Data da dispensa de de 19

Fonte: Livro nº 01 de Registro de Empregados do Santanópolis 1934-1941.

O registro do professor George Cadogan, embora datado de 1941, informa que este foi admitido no Colégio no ano de 1939. O documento, que não apresenta carga horário de trabalho mensal ou semanal, também não diz a disciplina lecionada pelo professor. Além dos dados de identificação e da função exercida pelo funcionário, consta no livro a relação de seus dependentes, nesse caso, Libânia, George e Georgina Cadogan; salário com pagamento mensal; ano de admissão e espaço para a data de dispensa.

Os contratos de locação de serviço, referidos em parágrafo anterior, datados de 1947, pertencem aos professores Newton da Costa Falcão, Osvaldo Galeão dos Santos, Dival da Silva Pitombo, Joaquim Alexandrino de Azevedo, Maria Isaura de Figueiredo, Alberto Magalhães Sampaio, Edelvira D'Oliveira, Terezinha Pereira do Menino Jesus Gusmão, Gastão Clóvis de Souza Guimarães, Joselito Falcão de Amorim, Honorato Manoel do

¹¹⁶O fato de os contratos serem denominados de serviço e não de trabalho, remete à discussão das condições do trabalho docente no período estudado. Entretanto, embora ciente da questão, dada a complexidade da mesma, não seria possível sua discussão nesse trabalho.

Bonfim, Jayme Caribé Dias, Edelvito Campelo D'Araújo, José Joaquim Lopes de Brito, Péricles da Rocha Ramos.

O contrato de serviço é um documento padrão e timbrado com o nome do Santanópolis; na página de abertura consta os três cursos seriados da escola na década de 1940: Escola Técnica de Comércio, Ginásial e Colegial. O contrato firmado entre as partes traz, no item de número 01, o seguinte texto:

[...] A Diretoria do Santanópolis – Estabelecimento de ensino, de uma parte aqui chamada “Santanópolis” e o professor X aqui chamado “o professor” de conformidade com o Decreto Lei nº 2.028 de 28 de fevereiro de 1940 e da Portaria nº 8 de 16 de janeiro de 1941 do Ministério da Educação firma o seguinte contrato de locação de serviço.(SANTANÒPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1945-1948).

A observância da legislação e das fontes possibilita analisar se o Colégio Santanópolis cumpria com as exigências legais no período, especialmente porque o Dr. Àureo Filho participava ativamente de eventos ligados aos interesses dos estabelecimentos particulares de ensino, tendo sido eleito presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário do Estado da Bahia, no ano de 1951, conforme nota no *Folha do Norte* de 19 de dezembro de 1951. A chapa única tinha, como um de seus membros, Isaías Alves de Almeida na representação junto à Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. Também na década de 1950,¹¹⁷ o diretor do Santanópolis rumou à capital Federal

a fim de tomar parte como representante de nosso Estado na sessão de assembléia geral da “Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino de que o mesmo, é também diretor”, sessão que se instalou ontem e que tem como motivo, o disídio coletivo suscitado entre o “Sindicato dos Professores” e o “Sindicato dos Estabelecimentos”. (FOLHA DO NORTE, s/d, s/p, grifo do autor).

Já em 1946, o Dr. Àureo Filho e o Dr Dival Pitombo, este – professor do Colégio – participaram do Segundo Congresso de Diretores de estabelecimentos particulares em Belo Horizonte, local de onde, segundo notícia de Jornal, rumaram de avião até a capital Federal, seguindo de “trem especial, posto à disposição dos mesmos pelo Governo Federal”. (FOLHA DO NORTE nº1928 de 22 de junho de 1946, p.1).

No artigo 1º do Decreto lei nº 2.028/40 consta que “o exercício remunerado do magistério em estabelecimentos particulares de ensino exigirá, além das condições de

¹¹⁷ Recorte do Jornal *Folha do Norte* sem especificação do ano.

habilitação estabelecidas pela competente legislação, o registro na repartição própria do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”. (BRASIL 1946, Art.1º). Na documentação localizada consta o parcelamento de débito da empresa Áureo de Oliveira Filho – Proc. 1331/57 e 8026/55 em 48 (quarenta e oito) prestações – Junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes. Dentre as contribuições especificadas no documento, encontram-se contribuição de segurados e de empresas, contribuição ao SESC, o que indica que o estabelecimento cumpria exigência legal de registro. Em alguns casos, informa-se que o funcionário contribuiu com o imposto sindical junto à Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (FITEC) que situava à Rua Álvaro Alvim, 33/7, Conjunto 120, Edifício Rex, Rio de Janeiro.

Verificou-se nos registros de empregados anotações referentes ao gozo de férias dos professores desde o primeiro ano de funcionamento da escola. Como é o caso da professora Edelvira de Oliveira que gozou férias de dezembro de 1934 a março de 1935 e assim sucessivamente até ano de 1957.

A Lei 2.028/40 em seu Artigo 8º garantia aos professores que, no período de exames e no de férias, seria paga mensalmente aos professores remuneração correspondente à quantia a eles assegurada, na conformidade dos horários durante o período de aulas. No entanto, durante o período de férias, os professores continuavam a serviço do estabelecimento para prática de atividades relacionadas à realização de exames “por até oito horas por dia sem direito à remuneração extraordinária na forma do Parágrafo 1º do Artigo X da citada Portaria n. 8”; diz o item XII do contrato de serviço. Esta determinação contratual encontra respaldo, também, na Lei citada anteriormente que, no Parágrafo Segundo do Artigo 8º afirma: “no período de férias, não se poderá exigir dos professores outro serviço senão o relacionado com a realização de exames”. (BRASIL, 1940).

Nos contratos estavam discriminados o tempo de duração do mesmo – um ano letivo – ,as disciplinas lecionadas pelo professor, o ciclo do Ensino Secundário ou do Curso de Técnico em contabilidade, os valores da hora aula, a carga horária semanal e o valor total mensal a receber pelo prestador de serviço. Também no contrato vinham especificadas, em vinte e cinco itens, as obrigações dos professores e do estabelecimento e, ao final, assinado pelo professor, pelo diretor do estabelecimento, por duas testemunhas e corroborado pelo Inspetor Federal que, neste caso, tratava-se do Senhor Manoel Sátiro da Silva Ribeiro. De acordo com o documento, o contrato estava respaldado na Lei 2.028 de 22 de fevereiro de 1940 e pela Portaria nº 08 de 16 de janeiro de 1941.

Dentre as obrigações dos professores, além do compromisso de ministrar aulas dentro do horário estabelecido com duração de 45 minutos – assinar a caderneta, fazer a chamada dos alunos, realizar as avaliações previstas em lei, participar de bancas examinadoras, registrar notas dentro do período legal, participar das reuniões da Congregação sejam elas ordinárias, extraordinárias ou solenes – alguns itens chamam especial atenção. O Item XIV nos diz que “ o Santanópolis não exigirá dos professores, aos domingos, nem a regência de aulas, nem a participação em exames na forma do Artigo XXII da Portaria nº 08, ressalvado o item XV (CONTRATO DE SERVIÇO ANEXO AO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1945-1948) do contrato. A portaria, a que se refere o texto, não foi encontrada. Busquei então, na Lei 2.028/40, o respaldo para afirmação que se encontra no Artigo 5º. O item XV se aproveita da brecha na Lei que livra o professor, aos domingos, apenas da realização de exames e da regência e deixa o professor de sob aviso para outras atividades realizadas pela escola.

Em qualquer dia do período letivo ou não, inclusive domingos, feriados ou dias santificados, o professor fica obrigado, quando designado pelo Diretor a representar o Santanópolis em solenidades, para que o mesmo seja convidado e, bem assim, acompanhar o corpo discente em paradas, desfiles, concentrações e formaturas determinadas pelo Governo Federal ou do Estado ou pela Diretoria do estabelecimento, considerando-se falta sujeita ao respectivo desconto, a ausência do professor sem a autorização prévia da Diretoria do Santanópolis. (BRASIL, 1940).

Este item do contrato de serviço é uma demonstração de que, mesmo significando um avanço na regulamentação do trabalho docente, o qual garante direitos como o gozo de férias remuneradas – ainda que atravessada por obrigações com o estabelecimento –, havia muito a caminhar para a ampliação de direitos. O texto deixa nítido o poder que os donos de estabelecimentos de ensino exerceram sobre o trabalho do professor que durante o período estudado se organizaram e reivindicaram direitos, desembocando na primeira greve dos professores do ensino secundário, em 1956, organizada

pelo Sindicato dos Professores do Distrito Federal em razão do conflito entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho concernente à portaria que determinava a fórmula para o cálculo do salário dos professores do ensino particular. Esta greve provocou um grande debate na grande imprensa sobre o direito à greve dos professores e os lucros exorbitantes da chamada “indústria de ensino”. (VICENTINI, 2002, p.4).

Na Bahia, o movimento passou em brancas núvens. Nos jornais locais não se mencionou nenhum movimento por parte dos professores dos dois ginásios existentes, na época, em Feira de Santana. Contudo, o Jornal, *O Coruja* – vinculado ao Grêmio Estudantil

do Colégio Santanópolis – publica duas notas sobre o tema. A primeira, no dia 18 de novembro de 1956, assinada por Virgílio Sobrinho, fala sobre “a onda de greves do magistério brasileiro” sob o comando do Rio e São Paulo, colocando como justas e necessárias as reivindicações. Sobre a questão em nosso Estado, relata que:

[...] embora os problemas vitais do homem se acirrem em nossa terra onde a alimentação, a habitação e o transporte são muito caros, os professores não quiseram solidarizar-se com os seus colegas de Rio e São Paulo. As razões que determinam isso são conhecidas de todos. Ainda temos a mentalidade de professores-sacerdotes ... A comercialização não predomina no espírito, só por isso não ingressam na luta, não entram em greve. Mas... a associação dos professores particulares de ensino já solicitou sua carta sindical e os professores do ensino comercial estão também se movimentando para formarem a sua associação classista. (SOBRINHO, VIRGÍLIO. OS PROFESSORES DA BAHIA. FOLHA DO NORTE, Nº 61 de 18/11/1956, grifo do autor).

A segunda nota, de autoria de Walter Neves – localizada na sessão estudantil –, traz um discurso contra a greve colocando-a como um problema para o desenvolvimento do país; dirige-se à juventude argumentando sobre “a necessidade de se educar os jovens estudantes de hoje, que serão os líderes de amanhã, a não se alinharem a tal movimento”. (NEVES, WALTER. A Greve. O CORUJA nº75 de 07/07/1957, p.2). E reclama: “Até mesmo nos colégios a senhora greve já faz parte das ideias estudantis!...Calamidade!”. Diante do exposto, podemos concluir que, como movimento organizado, os professores do ensino secundário em Feira de Santana nada reclamaram.

Se os livros de registros e os contratos de locação de serviço do Santanópolis parece indicar não haver ali nenhuma ilegalidade, no que se refere aos direitos trabalhistas da categoria no período em estudo, o Jornal *Folha do Norte* traz uma nota que demonstra que havia conflito nas relações de trabalho na escola. O Jornal *O Imparcial*, da capital do Estado, publica uma nota com a seguinte manchete: “*O Santanópolis recusou pagar ao reservista convocado*”. (FOLHA DO NORTE nº 1778 de 07/08/1943, p.1). Numa nota longa, o Dr. Àureo Filho se vê obrigado a esclarecer o ocorrido.

No ano de 1943, o Santanópolis teve alunos, professores e funcionários, dentre eles, o professor Joselito Amorim e o senhor Almiro Vasconcelos, citados na nota – convocados para a guerra. A contenda se deu acerca do pagamento dos vencimentos do senhor Almiro pelo colégio, que parece ter se negado ou posto alguma dificuldade. Como não tive acesso ao texto do Jornal *O Imparcial*, restou-me fazer interpretações a partir da justificativa do Dr. Àureo,

publicada no Jornal, intitulada, *O Santanópolis paga de boa vontade ao reservista convocado*, na qual declara que o pagamento foi efetivado. Na redação, ele explica:

[...] Quando o professor Almiro Vasconcelos, Secretário do nosso colégio, foi convocado com os demais auxiliares e professores desta escola, a diretoria prontificou-se a pagar, como era obrigação sua, os vencimentos e o fez com a máxima boa vontade, por saber estar contribuindo patrioticamente para a defesa de nossa terra, para a qual não existe sacrifício bastante. O professor Almiro Vasconcelos estava substituindo o professor de Inglês a pedido deste, então suscitou-se a dúvida se o professor Almiro, deveria receber, além do seu ordenado de funcionário da secretaria, os vencimentos de professor substituto da cadeira referida. (FOLHA DO NORTE Nº1778 de 07/08/1943, p.1).

A nota não traz informações de como o *O Imparcial* obteve conhecimento do fato: se o funcionário fez algum tipo de denúncia ou qualquer outro meio possível. Mas está claro que, como em toda relação patrão/empregado, no Santanópolis, havia conflitos.

6.2.3 A Remuneração

Os valores dos vencimentos dos professores foram levantados a partir de informações contidas nos registros de empregados e nos contratos de trabalho. Para o ano de 1941 foram encontrados nos registros de empregados os seguintes valores: Dr. Gastão Guimarães, 250\$000¹¹⁸; Dr. Dival Pitombo, 200\$000; Dr. Humberto Hugo, 200\$000; Dr. José Joaquim, 400\$000; Dr. Estêvam Moura, 250\$000; Dr. Renato Santos Silva, 250\$000, Tenente José Joaquim, 200\$000; Dr. George Cadogan, 200\$000. As informações disponíveis no livro de registro de empregados não apresentam maiores detalhes em torno de como se dava a remuneração de professores como, por exemplo, o valor da hora aula e/ou se havia alguma diferença de remuneração em função da formação.

Ao que parece, a diferença de remuneração se dava por conta da quantidade de aulas ministradas pelo professor. A exemplo disso podemos citar o professor Joaquim Lopes de Brito, que apresenta a maior remuneração; ele é professor de Matemática, matéria presente em todas as séries e com carga horária das maiores.

Diante dos limites das informações disponíveis, não é possível estabelecer comparação entre mensalidade e salário do professor, porque seria necessário conhecer o valor da mensalidade em 1941, e nenhuma das fontes disponíveis trouxe esse dado. A título de

¹¹⁸ Leia-se mil-réis.

informação, o valor do salário mínimo¹¹⁹ em 1940 dependia da região e apresentava dois valores, sendo 90\$000 o menor, e 240\$000¹²⁰ o maior.

Observando os contratos de locação de serviço, verifiquei que, da parte do empregador, a primeira obrigação prevista em contrato diz respeito ao pagamento dos vencimentos. Segundo o item XVIII

a Diretoria se compromete a pagar o professor no décimo dia útil de cada mês o salário a que tiver feito jus e que será calculado de acordo com o artigo V da citada Portaria n. 8 consoante a seguinte fórmula $\frac{S}{162}$ $\frac{C}{12}$ estabelecida pelo Decreto Lei 2162 de 1º de maio de 1940. Fórmula na qual “S” corresponde ao salário mínimo local e C à contribuição média Local de cada aluno calculada na forma do artigo VI e seus parágrafos da portaria n.8 (SANTANÓPOLIS, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO,1956).

O Decreto Lei 2.161/40 é o que institui o salário mínimo e estabelece que os pagamentos mensais devam ser feitos até o décimo dia útil de cada mês, como especifica o item. No entanto, não encontrei nenhuma referência à fórmula citada nesse Decreto. Ao que parece, a fórmula está prevista na Portaria nº8 a qual não consegui localizar. Os cálculos da remuneração, de acordo com o contrato, eram feitos sob a supervisão da Inspeção Federal de Ensino. No item XXIII fica assegurado ao professor o emprego por um ano letivo com direito a férias nos meses de janeiro e fevereiro.

Quanto aos valores pagos, aos professores, divergem de acordo com a carga horária e o ciclo. O valor da hora aula era de Cr\$ 10,30¹²¹ no primeiro ciclo e Cr.\$12,30 para o segundo ciclo em 1947 e 1948, os dois anos identificados nos contratos. Com esses valores, a hora aula e os cálculos previstos no contrato, um professor que trabalhasse 3 horas semanais, numa disciplina do 2º ciclo, receberia, ao final do mês, a importância de Cr\$ 166,05 (Cento e sessenta e seis cruzeiros e cinco centavos).

O Regimento, peça documental do Relatório de Inspeção (1956), está identificado como sendo da Escola Técnica de Comércio, mas faz menção aos outros cursos que funcionavam no estabelecimento como “Ginásio, Colégio (Clássico e Científico), Admissão e Primário” (REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO.

¹¹⁹O Decreto-Lei 2.162/1940 determinava ainda que o Salário Mínimo deveria vigorar pelo prazo de três anos quando então seria revisto, salvo se as Comissões se manifestassem no sentido de revisão antes do prazo estipulado, em decorrência de fatos supervenientes que pudessem provocar alterações na situação econômica e financeira do País ou de região, ocasionando perda de poder de compra nos salários, ou seja, inflação. Disponível em< http://www.gazetadeitauna.com.br/historioc_salario.htm> Acesso em jul. 2013.

¹²⁰ Em 1940 o salário correspondia a R r\$ 1.202,29.

¹²¹ Leia-se Cruzeiro.

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1945-1948), todos diurno. Nesse documento, estão especificadas as mensalidades dos alunos para o ano de 1945 com os valores de Cr\$ 180,00 para o Curso de Admissão; Cr.\$ 800,00, para os 1º, 2º, 3º e 4º ano do Curso Básico; Cr.\$ 1.000,00, para 1º, 2º e 3º ano do Curso Técnico. Os pagamentos, segundo o documento, deveriam ser feitos mensalmente de fevereiro a novembro.

Não foi possível comparar a relação entre salários e valores de mensalidade porque as informações que constam sobre mensalidades e salários são de períodos diferentes. Os contratos, como informados anteriormente, são de 1947 e 1948, e os valores das mensalidades são de 1945. No entanto, os dados me permitem algumas especulações.

Tomando o segundo ciclo como referência para a análise, em 1945 o valor da mensalidade era de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros por mês). Se considerarmos que esse poderia ser o valor da mensalidade em 1948 (o que é possível) e que a carga horária mensal do ciclo era de 25 horas semanais, perfazendo um total de 112,5 horas por mês, o pagamento das horas aulas referente a todo o mês, no ciclo, seria de Cr\$1.383,75 (Mil trezentos e oitenta e três cruzeiros e setenta e cinco centavos); nesse caso, a mensalidade de dois alunos pagaria toda a carga horária, e sobrariam Cr\$ 616,25 (Seiscentos e dezesseis cruzeiros e vinte e cinco centavos). Outra possibilidade de comparação dos vencimentos dos docentes pode ser feita tomando como parâmetro o salário mínimo, que em 1943 foi corrigido desde sua instituição em 1940 para o valor de Cr\$ 380,00 (Trezentos e oitenta cruzeiros), permanecendo nesse valor até 1952, quando passou para Cr\$.1.200,00 (Mil e duzentos cruzeiros) apresentando “queda real da ordem de 65%”¹²². Com base nos dados, a mensalidade de um aluno do segundo ciclo no Santanópolis, em 1948, correspondia aproximadamente 2,6 salários mínimos¹²³. Ainda comparando o salário do professor, exemplificado acima, corresponderia a aproximadamente 3,6 salários mínimos.

Reconheço que as comparações estabelecidas estão distantes de corresponder fielmente à relação salário de professor *versus* mensalidade de aluno no Colégio Santanópolis; entretanto, são elementos para compreendermos as razões das reivindicações da classe, as quais se iniciaram nos anos 1940 e se estenderam até os anos 1950, desembocando na greve de outubro de 1956, no Rio e em São Paulo, quando o sindicato denunciava a baixa remuneração dos professores, a qual os obrigava a lecionar em mais de um estabelecimento, e

¹²² Disponível em < http://www.gazetadeitauna.com.br/historioc_salario.htm> Acesso em jul. 2013.

¹²³ O salário mínimo em 1948 correspondia a R\$506,17. Disponível em:: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/veja-evolucao-do-salario-minimo-desde-sua-criacao-ha-70-anos.>> Acesso em Jul.2013.

as péssimas condições de trabalho (prédios inadequados e mal conservados, classes superlotadas etc. (VICENTINI, 2002). Na Bahia, um artigo de Sobrinho, já citado anteriormente, denuncia a baixa remuneração dos professores em 1956 dizendo que

[...] ainda há professores ganhando Cr.\$20,00 a hora aula e, em média, percebe em Salvador, por salário aula Cr.\$35,00 o nosso mestre secundário. Se pensar bem não chega para um quilo carne, ou para pagar o aluguel de um dia de uma choupana... tudo isso leva o professor a pensar em melhores salários. É tempo, entretanto, de se evitar que a Bahia tome atitude desse Jaez: que os diretores se reúnam e cumpram a lei tomando por base o salário mínimo. E isto não é difícil fazer. (SOBRINHO; VIRGÍLIO. OS PROFESSORES DA BAHIA. O CORUJA de 18/11/1956, nº 61, p.1).

Em meio a toda essa movimentação da categoria no sudeste do país por melhores condições de trabalho e de remuneração nos anos 1940, parece-nos que, no Santanópolis, os conflitos, quando existiram, foram eventos de iniciativa individual como foi o caso do professor substituto Almiro Vasconcelos, bem de acordo com a ausência de organização do movimento no Estado e na cidade. Planzo¹²⁴, em suas memórias, como aluno e depois professor do Santanópolis, afirma que “professor sempre ganhou pouco, mas não havia greves”. (PLANZO, 1999, p.43). Mais adiante avalia: “Todos satisfeitos, se não, ao menos aparentavam...”

Observando os quadros de professores do estabelecimento percebe-se que muitos deles permaneceram, durante muitos anos, ligados à instituição, o que pode ser explicado pelo fato de que esta era a fonte de emprego e única renda para muitos deles ou quem sabe por que, além disso, as relações na escola permitiram a criação de vínculos outros, que levaram aos professores da instituição apoiar a candidatura do Dr. Áureo Filho a deputado estadual em 1950. O texto que conclamava apoio à candidatura tinha o tom de apoio da classe e o colocava como uma voz em favor dos professores na Câmara Estadual.

Nós, professores de Feira de Santana, sentindo a necessidade de um representante na CÂMARA ESTADUAL, capaz de reivindicar e defender os direitos e interesses do professorado bahiano a mais desamparada de todas as classes, pedimos a todos aqueles que exercem o magistério, principalmente o primário e o secundário – público ou particular – INDEPENDENTE DE PARTIDARISMO POLÍTICO – apoiem o nome do grande educador Áureo de Oliveira Filho que por suas qualidades de cultura, trabalho e combatividade sobejamente comprovada na sua brilhante atuação no setor educacional é o elemento indicado para, na Câmara Estadual, representar a

¹²⁴ Planzo foi aluno do Santanópolis em meados da década de 1950 e professor na década de 1960.

nossa classe e trabalhar por nossa classe. (FOLHA DO NORTE nº 2141 de 22/ 07/ 1950, Nº 2141, p.1).

Assinaram a nota, oitenta e quatro professores, parte deles, como era de se esperar, professores e/ou ex-professores do Santanópolis, mas também havia professores da Escola Normal, do Colégio Estadual entre outras instituições escolares. Este apoio à candidatura do proprietário do maior colégio particular da época em Feira de Santana é um indicador de a quantas andava a organização da classe docente naquele momento.

Contudo, imaginamos que essa movimentação, as notícias que chegavam do sul e mais tarde da capital, talvez tenham sido o estímulo para que, em 1958, tenha sido criada – por iniciativa de professores primários e secundários – a Casa do Professor, uma sociedade de classe denominada Associação dos Professores de Feira de Santana, não só com o fito de promover reunião de classe, como também fundar uma biblioteca e dar início à construção da Casa do Professor de Feira de Santana. (FOLHA DO NORTE nº 2575 de 15/11/1958, p.1) A Associação dos Professores de Feira de Santana (APROFS) – que mais tarde se transformaria na APLB Sindicato – só foi criada em 1º de agosto de 1973 e considerada de utilidade pública em 1978 pelo então prefeito Colbert Martins da Silva, Lei nº 843/78.

6.2.4 O discurso teórico-metodológico do Santanópolis

As fontes indicaram que ser professor do Santanópolis era garantia de respeito por parte da sociedade e de destaque no Jornal, que noticiava, inclusive, as comemorações por ocasião da páscoa sob o título *Páscoa do Professor*, organizada pela Sucursal da Suppe em 1951 cuja representante era a professora Edelvira Oliveira, uma das irmãs do Dr. Áureo e fundadora do Colégio junto com ele. Também no Jornal foi publicado em 1934 o nome dos professores da primeira turma do curso secundário e seus pré-requisitos. Seus discursos publicados (no todo ou em parte) no Jornal forneceram aqui e ali informações acerca de como conduziam seu trabalho.

Embora não tenha encontrado fontes que me permitissem analisar como se concretizou o trabalho desses professores, ao longo desses anos, é possível afirmar que, já nos anos 1930, havia um discurso que demonstrava preocupação com o que o professor Antonio Gracia classificou – na abertura solene dos cursos no anos de 1936, mais precisamente no dia 21 de março – de estrangeirismos. Segundo o periódico, de posse da palavra na abertura solene dos cursos naquele ano, o professor Antonio Garcia, em poucas palavras conclamava aos colegas

de magistério a “imprimirem ao ensino indelével de cunho nacional libertando-o das peias do pedagogismo estrangeiro”. (FOLHA DO NORTE nº 1392 de 21/03/1936, p1).

A crítica aos estrangeirismos pedagógicos esteve presente nos discursos do Dr. Áureo Filho já em 1935, quando da abertura daquele ano letivo. A crítica foi classificada pelo editorial do Jornal *Folha do Norte* como “criteriosa e oportuna de preconizados métodos de ensino estrangeiros inadaptáveis ao nosso meio, à nossa gente”. (FOLHA DO NORTE nº 1374 de 16/11/1935, p.7). E, exaltando o orador, afirma que “o conferencista estudou à luz da razão e da própria pedagogia hodierna, comprovando as várias causas de desaproveitamento de ensino, notadamente no curso primário.” Sobre os estrangeirismo na educação brasileira, Bastos afirma que “Nossa história educacional é principalmente a história de reiteradas tentativas de transplantação de idéias de instituições européias”. (SILVA, 1969, p.33). Continuando a crítica, o autor avalia que

Muitos dos problemas do ensino secundário brasileiro foram no passado e ainda são no presente efeitos de distorções e reinterpretações. E a reincidência na prática de transplantação, sem o indispensável espírito crítico, se traduz na atitude de sacramentar com o nome de tradição os efeitos distorcidos e reinterpretados das transplantações anteriores. (SILVA, 1969, p.33).

Quanto ao modo de ensinar, uma matéria que parece peça propagandística com o título, *Um instituto que honra a Feira*, coloca as bases do ensino ministrado na escola, pelo menos no nível do discurso: “APRENDEM FAZENDO os alunos do gymnásio e fazem da melhor vontade, estimulando-se reciprocamente e seguindo o exemplo dos mais diligentes” . (FOLHA DO NORTE nº 1403 de 06/06/1936, p.7). Aprender a fazer fazendo é um dos princípios do escolanovismo, que chega ao Brasil por meio dos pioneiros da Educação Nova, dentre eles podemos citar Anísio Teixeira e Lourenço Filho, contrastando com os objetivos e o currículo do ensino secundário sob a orientação das Reformas, calcado numa sólida cultura geral (DALLABRIDA, 2009) da qual não podia se furtar de seguir. De acordo com a Reforma Francisco Campos, “os programas serão organizados de acordo com a duração do ano letivo, de modo a ser ministrado nesse período o ensino de toda a matéria nele contida”. (BRASIL, 1931, Art.11). E com a Capanema, “os programas de que trata o presente artigo serão sempre organizados por uma comissão geral ou por comissões especiais, designadas pelo Ministro da Educação, que os expedirá”. (BRASIL, 1942, Capítulo III, Art. 18. §único).

Diante do exposto, podemos imaginar que se por um lado o fazer pedagógico do professor do colégio Santanópolis estava limitado pelas reformas, também ali se criaram estratégias para a realização de um ensino que estivesse mais de acordo com a realidade local.

Nesse sentido, a existência do Clube Agrícola, as excursões pelo entorno de Feira de Santana e região¹²⁵ podem ter sido atividades que valorizaram um saber mais próximo da realidade do aluno.

Por outro lado, aparentemente contraditório, mas pertinente, tanto ao momento histórico quanto ao discurso da educação voltada para a realidade do educando – bem ao estilo do Estado Novo –, o conteúdo da prática pedagógica incluía “a educação cívica theorica, a instrução cívico-militar compatível com suas respectivas capacidades física”. (FOLHA DO NORTE nº 1403 de 06/06/1936, p.7). Os desfiles cívicos do Sete de Setembro são uma boa ilustração do quão permeada pelo civismo era a educação que se efetivou no Santanópolis no período.

Durante o ano de 1942, foram publicadas uma série de notas sobre o Santanópolis; eram opiniões de autoridades, inspetores de educação, pedagogos, professor do Ginásio da Bahia, da Escola Normal da Bahia e de outros estabelecimentos de ensino da capital e até de um professor norte-Americano, Robert Kis Hall,¹²⁶ que a julgar pelo texto publicado em 1942 parecia uma espécie de consultor do estabelecimento: “ Espero enviar o desenvolvimento dessa escola seguindo as linhas gerais ilustradas no projeto em meu próximo retorno”¹²⁷ (FOLHA DO NORTE nº1712 de 02/05/1942, p.4). Todos exaltando a obra do Dr. Áureo, a importância do estabelecimento para Feira e região, além de modernidade de seus métodos de ensino. O Inspetor Escolar, Rafael Forte, registrou o seguinte depoimento¹²⁸ sobre a instituição e seus métodos de ensino:

[...] registro aqui a ótima impressão que tive ao percorrer este “Ginásio Santanópolis”, em Feira de Santana, sob a esclarecida direção do professor Dr. Áureo de Oliveira Filho, que conhece, de já, todos os segredos da pedagogia moderna e da nova orientação dos membros da psicologia educacional e dos métodos modernos pedagógicos com tudo quanto diz respeito aos processos de testis e de novos processos de ensino na orientação de todas as normas de didática no guiar as crianças à culminância do saber. (FOLHA DO NORTE nº1709 de 11/04/1942, p.4).

O discurso do senhor Rafael Fortes sobre os conhecimentos educacionais do Dr. Áureo Filho remete aos trabalhos de Isaías Alves, o que não nos surpreende, visto que na

¹²⁵ Foram realizadas as chamadas excursões pedagógicas às margens do Rio Jacuípe, no arraial de Tanquinho, no município de Itaberaba e em Santo Estêvão.

¹²⁶ Não foram encontradas referências sobre este professor.

¹²⁷ Texto publicado no Jornal: “I hope to send the development of this school following the general outlines illustrated a the project when I next return.”

¹²⁸ Embora publicado em 1942, o depoimento é datado de 03 de maio de 1941.

condição de proprietário de estabelecimento particular de ensino e, posteriormente, de presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, em 1951, quando Isaías Alves fez parte da direção, se configuram em oportunidades de contato com a sua obra que, segundo Rocha, “parece ter começado a construir seu espaço de atuação no campo educacional a partir da proposta da implantação de testes de inteligência como ferramenta de seleção escolar”. (2009, p. 2). Influenciado pela Psicologia Americana, Isaías criou o Centro de Pesquisas Pyscho Pedagógicas no Ginásio Ipiranga, em 1924, onde elaborou testes de QI, coordenou formação de professores do Estado da Bahia e, em 1932 passou, a pedido de Anísio Teixeira, a chefiar a seção de testes e escalas do Distrito Federal.

Por esta razão, acredito que o Dr. Áureo Filho era próximo de intelectuais que discutiam educação na Bahia, ao longo de sua existência e, embora se refira a um tempo posterior ao período estudado, o depoimento de Leda Jesuíno¹²⁹ corrobora a suspeita.

Professor Áureo vinha usufruir aquele ambiente que professor Simas tornava gradualmente cultural, sempre servindo um cafezinho, num sarau de intelectuais, quando se discutia os mais intrincados problemas da educação, com Alexandre Leal Costa, Batista Vidal, Othoniel Moura, Fernando Fonsêca, Antonio Celson Spínola, Kátia Mattoso, Joselice Macedo, Juliêta Fahel Guimarães, Therezinha Guimarães e tantos outros intelectuais atuantes e envolvidos nos projetos educacionais que se insinuavam naquele reitorado Reitor Miguel Calmon. (JESUÍNO, 2002, p.26).

Como afirmei, anteriormente, não tenho fontes como, por exemplo, planos de cursos, cadernos de professores ou de alunos, planos de aulas ou quaisquer outros documentos para que pudesse comparar os discursos veiculados sobre o fazer pedagógico e o que ocorria na trama cotidiana da sala de aula e da escola. Além disso, embora tentador, esse trabalho – pela escolha de sua problemática, não se propõe a aprofundar a questão. A intenção é tão somente observar como o Santanópolis apresentava para a sociedade de Feira de Santana da época, na mídia disponível, os seus discursos pedagógicos e os discursos sobre ele, buscando identificar onde, possivelmente, eles foram inspirados.

Os discursos de alunos na formatura apresentam a visão destes sobre os professores. Tenho consciência de que esse é um discurso festivo, para um dia festivo, e que ele não revela tudo, mas oferece, ainda que recebamos com alguma reserva, um ponto de vista sobre esses professores. Mesmo reconhecendo os limites e armadilhas desse discurso, trouxe um trecho

¹²⁹Foi Aluna de Isaías Alves, professora da Faculdade de educação e sua primeira Diretora.

do pronunciamento do orador da formatura do ano de 1958, dirigido aos professores. Para o orador,

[...] a energia e bondade foram as qualidades de que destes provas durante todo o tempo em que trabalhamos, nós jovens inquietos, porém sequeiros do saber e vós, caríssimos mestres, sempre solícitos e incansáveis a nortear nossos impulsos, sem todavia, anulá-los dirigindo-os no bom sentido. (FOLHA DO NORTE nº 2579 de 13/1/1958, p.2).

O texto divulga para a sociedade o lugar do professor na formação destes alunos, lugar que não diz respeito apenas à transmissão do conhecimento, mas à própria formação do homem. Dessa forma, com seus discursos e com os discursos sobre eles, projetados para a sociedade feirense, ultrapassando o território da escola, os professores eram educadores, não apenas dos alunos que estavam na escola, mas de toda a sociedade por meio das ferramentas de comunicação de massa disponíveis ou, até mesmo, da intervenção direta dos professores em questões do dia-a-dia, a pedido dos próprios familiares.

Reza a lenda que um aluno da Escola se apaixonou por uma “moça” da Rua do Minadouro¹³⁰; não tendo mais a família como resolver a questão, apelou para a professora Catuca que

foi ao Minadouro, à tarde no mesmo dia, quem assistiu contou como uma senhora como Professora Catuca entrou naquela rua, sozinha, fez-se silêncio sepulcral de respeito. Entrou na casa, chamou a responsável, pegou o rapaz pela orelha e ameaçou a dona da casa caso ele voltasse, como era menor de idade, mandaria fechar o estabelecimento. Depois levando-o, era aluno do Santanópolis, para a diretoria do colégio. Prometeu que não seria castigado e dizendo-lhe que se ele gostasse mesmo da moça, quando se formasse e já tivesse condições financeiras e a paixão persistisse seria a madrinha do casamento, até lá ele não poderia pisar na região nem se encontrar com aquela mulher. (BLOGSPOT)¹³¹

Entre leis, estrangeirismos e a filosofia comunitária da professora Catuca, o exercício do magistério no Santanópolis, possivelmente, ganhou contornos particulares, considerando as condições materiais e culturais para sua efetivação.

¹³⁰Na época, era região do baixo meretrício de Feira de Santana.

¹³¹Dinponível em <<http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/search/label/Casos%20Interessantes>> Acesso em set.2013.

CAPÍTULO 7

**AS FESTAS MAGNÍFICAS DO COLÉGIO SANTANÓPOLIS: SOLENES,
CULTURAIS, ESPORTIVAS OU CÍVICAS**



7 AS FESTAS MAGNÍFICAS DO COLÉGIO SANTANÓPOLIS: SOLENES, CULTURAIS, ESPORTIVAS OU CÍVICAS

A discussão que abre esta tese trata de pensar o impacto do colégio Santanópolis, mais precisamente seu prédio na paisagem da cidade de Feira de Santana dos anos 1930, a qual ambicionava tornar-se uma cidade moderna. Portanto, a relação do prédio da escola com a rua/avenida na cidade em que estava situado foi a discussão principal de abertura deste trabalho. Da Matta defende que “a casa e a rua interagem e se complementam num ciclo que é cumprido diariamente por homens e mulheres, velhos e crianças.” (1984, p.23). Assim também penso que o Santanópolis foi “constituindo e sendo constituído”(FARIA FILHO, 2005, p.33) na relação com as ruas da cidade de Feira de Santana, as quais em vários momentos foram o lugar da escola.

Neste último capítulo, a intenção é que a tese retorne às ruas da cidade para fechar-se – por hora – com festa. Nesse sentido, além do impacto do prédio na paisagem urbana da cidade e das tarefas de conhecer os sujeitos da ação educativa, e os cursos que ali funcionaram no período em estudo, senti a necessidade de analisar a ação educativa para além do espaço privado da escola, tomando as ruas e outros lugares da urbe, estendendo – a espaços não escolares – a sua cultura escolar compreendida como

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p.10).

Para dar corpo a essas reflexões, escolhi analisar as atividades educativas, mesmo as aparentemente descomprometidas pedagogicamente, a exemplo das festas de formatura, passando pelas atividades notadamente pedagógicas que aconteciam fora da escola: as festas de datas comemorativas e excursões. As atividades aqui enumeradas, ainda que nem todas sejam objeto de análise, foram pesquisadas em edições disponíveis do Jornal *Folha do Norte* de 1934 a 1959, única fonte escrita encontrada que registra estas atividades, em alguns casos, com riqueza de detalhes. O Jornal, enquanto meio de comunicação importante na Feira de Santana daquela época, era uma espécie de vitrine do Santanópolis e, o Colégio, de certa forma, era alimentado e alimentador na relação escola-periódico.

Na condição de equipamento social e educacional modernizador em seus anos de *Gymnasio* e de Colégio, o Santanópolis formou as elites dirigentes de Feira e região e

influenciou modos e costumes da cidade onde estava instalado, irradiando seus conhecimentos, moldando atitudes e comportamentos que se enraizaram na cidade e, nessa perspectiva, as festas fora da escola ampliaram o público que sofreu a influência de sua cultura.

Em artigo intitulado, *A cultura escolar como objeto histórico*, Julia (2001, p.36) “pergunta o que sobra da escola após a escola?”. Acompanhando suas reflexões pergunto: o que pretendia a escola para além da escola? Se entendemos que “la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer” (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 69), podemos dizer que a vida e a cultura escolar não estão restritas apenas ao que ocorre entre muros, mas elas podem ser sentidas e vividas fora da escola, através de elementos essenciais como corpo discente, “espaço escolar específico, cursos graduados em níveis e corpo profissional específico”(JULIA, 2001, p.14-15) e, que cada um, a seu modo, constrói a escola como referência na sociedade, porque “o potencial criativo da cultura escolar não tem influência somente sobre os indivíduos que frequentam a escola, mas também penetra, molda e modifica a cultura da sociedade global formando os indivíduos.” (CÂNDIDO, 2012, p.25).

Nas páginas do Jornal, encontrei várias atividades festivas que o Santanópolis realizava sozinho ou partilhava com a Escola Normal, a Escola Maria Quitéria e a Escola João Florêncio, suas maiores parceiras em atividades públicas. Para organizá-las me apropriei da classificação de Souza (2000) – festas do imaginário sociopolítico e festas do sucesso escolar – mas sem perder de vista o contexto desse trabalho, como por exemplo, o fato de que algumas dessas festas foram organizadas pelo grêmio da escola. No quadro que se segue encontram-se relacionados os festejos tanto do imaginário sociopolítico quanto os do sucesso escolar.

Quadro 22 - Festas realizadas pelo Colégio Santanópolis

FESTAS DO IMAGINÁRIO SOCIOPOLÍTICO	FESTAS DO SUCESSO ESCOLAR
Dia da Independência	Formaturas
Semana da Pátria	Apresentação de atividades do Clube Agrícola
Dia do Panamericanismo	Semana de Arte e Literatura
Páscoa dos Ginásianos	Elevação da Escola à categoria de Colégio
Dia do Mestre	Aniversário da Escola
Dia da Árvore	Inauguração da Escola de Datilografia e de Mecanografia
Dia da Juventude	Solenidades de Abertura dos Cursos
Festas Joaninas	Maratona intelectual
Inauguração do Retrato de Getúlio Vargas	Concurso de Língua Inglesa
Dia do Estudante	Concurso de Orthofonia
Recepção a Arnold Silva	Concursos de Conferências
Recepção ao PSD	Exposição dos trabalhos dos alunos
Tardes esportivas organizadas pelo Grêmio	
Tertúlias do Grêmio	
Embaixadas intercolégiais	
Excursões	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para efeito de análise, optei por trabalhar no campo das festas do Imaginário sócio político com duas festas cívicas – o Desfile de Sete de Setembro e a Semana da Pátria. Como festas cívicas, compreenderam aquelas previstas no calendário escolar, dentro do espírito do nacionalismo. Nesse contexto, as festas cívicas possuíam “tarefas específicas que permeavam o conjunto das disciplinas com seus conteúdos e métodos”. (GERKEN, 2006. p.3996). Ainda nesse grupo de festas, têm destaque as tertúlias e as festas esportivas realizadas pelo grêmio, pois considero importante destacar o protagonismo dos estudantes no estabelecimento das relações entre a escola e a cidade.

Dentre as festas que se preocupam em apresentar o sucesso escolar, me detive nas formaturas, um dos rituais mais importantes da escola, considerando que incluía o culto religioso, a solenidade de colação de grau e o baile dançante. Esta festa se constituiu num evento na e para a sociedade, excedendo os domínios da escola. A festa de passagem de Gymnasio a Colégio foi uma das mais movimentadas e importantes para instituição, mobilizando a cidade; por último, analisei a semana de Arte, Literatura e Educação que se concretizou envolvendo intelectuais e artistas da cidade.

As festas escolares, sejam elas do imaginário sociopolítico ou do sucesso escolar, são aspectos da cultura escolar que não ficaram restritas aos agentes que estavam dentro da

escola, mas abrangeram parcela significativa da sociedade, não apenas no momento de apreciação, mas na própria organização da festa ou da atividade de forma direta ou indireta.

Podemos afirmar que estes são momentos em que a “escola sai da escola” e, ocupando tempo e espaço na vida social, se reinventa e inventa tradições, “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição”. (HOBBSAWM, 1997, p.9). Desde sua preparação, esses eventos vão construindo regras e construindo-se como regra dentro da vida social da cidade porque

ao utilizar sentidos variados conforme a ocasião, as festas escolares são compreendidas como emissoras de uma linguagem coletiva que não deixa de lado sua característica primaz: expressar planos simbólicos diversos, apreendidos por aqueles que delas têm algum tipo de participação, quer sejam como organizadores, personagens ou expectadores. (BENCOSTTA e PEREIRA, 2006, p.3558).

Essas tradições criam calendários, “instrumentos de controle do tempo social [...] emblemas de poder e dominação que influencia o tempo coletivo”. (GALLEGO, 2008, p.94). Um desses símbolos de poder são os prêmios, sempre distribuídos ao final das partidas de bola ao cesto, nas embaixadas culturais, nos concursos de línguas ou de ortofonia, entre outros. As medalhas conquistadas pelo então aluno Joselito Amorim sobreviveram ao tempo para ajudar a contar a história.

Figura 60 – Medalhas do aluno Joselito Falcão de Amorim



Fonte: Acervo particular de Joselito Falcão Amorim.

São medalhas de honra ao mérito, da década de 1930, conquistadas em torneios de basquetebol contra equipes locais e de outras cidades do interior e da capital. Ao centro, cunhadas as letras GS dispostas de modo que formem uma figura que se assemelha a um triângulo, figura esta que, curiosamente, era também o formato do escudo do Santanópolis; o Delta é um dos símbolos da maçonaria – agremiação com a qual o Dr. Áureo filho manteria relações mais tarde. Nesse contexto, é preciso compreender que medalhas, escudos, fardas, reclames, broches, alfinetes são mais do que materiais de identificação ou propaganda da escola. São símbolos que permitiram a comunicação e favoreceram a relação entre a escola e sociedade. Assim,

os símbolos são os instrumentos por excelência de “integração social” enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise Durkheimiana da festa) eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a produção da ordem social: a integração “lógica” e a condição da integração “moral”. (BOURDIEU,2000, p.10).

Estas atividades também influenciaram o calendário, o tempo e o espaço da cidade quando se tornavam atividades de final de semana e faziam do colégio ponto de encontro de jovens para as partidas de basquete no estabelecimento. Tornaram símbolos de uma época e de um lugar.

7.1 AS FESTAS SOLENES: FORMATURAS E A NOITE ESPLENDOROSA

As festas de formatura são outro exemplo da incidência da escola no tempo da cidade. O fim do ano, por exemplo, passou a ser mais do que o período das festas natalinas, transformou-se também no período das formaturas, agora no plural, pois, um tempo atrás era exclusivo da formatura da Escola Normal. Por isso mesmo, escolhi iniciar essa análise com as festas de formatura e trazer a notícia de uma que na verdade foram duas; trata-se de um baile de confraternização conjunta no salão da prefeitura, o qual, segundo o texto jornalístico, se deu em função da “justificada e íntima alegria da conquista de seus ideais”. (FOLHA DO NORTE nº 1587 de 9/12/1930, p.1).

Figura 61 – Os diplomados de 1939 do Santanópolis em Feira de Santana



Fonte Jornal Folha do Norte nº 1587 de 9/12/1930. p.1.

Em que pese à festa dançante ter sido realizada em conjunto, a chamada no Jornal destaca a formatura dos Bacharéis em Ciências e Letras do Santanópolis. Não se sabe se por conta de o Santanópolis ter maior prestígio junto ao Jornal – o professor Antônio Garcia, um dos redatores do *Folha do Norte* era professor do Santanópolis – ou por se tratar de matéria paga e o Santanópolis ter contribuído com maior recurso. Decerto que uma das condições favoráveis para a realização de formaturas conjuntas se deve ao fato de o Dr. Gastão Guimarães¹³² ser diretor da Escola Normal e professor do Santanópolis na ocasião.

As festas de formatura em geral comportavam dois momentos: solenidade religiosa, em que se realizava o *Te-Deum*¹³³ – geralmente na igreja da Matriz – e depois a solenidade de colação de grau e a festa dançante que rompiam a madrugada, animadas por filarmônicas e Jazz Bands como a Almirante Reis que tocou na formatura de 1940. Inicialmente, eram realizadas no Palácio Municipal ou no Salão Nobre do Colégio e, posteriormente, no Cine-Teatro Íris e, com a emergência dos clubes, encontramos registros de formaturas que ocorreram no Clube Íris (1948) e no Feira Tênis Clube.

¹³² O Dr. Gastão Guimarães era professor de Língua Portuguesa e Literatura da Escola Normal Rural de Feira de Santana desde 1932 e diretor da mesma no período de 1938 a 1943 quando também foi professor do Santanópolis.

¹³³ Senhor Deus em Latim – Folha do Norte nº 2058 de 18/12/1948. p. 1.

A força dessas festas de formatura pode ser percebida nas matérias publicadas no jornal, em geral, na primeira página e muitas vezes ocupando uma página inteira. As informações iam além do nome dos formandos, dos paraninfos e homenageados, das autoridades civis e religiosas, abrangendo a descrição da ornamentação do local, dos quadros de formatura, como já feito em capítulo anterior, passando pelo *menu*, registrado em 1939 quando seria servido nos intervalos da festa “ profuso serviço de refrescos, cremes, águas minerais, etc.”.(FOLHA DO NORTE, nº 1587 de 9/12/1939, p.1).

Nenhum detalhe ficou de fora da narrativa do jornalista. A descrição minuciosa cumpre um papel importante tanto na invenção da tradição, quanto na sedimentação do caráter formativo da festa cujo resultado é a “socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento” (HOBSBAWM, 1997, p.17) muitas vezes assimilado de forma inconsciente pelos indivíduos, favorecendo, o que foi denominado por Carvalho (1989), uma “pedagogia do espetáculo”. De acordo com a autora,

a eficiência pedagógica das comemorações festivas escolares era, no círculo educacional, a razão de existência de tais práticas, uma vez que, na esteira de Gustave Le Bon, entendia-se a educação como um mecanismo de fazer passar atos do domínio do consciente para o inconsciente”. (CARVALHO, 1989, p. 76-77).

O detalhamento do ritual da formatura de 1939 informa, inclusive, o horário em que o diretor da escola senta-se na cadeira central, por quem está ladeado e demais posicionamentos dos patronos, paraninfos, professores homenageados e outras autoridades e pessoas “gradadas”, insinuando a nítida hierarquia da ocupação dos lugares de poder na solenidade.

Coroados por palmas que estrugiam no recinto, os discursos das autoridades – muitas vezes em tom de conselhos (FOLHADO NORTE nº 1630 de 07/12/1940) – eram mais um conteúdo pedagógico da/na festa, sempre exaltando o valor da boa educação e do papel social dos formandos, sem contar os discursos destes reconhecendo o valor da instituição e seus mestres para sua formação, o que se configuravam em um elemento a mais na consolidação da escola como lugar formador dos virtuosos e virtuosas da sociedade, posto que “os títulos de nobreza bem como os títulos escolares representam autênticos títulos de propriedade simbólica e dão direito às vantagens de reconhecimento” (BOURDIEU, 2004, p. 163) perante a comunidade que, enquanto se congratulava, festejava, e nem se percebia sendo educada em meio à toda simbologia na qual estava imerso o evento. “Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais exatamente, pelo monopólio da nomeação legítima, os agentes

investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e que pode ser juridicamente garantido.” (BOURDIEU, 2004, p. 163).

Os conteúdos explícitos e simbólicos de uma festa dançante de formatura, que pode ser interpretada como uma pausa no processo pedagógico tradicional da escola, são os mais variados e dirigidos a um público muito mais abrangente. Naqueles salões “inundados de luz e ornados de copiosas flores” (FOLHA DO NORTE nº 1638 de 30/11/1940, p1) presentes dicas de moda, decoração, culinária, regras de etiquetas que regulavam o bem “portar-se” na/da alta sociedade feirense. Ritual preparado passo-a-passo; era ele uma produção da comunidade através de suas comissões¹³⁴ de finanças, de convites, de ornamentação, de recepção, festa, missa, imprensa, ações que mobilizavam a sociedade feirense em vários aspectos de sua vida: as famílias, que por razões óbvias se envolviam na organização da festa; o comércio, movimentado pela venda de tecidos e aviamentos na Casa Estrela – a Casa dos Tecidos Maravilhosos – ou na Seda Moderna, para a feitura das roupas; a venda de sapatos finos; de maquiagem para embelezar as moças; o comércio de doces finos; quitutes e bebidas; a valorização de arte em madeira com o entalhamento dos quadros pelas mãos de hábeis artesãos; a venda de álbuns de fotografias no *Folha do Norte*; os jovens e as jovens do *High Society* eufóricos/as pela oportunidade de desfilarem com seus trajes de gala a cargo das costureiras ou da modista Lindaura Novais (FOLHA DO NORTE nº 1848 de 9/12/1944, p.3) e das alfaiatarias – destaca-se entre elas a Alfaiataria Armando com seu brim irlandez (FOLHA DO NORTE nº 1954 de 21/ 12/ 1946, p.1).

Para completar a elegância, a compra de meias de nylon na casa Sarkis e a produção do penteado nos salões de beleza situados à Rua Direita, não por acaso, em frente a Escola Normal. Toda essa movimentação era para que os fotógrafos de plantão eternizassem o momento com a oportunidade ímpar de registrar um evento como este, abaixo ilustrado, o qual deve ser mirado com a clareza de que a fotografia captura certo momento, mas “é certo que a imagem fotográfica manifesta um conjunto de signos cujo grau de informação excede a simples função ilustrativa”. (BENCOSTTA, 2006, p.301).

¹³⁴ As comissões variavam de um ano para outro.

Figura 62- Festa de Formatura na quadra de esportes do Santanópolis



Fonte: Blogspot do Santanópolis.¹³⁵

A imagem com as moças à frente, numa gentileza dos cavalheiros civilizados do mundo urbano, congela a ideia de harmonia e felicidade da festa, escondendo os conflitos que antecederam e acompanham o *Glamour*. Se a movimentação que antecedia o *gran finale* e o público presente, em corpo e alma, numa formatura já garantiriam a difusão de aspectos da cultura escolar que acompanhava o culto religioso, solenidade e a festa dançante, a transmissão da formatura “irradiada em seus mínimos detalhes pela Rádio Sociedade de Feira” (FOLHA DO NORTE nº 2058 de 18/12/1948, p.1) levaria a toda a região o conteúdo da atividade, da descrição do ambiente aos discursos de formandos, paraninfos e autoridades; e os formandos e formandas, quem sabe, não apareceriam na coluna de Eme Portugal.¹³⁶

A formatura de 1939 não foi a única em que Escola Normal e o Santanópolis se uniram. Entretanto, a de 1942 teve o esforço conjunto dos formandos das duas instituições, os quais doaram parte do montante arrecadado, que seria direcionado para as suas festas, para a compra de aviões para a defesa do Brasil. A festa foi oferecida ao Comandante da Base Aérea de Salvador, o qual compareceu à solenidade juntamente com “aviadores que vieram a Feira com os três aparelhos do Aero Clube local e os dois aviões militares que os acompanharam”. (FOLHA DO NORTE nº 1745 de 19 /12/1942, p.4). Numa demonstração de civismo e amor à pátria, bacharelandos, licenciandos e professorandos trazem um conteúdo a mais ao banquete.

¹³⁵ Disponível em <<http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/>> Acesso ago. 2013.

¹³⁶ Colunista do Jornal *Folha do Norte*, se dedicava a analisar a moda e o comportamento da alta sociedade feirense entre os anos de 1950 e 1960.

Infelizmente, nesse trabalho não é possível resgatar o não dito em relação aos bastidores das festas de formatura – o que motivou a associação entre escolas “rivais”? Como ocorreu a divisão dos espaços e hierarquias nos rituais religiosos e solenes? Quais disputas e acordos políticos foram firmados? Entretanto, temos o registro sobre uma festa de formatura, o qual atesta o que é obvio: a presença do conflito quase sempre ofuscado pelo brilho e renda das roupas, pelo som dos Jazz Bandas ou das filarmônicas, bebidas e comidas finas. Mas nem tudo foi *Glamour* e consenso nas festas de formatura na escola. Em 1950, o conflito virou notícia.

Em matéria, com o título, *formatura no colégio santanópolis em 1950*, localizada na primeira página do jornal *Folha do Norte*, o aluno Wilson Cerqueira Carneiro externa sua insatisfação com os bastidores da organização da formatura daquele ano da qual faria parte. A matéria não informa explicitamente as razões que levaram o discente desistir de participar da festa de formatura e, posteriormente, radicalizar para o trancamento da matrícula no educandário, acompanhado de seu irmão Wlademiro Cerqueira Carneiro. Em nota anterior, publicada no dia 16 de setembro de 1950, Wilson Carneiro informa ao público sua decisão de não participar da solenidade “em virtude da prevista realização no Feira Tênis Clube de um dos atos da solenidade”. (FOLHA DO NORTE nº 2149 de 16 /09/1950, p.1). Este foi o motivo da desistência, mas as razões da rejeição da solenidade naquele que era, no momento, um dos espaços de festas mais privilegiados da cidade e, reduto da elite local, não está explícito em nenhuma das notas nas quais o conflito é abordado. Numa tentativa velada de explicar a razão da desistência em função da realização da festa no referido Clube, o aluno finaliza a nota com os seguintes dizeres: “Deixo firmado, principalmente, meu protesto à solução tomada por meus colegas dissidentes e contrários aos meus propósitos morais e conduta social”. (FOLHA DO NORTE nº 2149 de 16/09/1950, p.1). Também não encontrei referências às questões morais que fizeram com que o jovem estudante recusasse o Clube – *vide* fotografia abaixo – como local de uma das etapas da solenidade.

Figura 63- Feira Tênis Clube (FTC)- Feira de Santana.



Fonte: Site Google.¹³⁷

Não satisfeito com as explicações à edição do dia 16 de setembro, outra nota é publicada em outubro, na qual vaticina:

[...] do Santanópolis, se não me afasto com a conquista do diploma, despeço-me sem o deslustrar, honrando o que aproveitei na expressão elevada do exemplo ou da lição do meu escrúpulo que nunca é excessivo pela intangibilidade da formação moral dos moços, que como eu, buscam no centro de educação e cultura, os alicerces morais dos futuros cidadãos. (FOLHA DO NORTE nº 2154 de 21/10/1950, p.1).

As queixas e a reação do estudante são uma amostra dos conflitos que podem ter ocorrido durante outros anos por ocasião das festas de formatura. Os “esquecidos” do baile, dos que tornaram pública sua dor nas páginas dos jornais àqueles que, sequer, expressaram sua opinião, revelam que:

[...] todas as festas – ou ocasiões extraordinárias – recriam e resgatam o tempo, o espaço e as relações sociais. Nelas, aquilo que passa despercebido, ou nem mesmo é visto como algo maravilhoso ou digno de reflexão, estudo ou desprezo no cotidiano, é ressaltado e realçado, alcançando um plano distinto. Assim, é na festa que tomamos consciência de coisas gratificantes e dolorosas. Que não podemos participar porque não somos da mesma classe

¹³⁷ Disponível em: < <http://goo.gl/u0IvEM> > Acesso em ago.2012.

social; que não podemos desempenhar papel importante porque daquela corporação [...]. (DA MATTA, 1984, p.81).

Não foram observadas respostas públicas ao drama do aluno, pelo menos em publicações no Jornal *Folha Norte*. Mas este registro permite imaginar o quão público era a festa de formatura do Colégio Santanópolis, tomando as ruas através de notas publicadas em jornal ou através do “boca a boca”, naquele momento, um eficiente meio de comunicação e informação alimentando a dinâmica da relação entre a cidade e o colégio.

Outra festa solene do Santanópolis, dentre as várias que ocorreram no período escolhido para registro nesse trabalho, foi a “Noitada Magnífica” em comemoração à passagem da instituição de *Gymnasio* para Colégio, em 13 de maio de 1943. Organizada por uma comissão com professores, estudantes e pessoas da comunidade, a solenidade comemorou a vitória entre discursos, canto, música e declamações. (FOLHA DO NORTE nº1766 de 13/05/ 1943, p.1). Tal quais outras festas como, por exemplo, as tertúlias, os alunos participaram ativamente do desenvolvimento da solenidade ao lado de seus mestres; havia na escola um estímulo às artes e à literatura. As festas escolares eram fórum privilegiado para a apresentação dos alunos, o Jornal *Folha do Norte*, do dia 15 de maio de 1943, apresenta a programação dessa brilhantíssima atividade.

A matéria do Jornal, a qual dá conta de informar aos leitores o que aconteceu naquela noite esplendorosa, trata também de trazer informações que justificavam a elevação do *Gymnásio* à categoria de Colégio. Dentre os feitos do Santanópolis, nesses quase dez anos de existência, registrou-se, naquela edição, a participação dos alunos em competições em que saíram vitoriosos como, por exemplo, a conquista de primeiro lugar num concurso de imprensa estudantil com o Jornal *Aiveca*¹³⁸, no Espírito Santo; sua participação em maratona intelectual estudantil na capital do Estado, obtendo os melhores resultados; êxito num concurso de atividades complementares do ensino secundário quando foram vitoriosos num concurso de “sidericultura”. (FOLHA DO NORTE nº1766 de 15/05/1943, p.1). Entre tantos feitos, ressalta a criação do Centro Cultural Áureo Filho onde

[...] com os sentimentos de sociabilidade e de camaradagem se formam e apuram o gosto artístico, literário, desportivo e ginástico. A miúdo esse centro realiza tertúlias, conferências, festivais litero-musicais proveitosos a evolução mental de Feira. (FOLHA DO NORTE nº1766 de 15/ 05/1943, p.1).

¹³⁸ O Santanópolis teve ainda dois outros jornais estudantis: o Santanópolis e *Coruja*.

Mais uma vez aparece no discurso do ou sobre o Santanópolis¹³⁹ a tarefa de educar, modernizar a cidade de Feira de Santana, nesse caso, contribuindo para a sua “evolução mental”, através das artes e da literatura.

“Feita a justificativa pública da “justeza” da conquista, o Jornal apresenta a programação daquela noite magnífica: um sábado, dia 13 de maio de 1943, noite em que “Feira glorificou-se e beneficiou-se desse evento” (FOLHA DO NORTE nº1766 de 13/05/1943, p.1) na presença de autoridades, a exemplo do prefeito municipal, o Juiz da Comarca, representante da Igreja Católica e do Exército, os quais, após seus discursos, foram vivamente aplaudidos pelo público presente.

O evento desenrolou-se numa dinâmica que entremeava discursos e apresentações musicais as quais enumerei: a primeira delas, após o discurso do Dr. Hugo Alencar, foi a *Serenata de Toselli* de Tino Rossi, pelo Orfeão do Colégio. Na sequência, ouviu-se o samba, *inimigos do Samba*, de Ataulfo Alves e Jorge de Castro, pelo Conjunto do Santanópolis. Após o Discurso do Professor Honorato Bonfim, o Aluno Eduardo Lacerda entoou o samba *Adeus escola*, de Adoniram Barbosa. *Dorme que eu velo por ti*, de autoria de Nelson Gonçalves, foi a valsa modulada pelo discente Washington Brito. Em seguida, o orador, o professor Dr. Otavio Mesquita e, imediatamente depois, mais duas canções foram entoadas: o samba *A voz do sangue*, do compositor Túlio Piva, interpretado pela Aluna Lourdes Torres, e a canção *Vereda Tropical*, uma composição de Gozalo Curiel, interpretada pelo aluno Washington Brito. Após a apresentação musical, ouviu-se o Discurso do Dr. Áureo Filho e o do Juiz da comuna, encerrando-se as atividades com o Hino Nacional tocado ao piano pelo maestro e professor – do agora, Colégio – Estevam Moura. “Todos os oradores receberam felicitações e parabéns pessoais de muitos assistentes. Iam soar 23 horas”. (JFOLHA DO NORTE nº1766 de 13/05/1943, p.1).

7.2 A SEMANA DE ARTE LITERATURA E EDUCAÇÃO

A Semana de Arte, Literatura e Educação, do Santanópolis, aconteceu no dia 11 de agosto de 1946 e conjugou o aniversário de fundação da instituição. Muito parecido com as tertúlias, este evento foi mais uma atividade aberta ao público e noticiada no Jornal, convidando “todas as autoridades e o povo em geral” (FOLHA DO NORTE nº 1935 10/08/1946) a participar.

¹³⁹ Na impossibilidade de definir se a matéria é paga ou não, também não posso afirmar que esse é um discurso do Santanópolis sobre si ou do periódico sobre o educandário.

O evento foi organizado em torno de palestras, apresentações musicais e declamação de poesias por parte de professores, alunos e pessoas da “sociedade”. De acordo com a edição do *Folha do Norte* (nº 1934 de 03 de agosto 1946, p,1) “[...] Far-se-ão ouvir os maiores expoentes da cultura da era e os alunos apresentarão interessantes números de músicas clássicas e populares *sketches*, bailados e etc.”. As apresentações musicais da semana tiveram a orientação dos professores de música da escola, Estevam Moura, Gerson Simões e Hilda Schunemann.

A Edição do *Folha do Norte* do dia 24 de agosto apresenta um balanço da Semana de Arte , Literatura e educação, ressaltando o número de pessoas que compareceram à “festa do espírito”, o que, segundo o jornal , “demonstra a cultura e o interesse de nossa gente pelas belas cousas”. (FOLHA DO NORTE nº1937 de 24/08/1946, p 1). Diante do volume de atividades desenvolvidas, decidi por organizá-las em um quadro apresentando a sua natureza e seus respectivos responsáveis para melhor compreensão e fluidez ao texto.

Quadro 23 - Semana de Arte de 1935 do Colégio Santanópolis.

(Continua)

ATIVIDADE	TÍTULO/TEMA/ MÚSICA/POESIA	RESPONSÁVEL (EIS)
Palestra	Poesia Hispano Americana Honra ao sentimento Panamericano	Dr. Dival Pitombo
Palestra	A Sátira Tributo à Cidade	Escritor Clóvis Amorim
Palestra	As dificuldades e quase inutilidade do ensino da Língua Latina	Dr. Pedro Américo
Palestra	Em defesa do Latim/ A poesia através das línguas ¹⁴⁰ Dia das Artes e Letras	Dr. Honorato Bonfim
Palestra	Os vários Problemas da Educação Unânime Consagração a Deus	Dr. Péricles Ramos
Palestra	Rui e a Liberdade Veneração à Justiça	Dr. Humberto Alencar
Palestra	Preito aos estudantes	Dr. Pedro Américo de Brito
Número musical	Música Cabrocha	Margarida Dantas
Recital	Poesia - Os sorrisos da mulher	Margarida Dantas

¹⁴⁰ Na ocasião, o Dr. Honorato Bonfim recitou uma poesia do Dr. Dival Pitombo, em seis línguas.

Quadro 23 - Semana de Arte de 1935 do Colégio Santanópolis (Conclusão)

ATIVIDADE	TÍTULO/TEMA/ MÚSICA/POESIA	RESPONSÁVEL (EIS)
Número musical		Grupo Trival ¹⁴¹
Número musical	Canto Orfeônico	Os trovadores da Lua
Número Musical	Samba	Conjunto Santanópolis ¹⁴²
Números ao piano		Helena Valadares de Oliveira e Luci Oliveira
Solo de Sanfona	Caribé	
Dança	Valsa das Pedras preciosas	Alunas: Joana, Benedita, Luci, Olga, Ana, Elizabete Rita e Beíca
Número Musical	Embolada	“Matuto” José Dias, Walquirio e Elofilo
Números ao piano		Hélio Carvalho
Número Musical	Música “Promessas” – Ari Barroso	Dudinha
Número Musical		Jazz Banda Irajá

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os temas das palestras refletem a missão de formar as elites condutoras da sociedade, a ligação da escola com a Igreja e a relação da escola com a cidade. Porém, um deles merece um pouco de atenção pelo que anuncia, embora a questão apontada por ele não seja esgotada nesse trabalho. Os professores Honorato Bonfim e Pedro Américo entram numa disputa em torno da relevância ou não do ensino do Latim, aquele, por ser o professor da disciplina, por razões previsíveis, sai em defesa da mesma. No início do Século XX, no bojo da discussão sobre o currículo do ensino secundário, questiona-se a importância do ensino de Latim que, associado à cultura clássica, “mais do que um conteúdo disciplinar, simbolizava uma concepção de educação secundária fortemente associada a um critério de diferenciação social”. (Souza, 2009, p.76). No Santanópolis, a questão também estava posta.

Dentre os membros do quadro docente, nenhuma professora; aliás, com exceção do Escritor Clóvis Amorim – um convidado –, só os doutores, confirmando o ensino secundário

¹⁴¹ Formado por Edivaldo, Dorival e Dorivaldo Vieira.

¹⁴² Formado pelos alunos do Santanópolis: Danton Araújo, Alberto Oliveira, Hélio Carvalho, Reginaldo Araújo, Edivaldo Vieira e Mário Rios.

como um espaço masculino da docência em oposição à escola primária, majoritariamente ocupada pelas mulheres.

Além das apresentações relacionadas no quadro, ocorreram outras sem especificação envolvendo outros alunos do Colégio. Um destes alunos, cuja atividade não foi informada, foi Raimundo Oliveira, pintor feirense de reconhecimento nacional¹⁴³, que deu seus primeiros passos expondo os seus trabalhos no colégio, estimulado pela professora Hermengarda Oliveira, sua professora de Desenho. Em 1952, com Dival Pitombo, realizaram a Exposição de arte Moderna de Feira de Santana no Hall do Edifício Euterpe, “em comemoração aos 25 anos da Escola Normal”. (FOLHA DO NORTE, 1952).

7.3 FESTAS CÍVICAS

Para Faria Filho (2005, p.29) “estar na cidade é, inevitavelmente, “estar ver” (e, por certo, “estar a ser visto”). As festas cívicas são momentos peculiares para estar a ser visto porque quando o cortejo cívico sai às ruas sob os olhos atentos da população

[...] este verdadeiro *império do olhar*, porquanto, significa uma experiência de múltiplas dimensões (culturais antropológicas, políticas...), não podem ser dissociado da emergência do próprio fenômeno urbano e das *maneiras de ver* instituídas e instituintes do mesmo. (FARIA FILHO, 2005, p.29).

Além da dimensão do espetáculo que acompanha a atividade, a exposição de uma cultura que de modo geral se constrói entremuros – ainda que não esteja imune a influência da comunidade externa – está referenciada pelo Estado que a estimula através de leis e decretos que normatizam estas festas que, na análise de Souza,

ao tornar as datas cívicas uma atividade escolar, o Estado faz da escola primária um instrumento de perpetuação da memória nacional. As festas escolares diferentemente do calendário das festas sociais não contrapõem o tempo livre ao trabalho, pois elas constituem tempo de atividade educativa, um tempo a aprender. (SOUZA, 1999, p.134).

Embora Souza esteja se referindo às escolas primárias, seu objeto de estudo na obra citada, as escolas particulares – no contexto do nacionalismo – também foram instrumentos de perpetuação da memória nacional e de construção de sentimento cívico. “A formação moral, baseada no civismo republicano, não se restringiu às escolas públicas, mas foi amplamente perpetuada nas escolas particulares confessionais e leigas” (FRANKFURT, 2006, p.5) como

¹⁴³Raimundo Oliveira teve quadros expostos em galerias do sul do país, tendo seu quadro *Autoretrato* exposto no Primeiro Salão Nacional de Arte Moderna, no Rio de Janeiro.

no Santanópolis. No que diz respeito às comemorações, deve ter havido outras, mas, diante das fontes disponíveis, identifiquei as seguintes festas cívicas que tiveram a participação do Santanópolis: Dia da Independência, Semana da Pátria, Dia do Panamericanismo, Páscoa dos Ginásios, Dia do Mestre, Dia da Árvore, O Dois de julho, que em 1935 ganhou destaque nos jornais por ter sido comemorado exclusivamente pelo Santanópolis, causando indignação ao redator do *Folha do Norte*.

Neste trabalho, escolhi a Semana da Pátria e o Desfile de Sete de Setembro. A Semana da Pátria cuja culminância é o desfile no dia sete de setembro porque a importância da data se impõe.

7.3.1 A Semana da Pátria e o Desfile de Sete de Setembro

Encontrei duas matérias, no Jornal *Folha do Norte*, referentes à Semana da Pátria, do Colégio Santanópolis; uma em 1935 e outra em 1942. Para análise, adotei o texto de 1935 em função da quantidade e da qualidade das informações.

A Semana da Pátria do ano de 1935, no Colégio Santanópolis, ocorreu de 02 a 06 de setembro e teve o desfile no dia 07 como o grande momento de coroação cívica. A sessão de abertura às 10 horas, do dia 02 de setembro, foi proferida pelo diretor do educandário e versou sobre o “porquê das intensas comemorações recomendadas pelos governos da União e do Estado, elucidando a importância das mesmas como incitamento ao culto do civismo”. (FOLHA DO NORTE nº 1.364 de 7/9/ 1935, p1).

Em 1935, o Estado Novo ainda não estava instalado. Nesse período, esforços foram intensificados para a construção da identidade nacional, tendo a escola, efetivamente, contribuído para esta construção, através de suas festas, especialmente as do “imaginário sóciopolítico” (SOUZA, 2010), aquelas que objetivavam a construção de uma identidade nacional através “da transmissão de uma cultura comum e difusão de valores morais e cívicos, mas que atuassem no nível do imaginário.” (FRANKFURT, 2008, p.1). Entretanto, observei, no conteúdo da sessão de abertura da semana da pátria, o nacionalismo, que perpassou toda a Era Vargas. A recomendação dos governos para estas comemorações e o incentivo ao civismo numa ponta e, na outra, a escola concretizando, corroboram a afirmação de Da Matta (1984) ao afirmar que

[...] a organização do ritual cabe aos poderes constituídos, sendo sua legitimação obtida por meio de instrumentos legais, os decretos. Esses ritos são organizados por grupos que controlam os meios de comunicação e de repressão, tendo assim, não o patrocínio de um grupo social, um clube ou

organização voluntária, mas de uma corporação perpétua, representativa do poder nacional. (p.64).

Durante toda a semana, os escolares participaram de palestras e colóquios que se debruçaram a inculcar-lhes o amor à Pátria e os deveres para com a mesma; o conteúdo não veio apenas na fala dos oradores, mas, também, através dos “hymnos patrióticos e escolares, passeata cívica e parada atlética”. (FOLHA DO NORTE nº1364 de 7/9/1935, p.1). Os oradores não foram apenas os lentes e catedráticos do educandário, os alunos tinham participação ativa através do estudo e dissertação de temas considerados de interesses, tais como : *Progresso Rural e Higiene do Solo*, de autoria da aluna Ivone Carvalho; *Independência política e dependência econômica do Brasil*, escrito pela professora de Português, Edelvira de Oliveira; *A Educação Física na escola ativa*, redigido pelo Aluno Moacyr Azevedo; *Desenvolvimento e evolução mental*, a cargo do Professor de Educação Física, Antonio Mattos; o tema, *Deus e Pátria*, foi desenvolvido pelo discente Drance Amorim; *Devastamento dos campos pela saúva* foi responsabilidade do secundarista Paulo Costa; *Educação Física na Eugenia da raça* foi o tema abordado por Dr. Áureo Filho, que tratou sobre Fatores Histórico de nossa Independência – discorreu o aluno Misael Aguiar; *O Sete de Setembro* foi o tema do pupilo, Raimundo Brandão; *Fatos Históricos que precederam o feito do Ipiranga* foi apresentado pela professora senhorinha Constança Silva. O último dia foi dedicado às informações sobre a campanha contra os insetos, pela professora Edelvira de Oliveira; Sericultura, pelo então aluno Joselito Amorim; o aluno Arnaldo Ribeiro dissertou sobre apicultura, e o Doutor Áureo Filho falou sobre Higiene Dentária Escolar Rural. Todos, temas de interesses da nação, entrecruzado pelas atividades desenvolvidas pelo Club Agrícola da escola.

As atividades desenvolvidas ano a ano nesse período enfatizavam, como já dito, o patriotismo, utilizando-se também do culto aos símbolos da pátria em rituais que atuam no nível do imaginário e formavam o sentimento de pertencimento a uma nação. Um momento ilustrativo de um desses rituais é o juramento diante da Bandeira:

Bandeira da minha Pátria, o Brasil, na hora do sofrimento, no dia da glória e no dia do sacrifício: Prometo respeitar a liberdade, a justiça e a lei; prometo reprimir quaisquer preconceitos de raça ou de classe; honrar o exemplo de todos quanto ajudaram a preservar a nacionalidade e dignificar pela verdade e pelo trabalho as lições que eles transmitiram aos seus descendentes; prometo defender na sua pureza o legado moral, na sua integridade o patrimônio territorial que recebi de meus antepassados. Salve Bandeira do Brasil. (FOLHA DO NORTE, nº 1312 de 08 /09 /1934, p.1).

Por mais significativa que fosse a Semana da Pátria, que, embora realizada entre muros, abria as portas para a comunidade disseminando a ação de educar civicamente todos os cidadãos, nada se iguala ao desfile como espetáculo nas ruas, o qual “desde as primeiras horas da manhã embandeiraram os estabelecimentos de públicos de instrução assim como os estabelecimentos sedes de várias instituições, inclusive as sociedades orfeicas”. (FOLHA DO NORTE, nº 1731 de 12/ 09 /1942, p.1). De posse de toda essa simbologia e investida do poder que lhe foi conferido, na condição de casa do conhecimento nas ruas e nas praças, a escola exercia seu poder na construção da sociedade feirense, “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário”. (BOURDIEU, 2000, p.14).

Situada na mais importante avenida da cidade, o Santanópolis estava numa posição estratégica e, por isso mesmo, era lugar de concentração do desfile. Assim, inferir que a construção do Colégio naquela avenida possa ter provocado um deslocamento espacial das festas cívicas. Naquele Sete de Setembro de 1942, às 15 horas, “realizou-se uma concentração escolar na qual tomaram parte alunos de todos os estabelecimentos de ensino” (FOLHA DO NORTE, nº 1731 DE 12/ 09/1942, p.1) os quais, antes da “passeata cívica”, ouviram discursos e hinos proferidos por professores e alunos do Santanópolis. Naquele dia, a passeata rumou à Praça da Matriz, passando pela “Avenida Senhor dos Passos, donde entrando na rua transversal entre o extinto estádio Leolino Ramos e o Asilo de Lourdes foi ter à Praça da Matriz”. (FOLHA DO NORTE, nº 1731 de 12/09/1942, p.1). Lá chegando, “do coreto que se levanta nessa praça”, mais discursos patrióticos foram dirigidos aos alunos e a todos os que estivessem na praça ou nas sacadas das janelas. “Proferiram os discursos os diretores do Ginásio e da Escola Normal fazendo vibrar a falange estudantil que prosseguiu garbosa em sua marcha rumo das respectivas sédes, ao rufar forte dos tambores a estridência marcial dos clarineiros”. (FOLHA DO NORTE, nº 1731 de 12/09/1942, p.1). Todo esse ritual, que se inicia com as atividades da Semana da Pátria e culmina no desfile/passeata, ratifica as reflexões de Bencostta ao defender que os desfiles patrióticos entendidos como festa

[...] são uma construção social que se manifesta, em seu espaço, significações e representações que favorecem a composição de uma certa cultura cívica que favorece seus atores, o que nos facilita entender a identidade que é dada pela compreensão que esse grupo possui acerca do símbolo que justificou a realização do desfile e que registrou de modo duradouro na memória social um sentimento que se propunha ser coletivo

pela união dos anseios de seus atores, delimitada em um tempo e um espaço histórico. (2004, p.2).

As passeatas cívicas nas quais participava o Santanópolis, seguindo regra do período, traziam símbolos necessários para a formação do comportamento cívico; passeando pelas ruas da cidade, tornava-se um espetáculo pedagógico andante, apresentando, de rua em rua, um dos conteúdos de sua educação.

Essas comemorações atuavam, assim, como uma maneira de a escola intervir nesses espaços, submetendo-os aos modos de socialização oficial, representados pela cultura escolar. Com isso, nota-se que a cultura escolar não só envolve toda a vida escolar como se faz presente além dela, uma vez que a inculcação de hábitos, de modos de agir e pensar acabam sendo levados para fora dos muros escolares, uma vez que atua não só sobre o ensinar e o aprender, mas também sobre as condutas, os modos de pensar e agir que não se limitam aos espaços escolares. (FRANKFURT, 2008, p. 11).

Esse civismo se apresenta não apenas na própria participação na Parada¹⁴⁴ de Sete de setembro, mas, também, nos gestos comedidos do aluno em sinal de respeito, no modelo e cor da farda (já tratados em capítulo anterior) e até pela proximidade com a tropa de Tiro de Guerra, como apresentada na fotografia abaixo.

¹⁴⁴ Dentre os significados de parada, encontramos: passagem ou reunião de tropas para revista ou em comemoração a uma data nacional; desfile. (HOUAISS, 2001).

Figura 64 - Parada de Sete de Setembro do Gymnasio Santanópolis¹⁴⁵.



Fonte: Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Santanópolis - CEDE/UEFS.

À frente do pelotão da Escola, Dr. Áureo Filho lembrado por Oliveira (2002), ex-aluna do Santanópolis, a qual, ao registrar lembranças do vivido naquele tempo, rememora o diretor da escola “num desfile de sete de setembro, empunhando a bandeira nacional, como se fosse um porta-bandeira”. Segundo ela,

[...] seu porte ereto chamava a atenção de todos, tanto que lhe foi dado o apelido de “Pavão da Avenida”, visto que, nas manifestações cívicas, ele abria o desfile à frente do Colégio Santanópolis com todas as honrarias de um marechal liderando sua tropa, o que fazia com muito garbo e soberania. (2002, p.94).

Mais um registro de aluno ilustra o civismo vivido e incentivado no Santanópolis ao rememorar Dr. Washington Bolívar de Brito que nos brinda com uma poética do civismo santanopolitano:

[...] se alguém conseguiu infundir nos jovens o amor à Pátria e à Bandeira, esse alguém foi Áureo Filho. A própria farda do Colégio” diria Mário de

¹⁴⁵ Sem identificação do ano.

Colégio era verde, “um pouco mais de sol e fora brasa; um pouco mais de céu e fora azul”, diria Mário de Sá Carneiro, e completar-se-iam as cores nacionais.” (BRITO, 2002, p.72).

Através da exposição das fotografias abaixo, pretendo ilustrar esse momento da escola na rua com suas cores e símbolos, consciente da condição estática da fotografia que, diferentemente do vídeo, não reproduz o movimento, não possibilita ouvir os sons e suas cores são limitadas pela produção em preto e branco; mas, com todos esses limites, “apresentam e representam os traços desejados como ideais de civismo demandados das crianças nas festas escolares”. (GERKEN, 2006, p. 4000). Para abrir a sequência de fotografias, que pretende se aproximar do itinerário da passeata cívica, repeti uma imagem utilizada em outro capítulo porque nenhuma outra ilustraria tão bem a minha intenção aqui e lá.

Figura 65 - Alunas enfileiradas em frente ao Santanópolis



Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE/UEFS.

Figura 66 - Pelotão de Bicicleta no Desfile de Sete de Setembro- Santanópolis nos anos 1930



Fonte: Blogspot do Ginásio Santanópolis.¹⁴⁶

Figura 67- Desfile de Sete de Setembro – Rua Conselheiro Franco



Fonte: Blogspot do Ginásio Santanópolis.¹⁴⁷

¹⁴⁶ Disponível em <<http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br>> Acesso em ago.2012.

¹⁴⁷ Disponível em < <http://goo.gl/Nbm7HI> > Acesso em ago. 2012.

Figura 68 - Desfile de Sete de Setembro nos anos 1940 – Avenida Senhor dos Passos



Fonte: Relatório de inspeção, 1944 -1945. Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE/UEFS.

Figura 69 - Desfile de Sete de Setembro – Avenida Senhor dos Passos¹⁴⁸.



Fonte: Blogspot do Ginásio santanópolis.¹⁴⁹

Os conteúdos que podem ser verificados nesse conjunto de fotografias que apresentam o Colégio pelas ruas da Cidade são os mais variados. Na primeira fotografia (65) verificam-se as alunas ainda em frente ao colégio, na Avenida Maria Quitéria, quem sabe aguardando um “meia volta volver”, pois o desfile se daria no sentido contrário. O que me autoriza a fazer essa inferência são duas referências importantes: a primeira delas, o prédio da prefeitura que

¹⁴⁸ Sem identificação de ano.

¹⁴⁹ Disponível em: < <http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/search/label/Ativida> > Acesso em ago.2012.

está no sentido contrário na esquina da Avenida Senhor dos Passos, por onde passaria a parada; a segunda referência está relacionada à limitação do calçamento (em frente às alunas) indicando uma área ainda não integrada ao centro da cidade onde “tudo” acontecia. Ainda sobre o calçamento, cabe uma observação: ele termina exatamente no muro da escola; o que mais uma vez indica sua relação com a urbe, definindo territórios e até aonde chegavam as políticas de pavimentação.

As outras fotos (66) (67) (68) (69)) registram o passeio do cortejo pelas ruas Conselheiro Franco e Avenida Senhor dos Passos, seguida e observada pela população, que estava nos passeios ou se apertando nas janelas. O branco parecia ser a cor do dia nas vestes da população; as bicicletas, guiadas por meninos e meninas, davam um colorido à parte ao desfile e era presença constante no evento. As fotografias, ao capturar os alunos em posição de sentido e com um ar sério como requer a ocasião, congela o momento e nos remete aos mandados dos mestres orquestradores da festa. Tudo parece tão correto; o passo-a-passo parece ser seguido à risca: pés, mãos, cabeça, instrumentos, tudo tão perfeitamente posicionado; afinal, ensaio após ensaio e os olhos dos mestres que acompanhavam o desenrolar do desfile, o que também é uma festa, visavam garantir a apresentação controladamente perfeita, porém

seria um equívoco dizer que a alegria, o divertimento, a liberdade estavam totalmente distantes das festas escolares, como toda celebração estes sentimentos são constitutivos e definidores do evento festivo; entretanto na escola estes elementos deveriam ser controlados, garantidos na certa medida da identificação do conceito de festa. (CÂNDIDO, 2012, p.85-86).

Era próprio dos alunos transgredirem a menor falha na vigilância dos professores, ainda que de forma controlada. A diversão estava presente no sucesso do espetáculo, na vaidade da apresentação, mas, também, na possibilidade de desobediência à norma.

Para a população em geral, em meio a comemoração cívica e as atitudes de amor e respeito à pátria, o Sete de Setembro era um dia de pausa no cotidiano; ia-se à rua para ver um espetáculo. No entanto, as fotografias dos desfiles apresentam apenas uma forma de festejo no/do dia da Independência, aquela em que as escolas são as protagonistas, mas estes registros não dão conta das “memórias soterradas” (OLIVEIRA, 2011, p.83) nunca fotografadas como “as festas de creadas”. (FOLHA DO NORTE nº 1312 de 08/09/1934, p. 4) de Cuíca Preto “no subúrbio denominado Rua do Fôgo”. As paradas no centro da cidade apresentavam uma festa e uma independência. As festas de Cuíca Preto na Rua do Fôgo, outra.

7.4 AS FESTAS DO GRÊMIO ESCOLAR

Não é possível falar das festas do Santanópolis sem mencionar o Grêmio. Nesse contexto, o grêmio escolar foi um dispositivo importante na vida da escola e na relação que ela manteve com a cidade por meios de suas tertúlias e das atividades esportivas que desenvolviam especialmente os Jogos de Basquete. Antes de abordar o papel do Grêmio do Santanópolis e suas festas, considere interessante compreender o surgimento dessa instituição em nosso país.

O surgimento das agremiações escolares remonta à Idade Média (LARROYO, 1982); porém, no Brasil, a primeira organização estudantil reconhecida foi a União Nacional dos Estudantes, constituída mediante decreto governamental do presidente Getúlio Vargas, agosto 1937. No que diz respeito à organização de estudantes no ensino secundário, o primeiro registro oficial de uma organização se deu no ano de 1948, trata-se da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). O registro dessa entidade não significa o começo da organização dos estudantes, pelo contrário, é por conta da organização dos estudantes que é possível o registro de uma entidade que está legitimada pela história construída ao longo do tempo por seus militantes, e o grêmio do Ginásio do Santanópolis atesta essa trajetória.

Estamos no ano de 1935 quando o *Folha do Norte* anuncia que “uma instituição útil, reveladora de sentimentos, a qual merece o apoio sincero e incondicional dos espíritos cultos e progressistas” (FOLHA DO NORTE nº 1340 de 23/03/1935, p.1), é fundada pelos ginásianos. O Grêmio Littero-esportivo tinha como objetivo de “promover meios eficientes para o robustecimento intelectual e físico de seus associados”. (JFOLHA DO NORTE nº 1340 de 23/03/1935, p.1). Como meio para a realização do objetivo de concretizar a máxima *mens sana in corpore sano*, a agremiação se dispõe em criar uma biblioteca, realizar conferências, sessões comemorativas de grandes feitos e eventos considerados importantes, além da editoração de um jornal do grêmio.

Os primeiro dirigentes do Grêmio Littero-esportivo, eleitos em assembléia Geral, foram os alunos Joselito Amorim, Raimundo Brandão, Arnaldo Cohin, Paulo Costa, Hélio Ribeiro, Annibal Moreira, Milton Brandão, Moacir Azevedo, Drance Amorim, Sófocles Boaventura, José Barros, Ivone Carvalho, Homero Falcão, Christóvão Reis, José Neco, Antônio Simões, Celso Nascimento, Valdelice Matos Coelho, Leonor Baptista, Judith Menezes, Antonieta Soares Boaventura, Anna Macêdo, João Cordeiro, Amaury Rocha, Misael Aguiar e José Freitas. (FOLHA DO NORTE nº 1340 de 23/03/1935 p.1). A maioria desses alunos fez parte, também, do Clube Agrícola da escola, que tinha ligação com a

sociedade “Amigos de Alberto Torres”, a qual tinha grande penetração na escola. O grêmio era o principal responsável por movimentar a mocidade santanopolitana, principalmente com atividades culturais e esportivas.

7.4.1 Embaixadas e torneios: as festas esportivas do Grêmio

A primeira Atividade esportiva dos alunos do Santanópolis foi o basquetebol, praticado desde os tempos em que a quadra era de chão batido. Preocupados com a cultura do corpo são mente sã e movidos pelo espírito político e educacional do momento, os alunos do Grêmio se comprometem com

o desenvolvimento físico de seus associados e buscando torná-los homens sadios e fortes, cidadãos validos para a defesa da pátria, além de exercícios ginásticos metódicos, promoverá a adoção de jogos olímpicos e desportos uteis, organizando, como incentivos valiosos *matches* entre “fives” da associação ou entre “teams” desta e de outros estabelecimentos de ensino congêneres ou locais. (FOLHA DO NORTE. nº 1340 de 23 de março de 1935, p.1)

Matches é uma expressão muito utilizada nas competições de basquete, tem origem americana e uma marca forte no Santanópolis desde sua fundação e significa competição que, nesse caso, seria entre os cinco jogadores de basquete da equipe do Santanópolis ou entre equipes – *teams* – de outros estabelecimentos de ensino. As expressões em inglês evidenciam a influência do basquete americano entre os estudantes. Os jogos de basquete eram comuns entre estudantes do Santanópolis e estudantes da Escola Normal Rural de Feira de Santana, assim como também entre outras equipes escolares ou não, participando em atividades locais como a Semana Ruralista, no ano de 1935. A prática do basquete pelos escolares da cidade ganha espaço na mídia impressa feirense na qual o esporte é anunciado com bastante entusiasmo, como revela o trecho que se segue:

Intensifica-se entre nós a prática do desporto em voga – o basket-ball. Os cestobolistas feirenses exercitaram-se com ardor e, em encontros que vêm interessando à população, revelam apreciáveis progressos, como se evidenciou ainda em tarde de domingo, 22 do passante, na excelente quadra do Gymnasio Santannópolis perante vultuosa assistência em que preeminavam elementos do *escól* social. (FOLHA DO NORTE de 1935, nº 1367, p.1).

Percebemos no texto que os jogos de basquete iam além de prática desportiva de escolares, contava com o apreço da população feirense, aliás, da elite feirense do seu *escól*

social. Importante evidenciar que o local de realização dessas embaixadas era a quadra de esporte do Santanópolis, classificada, pelo jornal, como excelente. Uma partida intercolegial em que o *five* do Santanópolis enfrentou o Ginásio Santamarense mereceu atenção do Jornal, que apresentou a seguinte redação: “[...] em função do interesse que o desporte em voga desperta na mocidade feirense induzindo-a à frequências aos *rings* em que preliam *basketballers* compele-nos a divulgar a boa nova [...]”.(FOLHA DO NORTE nº 1371 de 26/10/1935, p.4). E, demonstrando o quanto as partidas de bola ao cesto foi um evento social para os jovens de Feira, o Jornal registra que “conquanto amistoso esse *match* é esperado com verdadeira ansiedade pelos jovens encestadores de Feira e de Santamaro”. (FOLHA DO NORTE nº 1371 de 26/10/1935, p.4).

A importância dispensada ao esporte praticado na cidade pelo Santanópolis e pela Escola Normal demonstra o diálogo entre cidade e escola na consecução de um projeto social e educacional modernizador, o qual, junto com a transformação do espaço físico e arquitetônico da urbe, se preocupava com o desenvolvimento de hábitos, costumes e sociabilidades que contribuíssem para consolidar a modernização desta. Para melhor compreensão da questão, “é preciso relacionar esse espaço de esportes com o espaço social que se manifesta nele” (BOURDIEU, 2002, p.208). Nesse sentido, o basquete praticado no espaço privado das escolas e, mais tarde, nos clubes, se contrapunha às inconvenientes corridas de cavalo, que tanto incomodavam sujando a cidade e colocando em risco a integridade física dos transeuntes.

Hábitos e comportamentos considerados “pouco civilizados” precisam alterar-se. É nesse contexto que faz sentido pensar na constituição de um “novo corpo”, que precisa portar novas sensibilidades. Assim, os movimentos de reordenação da cidade dialogam com o projeto de educação do corpo, dentro e fora da escola. Uma mesma concepção racionalizadora e civilizatória atinge a tudo e a todos. (MORENO; FERNANDES; ROMÃO, 2011, p.1).

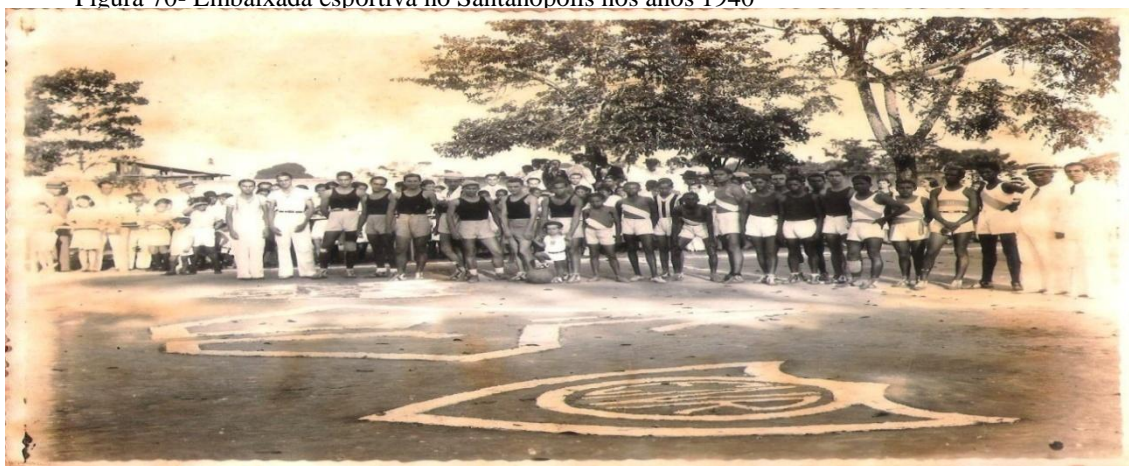
O basquete foi a atividade esportiva inicial do Santanópolis e a mais noticiada; entretanto, a escola também teve equipes de futebol e voleibol, inclusive, femininas e infanto-juvenis, participando de vários torneios locais e em outras cidades. Além da quadra do Santanópolis, o Feira Tênis Clube era outro local onde aconteciam as partidas de basquete, vôlei e futebol de Salão.

Uma pergunta que me acompanhou no desenrolar dessa discussão foi o porquê de o futebol, a paixão nacional, não ter a mesma capilaridade entre os estudantes do Santanópolis?

Não estou afirmando a ausência dessa prática entre eles, no entanto, não encontrei nenhum registro da prática dessa modalidade esportiva no período em estudo. Uma hipótese levantada durante a pesquisa foi que, como o Brasil só conquistou sua primeira Copa do Mundo em 1958, esse esporte ainda não teria se tornado, de fato, uma paixão nacional. Mas o que dizer do basquete que ainda hoje não é um esporte popularizado? Aqui, estanco, por enquanto, essa curiosidade deixando-a para algum interessado em se aprofundar na questão.

As embaixadas esportivas encerravam quase todas as festas estudantis e cívicas do educandário como, por exemplo, as comemorações da Semana da Pátria. Na sequência de fotos que se segue, objetiva-se mostrar os alunos do Santanópolis em atividades esportivas, iniciadas desde os primeiros anos da escola quando ainda não havia a quadra taqueada, muitas vezes noticiada e elogiada no Jornal *Folha do Norte* até a década de 1950 quando as mulheres começam a formar suas equipes.

Figura 70- Embaixada esportiva no Santanópolis nos anos 1940



Fonte: Relatório de Inspeção, 1944-1945. Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE/UEFS.

Figura 71- Partida de voleibol no colégio Santanópolis nos anos 1940



Fonte: Relatório de Inspeção, 1944 -1945. Arquivo do Colégio Santanópolis - CEDE/UEFS.

Figura 72 - Foto da Equipe de Voleibol Feminino - 1956¹⁵⁰



Fonte: Blogspot do Ginásio Santanópolis.¹⁵¹

Nos primeiros momentos, as atividades estavam restritas ao sexo masculino, mas a partir da década de 1950 as mulheres também começam a praticar esporte, tendo, na década de 1960, uma equipe de futebol feminino.

¹⁵⁰ De pé, da esquerda para a direita: Eulina, Vanise, Zoila e Baby. Sentadas da esquerda para a direita: Joanina, Léa, Sônia e Marita.

¹⁵¹ Disponível em < <http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/search/label/Esporte> > Acesso em ago.2012.

7.4.2. As Tertúlias e Semana de Artes para os artistas do Santanópolis

Muitas das atividades do grêmio foram noticiadas no *Folha do Norte* demonstrando a importância de uma associação que, embora estudantil, interferiu na rotina da cidade no período em estudo. Ainda com o nome de Grêmio Escolar Litero-esportivo comandou a festa de inauguração do internato do *Gymnásio* transformando-a numa atividade cultural do Grêmio, a qual mobilizou toda a sociedade feirense. A programação da festa, no *Folha do Norte*, nos permite observar como se dava essa relação do grêmio com a escola e com a sociedade da época, para além dos *teams* de *basket-ball*, das equipes de vôlei e de futebol.

As atividades religiosas também estavam presentes na programação; no dia 16 de maio de 1936 – data da inauguração do internato – foi realizada na Igreja Senhor dos Passos, às 8 horas, missa solene comemorativa com a presença do orpheão do Colégio sob a batuta do professor Gerson Simões que entoou vários cânticos sacros, além da presença da Filarmônica 25 de Março, mas isso foi só o início. Seguiu a essa atividade, a cerimônia de bênção do internato, logo após ocorreu sessão extraordinária com a Associação de Pais e Professores para, por fim, dar início à primeira tertúlia do Grêmio que teve a seguinte programação: “Hymno à Bandeira pelo orpheão: entrega das insígnias aos componentes da classe de ordem e Hygiene”. (FOLHA DO NORTE nº 1401 de 23/05/1936, p.1).

O nome da classe sugere dois temas muitas vezes presentes nos documentos que encontrei sobre o Santanópolis e, nesse caso, o envolvimento dos alunos na consecução de um projeto ordeiro e dentro dos ditames do higienismo, o que me condiciona a retomar a reflexão sobre o modelo de disciplina do Santanópolis, quando em seu reclame explicita o abandono do castigo com o passar do tempo na disciplina escolar. Para que se cumprisse o objetivo, nada mais estratégico do que envolver os líderes estudantis no projeto e o uso da recompensa para reconhecer o esforço empreendido por estes na perspectiva do reforço positivo. A participação ativa dos alunos no processo disciplinar da escola sugere uma aproximação com os princípios do Escolanovismo que, desde 1932 – com os pioneiros da Educação Nova –, teve penetração, ainda que tímida, na escola brasileira.

Confirmando seu caráter de grêmio litero-esportivo, na programação houve palestras e discursos entremeados por músicas entoadas pelo orpheão da escola, na seguinte ordem: palestra “As tertúlias nas escolas e sua finalidade”, proferida pela professora Edelvira de Oliveira e, na sequência, foi entoado o Hymno Brasil Unido; logo após, ouviu-se o discurso do orador oficial do grêmio, por Christóvão Reis – aluno da segunda série –, e mais uma palestra com o aluno Misael Araújo, da terceira série. Infelizmente, o Jornal não informa o

título ou tema desta. Após as exposições dos discentes, o orpheão se apresentou entoando a canção-samba “Garimpeiro”¹⁵² e em seguida, outra palestra com o estudante da segunda série, José A. Costa Netto, intitulada “commentos sobre educação”; “Mathemática e Anedotas Mathemáticas” foi o tema da aluna Jacyra Oliveira da Primeira série. Após essa sequencia de palestras, o orpheão entoou o hino “Viva o Brasil”, logo após foi apresentada a dissertação do aluno Agostinho Fróes da Mota, da primeira série, que versou sobre apicultura e, por fim, foi feita a crítica da tertúlia por um professor escolhido naquele momento pelo presidente do grêmio. Encerrando as atividades, ouviu-se o Hino Nacional, “que o orpheão entoou com alma sob vivíssimos aplausos”. (FOLHA DO NORTE de 23/05/1936, nº 140, p.1) .

Consoante com os objetivos do ensino ali ministrado, as elites condutoras de Feira e região tinham a oportunidade, em eventos como estes, de demonstrar seus conhecimentos e habilidades artísticas para colegas, professores, pais e pessoas da comunidade.

A festa do Grêmio parece ter significado mais que um evento escolar, com a presença de “autoridades, figuras do *escól* social feminino da Feira, personalidades de destaque no mundo das boas e belas letras, do magistério e do funcionalismo público, representantes do comércio, da indústria, das artes, de todas as classes sociais e laboriosas (FOLHA DO NORTE nº 1401 de 23/05/1936, p.01) em suma, mais uma festa para/da cidade, que ganhou espaço no Jornal *Folha do Norte* numa matéria robusta em primeira página, com o título de *Festa Magnífica do Grêmio Litéro-Esportivo do Santanópolis*, sobre a repercussão do evento que fora classificado pelo periódico de “belíssimo e empolgante”. Estas festas escolares foram mais que um espaço escolar restrito a professores e alunos; elas devem ser compreendidas como “estratégias para a formação do povo” porque embora ocorresse no espaço privado da escola, “voltavam-se também para a transmissão de valores à comunidade extra-escolar, vinculada, de algum modo, à instituição de ensino”. (FRANKFURT, 2008, p.1).

Na década de 1940, não foram encontradas notícias sobre o Grêmio e suas atividades nos jornais e não há quaisquer outros registros sobre suas atividades. Ele reaparece na década de 1950 resgatando o nome de Centro Cultural Áureo Filho refletindo a influência da oficialização do movimento secundarista pelo Governo Vargas. Várias foram as atividades realizadas pelo grêmio, as quais não perderam seu caráter Litéro-esportivo; no entanto, na década de 1950, a atividade de maior destaque do Grêmio trata-se da elaboração de seus jornais: *O Santanópolis* e *O Coruja* .

¹⁵²Pode ter sido o samba-canção “Garimpeiro do Rio das Garças”, gravado em 1924 por Francisco Aves – A Voz.

Durante o período, o número de atividades festivas realizadas pelo colégio do Santanópolis influenciou o cotidiano da cidade de Feira de Santana e moldaram hábitos e comportamentos, contribuindo para a consolidação do projeto de construção de uma Feira civilizada juntamente com outros equipamentos sociais da cidade: a Escola Normal, a Biblioteca Municipal, as Filarmônicas e Jazz Bandas, os Clubes, entre outros. As festas tiveram seu papel educativo de um modo peculiar porque enquanto bailava-se, declamava-se, cantava-se, desfilava-se, degustava-se, o conteúdo pedagógico circulava e impregnava as relações.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA E O SANTANÓPOLIS

ESTUDO 165

Compor um homem
com suas tramas, seus dramas,
teogonias, gramáticas, soluços;
compor um homem,
do orvalho matinal compor um homem,
do céu cheio de estrelas, do mistério
do homem
compor o homem; compor um homem
da criança que há no homem, do homem
a adivinhar-se em antiqüíssimas retinas;
compor um homem
com seus soluços, gramáticas, teogonias
– e recitá-lo perante os outros homens.

(Antonio Brasileiro)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA E O SANTANÓPOLIS

Existiu até 1985. Foram 51 anos na cena na cidade de Feira de Santana e 29 anos em que a paisagem urbana não mais convive com o Colégio Santanópolis. A geração de menos de 30 anos não o tem como memória. Aliás, das muitas coisas que se diz de Feira de Santana uma delas é que esta é uma cidade sem memória. Do seu patrimônio histórico arquitetônico pouco sobrou para nos lembrar de como foi a cidade em outros tempos. O Imperial Asilo dos Enfermos¹⁵³, construído em 1865, agoniza.

A referência no mundo real para o que foi o Santanópolis é o estacionamento de uma rede de farmácias, dois bancos, duas outras farmácias e uma loja de departamento, no entanto, o mundo virtual hospeda uma parte significativa da memória da escola por iniciativa da família de Áureo Filho, de ex-professores e ex-alunos da instituição. As pessoas que acessam e alimentam o blog, quem sabe movidos pelo desejo de por meio dele “voltar” ao colégio que outrora viveram, publicizam memórias guardadas em casa, em seus álbuns de formatura, em suas caixinhas de segredos e relicários, oferecendo à cidade e à história da educação de Feira de Santana o Santanópolis em recortes que bem poderiam ser harmonizados numa pintura de Raimundo Oliveira, num filme de Olney São Paulo, num conto de Aníbal Gomes Bello ou ainda num poema de Antônio Brasileiro¹⁵⁴.

O encontro dessas memórias inundadas de afeto com documentos localizados no momento de pesquisa na Diretoria Regional de Educação (DIREC 02) - Feira de Santana, edições do Jornal *Folha do Norte* e a produção acadêmica sobre Feira de Santana, possibilitou a produção de um texto que perseguiu conhecer como o Santanópolis se constituiu como uma instituição social e educacional modernizadora na cidade de Feira de Santana no período de 1934-1959.

Mergulhando nas fontes com o devido cuidado que um trabalho dessa monta requer, os estudos empreendidos me permitiram concluir que algumas condições foram imprescindíveis para a consolidação do Santanópolis como equipamento social e educacional no processo de modernização da cidade de Feira de Santana. A primeira delas foi o fato de ter escolhido o ensino secundário como nível de ensino para inaugurar o empreendimento.

¹⁵³Construído em data não definida por um fazendeiro da região e depois vendida à Fundação Santa Casa De Misericórdia, recebeu em 1859 o Imperador D. Pedro Segundo que doou dois contos de réis à Fundação que a denominou Santa Casa de Imperial Abrigo dos Enfermos. Quando da transferência da Santa Casa, abrigou o Batalhão da Polícia Militar e depois foi denominado Palácio do menor abrigando menores abandonados ou em situação de risco. Hoje se encontra abandonado.

¹⁵⁴Poeta, professor do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Em 1933, quando o colégio é construído em Feira de Santana, a cidade contava com algumas escolas primárias, destacando-se entre as públicas – a João Florêncio e a Maria Quitéria – e algumas escolas particulares, em sua maioria, casas das professoras que eram adaptadas para receber os alunos que as professoras, em alguns casos, atendiam em meio a seus afazeres domésticos. A quantidade de atestados de professoras – mesmo nas décadas de 1940 e 1950 – cujas escolas não eram especificadas, é indício forte dessa prática, além da insuficiência da escola primária ser denunciada no jornal por não ter a “amplitude de desenvolvimento que deveria ter, estendendo-se aos subúrbios, fazendas, etc.” (FOLHA DO NORTE nº1840 de 14/10/1944 ,p. 1) Ainda que, segundo a mesma matéria, a cidade contasse com grande número de escolas onde crianças de todas as classes sociais receberam lições de primeiras letras”, este era um cenário educacional que necessitava crescer e se desenvolver.

Após o ensino primário, o destino dos estudantes que tinham a intenção e a condição de prosseguir em estudos era Salvador e a Escola Normal Rural de Feira de Santana que não atendia à demanda nem do ponto de vista das vagas nem dos desejos dos jovens e das jovens feirenses. Dessa forma, uma escola de ensino secundário se configurou como possibilidade a mais de prosseguimento de ensino sem sair de Feira de Santana, escola esta que beneficiou, além dos moradores da urbe, uma demanda reprimida em todo o interior do Estado, como demonstram os mapas analisados nesse trabalho, apresentando movimento de estudantes para Feira de Santana vindos de várias regiões do Estado e até de Sergipe.

A escolha do nível de ensino, como um dos elementos favoráveis ao sucesso do Santanópolis por décadas, não se justifica apenas por razões locais. O ensino secundário, no período em estudo, era um nível de ensino socialmente muito prestigiado e abria várias possibilidades para seus concluintes. Além da possibilidade de acesso ao nível superior em conformidade com o texto das duas reformas do período, os bacharéis em Ciências e Letras estavam aptos a lecionarem, o que se configurava em oportunidade de emprego no próprio estabelecimento que aproveitou muitos de seus licenciandos e, posteriormente, técnicos em seu quadro docente.

Ainda nos anos 1930, as articulações políticas engendradas pelo mentor do projeto foram determinantes para o sucesso do empreendimento. Sem o apoio de políticos locais e de Juracy Magalhães, o projeto do Santanópolis corria o risco de ser um fracasso, como foi o do Donato de Souza. Isso comprova que para a concretização do Santanópolis foi necessário muito mais que sonhar, mas a intermediação política para agilizar processos de autorização e reconhecimento do ginásio e até apoio financeiro. Naquele momento, compreendi que o projeto de uma escola de ensino secundário não interessava apenas ao seu mentor, mas à

cidade, seus dirigentes e sua elite, quer seja por razões pessoais de garantia de prosseguimento de estudos de seus filhos, quer seja por razões políticas, pois o funcionamento de uma escola de ensino secundário colocava a cidade de Feira de Santana num patamar de modernidade que interessava a todos.

O colégio Santanópolis, além de embelezar a paisagem com seu estilo neoclássico e da sua luta pelo “soerguimento da cultura” (FOLHA DO NORTE nº 2058 de 18/12/1948, p.1) na urbe, trazia as luzes do saber sobre as mentes jovens de Feira de Santana, atingindo, inclusive, os que não estavam na escola, com suas várias atividades abertas à comunidade, constituindo-se em referência “moral e intelectual (FOLHA DO NORTE nº 1810 de 18/03/1944, p.1) considerado pela imprensa como “um dos grandes fatores do progresso material e intelectual” (FOLHA DO NORTE nº 2058 de 18/12/1948, p. 1) que naquela ocasião, segundo o jornal, colocava Feira na posição da cidade mais bela e mais importante do interior do Estado.

Nos anos 1940, quando o “Ensino Secundário chegou ao máximo com a passagem do Santanópolis de Ginásio a Colégio” (FOLHA DO NORTE nº1840 de 14/10/1944, p.1), a cidade, que naquele momento já era reconhecida como polo comercial, foi “presenteada” com a criação da Escola Técnica de Comércio que, acompanhando os passos da cidade, se dedicaria, além de formar as elites dirigentes do país, a trabalhar com a realidade local voltando-se para a formação de quadros dirigentes para o desenvolvimento do comércio de Feira e região, formando contadores.

O fato de a escola pública de ensino secundário só chegar em Feira em 1949, de continuar com o domínio do curso técnico, de oferecer o curso noturno de formação de professores, atingindo aos alunos trabalhadores, fez com que o Santanópolis, que já atingia um público variado do ponto de vista do poder aquisitivo, com a concessão de bolsas de estudo, crescesse numericamente e se tornasse uma “escola de todos”. No entanto, não pude deixar de pensar sobre a qualidade que o curso noturno de professores apresentava. Essa é mais uma questão suscitada quando do aprofundamento do estudo sobre escola, mas que não foi tratado neste trabalho.

O curso de alfabetização para jovens e adolescentes que funcionou gratuitamente no turno noturno com a colaboração de seus secundaristas, o clube agrícola, a associação de pais e mestres juntamente com o oferecimento dos cursos não seriados foram realizações que se mostraram eficientes, especialmente para a capilarização do Santanópolis na cidade de Feira de Santana. Através da contribuição para banir a chaga do analfabetismo da sociedade feirense, da mobilização de pais e alunos para a causa da educação, da música, do ballet (mais

tarde com a ex-aluna Hildete Galeão) do ensino da língua estrangeira, além de seus alunos, o educandário abarcou a cidade.

O quadro de professores do Santanópolis foi também um fator importante para notoriedade da instituição. Os doutores da cidade – no período, médicos, juízes, advogados, engenheiros, jornalistas, normalistas, bacharéis e músicos e musicistas, homens e mulheres de notório saber – eram referência na cidade e tornaram a escola uma referência. Na relação com a Escola Normal, ora partilharam os mesmos professores, ora usufruiu dos quadros formados por aquela, ora formou quadros para ela, quer seja porque bacharelados formados no Santanópolis tornaram-se professores da Escola Normal, como é o caso de Joselito Amorim, quer seja porque alguns professores notórios da escola Normal iniciaram sua experiência no magistério no Colégio Santanópolis como, por exemplo, o Dr. Dival Pitombo que foi diretor da Escola Normal na década de 1950.

A aprovação destes professores em concurso para Escola Normal é publicada na imprensa não como uma vitória pessoal, mas como uma vitória do Santanópolis que é, também, uma vitória de Feira de Santana. Foi assim que a escola se inscreveu e foi inscrita: imbrincada com a cidade. A matéria exalta que “o Colégio Santanópolis chegou realmente a fase áurea de prestígio entre os colégios da Bahia. Vários de seus alunos fizeram concursos com brilhantismo e admiração, em nossas Universidades”. (FOLHA DO NORTE nº 217 de 17/02/1951, p.1). E, rasgando elogios a Joselito Amorim, Dival Pitombo e Pe. Aurelino Teixeira de Andrade afirmam que a vitória desses mestres do Santanópolis é a vitória dos educadores de Feira de Santana

Entre os estudantes, o Santanópolis confirmou a proposta para o ensino secundário das Reformas Francisco Campos e Capanema como um ensino para as elites de caráter propedêutico, que formaria os futuros dirigentes da nação. Entre os ex-alunos do Santanópolis – sem emitir nenhum juízo de valor – figuram nomes da política, das artes, da educação, da medicina e do direito. Como ilustração da confirmação do resultado dessa formação, basta constatar que dos onze prefeitos de Feira de Santana, a partir da década de 1960, quando os Santanopolitanos já são homens maduros, oito foram ex-alunos do Colégio Santanópolis. São eles: Joselito Falcão Amorim¹⁵⁵, João Durval Carneiro (Dentista),

¹⁵⁵ Assumiu a prefeitura de Feira de Santana no lugar de Francisco Pinto em 1964, por ocasião do Golpe Militar.

Newton da Costa Falcão, José Falcão da Silva¹⁵⁶ (Advogado), Colbert Martins da Silva¹⁵⁷ (Dentista), José Raimundo Pereira de Azevedo (professor), José Ronaldo de Carvalho¹⁵⁸.

Quando da implantação do ensino superior em Feira de Santana, a presença de egressos do Santanópolis, professores e estudantes, foi significativa a começar pelo Dr. Áureo Filho que fazia parte de um grupo juntamente com João Durval Carneiro, Geraldo Leite e Hugo Navarro (SANTOS, 2011) quando iniciaram a discussão e as articulações em torno do projeto que objetivava, inicialmente, a implantação de uma faculdade de medicina, o que não ocorreu. Maria Cristina Oliveira de Menezes – a Marinita, filha de Dr. Áureo – foi a primeira coordenadora do Curso de Ciências de Feira de Santana. Sobre o significado do Santanópolis na cena feirense assim avalia Boventura (2010) “O Colégio Santanópolis elevou o nível intelectual da cidade e quebrou a monotonia urbana com a presença agitada e irrequieta dos ginásianos. Para tanto, Áureo Filho congregou médicos e advogados a elite profissional.

Se, por um lado, as articulações políticas do Dr. Áureo Filho viabilizaram o Santanópolis, por outro lado, o Santanópolis tornou-se um instrumento importante para a vida política de seu mentor, “ao lado de seu peito empertigado, seus passos seguros e firmes no andar” (OLIVEIRA, 2002, p.94), “cabeça erguida, olhar incisivo de quem via mais longe ou media o imensurável” (FOLLY, 2002, p.57). Completa o autor dizendo que Áureo Filho versado no discurso com os doutos, cultivava, entretanto, o diálogo com os simples, conhecendo como ninguém a saga popularesca de sua terra, dirigindo-se a todos com um aperto de mão ou um leve e gentil cumprimento.

A junção dessas condições e características foi, acredito, decisiva para que Dr.Áureo Filho se tornasse diretor do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino Médio, vereador em Feira de Santana e Deputado Estadual por três legislaturas. Dessa forma, uma das conclusões possíveis é que, do ponto de vista político e da cena na cidade, o Santanópolis e o seu idealizador se (con) fundiam.

As investigações realizadas apontaram um campo de possibilidades de outras pesquisas; afinal, são décadas de história quase sem registros. Esse trabalho se debruçou em apenas uma possibilidade de pesquisa e há muito que explorar em relação a cada curso que ali se desenvolveu, ao aprofundamento de estudos sobre seus professores, ou sobre um professor em particular, as práticas pedagógicas e a cultura escolar, sua participação nas campanhas de alfabetização nas primeiras décadas do século XX. Os anos 1960 e 1970 são ricos em

¹⁵⁶ Foi eleito prefeito por três mandatos: de 1973 a 1977; 1983 a 1988; 1997. Neste ano, governou por apenas sete meses, quando faleceu.

¹⁵⁷ Foi prefeito por dois mandatos: 1977 a 1982 e 1989 a 1982.

¹⁵⁸ Atual prefeito de Feira de Santana. José Ronaldo exerceu dois mandatos seguidos de 2001 a 2008.

possibilidades investigativas. O Estado Santanópolis, uma atividade pedagógica que se desenvolveu em plena ditadura militar, instituindo um Estado democrático dentro da escola, requer aprofundamento. As questões de gênero, a sua relação com as artes e os artistas feirenses, a paixão de seus loucos e eternos alunos, as razões de sua extinção são outras possibilidades.

Além disso, muito das memórias do estabelecimento estão em posse de seus ex-alunos através de seus cadernos de confidências, cadernos escolares, livros de estudos, atividades de avaliação, carteiras de estudantes, bilhetes trocados entre colegas ou com professores entre outros, além de suas memórias sobre suas vivências ali, na certeza de que essas fontes não contam apenas a história do Santanópolis, mas trazem à tona uma gama de informações sobre a história da educação de Feira de Santana e da região, considerando os lugares de onde vieram esses alunos.

Durante o trabalho tive a oportunidade de participar do III¹⁵⁹ Encontro dos Santanopolitanos em 18 de agosto de 2012. Antes de chegar ao clube, não tinha, absolutamente, a dimensão do que seria aquele encontro em número de pessoas e, muito menos do significado para os envolvidos. O encontro realizou-se no Feira Tênis Clube, o mesmo da contenda envolvendo um aluno que desistiu de participar da festa de formatura porque seria realizada neste local. Foram 684 participantes entre alunos, professores, funcionários e alguns convidados.

O encontro envolve uma logística que inclui um quiosque no Boulevard Shopping onde são vendidos os convites, que são restritos ao santanopolitanos e seus convidados, e outras estratégias para reunir os sobreviventes da experiência de ter estudado ali. O encontro de 2014 já está sendo preparado. O blog e o facebook são as principais ferramentas de divulgação da escola, de cada um e daquele grupo. Se outrora, os reclames, preparados em papel cor de rosa com detalhes azuis, percorriam Feira e região de mão em mão, hoje, as peças produzidas percorrem o mundo pelas redes sociais.

¹⁵⁹ O primeiro encontro realizou-se em 2002 e contou com a participação de 283 pessoas entre professores funcionários e seus acompanhantes; o segundo, em 2010 – quando foram incluídos os alunos – foram 480 entre professores, alunos e convidados.

Figura 73 - Peça de divulgação do IV Encontro dos Santanopolitanos – 2014.



Fonte: Blogspot do Colégio Santanópolis.¹⁶⁰

Diante do exposto, finalizo esse trabalho com a feliz sensação de que faço uma pausa, até o próximo encontro.

¹⁶⁰ Disponível em < <http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/2013/06/anuncio-do-iv-encontro-dos.html>> Acesso em ago.2012.

FONTES

1. Livros

AMORIM, Joselito Falcão. **Áureo Oliveira Filho: Centenário (1902-2002.)**. Feira de Santana, 2002

BELLO, Aníbal Gomes. **Bêco da Perdição**. Salvador: Editora IOB, 1970.

MELLO, Carlos Alberto Almeida. Memórias: Periódicos Feirenses: Santanópolis (1954 a 1955); O Coruja (1955-1957). Feira de Santana: **Fundação Senhor dos Passos; Núcleo de Preservação da Memória Feirense**, 2010.

2. Jornais (Museu Casa do Sertão/Centro de Estudos Feirenses)

Jornal Folha do Norte, 1934-1959.

Jornal Santanópolis – 1954-1955

Jornal O Coruja – 1955-1957

Jornal Noite e Dia – 2010 e 2012

A Tarde de 03/09/2010

3. Diário Oficial (Arquivo Municipal de Feira de Santana)

- a. Diário Oficial da Bahia de 18/10/1941. Projeto de Decreto Lei nº. 049/1941 que decreta a venda dos prédios das Escolas João Florêncio e Maria Quitéria.

4. Acervo Fotográfico de Evandro Sampaio de Oliveira

- a. Fotografia do Colégio Santanópolis, vista frontal
- b. Vista da parte externa do Santanópolis em Feira de Santana, 1934.
- c. Vista do terceiro pavilhão do Santanópolis. À direita edifício da Prefeitura Municipal
- d. Alunos utilizando o bebedouro – Colégio Santanópolis
- e. Fotografia ao lado do quadro de formatura em forma de água – s/d.
- f. Salão Nobre do Colégio Santanópolis.
- g. Aula prática de química com Dr. Áureo Filho, 1934.
- h. Sala ou Laboratório de História e Geografia.
- i. Sala de Desenho do Colégio Santanópolis.
- j. Alunos e alunas do Santanópolis em aula de Educação Física

- k. Peça propagandística do Colégio Santanópolis.
- l. Panfleto do Santanópolis.
- m. Internato do Ginásio Santanópolis.
- n. Desfile de Sete de Setembro do Santanópolis – à frente do Pelotão Dr. Áureo Filho
- o. Vista parcial da área de recreio do Santanópolis
- p. Registro do Professor George Malcon Cadogan. Livro nº 01 de Registro de Empregados do Santanópolis

5. Acervo fotográfico de Hudson do Amaury:

- a. Roda de Capoeira no Colégio Santanópolis.

6. Acervo de Joselito Amorim:

- a. Medalhas Distribuídas em competições no Santanópolis

7. Leis, Decretos e outros documentos:

- a. Decreto nº 19.890 - de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. (reforma Francisco Campos)
- b. Decreto Lei nº 21.241 - de 4 de abril de 1932 (*)
- c. Decreto-lei nº 4.244 – de 9 de abril de 1942 - lei orgânica do ensino secundário
- d. Decreto-lei nº 6.141 – de 28 de dezembro de 1943-lei orgânica do Ensino Comercial
- e. Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de Janeiro de 1946 - Lei Orgânica do Ensino Primário.
- f. Decreto Lei nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal
- g. Decreto-Lei nº 2.028, de 22 de Fevereiro de 1940 - Institui o Registro Profissional dos Professores e Auxiliares da Administração Escolar, dispõe sobre as condições de trabalho dos empregados em estabelecimentos particulares de ensino e dá outras providências.
- h. Decreto Lei número 1 de 29 de dezembro de 1937 (Código de Posturas de Feira de Santana).
- i. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)
- j. TEIXEIRA, Anísio. Relatório da Inspeção Geral do Ensino do Estado da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 7 abr. 1925.
- k. Relatório apresentado a Interventor Federal do Estado, Senhor Landolfo Alves por Heráclito Dia, prefeito municipal de Feira de Santana, 1940. (Museu Casa do Sertão/Centro de Estudos Feirenses)
- l. Carta de Atenas. Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, 1933.
- m. Anuário Estatístico do Brasil. Ano III. Rio de Janeiro, 1937 (Rio de Janeiro, 1937)
- n. BRASIL, Departamento Nacional de Educação. Ministério da Educação e Cultura. Alfabetização: Exigência Cívica. s/d.

SITES

<http://ginasiosantanopolis.blogspot.com/>.

<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/por-que-a-coruja-e-simbolo-de-sabedoria>

<http://www.cedes.unicamp.br>

<http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/h554.pdf>.

http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/6-Coloquio-de-Moda_2010/68730

<http://anpuhba.org/wpcontent/uploads/2012>

<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr

http://santanopolis.zip.net/arch2009-10-01_2009-10-31.html

<http://goo.gl/XMhHx2>

<http://goo.gl/1WvCQe>

<http://www.vagalume.com.br/ataulfo-alves/inimigo-do-samba.html>

<http://letras.mus.br/gonzalo-curiel/752882/#selecoes/1898745/>

<http://www.sambaderaiz.net/a-voz-do-sangue-caco-velho/>

http://www.gazetadeitauna.com.br/historioc_salario.htm

www.curriculosemfronteiras.org

<http://www.dicionariompb.com.br/estevam-moura/biografia>

<http://www.infocultural.com.br/noticia.php>

http://www.gazetadeitauna.com.br/historioc_salario.htm

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cleide e ROCHA, Luis Octavio. Em Busca de uma Aproximação entre Arquitetura e Educação. Notandum **Libro 13**, 2009 CEMOROC-Feusp / IJI-Universidade do Porto, 2009.

ALVES, Isaías Apud SANTOS, Maria Ferreira dos. Reflexões sobre a formação do professor do ensino secundário no Brasil. **Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação**. UFMT: Cuiabá- Mato Grosso, 2013.

AMARAL, Giana Lange do. As passeatas estudantis: aspectos da cultura escolar e urbana. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-São Paulo, v. 11, n. 2 (26), p. 131-154, maio/ago. 2011.

ANDRADE, Adriano Bittencourt e BRANDÃO Paulo Roberto Baqueiro. **Geografia de Salvador** - 2. ed. - Salvador : EDUFBA, 2009. 160 p. ISBN 978-85-232-0564.

ANDRADE, Mariza Guerra de. A educação exilada – Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ARAÚJO. José Carlos Souza. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro. In: ARAÚJO. José Carlos Souza e GATTI Júnior, Décio (orgs). **Novos temas de História da Educação Brasileira. Instituições escolares e educação na Imprensa**. Campinas, São Paulo: Autores Associados; Uberlândia, Minas Gerais: EDUFU, 2002.

_____, O Progresso como um Norteamento da Educação e suas Especificidades na Imprensa uberlandense entre 1907 E 1910. In: **Cadernos de História da Educação** - nº. 4 - jan./dez 2005 p. 83-91.

ARAÚJO, Alberto Filipe. História Cultural e História das Ideias Educativas: reflexões e desafios. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 88, n. 220, p. 459-476, set./dez. 2007.

AROSTÉGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

ASSIS, Daisy Laraine Moraes de. A expansão do ensino secundário no Sul da Bahia na década de 50 e primeira metade da década de 60 do século XX. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**. Aracaju-Sergipe, 2008.

AZEVEDO Francisca Nogueira de e LADEIRA Saionara. o Brasil no pan-americanismo: um estudo da Revista de Historia da América do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. **Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC Salvador** – 2000 ISBN 85-903587-2-0.

BANDEIRA, Hilda Maria Martins e MENDES, Bárbara Maria Macêdo. **Profissão docente: organização histórica do processo pedagógico.** UFPI. Edu. BR, 2007.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da Barra. Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário e utensílios), modos de organização da escola e intervenções de ensino. **Revista Brasileira de História da Educação** n° 14 maio/ago. 2007, pp. 15-36.

BARIANI, Edison. O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional. **Caderno CRH. Salvador.** V. 20.n 49.p.161-167. Jan./Abr. 2007.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de Pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

BASTOS, Ismael Santana. **“Querida Mestra Francelina”.** Disponível em: <<http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/2013/10/querida-mestra-francelina.htm>>.

BENCOSTA, Marcus Levy Albino. Desfiles Patrióticos: Cultura Cívica nos Grupos Escolares de Curitiba (1903-1971). **Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação.** UFPR Curitiba, Paraná, 2004.

_____. Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: O exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928) In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (org). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar.** São Paulo: Cortez, 2005. (a).

_____, Marcus Levy Albino (org). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar.** São Paulo: Cortez, 2005(b).

_____, Marcus Levy Albino. Arquitetura Escolar na Belle Époque: Jean Omer Marchand e Paula Ramos de Azevedo (Montreal e São Paulo, 1894,1926. In: BENCOSTA, Marcus Levy. **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas:** Itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. PEREIRA, Ana Paula Martins. História, cultura e sociabilidades: representações e imagens das festas escolares (Curitiba, 1903-1971). **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação.** UFU, Uberlândia- Minas Gerais, 2006.

BICA, Alessandro Carvalho CORSETTI, Berenice O prelúdio das campanhas de alfabetização na era Vargas: A Cruzada Nacional de Educação - História da Educação - **RHE** v. 15 n. 33 Jan./abr. 2011 p. 170-180.

BLANK MIGUEL, Maria Elizabeth do Levantamento de fontes à Construção da Historiografia. In: LOMBARDI, José Claudinei (org). **Fontes, História e Historiografia da Educação.** São Paulo: Autores Associados, 2004.

BOARINI, Mari Lúcia. O higienismo na educação escolar, 2006. **Anais do Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia: Minas Gerais, 2006.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **Problemas da educação baiana**. Salvador: Gráfica universitária, 1977.

_____. O centenário de Áureo Filho. In: Amorim, Joselito Falcão. **Áureo Oliveira Filho – Centenário (1902-2002)**. Feira de Santana, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRAGHINI, Mitsuko Zuquim. A escola como “simuladora da vida” e o fim do prestígio do ensino secundário nos anos 1950. **Cadernos de História da Educação**, n.7, Jan/dez. Uberlândia: Editora a Universidade Federal de Uberlândia, 2008. P. 93-104.

BRASILEIRO, Antonio. Estudo 165. In.: **82 poemas de Brasileiro**. Disponível em: <<http://abrasileiro.zip.net/>> Acesso em nov.2013.

BRITO, Washington Bolívar de. Áureo de Oliveira Filho, o Mestre. In.: Amorim, Joselito Falcão. **Áureo Oliveira Filho – Centenário (1902-2002)**. Feira de Santana, 2002.

BUENO, Belmira Oliveira, CATANI, Denice Bárbara, SOUSA, Cynthia Pereira de. **A vida e o ofício dos professores: Formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração**. São Paulo: Escrituras, 2006.

BUENO, Maria de Fátima Guimarães. **A história da educação: a cidade, a arquitetura escolar e o corpo**. In: Cadernos do CEOM - Ano 21, n. 28 - Memória, História e Educação.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: In: ARAÚJO, José Carlos Souza e GATTI JÚNIOR, Décio (orgs). **Novos Temas em História da Educação Brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, São Paulos: Autores Associados. Uberlândia, Minas Gerais: EDUFU, 2002a – (Coleção Memória da educação).

_____. e NOSELLA, Paolo. Schola Mater: **a antiga Escola Normal de São Carlos 1911-1933**. São Carlos: EDUFSCar, 2002.

_____. e NOSELLA, Paolo. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. In Ecos - **Revista Científica**, São Paulo. V. 7, n. 2, p. 351-368. Jul/dez, 2005.

_____. Práticas e fontes de Pesquisa em História da educação. In: GATTI JÚNIOR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo. (Orgs) História da educação em Perspectiva: Ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas São Paulo: Autores Associados; Uberlândia, Minas Gerais: EDUFU, 2006. (Coleção memória da educação).

_____. Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel M., SANDANO, Wilson, LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica** – Campinas, São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, São Paulo: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. – (Coleção Memória a Educação).

_____ e NOSELLA, Paolo. As Pesquisas sobre Instituições Escolares: balanço crítico. **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação UFU**: Uberlândia-Minas Gerais, 2006, p. 5074-5086.

BURITI, Iranilson Silvera Vieira de Araújo e MARTINS, José Clerton de Oliveira Ruídos, marcas e caminhos na escrita da cidade moderna: apontamentos de um balanço historiográfico. **Revista Arqtextos**. Ano 10, dez 2009 ISSN 1809-6298.

BÜRKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Editora UNESP, 1992

_____. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CAMPOS, Ricardo da Silva. Elites, poder e política em Feira de Santana-BA (1947-65). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH**. São Paulo, Jul/2011.

CANDIDO, Renata Marcílio. **Máquina de festejar: seus usos e configurações nas escolas primárias brasileiras e portuguesas (1890-1930)**, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2012 (Tese de Doutorado).

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. Tempo e história no plano de avenidas. In: URBANA, ano 2, nº 2, 2007, **Dossiê: Cidade, Imagem, História e Interdisciplinaridade**. CIEC/UNICAMP.

CARVALHO, Carlos Henrique de, ARAÚJO. José Carlos Souza e GONÇALVES NETO, Wenceslau. Discutindo a História da Educação – A imprensa enquanto objeto de análise histórica: (Uberlândia-MG, 1939-1950) In: ARAÚJO. José Carlos Souza e GATTI Júnior, Décio (orgs). **Novos temas de História da Educação Brasileira. Instituições escolares e educação na Imprensa**. Campinas, São Paulo: Autores Associados; Uberlândia, Minas Gerais: EDUFU, 2002 (Coleção Memória da Educação).

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas - o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Maria Helena Câmara Bastos. Espelho de Papel: A Imprensa e a História da Educação. In: In: ARAÚJO, José Carlos Souza e GATTI Júnior, Décio (orgs). **Novos temas de História da Educação Brasileira. Instituições escolares e educação na Imprensa**. Campinas, São Paulo: Autores Associados; Uberlândia, Minas Gerais: EDUFU, 2002 (Coleção Memória da Educação.).

CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das instituições escolares: final do Império e Primeira República no Brasil. In: NASCIMENTO, Maria Isabel M., SANDANO, Wilson, LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica –** Campinas, São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, São Paulo: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. – (Coleção Memória a Educação).

_____.Sérgio. **Teoria da história da educação: Por uma história cultural não culturalista**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2010.

CATANI, Denice Bárbara. Estudos de História da profissão docente. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 16 ed. Petropolis: Vozes, 2009, 316 p.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasi, Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Anne-Marie. Escola Cultura e saberes. In: XAVIER, Libânia Nacif, CARVALHO, Marta Maria Chagas de, MENDONÇA, Ana Waleska, CUNHA, Jorge Luiz.(Orgs) **Escola cultura e saberes**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CHERVEL, A. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa, 1990. **Revista Teoria e Educação**, Porto Alegre, v.2, 1990, p. 177-229.

COSTA, Antonio Galdino da e PIRES, Giovani De Lorenzi. Moda/indumentária em culturas juvenis: símbolos de comunicação e formação de identidades corporais provisórias em jovens do ensino médio. **Revista Conexões**, v. 5, n.1, 2007.

CORREIA, Ana Paula Pupo. Arquitetura escolar: a cidade e a escola rumo ao progresso – Colégio Estadual do Paraná (1943- 1953) In.: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (Org). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

CRUZ, Antonio Roberto Seixas. **Mestras no sertão**: reconstituindo caminhos. Dissertação de mestrado, Salvador, UFBA, 2000.

CRUZ, Neide Almeida da e SILVA, Marília Queiroz, **Instituto de Educação Gastão Guimarães - IEGG**: 50 anos de educação. Feira de Santana, BA, 1977.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DALLABRIDA, Norberto. **A Fabricação escolar das elites**: O Ginásio Catarinense na Primeira República. Santa Catarina: Cidade Futura/UFSC, 2001.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. In: **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

DIAS, Amália. Formação do magistério do ensino secundário: instituições e projetos de hegemonia (1931-1942) **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

DI GIORGI, Cristiano. **Escola Nova**. São Paulo: Ática, 1992.

DICK, Sara Martha. **As Políticas públicas para o Ensino Secundário na Bahia**: O liceu Provincial – 1860-1890. Universidade Federal da Bahia – FAGED. Salvador, 2001 (Tese de Doutorado).

DIETZSCH, Mary Julia Martins. Leituras da cidade e educação. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, set./dez. 2006.

DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. In: **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Conhecimento e cultura na escola: Uma abordagem histórica. In: Dayrell, Juarez (org). **Múltiplos olhares sobre educação e Cultura** – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

_____. Luciano Mendes de. **O espaço escolar como objeto da história da educação**: algumas reflexões. Rev. Fac. Educ. São Paulo, v. 24, n. 1, Jan. 1998.

_____. Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República. Passo Fundo: UFP, 2000.

_____. Luciano Mendes de. O Jornal e outras fontes para a História da Educação Mineira no Século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza e GATTI Júnior, Décio (orgs). **Novos temas de História da Educação Brasileira. Instituições escolares e educação na Imprensa.** Campinas, São Paulo: Autores Associados; Uberlândia, Minas Gerais: EDUFU, 2002 (Coleção Memória da Educação).

_____. Luciano Mendes de. Cultura escolar e cultura Urbana: Perspectiva de pesquisa em história da educação. In: XAVIER, Libânia Nacif, CARVALHO, Marta Maria Chagas de, MENDONÇA, Ana Waleska, CUNHA, Jorge Luiz (Orgs). **Escola, cultura e saberes.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. VIDAL, Diana Gonçalves e PAULILO, André Luiz. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FERNANDES, Lincoln Christian e FURTADO, Alessandra Cristina. História das instituições escolares: as relações de poder entre a memória e o esquecimento. **Anais IV Congresso Nacional de História.** Maringá: Paraná, 2009. ISSN 2175- 4446 (online) – pp.3537-3546.

FERNANDES, Renata Sieiro. A cidade educativa como espaço de educação não formal, as crianças e os jovens. In: **Revista Eletrônica de Educação**, v. 3, n. 1, mai. 2009. Artigos. ISSN 1982-7199. Programa de Pós-Graduação em Educação.

FERNANDES, Tania Maria Dias, CHAGAS, Daiana Crús e SOUZA, Érica Mello de. **Variola e vacina no Brasil no século XX:** institucionalização da educação sanitária. Ciência e Saúde Coletiva. 16(2): 479-489, 2011.

FERNET, Selma Pinheiro e PELOZO, Rita de Cássia Borguetti. Grêmio Estudantil: importante mecanismo de atuação dos estudantes. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia** – issn: 1678-300x Revista Científica Docente da FAHU/ACEG Ano V – Número 09, Janeiro de 2007.

FIORI, Neide Almeida. Clube agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola. Perspectiva. **Florianópolis**, v.20, n.Especial, p. 231-260, jul./dez.2002.

FISCARELLI, Rosilene Batista de Oliveira e SOUZA, Rosa Fátima de. Símbolos da excelência escolar história e memória da escola pública inscrita em troféus. **Revista Brasileira de História da educação** n° 14 maio/ago. 2007.

FONSECA, Henrique de Oliveira. Políticos rurais: uma perspectiva na Educação. **Anais do I Encontro Memorial de ICHS**, Ouro Preto, 2004.

FONSECA, Sílvia Asam da. A Revista “Escola Secundária” e o programa de professores da CADES ANPUH – **XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – João Pessoa, 2003.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. História cultural e história da educação na América Portuguesa. **Revista Brasileira de História da Educação** n° 12 jul./dez. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da violência na prisão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Formação docente e a emergência de uma nova identidade profissional – a Revista Escola Secundária da CADES (1957 – 1963) **TEIAS**: Rio de Janeiro, ano 4, n° 7-8, jan/dez 2003.

FRANKFURT, Sandra Herszkowicz Festas escolares: estratégia para a formação da sociedade. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**. Aracaju, Sergipe, 2008.

FREITAS, Marcos César de e BICCAS, Marilene de Souza. **História Social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil.: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez, 2010.

GATTI, Gisele Cristina do Vale. **A escola e a vida na cidade: O gymnasio Mineiro de Uberlândia (1929-1950)** Uberlândia: EDUFU, 2013.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais – Inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza e GATTI JÚNIOR, Décio (orgs). **Novos Temas em História da Educação Brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, São Paulos: Autores Associados. Uberlândia, Minas Gerais: EDUFU, 2002 – (Coleção Memória da educação).

_____ e PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In.: GATTI JÚNIOR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo. (Orgs) **História da educação em Perspectiva: Ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas São Paulo: Autores Associados; Uberlândia, Minas Gerais: EDUFU, 2006. (Coleção memória da educação).

GERKEN, Maria Aparecida de Souza. Festas escolares em belo horizonte: corpos cívicos e religiosos (1906 - 1937). **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. UFU. Uberlândia, Minas Gerais, 2006.

GONZALEZ, Jorge Luis Cammarano e MOURA, Marcilene Rosa Leandro, O grêmio estudantil na gestão da escola democrática: protagonismo e resiliência ou despolitização das práticas formativas? **Anais XXIII Simpósio da ANPAE**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

HOUAISS, Antônio; **Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa** - CD-ROM Instituto Antônio Houaiss, 2001.

IWAYA, Marilda. Cenário e Palco para a Instrução: A linguagem arquitetônica do Instituto de educação do Paraná professor Erasmo Piloto (1949-1960) In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (Org). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista brasileira de história da educação** n°1 jan./jun. 2001.

JUNIOR, Antonio Germano. Práticas escolares e fabricação do ruralismo pedagógico na escrita do jornal escolar O Lavrador. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**. Aracaju, Sergipe, 2008.

KULESZA, Wojciech Andrzej. O processo de equiparação ao Ginásio Nacional na Primeira República: o caso do Colégio Diocesano da Paraíba. **Rev. Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 11, n. 2 (26), p. 81-102, maio/ago. 2011.

LIMA, Cristina Fagundes de. As Fotografias como fonte para a história das escolas rurais em Uberlândia (1933-1959). **Cadernos de História da Educação**, n.7, Jan/dez. Uberlândia: Editora a Universidade Federal de Uberlândia, 2008. P 93-104.

LIMA, Déborah Kelman de. **"O Banquete Espiritual da Instrução": O Ginásio da Bahia, 1895-1942.** (dissertação) Universidade Federal da Bahia Salvador, 2003 (Mestrado em História).

LIMA, Zélia de Jesus. **Lucas Evangelista: o Lucas da Feira.** Estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana. 1807 – 1849. UFBA. Salvador. 1990. (Dissertação de mestrado)

LINS, Rafael Quintela Alves. **Uma “democracia” para os “senhores da cidade”:** Eleições, Poder e Direção Política em Feira de Santana (1947-1958). Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011.

LISPECTOR. Clarice. Os desastres de Sofia. In.: _____. **Felicidade clandestina**. São Paulo. Ed. Ática. 1998, p.99-100.

LOBO, Yolanda Lima, Cléo de Oliveira, CHAVES, Passos, COSTA, Míriam W. e Edith M. da Silva. A Formação de um "Novo" Tipo de Professor no Modelo Nacional-

Desenvolvimentista (1950/1962). **Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.75, n.179/180/181, p. 301-371, jan/dez.1994.

LOPES, Eliane Marta Teixeira, História de culturas escolares e profissão docente no Brasil: O professor é um mestre? In: XAVIER, Libânia Nacif, CARVALHO, Marta Maria Chagas de, MENDONÇA, Ana Waleska, CUNHA, Jorge Luiz (orgs). **Escola, cultura e saberes**. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

LUZ, José Augusto e SILVA, José Carlos. **História da Educação na Bahia**. Salvador: Arcadia, 2008.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____, Justino Pereira. História das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo. (Orgs) **História da Educação em Perspectiva: Ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, São Paulo: Autores Associados; Uberlândia, Minas Gerais: EDUFU, 2005.

MATA, Alfredo. **Educação: ferramenta para ascensão da burguesia na Bahia Republicana**. Salvador, 2005 (digitado).

MELLO, Carlos Alberto Almeida. Memórias: Periódicos Feirenses: Santanópolis (1954 a 1955); O Coruja (1955-1957). . Feira de Santana: **Fundação Senhor dos Passos; Núcleo de Preservação da Memória Feirense**, 2010.

MENEGHETI, Patrícia. A trajetória do ensino no Brasil: ensino secundário e o exame de admissão. **VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania**. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. A Inclusão excludente: as exclusões assumidas. In: Educação e os Afros-brasileiros: trajetória, identidade e alternativa. Salvador: **Novos Toques, A Cor da Bahia**, 1997.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Ateliê Editora, Cotia: São Paulo, 2002.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e Educação. A construção da memória educativa. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, 1, 2006, p. 71-84

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Educação e Política nos Anos 30: a Presença de Francisco Campos. In R. **Bras. Est. pedag.**, Brasília, v.73, n. 17-4, p.291-321, maio/ago. 1992.

MOTA, André. Higienizando a raça pelas mãos da educação ruralista: o caso do Grupo Escolar Rural do Butantan em 1930. **Interface. Comunicação, Saúde Educação**. V. 14, n. 32. P 9-22. Jan./Mar., 2010.

NASCIMENTO, Maria Isabel M., SANDANO, Wilson e LOMBARDI, José Claudinei. Apresentação - História das Instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel M., SANDANO, Wilson, LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica** – Campinas, São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, São Paulo: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. – (Coleção Memória a Educação).

NEVES, Walter. A Greve. **O Coruja**, nº75 de 07 de julho de 1957, p.2.

NORONHA, Olinda Maria. Historiografia das instituições escolares – Contribuição ao debate metodológico. In: NASCIMENTO, Maria Isabel M., SANDANO, Wilson, LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica** – Campinas, São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, São Paulo: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. – (Coleção Memória a Educação).

NOGUEIRA, Katiene. **“Criança Calçada criança sadia” Sobre os Uniformes escolares nos período de expansão da escola pública paulista (1950-1970)**. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007. (Dissertação de Mestrado).

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Recife, 2008. 200f. (Tese de doutorado).

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **De empório a Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1819-1937)** - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. (Dissertação - Mestrado em História).

_____. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. Ruas retas, lugares esquecidos: Eurico Alves e a urbanização de Feira de Santana. In: In: SILVA, Aldo José (org). História, poesia, sertão: Explorando a obra de Eurico Alves. Feira de Santana: **UEFS Editora**, 2010.

_____. Clóvis Frederico Ramaiana Moares. **“Canções da cidade amanhecida”**: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. (tese de doutorado) Universidade de Brasília: Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Evandro Sampaio, Apresentação. In: Mello Carlos Alberto Almeida. Feira de Santana: **Fundação Senhor dos Passos; Núcleo de Preservação da Memória Feirense**, 2010.

OLIVEIRA, Marciana Roberta de. **Sentidos e significações das festas escolares: implicações para construção do conhecimento social e da noção de cidadania** / Marciana Ribeiro Preto, 2010. Dissertação (Mestrado) -- Centro Universitário Moura Lacerda, 2010.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educando pelo corpo: saberes e práticas na instrução pública primários nos anos finais do Século XIX. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas: Itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Valeska Fortes de. Educação, memória e história de vida: usos da história oral. In: ZAMBONI, Ernesta. Tradição e Cultura Escolar. In: História Oral. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. V. 8, n. 1, jan.-jun. 2005 – São Paulo.

PALLARES-BURKE. Maria Lúcia Garcia. A Imprensa periódica como imprensa educativa no Século XIX. In: **Cadernos de Pesquisa**, Nº 104, p. 144-161. Jul. 1998.

PEIXOTO, Maria Casasanta e PASSOS, Mauro (Org). **A escola e seus atores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREIRA, Priscilla Leandro e PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Os clubes agrícolas escolares na Paraíba (1930-1934). **Anais do VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas – HISTEDBR**. UNICAMP: Campinas, 2009. PERIOTTO, Macília Rosa. Imprensa e Educação no Século XIX: as Ideias de O Progresso. Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação. UFS, Aracaju-Sergipe, 2008.

PINHEIRO, Ana Regina. **Escola "Caetano de Campos": Escola Paulista, Escola Vanguardista**. UNICAMP: Campinas: São Paulo, 2008. (tese de doutorado).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

PINTO, Diana Couto. CADES e sua presença em Minas Gerais. **Anais do II Congresso de pesquisa e ensino em história da educação em Minas Gerais**, Uberlândia, 2003, p.752-762.

_____. Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário: uma trajetória bem-sucedida? In: MENDONÇA, Ana Walesca; XAVIER, Libânea Nacif (orgs.). **Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 50/60**. Brasília: INEP, 2008.

PLANZO, Manoel de Christo. **Para ler no banheiro – minhas lembranças**. 2. ed. SOS – Iará, Bahia: Movimento Editorial Alternativo 1999.

POMPÉIA, Raul. O Ateneu. 16ª ed., São Paulo: Ática, 1996 (Bom Livro). Texto proveniente de: **A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo**.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapoã, 1968.

POSSAMAI, Zita Rosane. Metáforas Visuais da Cidade Urbana, ano 2, nº 2, 2007, **Dossiê: Cidade, Imagem, História e Interdisciplinaridade**. CIEC/UNICAMP.

PYKOSZ, Lausane Corrêa e OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de **A higiene como tempo e lugar da educação do corpo**: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná. In ISSN 1645-1384 (online).

QUEIROZ, Fernando Pinto de. O Feirense Áureo Filho. In.: Amorim, Joselito Falcão. **Áureo Oliveira Filho**: Centenário – 1902-2002. Radami, Feira de Santana, 2002.

RAMOS, Cristiana Barbosa de Oliveira. **Timoneiras do bem na construção da cidade princesa**: mulheres de elite, cidade e cultura (1900-1945) UNEB - Santo Antônio de Jesus, 2007. (Dissertação de mestrado).

REIS, João Carlos. Os Annales: a Renovação Teórico-Metodológica. In: LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (Orgs). **História e História da Educação**: O debate teórico-metodológico atual. Campinas, São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

RIBEIRO, Ivanir e SILVA, Vera Lucia Gaspar da. **Das materialidades da escola**: o uniforme escolar. Educação e Pesquisa. São Paulo: FE/USP, 1975.

RIBEIRO, Maria Luisa. **História da educação brasileira**: a organização da escola. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo e GONTIJO, Rebeca. **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

RODRIGUES, José Roberto Gomes. **Formas de escolarização secundária e sócio-gênese de uma instituição escolar**: O ginásio Ruy Barbosa em Juazeiro, BA, (1953-1963), 2009. 334p. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2009. (Tese de doutorado).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**: 1930/1973. 10ª Ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1978.

SANFELICE, José Luís. História das instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel M; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica** – Campinas, São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, São Paulo: UNISO; Ponta Grossa, Paraná: UEPG, 2007. – (Coleção Memória a Educação).

SANTOS, Ana Maria Fontes dos. **A gênese do Ginásio Municipal de Feira de Santana (1963-1964): história e memória**, PUC, São Paulo, 2000. Dissertação de Mestrado.

_____. Ana Maria Fontes dos. **Uma aventura universitária no Sertão Baiano: da Faculdade de Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, UFBA, 2012.** Tese de doutorado.

SANTOS, Jair Alves dos. A trajetória da educação profissional. In.: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SANTOS, Igor Gomes. **Na contramão do sentido: origens e trajetória do PT de Feira de Santana- Bahia. (1979-2000)** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói: RJ, 2007.

SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. Reflexões sobre a formação de professores do ensino secundário nos anos 1920-30 no Brasil. **Anais do VII Congresso Brasileiro de História d Educação, UFMT - Cuiabá, 2013.**

SANTOS Regma Maria dos. A tipografia, a imprensa e a livraria: educação e cultura na cidade de Uberlândia. **Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. UFU; Uberlândia- Minas Gerais, 2006.**

SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, Claudinei e SANFELICE, José Luís. **História e história da educação**. Campinas, São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

_____. Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

_____. Dermeval. Instituições Escolares: Conceito, História, Historiografia e Práticas. In: **Cadernos de História da Educação** - n.º. 4 - jan./dez. 2005, p. 27-33.

_____. Dermeval. Instituição escolar no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In.: NASCIMENTO, Maria Isabel M., SANDANO, Wilson, LOMBARDI, José Claudinei e

SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica** – Campinas, São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, São Paulo: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. – (Coleção Memória a Educação).

_____, Dermeval. Pedagogia e formação de professores no Brasil: vicissitudes dos dois últimos séculos. **IV Congresso Brasileiro de História da Educação - 2008** –UNICAMP.

SCHEMES, Claudia e THÖN, Ida Helena. A moda europeia e o uniforme escolar no Brasil. **Anais do VI Colóquio**, São Paulo 2010. Anais do VI Colóquio de Moda, 2010.

SCHELBAUER, Analete Regina e ARAÚJO, José Carlos (Orgs). **História da educação pela imprensa**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2007.

SCHIMMELPFENG, Regina Maria. Retocando Imagens: Colégio Progresso (1930-1945) In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (org). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Aldo José Morais. **Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia, 1833-1937**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. Dissertação (Mestrado em História) -

SILVA, Erbio dos Santos. **Práticas Formativas nas Unidades Móveis do Senac: repercussões à educação profissional na Amazônia Paraense**. (dissertação de mestrado) UFPA, Belém 2011.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação Secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

SILVA, Kelman Conceição da. Feira de Santana entre o movimento de 1930 e o golpe do Estado Novo: política nas mesmas mãos (1929-1937). **Anais do Simpósio da ANPUH**, Salvador, 2012 Disponível em <http://anpuhba.org/wpcontent/uploads/2012>.

SILVA, Marília Queiroz da e CRUZ, Neide Almeida da. **Instituto de Educação Gastão Guimaraes: 50 anos de educação**. Feira de Santana – BA: 1977.

SILVA, Marineide de Oliveira, SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos e BORGES, Débora Roberta. Ensino secundário e indisciplina no liceu cuiabano em mato grosso (1900 A 1920). **Anais da IX Jornada do HISTEDBR**. Belém – Pará, Jul/2010.

SILVA, Vânia Cristina da. **Ó pátria amada, idolatrada, salve! Salve!** Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945) Universidade Federal da Paraíba Centro de

Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação e História João Pessoa-PB julho – 2011 (dissertação de Mestrado).

SILVA, Vívica de Melo. Ideário educacional republicano e a implantação dos grupos escolares no Brasil: uma leitura. **Anais do XIII Congresso da ANPUH. UFPB**. João Pessoa, Paraíba, 2011.

SIMÕES, Kleber José Fonseca. **Os homens da Princesa do Sertão: modernidade e identidade masculina em Feira de Santana (1918-1938)**. Dissertação (Mestrado em História) História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SOARES, Walter Guimarães. Eurico Alves e construção a paisagem Sertaneja. In.: SILVA, Aldo José (Org). **História, poesia, sertão: Explorando a obra de Eurico Alves**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

SOBRINHO, Virgílio. Os professores da Bahia. **Jornal Folha do Norte**, nº 61 de 18/11/1956, p.1.

SOUSA, Ione Celeste. **Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945**. São Paulo: EDUC, 2001.

SOUZA, Eronize Lima. **Prosas da valentia: violência e modernidade na Princesa do Sertão (1930-1950)** / Eronize Lima Souza. – Salvador, 2008. 714 p.

SOUZA, Rosa Fátima de. Cultura escolar e currículo: Aproximações e inflexões nas pesquisas históricas sobre conhecimento e práticas escolares. In: XAVIER, Libânia Nacif, CARVALHO, Marta Maria Chagas de, MENDONÇA, Ana Waleska, CUNHA, Jorge Luiz (orgs). **Escola, cultura e saberes**. Rio de Janeiro: FGV, 2005 (a).

_____ Rosa Fátima e VALDEMARIN, Vera Teresa. **Cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005 (b)

_____ Rosa Fátima de. História da cultura Material escolar: Um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas: Itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____ Rosa Fátima de. **História da Organização escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)** São Paulo: Cortez, 2008.

_____ Rosa Fátima de. **Renovação do Currículo do Ensino Secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920–1960)**. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.1, pp.72-90, Jan/Jun 2009.

STUTZ, Beatriz Lemos. **Instituições Escolares e a Pesquisa em Foco: Uma análise comparativa entre pesquisas realizadas sobre duas instituições no município de Uberlândia**. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.28, p.204 –213 dez. 2007 - ISSN: 1676-2584.

TABORDA, Marcus Aurélio. **O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação: culturas escolares, currículo e educação do corpo**. In: **RBHE. Revista Brasileira de História da Educação**, nº 16 janeiro/abril, 2008.

TARDIFF, Maurice. **Elementos para uma Teoria da Docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2005, p.23.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Fontes para o Estudo de educação no Brasil – 2ª Ed.** – Salvador: Bahia; Universidade do Estado da Bahia: UNEB, 2001.

TEIVE Gladys Mary Ghizoni e DALLABRIDA. Noberto. **A escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino em Santa Catarina (1911- 1918)**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2011.

TELES, J. F. de Sá. **Notícia histórica da Instrução na Província da Bahia**. Salvador: EGBA, 2003.

TEIXEIRA, Anísio. **Autonomia para educação na Bahia**. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.11, n.29, jul./ago. 1947. p.89-104.

TEIXEIRA, Anísio. **O ensino secundário**. **Boletim Informativo CAPES**. Rio de Janeiro, n.66, maio 1958, p.1-2.

WERNECK, Carlos. In.: SANTOS, Maria Ferreira dos. **Reflexões sobre a formação do professor do ensino secundário no Brasil**. **Anais do VII Congresso Brasileiro de História da educação**, Cuiabá, 2013.

VAGO, Tarcísio Mauro e OLIVEIRA, Jefferson de. **Histórias de práticas educativas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. **História Cultural e historiografia brasileira**. **História: Questões & Debates**, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009 Curitiba: Editora UFPR.

VARELA, Sarah Bezerra Luna. Quando o mito vira festa – os ritos da escola normal rural de juazeiro do norte. **VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar** Universidade Federal do Piauí – UFPI Teresina-PI, 2012. ISBN: 978-85-98711-10-2.

VECCHIA, Ariclê. O Ensino Secundário no Século XIX. In: BASTOS, Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

VELOSO, Geisa Magela. Inspeção escolar e as estratégias de demarcação de espaço de poder e autonomia profissional (1912-1914). **Revista Brasileira de História da Educação**, n° 23, p. 133-167, maio/ago. 2010.

VICENTINI, Paula Perin. Os professores secundários no Brasil entre o ensino público e o particular: uma análise do movimento de organização da categoria em São Paulo e no Rio de Janeiro (1945-1964). **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. História e Memória da Educação Brasileira**. Natal, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e o processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da história: Estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de La educación y historia cultural: Posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov/Dez 1995 n° 0.

_____. FRAGO, Antonio e ESCOLANO, Augustin. **Curriculo, Espaço e subjetividade: A arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. FRAGO, Antonio. Espaços, Usos e Funções: a localização e a disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (org). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

XAVIER, Libânia Nacif, CARVALHO, Marta Maria Chagas de, MENDONÇA, Ana Waleska, CUNHA, Jorge Luiz. **Escola, cultura e saberes**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ZAMBONI, Ernesta. Tradição e Cultura Escolar. In: **História Oral Revista da Associação Brasileira de História Oral**. V. 8, n. 1, jan.-jun. 2005 – São Paulo.

ANEXOS

